

Alessandro Batistella

**O movimento operário e sindical em  
Passo Fundo (1900-1964): história e política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo  
2007

---

B333m Batistella, Alessandro

O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964) :  
história e política / Alessandro Batistella. – 2007.

267 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo  
Fundo, 2007.

Orientação: Dr. João Carlos Tedesco.

1. Movimento operário – Passo Fundo. 2. Sindicalismo – Passo  
Fundo. 3. Política. I. Tedesco, João Carlos, orient. II. Título.

CDU 331.105.44(816.5)

---

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin Raupp - CRB 10/1637

*Dedico este trabalho à minha mãe Marilene,  
ao meu pai Dirceu e à Divane, Danielly e Thalita.*

*“Não cabe ao historiador julgar a história, mas,  
sem perder a capacidade crítica, compreendê-la”.*

*Marc Bloch*

## **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo durante os anos de 1900 a 1964, salientando que o objeto de estudo são os trabalhadores urbanos e suas organizações. Para tais propósitos, enfatizar-se-ão as principais diferenças e similitudes entre o processo nacional e o regional, sobretudo no âmbito político; ponderar-se-á sobre as principais correntes político-ideológicas presentes nos sindicatos locais, sobre as principais greves e movimentos populares ocorridos no período em foco e, finalmente, acerca das implicações dos principais acontecimentos sócio-políticos nacionais no movimento operário e sindical passofundense.

Palavras-chave: movimento operário, sindicalismo, Passo Fundo, política.

## **ABSTRACT**

This paper has as main goal to analyze the worker and syndicalism movement in Passo Fundo from 1900 to 1964, protruding that the study's main goal are the urban workers and their organizations. For suchlike proposes, is necessary to emphasizes the main differences and similarities between the national and regional process, above all in the political matter, it will be ponder about the politician-ideological chains present in the local syndicalism, about the strikes and the popular movements occurred in the focused years and, finally, about the major national social-political event implications in the worker and syndicalism movement in Passo Fundo.

Key-words: worker movement, syndicalism, Passo Fundo, politics.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 - CHURRASCO DE 1º DE MAIO PROMOVIDO PELO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE (DÉCADA DE 1940) .....	139
--	-----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RESUMO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ACERCA DOS CONGRESSOS, DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES OPERÁRIAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL (1898-1930) .....	42
TABELA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS GREVES NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL (1858-1930) .....	48
TABELA 3 - NÚCLEOS ALIANCISTAS EM PASSO FUNDO (1935) .....	104
TABELA 4 - NÚMERO DE TRABALHADORES FILIADOS AOS SINDICATOS DE ORIENTAÇÃO CIRCULISTA EM 1940 .....	125
TABELA 5 - OS “PRESENTES” DE VARGAS AOS TRABALHADORES DURANTE AS COMEMORAÇÕES DE 1º DE MAIO (1938-1945) .....	139
TABELA 6 - PRIMEIRA DIRETORIA DO MOVIMENTO ANTICOMUNISTA DE PASSO FUNDO (1946) .....	172

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP	Ação Democrática Parlamentar
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores (criado em 1962)
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores (criado em 1946)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CO	Círculo Operário
COB	Confederação Operária Brasileira
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
COP	Círculo Operária Pelotense
COPA	Círculo Operário Porto Alegrense
COPF	Círculo Operário Passofundense
CSUB	Confederação Sindical Unitária do Brasil
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNT	Departamento Nacional do Trabalho
EUA	Estados Unidos
FAB	Força Aérea Brasileira
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FMI	Fundo Monetário Internacional

FMP	Frente de Mobilização Popular
FORGS	Federação Operária do Rio Grande do Sul
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FOSP	Federação Operária de São Paulo
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUS	Frente Única Sindical
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitschek
LDP	Liga de Defesa Popular
LEC	Liga Eleitoral Católica
LEP	Liga Eleitoral Proletária
LOR	Liga Operária Republicana
MAPF	Movimento Anticomunista de Passo Fundo
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MSD	Movimento Sindical Democrático
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PEI	Política Externa Independente
PL	Partido Libertador
PRP	Partido de Representação Popular
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDA	Partido Social Democrático Autonomista
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional

PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SPR	Secretaria da Presidência da República
UDN	União Democrática Nacional
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USB	União Social Brasileira

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
1. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NA REPUBLICA VELHA: TRABALHO, EXCLUSÃO E CONFLITOS .....	25
1.1. O processo de formação da classe operária ou classe trabalhadora no Brasil ....	26
1.2. As difíceis condições de subsistência e a organização dos trabalhadores na República Velha .....	30
1.3. Política e ideologia .....	36
1.4. Os Congressos, as Confederações e as Federações operárias .....	42
1.5. As greves .....	47
1.6. A questão social e as primeiras leis trabalhistas .....	51
1.7. Passo Fundo e o movimento operário na Primeira República .....	58
2. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NOS PRIMEIROS TEMPOS DE VARGAS (1930-1937): SINDICATOS AUTÔNOMOS, SINDICATOS OFICIAIS E LEIS SOCIAIS .....	61
2.1. O Governo Provisório e as primeiras medidas centralizadoras e intervencionistas .....	62
2.2. A criação do Ministério do Trabalho, a promulgação das leis trabalhistas e a Lei de Sindicalização .....	67
2.3. As resistências do empresariado passofundense ao cumprimento das leis trabalhistas .....	72
2.4. As resistências à Lei de Sindicalização e os sindicatos autônomos: os	

exemplos da Sociedade Operária Beneficente e da Legião Proletária Rio-Grandense .	75
2.5. Os sindicatos oficiais em Passo Fundo (1932-1935) e o Círculo Operário Passofundense .....	82
2.5.1. O Sindicato dos Contabilistas Passofundenses (1932-1935) .....	82
2.5.2. O Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio (1933): primeira tentativa .....	84
2.5.3. O Círculo Operário Passofundense (1934) .....	86
2.6. A guerra civil de 1932 e os caminhos para a constitucionalização do país .....	87
2.7. A reconstitucionalização do país e as mobilizações político-sociais (1933-1935) .....	88
2.7.1. A Liga Eleitoral Proletária (LEP, 1934) .....	96
2.7.2. A União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo (1935) .....	100
2.7.3. A Aliança Nacional Libertadora (ANL, 1935) .....	101
2.8. Os levantes de novembro de 1935 e o caminho para o golpe de Estado .....	108
2.8.1. O levante de novembro de 1935 e as implicações em Passo Fundo .....	109
2.9. As greves em Passo Fundo (1936-1937) .....	110
2.9.1. A greve dos ferroviários (fevereiro de 1936) .....	110
2.9.2. A “greve da carne” (novembro de 1936) .....	111
2.9.3. A greve dos marceneiros (fevereiro de 1937) .....	112
2.10. O golpe de 1937 .....	113
3. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NO ESTADO NOVO (1937-1945): DA CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO CORPORATIVISTA AO MOVIMENTO QUEREMISTA .....	116
3.1. A consolidação do sindicalismo oficial em Passo Fundo (1937-1942) .....	117
3.2. A política sindical e trabalhista do Estado Novo e as suas implicações no movimento operário e sindical (1939-1945) .....	122
3.2.1. A política “do” sindicato em detrimento à política “no” sindicato .....	122
3.2.2. A hegemonia do Círculo Operário em Passo Fundo (1939-1945) .....	124
3.2.3. A questão do “peleguismo” .....	126
3.2.4. A Lei do Salário Mínimo, a Justiça do Trabalho e a CLT .....	128

3.3. As mobilizações em prol da democracia e a retomada do movimento operário e sindical .....	131
3.4. A construção da representação simbólica de Vargas .....	135
3.5. A (re)democratização de 1945 e o movimento queremista .....	142
3.6. A institucionalização do “queremismo” local: a criação do diretório do PTB em Passo Fundo .....	160
3.7. As eleições de 2 de dezembro de 1945 .....	162
4. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964): DO CORPORATIVISMO AO PROTAGONISMO POLÍTICO .....	165
4.1. O governo Dutra (1946-1951): combate aos comunistas e repressão ao movimento sindical .....	165
4.1.1. Mobilizações e greves em Passo Fundo em 1946-1947 .....	166
4.1.2. A Constituição de 1946 e o Congresso Sindical dos Trabalhadores .....	169
4.1.3. Comunismo e anticomunismo em Passo Fundo em 1946 .....	171
4.1.4. A cassação do PCB e a repressão ao movimento sindical .....	173
4.1.5. O sindicalismo em Passo Fundo no governo Dutra: circulismo, trabalhismo e getulismo .....	176
4.2. O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e a retomada do movimento sindical .....	178
4.2.1. A retomada do movimento sindical .....	179
4.2.2. A Liga Passofundense Contra o Comunismo .....	183
4.2.3. As greves de 1953 .....	184
4.2.4. João Goulart no Ministério do Trabalho .....	186
4.2.5. Crise política e sindicatos .....	188
4.2.6. O 24 de agosto .....	194
4.3. A transição difícil.....	195
4.4. O governo JK (1956-1961) e a consolidação do movimento sindical .....	201
4.4.1. A consolidação do movimento sindical .....	205
4.4.2. Aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo? .....	209
4.5. O breve governo Jânio Quadros (1961) .....	212

4.6. O governo João Goulart (1961-1964) e o ápice dos movimentos sociais .....	216
4.6.1. O período parlamentarista .....	216
4.6.2. O período presidencialista .....	224
4.6.3. Isolamento político e radicalização .....	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	232
BIBLIOGRAFIA, FONTES PRIMÁRIAS E ENTREVISTAS .....	241
ANEXO 1 – CARTEIRA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE UM FERROVIÁRIO, E SUA FAMÍLIA, FILIADOS À ASSOCIAÇÃO/SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DE PASSO FUNDO (aproximadamente entre o final da década de 1920 e início da década de 1930) .....	251
ANEXO 2 – ESTATUTOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PASSO FUNDO .....	252
ANEXO 3 – FOTOGRAFIAS .....	263

## INTRODUÇÃO

Nos anos 1960-1970, a questão do movimento operário e sindical no Brasil ganhou um enorme relevo através da publicação de inúmeras análises historiográficas e sociológicas acerca do tema. A quantidade de trabalhos produzidos foi tamanha que alguns intelectuais chegaram a afirmar que, naquela época, “o estudo do movimento operário chegou a ser um modismo<sup>1</sup>”.

No entanto, apesar dos inúmeros trabalhos acerca do movimento operário e sindical, dos diferentes enfoques e delimitações, tanto temporais quanto espaciais, ainda encontramos grandes lacunas. E uma dessas lacunas pode ser sentida em Passo Fundo, cuja trajetória dos trabalhadores, assim como de suas associações e sindicatos, está no absoluto ostracismo.

Portanto, esse trabalho propõe-se a analisar a história do movimento operário e sindical no município de Passo Fundo, salientando que será focalizado os trabalhadores urbanos (não abrangendo os trabalhadores rurais) e as associações e sindicatos de empregados (não englobando o sindicalismo patronal) entre os anos de 1900 a 1964.

Em geral, os trabalhos clássicos sobre a história do movimento operário, embora possuam particularidades, compartilham um mesmo pressuposto, uma espécie de síntese geral, que eram postulados e recebidos como portadores de uma perspectiva nacional<sup>2</sup>.

Nesse sentido, ao analisarmos os estudos clássicos sobre o movimento operário nos deparamos com três problemas iniciais. O primeiro diz respeito a essa “síntese geral”, que enaltece os anos 1910 como os anos dourados do anarquismo e dos movimentos reivindicatórios da Primeira República; atribui à retração dos movimentos contestatórios nos anos 1920 ao incipiente êxodo rural, uma vez que os trabalhadores rurais não tinham experiências de luta; e lamenta os “desvios” da classe trabalhadora no pós-1930, que, justamente por terem sua origem no campo, sucumbiram diante dos agrados de Vargas. Ou seja, de forma direta ou indireta, o problema estava na origem rural do trabalhador brasileiro, tido como ignorante, alienado – entre outros “predicados” –, que, ao chegarem à cidade, viam em Vargas a figura amplificada do antigo coronel do interior.

---

<sup>1</sup> Como afirmou, por exemplo, Ronaldo Vainfas em uma palestra, ministrada em março de 2006 na Universidade de Passo Fundo, em que fez um balanço da historiografia brasileira no século XX.

<sup>2</sup> GOMES, Angela de Castro, Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 141.

Ademais, muitas vezes, a essa “síntese geral” é acrescentada a questão do “populismo”, particularmente o “populismo sindical”. Segundo Francisco Martinho, o “populismo”, entendido como manipulação, controle e/ou demagogia, é uma “instituição imaginária” da sociedade brasileira, isto é, de tanto que se usa o conceito para falar, no senso comum, de políticos demagogos, carismáticos e mentirosos (que prometem mais do que cumprem) pouco se pensa no conteúdo do conceito e nas conseqüências teóricas e políticas deste modelo interpretativo<sup>3</sup>.

Ainda segundo Francisco Martinho, o conceito de “populismo” sofre o problema da ampliação exagerada, além de revelar um viés ideológico que tem servido para caracterizar – ou descaracterizar –, de forma arbitrária, determinadas tradições históricas<sup>4</sup>.

No entanto, a utilização do termo “populismo” não se restringe ao campo político-partidário. Transformado em teoria, o “populismo” abrangeu também o âmbito econômico através da teoria da modernização, formulada pelos sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella. Segundo essa teoria, o “populismo” seria uma fase de transição da sociedade tradicional (rural e agrária) para a sociedade moderna (urbana e industrial). Foi nesse hiato, nessa fase de transição, que surgiram os políticos “populistas”, que se aproveitaram da “ignorância” e da “inexperiência” da população oriunda do campo para iludi-los e cooptá-los com propostas demagógicas. Diante dessa perspectiva, o conceito de “populismo” foi transformado em uma teoria universal, ou seja, o “populismo” se transformou em uma fase intermediária do desenvolvimento capitalista. Assim, houve “populismo” nos Estados Unidos, na Rússia, na Europa e na América Latina<sup>5</sup>.

Praticamente vulgarizado como conceito por ser utilizado das mais variadas formas, no decorrer do tempo, o “populismo” foi perdendo sua força explicativa, sobretudo por tentar englobar realidades históricas e temporalidades tão distintas e, muitas vezes, negligenciar singularidades e especificidades próprias de uma dada localidade. Ademais, além das suas limitações – evidenciadas pelo seu caráter explicativo simplório –, o “populismo” é um conceito desqualificador.

Nesse sentido, a história política brasileira entre os anos 1930-1964 é “qualificada” – ou desqualificada – como o “período populista”, em que políticos demagogos, manipuladores,

---

<sup>3</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O populismo sindical: um conceito em questão. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 30.

<sup>4</sup> Idem, p. 30.

<sup>5</sup> Ver IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

mentirosos, etc., enganavam e manipulavam os trabalhadores – muitos analfabetos e vindos do campo. Ora, de acordo com esses pressupostos, não seria surpreendente se alguém defendesse a tese de que vivemos o “neopopulismo” no Brasil, alegando que os políticos atuais continuam sendo demagogos, oportunistas, mentirosos, etc. (como de fato muitos o são) e persistem enganando a população brasileira, que é, na sua maioria, ignorante, alienada politicamente e sem memória, etc. E mais, quem sabe daqui a alguns anos alguém levante a tese de que Lula venceu as eleições presidenciais de 2006 por “cooptar” o povo, especialmente do Nordeste, com bolsas sociais.

Enfim, o que queremos dizer é que muitos dos elementos que basearam o conceito de “populismo” no pré-1964 podem ser facilmente encontrados na atualidade. Ou seja, como lembra Jorge Ferreira:

(...) O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo<sup>6</sup>.

Aliás, é interessante lembrarmos que muitos desses termos pejorativos foram utilizados pelos conservadores e pelos conspiradores do pré-1964 para desmerecerem a democracia brasileira, a participação política dos trabalhadores e seus sindicatos e também para justificarem um golpe de Estado contra o que denominavam de “pseudo-democracia”. Posteriormente, esses mesmos argumentos desmerecedores utilizados pela direita nos anos 1950/1960 seriam sistematizados em teorias pelos intelectuais de esquerda nas academias, que, para explicarem a não-resistência dos trabalhadores ao golpe civil-militar de 1964, atribuem os “desvios” da classe trabalhadora ao “sindicalismo populista” da época.

Assim, a história do movimento operário e sindical passou a ser interpretada, pejorativamente, entre os anos de 1930-1945 *apenas* como o tempo do sindicalismo corporativo, da repressão e do “peleguismo”, entre outras coisas. De fato, embora não se pode negligenciar a repressão ao movimento operário autônomo e pode-se criticar o modelo de sindicato implantado no Brasil, não se deve *tão-somente* amplificar demasiadamente estas questões, vitimando os trabalhadores.

---

<sup>6</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 124.

Da mesma forma, o movimento operário e sindical, no período 1945-1964, foi interpretado como o tempo do “sindicalismo populista”, onde os petebistas (cooptando os trabalhadores através da defesa das leis sociais e trabalhistas) e comunistas (cegos pelo nacionalismo e cometendo erros estratégicos imperdoáveis), na época as duas correntes hegemônicas nos meios sindicais, foram responsáveis pelos “desvios” dos trabalhadores.

Nesse sentido, como lembra Francisco Martinho<sup>7</sup>, as análises de Francisco Weffort responsabilizam o PCB pelo predomínio da estrutura corporativa no período de 1945 a 1964. Assim, “a dinâmica da História é deixada de lado em nome da conduta de um partido político que, de acordo com o perfil teórico do autor, deveria ser o ‘porta-voz’ dos ‘interesses históricos’ de classe”. Ademais, os teóricos do “populismo brasileiro” deixam evidente a idéia de “classe desviada”. Nessa perspectiva, as classes sociais possuem uma ideologia “verdadeira” e quando não se está comportando de acordo com esta ideologia “verdadeira” é porque ela foi desviada de seu curso histórico “natural”.

Dessa forma:

(...) na teoria do “populismo”, determinando um papel histórico para as classes em separado da história real, a análise desta própria história acaba sendo prejudicada. O foco da análise deixa de ser a história concreta, as opções e escolhas dos trabalhadores em um tempo real e passa aos agentes externos, definidos a partir de critérios ideológicos. Assim, deseja-se, sem uma pesquisa mais aprofundada, que no pré-1930 a história da classe operária seja repleta de “gloriosas jornadas”, como também se deseja que a classe operária dos principais centros urbanos do país tivesse tido uma conduta de resistência ao advento do Estado corporativo<sup>8</sup>.

Portanto, em maior ou menor grau, uma grande parcela dessa literatura clássica, ao utilizar a teoria do “populismo”, acaba “julgando” a história, desqualificando-a por ela não ter sido como eles queriam e lamentando os “desvios” da classe trabalhadora do seu caminho natural.

Sem dúvida, estudar o movimento operário e sindical é uma tarefa espinhosa, pois ela está intrinsecamente ligada à questão ideológica. Daniel James, ao problematizar qual tipo de história operária teria de ser feita hoje, critica o afastamento do que seriam os objetos centrais e o

---

<sup>7</sup> MARTINHO, F., op. cit., p. 43.

<sup>8</sup> Idem, p. 43-44.

conseqüente deslocamento para temas periféricos, proporcionados pela “nova história do trabalho”, e propõe o engajamento militante do historiador<sup>9</sup>.

Nesse sentido, compartilho da opinião de Cláudio Batalha: “(...) se esperarmos um engajamento puramente militante, uma história operária escrita por militantes, não creio que essa história tenha muito futuro<sup>10</sup>”. Em suma, apesar de todos nós possuímos ideologias, visões de mundo diferente, etc., devemos – tentar – manter certa distância do objeto de estudo (se isso for possível) para não correremos o risco de produzirmos análises apologéticas ou inconsistentes.

Também é bom frisarmos que não entramos simplesmente no “trem da nova história” por puro modismo. Tratou-se de uma opção para revisitarmos os temas clássicos com perspectivas renovadoras. Por isso, privilegiamos, ao longo desse estudo, as contribuições de historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Celina D’Áraújo, Francisco Martinho, Ângela Araújo, entre outros, que nos mostram que os temas clássicos podem ser permanentemente renováveis, sem que se perca a potencialidade de inserção de novos temas e novas abordagens.

Uma dessas possibilidades é o estudo da história regional, outrora esquecida devido à opção pelos temas gerais e/ou teorias macroestruturais. Aliás, é justamente nesta questão que reside o segundo problema que os trabalhos clássicos sobre o movimento operário apresentam: o da generalização. De fato, muitos estudos que ganharam a denominação de “nacional”, na verdade, constituem estudos regionais realizados, principalmente, em São Paulo e, em menor volume, no Rio de Janeiro. Dessa forma, esses estados (embora, indubitavelmente, política e economicamente hegemônicos) foram constituídos como “centros definidores de sentido” para a história operária do Brasil.

Entretanto, como sugere Sílvia Petersen, “a história operária brasileira poderia alcançar um outro patamar analítico se houvesse a articulação dos resultados das pesquisas regionais<sup>11</sup>”. Nesta perspectiva, ao privilegiar as especificidades locais da história do movimento operário e sindical passofundense não pretendemos isolá-la do resto do país, pelo contrário, se propõe

---

<sup>9</sup> Ver JAMES, Daniel. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, páginas 117-140.

<sup>10</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Movimento operário: qual história? In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 149.

<sup>11</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85.

articular a questão regional a uma dimensão nacional do movimento operário e, assim, apontarmos diferenças e similitudes entre os dois processos.

O terceiro problema que os trabalhos clássicos que tratam do movimento operário apresentam é a preferência por estudarem o operariado fabril, valorizando, assim, o trabalhador industrial (as suas comissões de fábrica, os seus sindicatos, etc.) e, muitas vezes, esquecendo os assalariados de outras atividades (como, por exemplo, os comerciários, os ferroviários, os marceneiros, entre outros). Ademais, alguns autores chegam a afirmar que não existia operariado na Primeira República devido à pouca mecanização das indústrias/manufaturas da época.

Nesta perspectiva, apesar do município de Passo Fundo nunca ter sido um grande pólo industrial, isso não significa dizer que a cidade não possuía operários e nem associações de classe. Pelo contrário, a cidade abrigou um significativo número de assalariados, que reivindicaram por direitos sociais, escolheram as suas ideologias, filiaram-se aos sindicatos oficiais e autônomos, participaram da história política do país e possuíam uma cultura e um imaginário. Em outras palavras, tiveram a sua história.

Portanto, esse estudo tem como principal objetivo analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo, durante os anos de 1900-1964, com o intuito de responder as seguintes questões gerais: a) quais as correntes político-ideológicas dominantes entre trabalhadores e sindicalistas passofundenses; b) de que forma os trabalhadores locais e seus sindicatos manifestaram-se politicamente nos principais acontecimentos local e nacional; c) quais foram os principais movimentos grevistas ocorridos na cidade no período em foco.

Para tais propósitos, utilizaremos como fontes primárias os dois jornais locais existentes (*O Nacional e Diário da Manhã*), os raros documentos sindicais e a história oral. Porém, em virtude da pouca documentação sindical (do período em estudo) existente ou disponível para pesquisa em Passo Fundo, privilegiamos como fontes empíricas os jornais e os depoimentos de pessoas que vivenciaram aquela época.

O jornal, como fonte histórica, possui qualidades de amplo significado, não somente pela sua periodicidade, mas também por se constituir em “arquivos do cotidiano”, que, além de registrar a memória diária, permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos e sua inserção num contexto mais amplo. Entretanto, devemos ter em mente que as notícias apresentadas não

são simples repetições de “ocorrências e registros”, mas trazem atitudes próprias, uma vez que todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”<sup>12</sup>.

Em outras palavras, ao se utilizar o jornal como fonte empírica não se deve simplesmente considerar o que foi noticiado como uma verdade absoluta, pois o jornal, como outros veículos de imprensa, pertence a alguém, que, por sua vez, possui ideologias e interesses (sejam eles, político-partidário, econômicos, comerciais, religiosos, etc.) em jogo. Em suma, o jornal, como fonte empírica, nos fornece indícios que precisam ser confrontados com outras fontes. Ademais, o uso do jornal requer alguns cuidados metodológicos para não cairmos em armadilhas ideológicas disfarçadas de imparcialidade.

De fato, esses cuidados precisam ser redobrados quando se trata da imprensa passofundense, sobretudo em virtude do posicionamento político dos seus proprietários. Segundo Sandra Mara Benvegnú:

O jornal *O Nacional*, fundado em 1925, teve como primeiro proprietário Theófilo Guimarães, ficando com Herculano Araújo Annes, a direção do bi-semanário que circulava em Passo Fundo nas quartas-feiras e sábados. Na década de 1940 passou para o controle de Múcio de Castro, permanecendo por longos anos esse periódico sob sua direção. De postura inicialmente republicana, expressava posições nitidamente pró-trabalhismo durante toda a década de 1950. Nos anos de 1960, após Múcio de Castro romper com o PTB e aderir ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) de Fernando Ferrari, as páginas daquele periódico passaram a demonstrar e a se constituir em instrumento de divulgação de oposição, não só ao trabalhismo, mas também à Executiva Municipal do PTB, sob a liderança de César Santos.

*O Diário da Manhã*, de propriedade do jornalista e político local Túlio Fontoura, fundado em 1935, também expressava os ideários republicanos, ligado que era seu proprietário a Nicolau Vergueiro, expressão maior do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em Passo Fundo e região. Em 1945, com a volta das práticas políticas, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), liderando essa agremiação partidária juntamente com Nicolau Vergueiro, Arthur Ferreira Filho e Antonio Bittencourt de Azambuja. *O Diário da Manhã* passou, a partir de então, a demonstrar as “características claramente políticas e apaixonadas” de seu proprietário, desviando-se na área política de seu papel de informação para o de “instrumento ativo de opinião pública”. De forte e clara oposição ao trabalhismo e a Getúlio Vargas, em particular, esse periódico, devido a esse posicionamento, seria alvo de conflituosos acontecimentos em 1954, quando as instalações do jornal foram destruídas pela inconformidade do povo com o suicídio de Vargas, advindo daí, sérias conseqüências<sup>13</sup>.

Por sua vez, a história oral é, segundo José Carlos Meihy, “um recurso moderno, usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de

---

<sup>12</sup> ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC-SP, n. 4, jun. 1985, p. 90.

<sup>13</sup> BENVENEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006, p. 18.

pessoas e de grupos<sup>14</sup>”. Embora a sua utilização receba algumas críticas (dentre elas a de ser um modismo) e requer alguns cuidados (como, aliás, as demais fontes históricas também necessitam), ela tem o mérito de dar voz a personagens sociais esquecidos, de confrontar os fatos documentais com oralidades possíveis, de questionar as “verdades oficiais”, de derrubar algumas teorias generalizantes, entre outras coisas. Enfim, como ressalta João Carlos Tedesco:

Relembrar o passado (...) é fazer aflorar a lembrança e a sociabilidade dos simples, é fazer aparecer formas de vivências determinadas pelo lugar social e pelos referenciais significativos e imaginários de um determinado grupo étnico-social em períodos históricos e espaços variados<sup>15</sup>.

Estrutura-se esse estudo em quatro capítulos. No primeiro, trataremos da República Velha, um contexto potencialmente gerador de conflitos, sobretudo em virtude das difíceis condições de vida e trabalho dos assalariados. De fato, nessa época, a herança escravocrata, que estigmatizou o trabalho, aliada ao “liberalismo excludente”, condenou os brasileiros à marginalização política, além de negar-lhes os direitos sociais. Conseqüentemente, o que se viu foi a eclosão de inúmeras greves e movimentos reivindicatórios, assim como a proliferação de diversos e distintos ideários, sobretudo nas lideranças operárias. E mais, também foi nesse contexto que ganharam relevo os debates acerca das leis trabalhistas. Assim, nosso objetivo, neste capítulo, é abordar tais questões e relacioná-las ao município de Passo Fundo, mas salientando que nesse período há poucas fontes empíricas.

No segundo capítulo, abordaremos os primeiros anos da Era Vargas (1930-1937), um período fundamental para a história do país, em geral, e para a história do movimento operário e sindical, em particular. Sem dúvida, foi nessa época que foi criado o Ministério do Trabalho, foram promulgadas leis sociais e trabalhistas (embora algumas já existissem no papel) e instituiu-se a lei de sindicalização, que consolidaria o sindicalismo corporativista no país. Nesse capítulo, os objetivos específicos são: a) analisar o processo de gestão dos primeiros sindicatos em Passo Fundo; b) ponderar acerca dos sindicatos autônomos na cidade; c) examinar como se deu a consolidação do sindicalismo oficial na cidade; d) verificar as correntes político-ideológicas que influenciam o movimento operário e sindical do período em foco.

No terceiro capítulo, trataremos dos anos do Estado Novo, período este que, apesar da repressão e do tolhimento dos direitos políticos, também foi importante, em todos os âmbitos,

---

<sup>14</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 25.

<sup>15</sup> TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/EDUCS, 2004, p. 39.

para o país. Para a classe trabalhadora, foi nesta época em que as suas relações com o Estado se estreitaram, criando-se uma cumplicidade entre ambos. Dessa forma, assistiu-se a um fenômeno assimétrico: ao mesmo tempo em que o Estado Novo caía aumentava o prestígio de Getúlio Vargas. Em suma, neste capítulo, os objetivos específicos são: a) ponderar sobre o que o Estado Novo trouxe de novo para o movimento operário e sindical no Brasil, em geral, e em Passo Fundo, em particular; b) analisar a construção da representação simbólica de Vargas; c) observar como decorreu o processo de (re)democratização e o movimento queremista na cidade.

No quarto capítulo, que corresponde ao período democrático (1945-1964), enfatizaremos como decorreu, ao longo desses anos, a transformação dos sindicatos em protagonistas políticos ativos e temidos pelos setores conservadores. Nesse sentido, os objetivos específicos deste capítulo são: a) ponderar sobre as correntes político-ideológicas presentes no movimento operário e sindical de Passo Fundo nesta época; b) observar de que forma as crises políticas do período foram sentidas pelos trabalhadores passofundenses; c) descrever quais eram as principais demandas dos trabalhadores brasileiros e passofundenses na época; d) investigar quais foram as greves, e os motivos que as levaram a eclodir, que ocorreram na cidade nesse período.

Em suma, resgatar a história dos trabalhadores passofundenses e seus sindicatos é resgatar a própria história sociopolítica da cidade, oportunizando fazer fluir documentações, vozes da história viva e personagens sociais até então pouco visualizados. E mais, quem sabe também não será um campo fértil para o surgimento de outras pesquisas acerca do tema.

# 1. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NA REPÚBLICA VELHA: TRABALHO, EXCLUSÃO E CONFLITOS

Após a abolição da escravidão e a proclamação da República, alguns segmentos da sociedade brasileira cultivavam a esperança de tempos melhores. No entanto, para a maioria da população, em especial os trabalhadores, muito pouco mudou. Embora tenha tornado-se realidade jurídica o princípio da equidade política, isto é, o princípio de que todos os homens são iguais perante a lei, na verdade esse princípio foi muito mais formal do que real.

De fato, como lembra Maria Efigênia Resende<sup>16</sup>, a Constituição de 1891, além de consagrar o liberalismo e o federalismo, também negava a igualdade entre os homens. No que se refere aos direitos de cidadania, a Constituição de 1891 atém-se, basicamente, aos direitos individuais (art. 72): direitos relativos à liberdade de culto e expressão de pensamento, de segurança individual, de igualdade perante a lei, e do direito de propriedade em sua plenitude.

Quanto aos direitos políticos, a Constituição inclui a liberdade de associação e reunião e o direito ao voto. No caso do direito de voto, considerado o mais importante dos direitos políticos, retira-se a exigência da propriedade<sup>17</sup>, mas mantém-se a exclusão dos analfabetos e das mulheres. Dessa forma, o direito de voto foi um privilégio de poucos (antes de 1930, o número de votantes em relação ao total potencial de eleitores jamais ultrapassou a casa dos 3,5%<sup>18</sup>). Portanto, a Constituição de 1891, na realidade, consagrou o “liberalismo excludente”, já que, na prática, negava a participação política.

Ademais, após quatro séculos de escravidão, seu “legado” ainda perduraria por muito tempo. Além do preconceito racial, a herança escravocrata se fez presente nas suas formas de tratar e de pensar seus trabalhadores e, conseqüentemente, os direitos sociais passaram ao largo da Constituição de 1891.

---

<sup>16</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 100-101.

<sup>17</sup> Trata-se do voto censitário, vigente durante o Império.

<sup>18</sup> Nesse sentido, José Murilo de Carvalho destaca o fato de que a última reforma eleitoral feita no Império reduziu o eleitorado de 10% para 1% da população do Brasil e na República permaneceu esse quadro de exclusão, variando o eleitorado de 2 a 3%. Ver: *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Em suma, a quase totalidade da população brasileira estava excluída dos direitos políticos e sociais e, assim, condenada à marginalização. Por outro lado, foi nesse contexto excludente que surgiram os primeiros movimentos organizatórios e reivindicatórios dos assalariados brasileiros.

Portanto, neste capítulo analisar-se-ão alguns tópicos da República Velha, dentre eles: o processo de formação da “classe operária” brasileira, sobretudo as suas singularidades em comparação com outros países; as difíceis condições de vida da classe trabalhadora; as formas de organização dos trabalhadores; as principais correntes ideológicas que influenciaram o movimento operário e sindical no período; as principais greves na época; a questão social e as primeiras leis trabalhistas; e o movimento operário e sindical em Passo Fundo durante a Primeira República.

### **1.1. O processo de formação da classe operária ou classe trabalhadora no Brasil**

No Brasil, em geral, o processo de formação da classe operária ou trabalhadora é freqüentemente pensada como um fenômeno puramente econômico, associado ao surgimento da indústria, ou é associada à implantação do trabalho assalariado, em substituição ao trabalho escravo. Porém, há análises que condicionam a existência da classe operária à sua conscientização, ou seja, ao modo como elas se percebem:

Em um caso como no outro – o crescimento industrial da década de 1880 ou a abolição da escravidão – seriam determinações objetivas, independentes do modo como os homens e as mulheres inseridos no trabalho fabril viam a si próprios e as relações a que estavam submetidos, que configurariam a existência de uma classe operária. Evidentemente, isso não quer dizer que o processo de trabalho, o tipo de estabelecimento industrial, o grau de mecanização da produção, o número de trabalhadores por empresa fossem fatores irrelevantes na experiência dos trabalhadores. No entanto, isso não deve conduzir a estabelecer uma relação automática entre a forma assumida pelo trabalho e a existência da classe operária, que, mais que uma decorrência da forma de trabalho, é o modo como esses trabalhadores se percebem<sup>19</sup>.

De fato, as análises que condicionam a formação da classe operária ao surgimento da indústria, em geral, acabam estabelecendo entre ambas uma relação mecânica, ou seja, que o processo de formação da classe operária tenha sido uma mera consequência da industrialização no país. Entretanto, devemos salientar que embora a industrialização tenha sido um processo fundamental para a dinamização da economia brasileira, ela apenas propiciou o surgimento de um tipo específico de trabalhador – o clássico operário fabril.

---

<sup>19</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 164.

Ademais, nessa ótica, segundo algumas análises, não teria havido classe operária nas regiões menos industrializadas do país e mesmo durante a Primeira República, em virtude da baixa mecanização das indústrias – que, por isso, são caracterizadas como manufaturas.

Dessa forma, como já foi dito anteriormente, utilizaremos o termo classe operária como um sinônimo de classe trabalhadora, não importando a sua forma de trabalho. Assim, consideraremos como elementos fundamentais para a formação da classe operária no Brasil o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e o momento em que os trabalhadores tomam consciência de classe. Contudo, não estamos nos referindo apenas à “consciência revolucionária” (que esteve presente em militantes anarquistas e comunistas), mas sim a uma consciência comum, de experiências de vidas, que proporcionaram laços de identidade de classe entre os assalariados, que perceberem que existia um grande problema comum a todos: a marginalização política e a exclusão social.

De qualquer forma, o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil foi marcado por uma série de especificidades em relação ao padrão clássico dos países de desenvolvimento industrial mais antigo. A mais importante delas decorre do fato de até 1888 terem convivido formas de trabalho livre e a escravidão<sup>20</sup>. No entanto, esses trabalhadores livres não estavam à disposição do capital para serem assalariados. Eram lavradores, merceeiros, condutores de tropas de mulas, etc., que possuíam meios de produção próprios e não se dispunham a trabalhar para outros numa situação que, por se assemelhar à do escravo, era vista como degradante pelo homem livre, embora pobre<sup>21</sup>.

Portanto, importa lembrar que existiam trabalhadores, mas não uma identidade positiva para aqueles que trabalhavam e para o ato de trabalhar<sup>22</sup>. Em outras palavras, estava consolidada uma cultura que dificultaria a formação de uma camada de assalariados, pois havia sentimento de desprezo pela condição de homem alugado. Assim, abolida a escravidão, embora houvesse um potencial grande de mão-de-obra livre, este não fora totalmente expropriado e não sofria pressões econômicas suficientes para transformar-se em força de trabalho assalariado<sup>23</sup>.

Após a abolição do tráfico, que condenaria a escravidão ao fim, tornou-se constante a preocupação, por parte dos fazendeiros e do governo, em encontrar uma solução para o problema

---

<sup>20</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 7.

<sup>21</sup> SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 23ª ed. São Paulo: Atual, 1994, p. 50-51.

<sup>22</sup> GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 16.

<sup>23</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano 1: o tempo do liberalismo excludente –da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 203.

da mão-de-obra. Como o trabalho manual estava estigmatizado pela escravidão, para a manutenção e o desenvolvimento da produção seria necessário um trabalhador imbuído da ideologia do trabalho livre<sup>24</sup>. Assim, “supôs-se que o estigma não afetaria o trabalhador imigrante, provavelmente por este ser estranho aos valores cultivados na sociedade escravocrata<sup>25</sup>” – sobretudo ao valor degradante dado ao trabalho manual.

Diante desse quadro, e graças às políticas governamentais, num ritmo cada vez mais acelerado, nas últimas décadas do século XIX, ingressaram no país levas expressivas de imigrantes europeus, que se juntaram aos brasileiros (livres ou libertos) no processo de formação do mercado de trabalho assalariado. Com frequência, esses imigrantes tinham como destino inicial o trabalho rural, caso das fazendas de café de São Paulo e das colônias no Sul do país.

A introdução de trabalhadores livres em um país cujas terras eram doadas (...) ou simplesmente ocupadas se afiguraria um problema na medida em que se desejava que aqueles trabalhadores se dirigissem às fazendas de café. Assim, no mesmo ano de 1850 foi votada a chamada Lei de Terras, que estabeleceu o princípio da propriedade privada. A mesma lei fez com que as terras devolutas, ou seja, sem proprietários, tornassem-se disponíveis à exploração capitalista. Conseqüentemente, os homens sem recursos para terras deveriam dirigir-se às fazendas<sup>26</sup>.

Trazer imigrantes europeus acenando-lhes com a possibilidade de acumularem certo capital e adquirirem terras constituiu o núcleo central da propaganda imigrantista<sup>27</sup>. Enquanto nos cafezais paulistas os imigrantes foram inseridos no sistema que ficou conhecido como colonato<sup>28</sup>, que muitas vezes levou o trabalhador imigrante a um estado de miserabilidade, no Sul os imigrantes tiveram a possibilidade de tornarem-se proprietários de terras. Porém, com o decorrer do tempo, as sucessivas divisões do minifúndio entre os numerosos descendentes de uma família colonial, o esgotamento do solo – explorado ininterruptamente com precária tecnologia – e a subordinação ao comerciante foram alguns fatores que levaram o colono a migrar, ou em busca

---

<sup>24</sup> Idem, p. 204.

<sup>25</sup> SINGER, P., op. cit., p. 54.

<sup>26</sup> SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 70.

<sup>27</sup> No Sul, a existência de núcleos bem sucedidos de pequenos proprietários agrícolas produzindo em termos de economia de subsistência servia inclusive como um chamariz para atrair novas levas de imigrantes que eram, de uma certa forma, “desviados” para as fazendas de café.

<sup>28</sup> Segundo Paul Singer, o colonato era um regime contratual em que o trabalhador e sua família ganhavam um salário em dinheiro pelo trato de determinado número de pés de cafés e um pedaço de solo para cultivar alimentos. Esta produção de alimentos constituía uma importante fonte de rendimento não-salarial para o colono, o que lhe dava certa autonomia, permitindo a alguns reunirem um pecúlio e se tornarem, ao cabo de certo período, lavradores independentes. O colonato tornava-se, assim, um estágio transitório, durante o qual o imigrante pagava a dívida assumida com o fazendeiro, que lhe adiantava recursos para se sustentar com a família até a primeira colheita, e juntava economias para adquirir seus próprios meios de produção (terra, animais e implementos), ou então para voltar à Europa, pois muitos não conseguiam juntar mais que o valor da passagem de retorno.

de novas terras, ou para a cidade, onde acabou “proletarizado”, isto é, foi obrigado a vender sua força-trabalho. Ademais, para as famílias dos pequenos produtores que continuavam no campo, o emprego nas manufaturas era uma maneira de se obter uma renda excedente que compensassem as rendas, cada vez menores, advindas do seu minifúndio.

Segundo Paul Singer<sup>29</sup>, embora a formação da classe operária no Brasil tenha tido um impulso decisivo com a imigração, a sua formação iniciou-se ainda antes, no Nordeste, particularmente na agroindústria do açúcar, onde o trabalho assalariado passa a substituir paulatinamente o do escravo. E mais, segundo ainda o autor, pode-se dizer que aí, talvez, estejam os primórdios do trabalhador livre assalariado brasileiro e um dos primeiros proletariados “industriais” do Brasil.

Por outro lado, a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante obrigou a grande maioria dos ex-escravos a migrarem para as cidades, onde tiveram que se contentar com um trabalho assalariado subalterno. Na competição com o imigrante europeu, o preconceito racial inferiorizou o negro no mercado de trabalho.

A política de imigração trouxe ao Brasil, em cerca de 50 anos, um grande contingente de imigrantes e, naturalmente, grande parte destes acabou se fixando nas cidades, inundando o mercado de trabalho urbano, sobretudo nos grandes centros, e marginalizando ainda mais a mão-de-obra negra.

De fato, o negro – ao lado das mulheres e dos menores – tinha um salário muito inferior em comparação com os trabalhadores masculinos de origem estrangeira. Valentim Lazarotto<sup>30</sup>, ao analisar a trajetória de uma metalúrgica na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, constata que a mão-de-obra negra sofria com o racismo (inclusive dos seus colegas de fábrica, sendo chamados pejorativamente de “brasileiros” pelos descendentes italianos, que cultivavam um ar de superioridade), não eram tratados como gente (até 1943, apenas um negro estava fichado e reconhecido oficialmente como empregado pela empresa, embora haja, em fotos da empresa de 1906, um número significativo de negros), além de receberem um salário de subempregado e ocuparem as posições mais subalternas – o negro era contratado para ser o “homem dos serviços gerais”, dos “serviços pesados” e dos “serviços mais sujos”.

---

<sup>29</sup> SINGER, P., op. cit., p. 61.

<sup>30</sup> Ver LAZAROTTO, Valentim Ângelo. *Pobres construtores de riqueza*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.

Uma das conseqüências dessa marginalização do negro foi, como lembra Cláudio Batalha, a criação de uma imagem que, na Primeira República, a classe operária era “branca, fabril e masculina”. Porém:

Falar de uma classe operária “branca”, composta em sua maioria de imigrantes europeus, é sem dúvida uma avaliação globalmente correta para os estados de São Paulo e do Sul, mas desconsidera o peso do operariado “nacional”, com significativa participação de negros e mulatos no restante do país. Além disso, mesmo em estados com grande presença de imigrantes europeus, há situações particulares que contradizem a generalização de uma classe operária branca e estrangeira, caso das cidades de Rio Grande e, mais particularmente, Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o caráter fabril do operariado foi grandemente exagerado nas fontes disponíveis, pois, de modo geral, os levantamentos públicos e privados do período tenderam a desconsiderar as manufaturas e oficinas, com pequeno número de operários e com trabalho manual. (...) Nesse quadro, o trabalho em indústrias modernas e mecanizadas, como as têxteis, que reuniam centenas e até milhares de operários, representava ainda uma experiência vivida por uma minoria, ainda que numericamente muito expressiva, dos trabalhadores.

No que diz respeito à dimensão masculina da classe operária, de fato na Primeira República prevalecem os homens no trabalho manufatureiro e industrial. Entretanto, a mão-de-obra feminina foi muito significativa em ramos como o têxtil e o de vestuário, chegando a ser majoritária em alguns lugares. De qualquer modo, o que é importante ressaltar é que o peso do trabalho feminino esteve sub-representado na face mais visível da classe operária – suas organizações<sup>31</sup>.

Portanto, como em outras experiências históricas, os trabalhadores brasileiros, do fim do século XIX e início do século XX, eram heterogêneos, pois eles se diferenciavam muito em cor, sexo, idade e etnia (havia imigrantes de várias nacionalidades). Essa heterogeneidade, sobretudo a étnica, foi um dos obstáculos para a construção de uma identidade de classe aos trabalhadores brasileiros e para a organização da organização operária, como veremos adiante.

## **1.2. As difíceis condições de subsistência e a organização dos trabalhadores na República Velha**

Sem dúvida, o contexto da República Velha, cujas raízes de um passado escravocrata se faziam presentes nas questões sociais, foi um campo fértil para a eclosão de inúmeros movimentos reivindicatórios. De fato, durante a Primeira República, os trabalhadores não tinham à sua disposição uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho.

É verdade que algumas leis trabalhistas foram feitas desde 1917 (sobre acidentes, trabalho da mulher e do menor, férias e duração da jornada), mas os efeitos práticos dessas normas são quase nulos. Portanto, o que melhor resume a atuação política do Estado brasileiro frente à classe

---

<sup>31</sup> BATALHA, C., op. cit., 2003, p. 164-165.

operária era a famosa frase: “a questão social é caso de polícia”. Ou seja, naquele momento, a intervenção do Estado na questão social resumia-se apenas em repressão policial, prisões arbitrárias, fechamento de associações, deportação de estrangeiros, entre outros<sup>32</sup>.

Nesse contexto, a jornada de trabalho, em muitos casos, chegava a 12, 14 e até 15 horas diárias e os trabalhadores não tinham direito ao descanso semanal remunerado, a domingos e feriados ou a férias anuais. Não havia dias de descanso, somente se respeitavam feriados restritos e de muita importância, como Paixão e Natal. Muitas vezes também não existiam contratos de trabalho. Os operários eram admitidos e demitidos verbalmente e sem qualquer tipo de indenização. Em caso de atraso de pagamento, os assalariados não contavam com nenhum recurso jurídico contra os patrões. Ademais, não havia qualquer tipo de obrigação em caso de doença do trabalhador, mesmo em se tratando de acidentes de trabalho<sup>33</sup>.

Além disso, os trabalhadores urbanos, em geral, tinham poucas possibilidades de descanso e lazer, suas habitações eram precárias, morando em cortiços, e os baixos salários os condenavam a uma vida de miserabilidade. Sílvia Petersen, caracterizando as condições de vida e trabalho dos primeiros operários do Rio Grande do Sul, transcreveu alguns depoimentos da imprensa operária da época, que são bastante ilustrativos a esse respeito:

#### A SITUAÇÃO DO OPERARIADO DO RIO GRANDE DO SUL<sup>34</sup>

É simplesmente miserável a situação do operário nesta cidade (Rio Grande). Ganhando salários insuficientíssimos, lutando com uma crise de trabalho que se prolonga interminavelmente e que já vem de longa data, o operariado vê-se assoberbado pelas necessidades as quais não pode debelar porque em tudo são superiores às suas forças. (...) Ganho do chefe de família: 120\$; Despesas: aluguel de casa e água: 40\$, lenha: 12\$, pão: 18\$, açúcar: 7\$, Carne (a 400 réis o quilo): 24\$, verdura (a 200 réis por dia): 6\$, arroz, toucinho, banha, etc.: 12\$, gás, velas, sabão, etc.: 6\$. Soma: 125\$. Déficit : 5\$. (...).

Diante de tal situação, os trabalhadores organizaram-se para enfrentar as difíceis condições de vida e a exploração a que estavam submetidos. No entanto, os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os

---

<sup>32</sup> Afonso Pena (1906-1909) e Hermes da Fonseca (1910-1914) reconheceram a “questão social”, mas não propusesse nada de concreto para solucionar tais questões.

<sup>33</sup> SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 22-23.

<sup>34</sup> *Echo Operário*. Rio Grande, 23 jan. 1898, p. 1-2. In: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 283-284. Nesse mesmo trabalho há também outros registros da imprensa operária da época (ver p. 284-286).

trabalhadores qualificados, detentores de um ofício – tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, etc. Esses trabalhadores, geralmente, não eram mais artesãos independentes, mas assalariados submetidos a um patrão. Porém, detinham um saber de ofício que lhes conferia certo poder de barganha nas negociações por melhores salários ou condições de trabalho. Além disso, estavam mais protegidos do infortúnio que os trabalhadores “desqualificados” por serem mais bem pagos e possuírem maior facilidade de colocação no mercado de trabalho, mas também por contarem com mecanismos de proteção contra doenças e, mesmo, contra o desemprego, quer através das sociedades mutualistas de ofício, quer através de seus sindicatos<sup>35</sup>. “Essas características não eram exclusividades do caso brasileiro, pois mesmo em países europeus industrializados, até 1914, a base do movimento operário era constituída pelos trabalhadores qualificados, enquanto a maioria dos trabalhadores, os ‘desqualificados’, estavam fora dos sindicatos<sup>36</sup>”.

Um outro fator que contribuiu decisivamente para a mobilização desses trabalhadores qualificados foi que a sua situação, de certa forma, vantajosa acabou no decorrer do processo de desenvolvimento capitalista, pois o processo de mecanização, a introdução de novas técnicas de produção e a opção pela mão-de-obra das mulheres e de menores – mais baratas – foram fatores que fizeram decrescer a importância desses trabalhadores.

Assim, sob a liderança de trabalhadores qualificados de ofício, o movimento operário foi moldado pelo discurso e pelas formas de organização desses trabalhadores. Até 1917, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, os trabalhadores fabris tiveram pouco peso na condução do movimento operário, a despeito de ser o setor que mais crescia e cujas empresas reuniam o maior número de operários. O próprio predomínio, até a segunda metade da década de 1910, de organizações sindicais fundadas sobre o ofício em detrimento das organizações baseadas no ramo de atividade ou no setor industrial dificultava uma maior participação de operários fabris nos movimentos coletivos. A principal exceção a essa lógica é o caso dos operários têxteis, cujas organizações, desde os primeiros anos do século XX, foram formadas com base na indústria, mas tinham inúmeras dificuldades para mobilizar o grande número de trabalhadores do setor<sup>37</sup>.

Ademais, a composição étnica foi um elemento mais de dissenso do que de consenso nos primórdios da organização operária. Segundo Cláudio Batalha:

---

<sup>35</sup> BATALHA, C., op. cit., 2003, p. 170.

<sup>36</sup> GEARY, Dick. *Apud* BATALHA, C., op. cit., 2003, p. 170.

<sup>37</sup> BATALHA, C., op. cit., 2003, p. 171.

(...) A origem rural da imensa maioria dos imigrantes, sem experiência sindical ou política anterior, a perspectiva de ascensão social e as diferenças culturais – tanto entre os diferentes grupos de imigrantes como destes com relação ao operariado nativo –, que freqüentemente resultam em conflitos étnicos, são alguns fatores que dificultam a organização operária. Entretanto, se não há dúvidas quanto à existência desses fatores, é muito difícil avaliar o seu peso efetivo e em que momentos tendem a exercer maior influência. No caso dos conflitos étnicos, por exemplo – sobre os quais não faltam testemunhos –, resta saber em que medida se trata de um fenômeno derivado da xenofobia e de identidades nacionais antagônicas dentro do movimento operário ou se trata de um fenômeno conjuntural, relacionado, por exemplo, com momentos de maior disputa pelo mercado de trabalho<sup>38</sup>.

Se um dos fatores que dificultaram a organização operária foram as divisões étnicas e os conflitos que delas derivam, outro fator, apontado por estudos recentes, é a perspectiva de “fazer a América”, ou seja, de enriquecer e voltar ao país de origem. Porém, deve-se salientar que a perspectiva de enriquecimento rápido, presente no imigrante recém-chegado, com o passar dos anos e em virtude das dificuldades enfrentadas, acabou suprimida, tanto que muitos participaram dos movimentos grevistas de 1917-1920. Ou seja, se havia alguns obstáculos para a organização dos imigrantes e dos trabalhadores brasileiros, as difíceis condições de vida e trabalho, durante a República Velha, mudaram esse quadro.

De qualquer forma, as associações mutualistas e de socorro mútuo foram as primeiras formas de organização da classe – surgiram na primeira metade do século XIX – com fins assistenciais e de ajuda mútua em casos de doenças, acidentes, velhice e outros. Com o tempo, algumas ultrapassaram o assistencialismo e reivindicaram melhores condições de vida e trabalho.

Contudo, não foram apenas os trabalhadores que se organizaram em associações mutualistas, pois houve inúmeros grupos étnicos que também fundaram entidades com essa finalidade. Em Passo Fundo, por exemplo, em maio de 1901 foi fundada a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*<sup>39</sup> (Sociedade Italiana de Mútuo Socorro), cuja “principal finalidade era ajudar os italianos estabelecidos no município<sup>40</sup>”. Em suma, tratou-se de uma associação de caráter étnico.

Aliás, também devemos lembrar que algumas sociedades mutualistas foram criadas pelas próprias empresas: os operários davam contribuições mensais para esta entidade, enquanto os donos da fábrica entravam com uma quota anual. Além disso, este fundo dispunha de recursos

---

<sup>38</sup> Idem, p. 166.

<sup>39</sup> A partir do dia 14 de junho de 1901, a entidade passou a se chamar Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Iolanda Margherita Di Savoia, em homenagem à princesa italiana, escolhida patrona da entidade. Em 1938, em virtude da Lei de Nacionalização do Estado Novo, a Sociedade Italiana passou a se chamar Clube Caixerai.

<sup>40</sup> D’AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Caixerai Campestre Tênis Clube 1901-2001: cem anos de história*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001, p. 17.

oriundos de multas recebidas por infrações ao regulamento interno das oficinas. Tudo isso garantia aos operários e suas famílias não só tratamento médico e fornecimento de medicamentos em caso de doença, como também pagamento de despesas de enterro e recebimento de uma diária para os operários enfermos impedidos de trabalhar<sup>41</sup>.

Posteriormente, essas primeiras formas de organização se desenvolveram e evoluíram para a formação de uniões e ligas operárias que se propunham a organizar a resistência dos trabalhadores contra o patronato. Por isso, são também conhecidas como “associações de resistência<sup>42</sup>” – um movimento associativo qualitativamente superior em relação ao mutualismo e que iria dar origem aos primeiros sindicatos brasileiros, surgidos no início do século XX<sup>43</sup>.

Segundo Ricardo Antunes<sup>44</sup>, os sindicatos operários têm como finalidade primeira impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e sua família. Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante.

Segundo Vito Gianotti<sup>45</sup>, a primeira lei sobre organização sindical no Brasil data de 1903. Na verdade, ela responde às necessidades dos patrões da área rural, que visavam construir suas associações de classe. A lei diz: “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais, de qualquer gênero, organizar entre si sindicatos para estudo, custeio e defesa de suas terras”. Em 1907, uma nova norma legislativa é baixada – Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907 – e nos seus dois primeiros artigos faz uma declaração de total liberdade sindical. Mas o terceiro artigo já contém o germe que será desenvolvido depois, na década de 1930:

Os sindicatos que se constituírem com espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes

---

<sup>41</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 68.

<sup>42</sup> A denominação “resistência” enfatizava sua diferença com relação às sociedades mutualistas, consideradas “beneficentes”. Porém, na prática a clara diferenciação entre os dois tipos de associação estava mais presente no discurso, pois diversas sociedades “de resistência” continuaram a prestar algum dos auxílios das sociedades mutualistas.

<sup>43</sup> SEGATO, J., op. cit., p. 35-36.

<sup>44</sup> ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 12.

<sup>45</sup> GIANNOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 18-19.

legais da classe integral dos homens do trabalho, e como tais poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão<sup>46</sup>.

Além das sociedades mutualistas (que eram a grande maioria das associações de trabalhadores) e das sociedades “de resistência”, em suas diversas variedades e instâncias, conviveram nesse período uma ampla gama de formas de organização dos trabalhadores, como cooperativas de consumo e de produção e associações culturais, recreativas, esportivas, educacionais e políticas. No entanto, freqüentemente mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência<sup>47</sup>.

Em Passo Fundo, durante a Primeira República, surgiram inúmeras associações que desempenhavam, ao mesmo tempo, atividades recreativas, esportivas e culturais. Porém, não eram associações de trabalhadores, mas de caráter étnico. Dentre elas, a já citada Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, que também proporcionava aos seus sócios jogos de *snooker* e bocha, além de atividades culturais relacionadas com a cultura italiana; a *Deutscher Verein*, ou Sociedade Alemã<sup>48</sup>, fundada em 1913; o Clube Visconde do Rio Branco, fundado em 1916, que reunia os afro-brasileiros; e a Sociedade Sírio-Libanesa, fundada em 1930, mas de curta duração<sup>49</sup>.

Segundo Cláudio Batalha, havia, fundamentalmente, três tipos de sindicatos ou sociedades de resistência durante a Primeira República: as associações pluriprofissionais (reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos industriais), as sociedades por ofício (reunindo unicamente operários de determinado ofício e, quando muito, de alguns ofícios similares) e os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Ainda havia casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios.

Os sindicatos pluriprofissionais surgiram, sobretudo, em cidades ou bairros com pouca ou nenhuma organização por ofício. Geralmente representavam a primeira forma de estrutura sindical possível, tendendo a desaparecer com o desenvolvimento de organizações específicas por ofício. Também adotavam denominações como união operária ou liga operária. (...) Os sindicatos de ofício constituem a base da organização operária na Primeira República, sendo o tipo de

---

<sup>46</sup> Idem, p. 19.

<sup>47</sup> BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 21.

<sup>48</sup> Em 1938, devido à Lei de Nacionalização do Estado Novo, a Sociedade Alemã transformou-se no Clube Recreativo Juvenil.

<sup>49</sup> D'AVILA, N., op. cit., p. 17.

organização predominante e tendendo a ser a forma priorizada pelo movimento operário, pelo menos até a segunda metade da década de 1910. Representavam, sobretudo, os ofícios mais qualificados e/ou com maior tradição organizacional (no caso da construção civil, por exemplo). Os sindicatos por indústria foram implantados com mais facilidade em atividades nas quais não existiam sindicatos de ofício fortes, como na indústria têxtil, que historicamente tivera como característica um acentuado processo de desqualificação, ou seja, em que o grau de mecanização permitia a eliminação da maioria das funções qualificadas. Em outros setores essa implantação variou em virtude da conjuntura vivida pelo movimento operário e também de cidade para cidade. Somente na conjuntura 1917-1919 que a defesa do sindicato por indústria ganhou força e o número de sindicatos desse tipo aumentou em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro<sup>50</sup>.

As principais reivindicações dos trabalhadores na época eram: maiores salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho. Reivindicações que se destacavam até porque, a não ser por algumas poucas regras legais limitando o trabalho de menores (em geral descumpridas), inexistia legislação trabalhista. Garantias de seguridade social (auxílio-doença, pensões para viúvas, aposentadorias, etc.) só existiam a partir de caixas assistenciais montadas pelos próprios trabalhadores<sup>51</sup>.

Gradativamente, os trabalhadores urbanos, qualificados ou não, buscaram nas “sociedades de resistência” uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao Estado no que diz respeito às questões do mundo do trabalho. Como referências políticas e formas de lutas para essas organizações estavam à disposição dos trabalhadores brasileiros uma série de análises críticas da sociedade e de propostas políticas de intervenção na realidade: socialismo, anarquismo, reformismo, cooperativismo, cristianismo social e, mais adiante, o comunismo<sup>52</sup>.

### **1.3. Política e ideologia**

Como nos lembra Cláudio Batalha<sup>53</sup>, a imagem mais corrente do operariado na Primeira República é a do italiano anarquista, pouco importando se esses imigrantes não se viam como italianos, mas como vênéticos, lombardos, napolitanos e calabreses, que não falavam um idioma comum; se vinham do campo e para lá iam, uma vez que eram, na origem, trabalhadores agrícolas ou pequenos agricultores; ou ainda, se a imensa maioria jamais tivera qualquer contato com o anarquismo. Assim, nessa perspectiva desapareceram os outros imigrantes, bem como os trabalhadores brasileiros, sobretudo os negros.

---

<sup>50</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 16-18.

<sup>51</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 9.

<sup>52</sup> Idem, p. 8.

<sup>53</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 7.

Ou seja, esses imigrantes que acabaram se integrando ao proletariado urbano brasileiro, em sua maioria, provinham de áreas rurais de seus países de origem, sem qualquer experiência prévia de trabalho industrial ou organização sindical. “Isso, evidentemente, não quer dizer que não existissem imigrantes com experiência prévia nos seus países de origem e cuja imigração se devia não a razões econômicas, mas a problemas políticos. Particularmente entre os militantes operários em São Paulo é possível encontrar vários casos que se encaixam nesse perfil<sup>54</sup>”. Portanto, se deve evitar generalizações e analogias, pois as idéias anarquistas chegaram ao Brasil através de uma parcela pequena dos imigrantes – e não necessariamente italianos.

Até os anos 1930, proliferou uma sucessão de partidos socialistas de duração efêmera, quase sempre de expressão puramente local, que jamais alcançaram uma unidade duradoura e nem uma organização nacional única. Segundo Cláudio Batalha, professavam um socialismo eclético, marcado pelo forte viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo do período da Segunda Internacional, cuja proximidade com a matriz original marxista era, por vezes, mais simbólica do que real. A maioria desses partidos defendia um programa de reformas (voto secreto, ampliação do direito de voto, revogabilidade dos mandatos, jornada de oito horas, criação de tribunais arbitrais entre patrões e empregados, direito de greve, etc.) e pretendia concretizá-lo por meio de pressões e da eleição de seus representantes. Porém, o sistema eleitoral da Primeira República dificultava esse projeto<sup>55</sup>.

Por sua vez, o anarquismo no Brasil começou a se difundir, sobretudo, a partir dos anos 1890, através de grupos de propaganda informais, periódicos e participando de associações diversas no meio operário, inclusive nos sindicatos. O ideário comum dos anarquistas passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pelo federalismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo<sup>56</sup>.

Cláudio Batalha<sup>57</sup> lembra que, em sua maioria, os anarquistas, no Brasil, eram seguidores das posições do russo Pedro Kropotkin e do italiano Enrico Malatesta, representantes da corrente que se convencionou chamar anarco-comunista e que dominou o anarquismo internacional a partir dos anos 1880. Havia ainda uma minoria de representantes do chamado anarco-individualismo, seguidores das posições do alemão Max Stirner e também influenciados por seu

---

<sup>54</sup> BATALHA, C., op. ct., 2003, p. 165-166.

<sup>55</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 21-22.

<sup>56</sup> Idem, p. 23-24.

<sup>57</sup> Idem, p. 24.

compatriota Friedrich Nietzsche. A diferença fundamental entre as duas correntes residia, sobretudo, na maneira de encarar a ação anarquista e a transformação social: ação individual, para os individualistas, e coletiva, para os comunistas.

Segundo Ricardo Antunes<sup>58</sup>, no movimento sindical o *trade-unionismo* (que aspirava a reivindicações predominantemente econômicas) já não era a única tendência. Uma segunda tendência emergiu em países como França e Itália, onde a classe operária ainda não atingira o grau altamente concentrado da indústria inglesa e onde a exploração capitalista atingia níveis ainda mais violentos. Precursora do anarquismo, esta segunda corrente se auto-intituiu “revolucionária”. Enfatizando que a sociedade capitalista não se transformaria através de reformas, os “sindicalistas revolucionários”, ou “anarco-sindicalistas”, acreditavam que somente a greve geral poderia levar à transformação radical da sociedade. Os principais teóricos dessa corrente foram o francês Georges Sorel e o italiano Arturo Labriola. Eles acreditavam que a prática da luta exclusivamente econômica, através da ação direta nas fábricas e da deflagração da greve geral, constituía-se na única forma de ação efetivamente revolucionária da classe operária. Sorel ainda rechaçava a necessidade da luta política e negava qualquer forma de organização partidária, entendida sempre como sendo utópica e reacionária.

Portanto, embora comportando algumas tendências distintas, o anarquismo enfatizava o papel do sindicato não só como órgão de luta, mas também como núcleo básico da sociedade anarquista. A concepção anarquista propagou-se nos países europeus de menor desenvolvimento capitalista e de menor concentração industrial, onde predominavam as pequenas indústrias como na Espanha, França, Itália, Portugal, e penetrou também na maioria dos países latino-americanos<sup>59</sup>, dentre eles o Brasil.

Outra corrente do movimento sindical, que tem suas origens no *trade unionismo* inglês, é aquela denominada reformista – por se opor à atuação revolucionária do proletariado. Sem negar o princípio de que os sindicatos constituem um meio de luta a fim de obter reivindicações justas, os reformistas pretendiam a melhora da situação dos trabalhadores dentro do sistema capitalista. O maior exemplo dentro dessa corrente é o sindicalismo norte-americano, cujo caráter apolítico pauta sua atuação no terreno estritamente economicista e reivindicatório<sup>60</sup>.

Também havia outras correntes que atuavam no movimento operário, mas de forma menos visíveis, como o positivismo, o cooperativismo e o catolicismo. O positivismo esteve

---

<sup>58</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 20.

<sup>59</sup> Idem, p. 21.

<sup>60</sup> Idem, p. 21-22.

presente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul<sup>61</sup>. O cooperativismo, por sua vez, não representaria mais do que uma “nota de rodapé” na história do movimento operário brasileiro não fosse pela aliança que constituiu, em 1923, com o nascente PCB<sup>62</sup>.

Bem mais representada que o positivismo ou o cooperativismo no meio operário estava a corrente católica, através de organizações ligadas à Igreja, que buscava subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical. Sem romper com a concepção reformista e com base na doutrina social da Igreja católica – na encíclica *Rerum Novarum*, lançada pelo papa Leão XIII em 1891 –, “essa corrente adota uma ampla colaboração social e reconhece a legitimidade do princípio das organizações sindicais, sem que isto implique radicais transformações no regime capitalista da propriedade privada. A concepção cristã atribui ao capitalismo a necessidade de desenvolver sua função social, tornando-o um sistema ‘justo e equitativo’<sup>63</sup>”.

Com esse intuito, organizações leigas estavam presentes nos principais centros urbanos, a partir de fins do século XIX, dispondo, com frequência, de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entendimento entre trabalhadores e patrões e contrária às greves, mescladas a uma tímida denúncia dos males da industrialização e um virulento anti-socialismo<sup>64</sup>.

Rejeitavam, portanto, a violência e a luta de classes, quer do lado patronal, quer do lado operário. “A influência do sindicalismo cristão é ainda hoje bastante grande em alguns países, como a Itália<sup>65</sup>”. No Brasil, somente a partir dos anos 1930 é que o catolicismo iria assumir uma atitude mais militante de disputa pelo movimento sindical.

Em suma, no campo da luta sindical, até o início da década de 1920, houve, essencialmente, duas concepções da prática sindical: o sindicalismo de ação direta<sup>66</sup> – ou

---

<sup>61</sup> No Rio de Janeiro, o principal representante dessa corrente foi o torneiro mecânico e armeiro Francisco Juvêncio Sadock de Sá (1856-1921), que criou organizações como o Círculo dos Operários da União (1909) e o Círculo Operário Nacional (1916). Já no Rio Grande do Sul, essa corrente aparece a partir da década de 1910 através da aproximação entre dirigentes operários e o PRR, que fez do positivismo uma ideologia de Estado. A atuação dos positivistas nos meios operários consistia em levar adiante reivindicações relacionadas com a melhoria das condições de vida e trabalho, mas defendendo esses pontos através de apelos às autoridades, a apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e a busca de formas de entendimento sem utilizar a greve e outras formas mais radicais de luta. Em suma, pretendiam, a seu modo, garantir uma certa cidadania social para os trabalhadores, pondo em prática a máxima de Comte da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”. In: BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 25-26.

<sup>62</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 27.

<sup>63</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 23.

<sup>64</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 27-28.

<sup>65</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 23.

<sup>66</sup> Inspirado na política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa e por uma certa influência anarquista.

revolucionário – e o sindicalismo reformista. O sindicalismo de ação direta – o mais difundido e atuante – rejeitava a intermediação no conflito entre trabalhadores e patrões, na proibição da existência de funcionários remunerados nos sindicatos, na defesa da greve como forma de luta, entre várias outras. Foram essas concepções que dominaram as resoluções dos Congressos Operários Brasileiros de 1906, 1913 e 1920<sup>67</sup>.

Já o sindicalismo reformista, também chamado pejorativamente de sindicalismo “amarelo” – designação que indicava, no caso francês, um sindicalismo estimulado e financiado pelos patrões –, nunca foi ideologicamente homogêneo e jamais alcançou uma unidade organizacional<sup>68</sup>, tendo sido, antes de tudo, uma concepção do funcionamento do sindicato e uma prática sindical partilhadas por uma constelação de correntes: socialistas de diferentes matrizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos. Era um sindicalismo que via a necessidade de organizações duradouras, fortes e financeiramente sólidas para alcançar seus objetivos<sup>69</sup>.

Para o sindicalismo reformista, a greve era o último recurso, jamais um fim em si mesmo, pois o que importava era a obtenção de ganhos, mesmo que parciais, em qualquer movimento. Para verem atendidas as reivindicações apresentadas, qualquer ajuda era bem-vinda, inclusive a intermediação de advogados, políticos e autoridades. Mas a idéia de que toda conquista obtida era provisória conduziu esse sindicalismo à defesa da consolidação dos ganhos do movimento operário através das leis<sup>70</sup>.

Entretanto, no início dos anos 1920 inicia-se um novo ciclo no movimento sindical brasileiro, sobretudo devido a uma crise ideológica. “A presença de ex-anarquistas e ex-sindicalistas revolucionários entre os fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922, dificilmente podem ser explicadas sem levar em conta essa crise ideológica<sup>71</sup>”.

Nesse sentido, segundo Ricardo Antunes<sup>72</sup>, a incapacidade teórica, ideológica e política da concepção anarquista na condução das grandes greves desse período, acrescida da grande influência causada pela vitória da Revolução Socialista na Rússia, fez com que um grupo de militantes anarco-sindicalistas rompesse com essa concepção e, em 1922, fundasse o Partido

---

<sup>67</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 29-35.

<sup>68</sup> O mais próximo que o sindicalismo reformista chegou de uma unidade foi a realização, em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, do IV Congresso Operário Brasileiro. Mesmo assim, tanto o congresso como a Confederação Brasileira do Trabalho reuniram apenas uma parcela do sindicalismo reformista.

<sup>69</sup> BATALHA, C., op. ct., 2000, p. 29-35.

<sup>70</sup> Idem, p. 29-35.

<sup>71</sup> Idem, p. 58.

<sup>72</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 43.

Comunista. De fato, no Congresso de fundação do PCB, com exceção do alfaiate Manuel Cendón, todos os demais membros eram oriundos do anarco-sindicalismo: Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro (intelectuais), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (tipógrafo), Luís Peres (varredor), Hermógenes da Silva (eletricista), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias (construção civil). Isso marcou o início de uma nova fase do nosso movimento operário, agora organizado politicamente em um partido, cujo objetivo era dirigir a revolução no Brasil.

Após sua criação, o PCB começou a mudar a orientação do movimento sindical no país: os comunistas procuraram reorientar o movimento sindical, diferenciando-se da política sindical dos socialistas e dos anarquistas, propondo uma política de unidade sindical (a defesa de um único sindicato por categoria ou ramo industrial<sup>73</sup>, o que facilitaria monopolizar a representação operária) adotando, para isso, uma política agressiva pela conquista pela hegemonia nos sindicatos<sup>74</sup>.

Para os comunistas, que seguiam as orientações de Lênin, os sindicatos, quando totalmente isolados das demais lutas de toda a sociedade, acabam incorrendo a uma atuação demasiadamente economicista, *trade unionista*. Nesse sentido, para os comunistas, a importância da sua atuação dentro dos sindicatos estava em transformar a luta *trade unionista* numa luta mais ampla pelo fim do sistema capitalista. Assim, os sindicatos se tornariam uma organização “educadora” da massa operária, uma organização que dá “instrução”, uma escola de “governo”, uma escola de “administração”, enfim, *uma escola de comunismo*<sup>75</sup>.

Ou seja, para os comunistas “os sindicatos deveriam ser uma ‘escola de guerra’, uma escola preparatória para os operários na luta contra o capitalismo. Daí a necessidade premente de os operários mais avançados instruírem, ilustrarem, educarem as camadas mais atrasadas da classe operária<sup>76</sup>”. Portanto, como se vê, os sindicatos tinham uma importância fundamental para os comunistas: é através deles que os “operários mais avançados” militavam junto aos trabalhadores, mostrando-lhes a necessidade de se fazer a revolução e acabar com o sistema capitalista.

---

<sup>73</sup> O princípio da unidade sindical garante a existência de um único sindicato representativo para cada ramo de atividade em uma determinada região. Com isso evita-se a divisão e o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical. In. ANTUNES, R., op. ct., p. 30.

<sup>74</sup> SEGATTO, J., op. ct., p. 39.

<sup>75</sup> Lênin. *Apud* ANTUNES, R., op. ct., p. 24-25.

<sup>76</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 27.

#### 1.4. Os Congressos, as Confederações e as Federações operárias

As organizações operárias, com frequência, faziam parte de federações locais ou estaduais, alternando-se períodos de funcionamento com períodos de ostracismo. Já todas as tentativas de construir centrais nacionais, nesse período, não frutificam, pois a Confederação Operária Brasileira (COB) contava apenas com a estrutura da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), sem ter uma efetiva organização própria, nem tampouco uma dimensão nacional<sup>77</sup>.

TABELA 1 – RESUMO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ACERCA DOS CONGRESSOS, DAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES OPERÁRIAS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL (1898-1930)

ANO	EVENTO	COMENTÁRIO
1898	I Congresso Operário do Rio Grande do Sul	<p>- O Congresso, ocorrido nos dias 1º e 2 de janeiro, em Porto, contou com a participação da <i>Allgemeiner Arbeiterverein</i><sup>78</sup> (Sociedade Geral dos Operários); do Club 1º de Maio, da Margem; da sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre; da Liga Operária Cachoeirense, de Cachoeira do Sul; da Liga Operária Internacional, de Porto Alegre e São Leopoldo; da Sociedade Mútua Proteção, de Alegrete; e da União Operária, de Cruz Alta.</p> <p>- Convocado por militantes socialistas, com a participação de lideranças anarquistas, o encontro reuniu trabalhadores de diversas regiões do estado, de variadas origens étnicas – destaca-se a participação da Floresta Aurora, clube de população negra porto-alegrense – e de diversos ramos produtivos. Entre outras, não participaram do encontro a Liga Operária de Pelotas e a União Operária de Rio Grande.</p>

<sup>77</sup> BATALHA, C., op. cit., 2000, p. 18-19.

<sup>78</sup> Fundada em 1892, em Porto Alegre, era formada por trabalhadores de origem alemã.

		- O encontro aprovou a formação de bibliotecas e escolas operárias, Comissão Central de Correspondência, a convocação anual de congressos operários estaduais, a boicotagem como método de ação e elegeu uma Comissão Central da Confederação Operária Sul Rio-Grandense. O encontro reafirmava a hegemonia socialista sobre o nascente movimento operário organizado gaúcho.
1905	Criação da Federação Operária de São Paulo (FOSP)	
1906	I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro	- Deste congresso participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário: a anarco-sindicalista e o socialismo reformista. Entretanto, a presença majoritária foi dos anarco-sindicalistas; - Contando com 43 delegados representando os centros mais dinâmicos, lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja luta era direcionada para as reivindicações básicas, além de uma intensa campanha de solidariedade aos operários de outros países - Uma das preocupações do I Congresso foi a transformação de todas as entidades operárias em sindicatos de ofício, cujos objetivos seriam a defesa dos interesses econômicos e a resistência.
1906	Criação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ)	Surgiu em consequência do I Congresso Operário Brasileiro.
1906	Criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)	- A greve geral de 1906, em Porto Alegre resultou em conquistas parciais e na fundação da FORGS.

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participaram da formação da FORGS a <i>Allgemeiner Arbeiterverein</i>, a Sociedade dos Trabalhadores Polacos (<i>Towarzyswo Naprzed</i>), a União dos Empregados em Madeira, a União dos Alfaiates, a União dos Pedreiros, a União dos Chapeleiros e a União dos Tecelões.</li> <li>- Inicialmente no controle da FORGS, os socialistas gaúchos perderam a hegemonia da entidade para os anarquistas em 1911.</li> </ul>
1905	Criação da Federação Operária de São Paulo (FOSP)	
1906	I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deste congresso participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário: a anarco-sindicalista e o socialismo reformista. Entretanto, a presença majoritária foi dos anarco-sindicalistas;</li> <li>- Contando com 43 delegados representando os centros mais dinâmicos, lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira (COB), cuja luta era direcionada para as reivindicações básicas, além de uma intensa campanha de solidariedade aos operários de outros países</li> <li>- Uma das preocupações do I Congresso foi a transformação de todas as entidades operárias em sindicatos de ofício, cujos objetivos seriam a defesa dos interesses econômicos e a resistência.</li> </ul>
1906	Criação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ)	Surgiu em consequência do I Congresso Operário Brasileiro.
1917	A FORGS cria a Liga de Defesa Popular (LDP)	- A FORGS, face à agitação e descontentamento reinante na classe operária, resolveu convocar uma

		<p>reunião para recolher a opinião de distintos setores operários. Como resultado desta reunião, da qual participaram oradores de São Paulo e Curitiba, a FORGS constituiu a Liga de Defesa Popular (LDP), que se encarregaria de dar os passos necessários para melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras<sup>79</sup>.</p> <p>- A Liga de Defesa Popular, além de reafirmar a exigência das 8 horas de trabalho para homens e 6 para mulheres e crianças, lançou reivindicações populares, como, por exemplo, a diminuição dos preços dos alimentos e a criação de mercados livres nos bairros operários.</p>
1919	Fechamento da FORGS	Em virtude dos acontecimentos da Greve em Porto Alegre.
1920	II Congresso Operário do Rio Grande do Sul	Ocorrido entre 21 e 25 de março, em Porto Alegre, o Congresso serviu como preparação para o III Congresso Operário Brasileiro e contou com delegações de 30 associações operárias, no qual dominaram as teses anarco-sindicalistas.
1920	III Congresso Operário Brasileiro	Nesse congresso, o COB reafirmou os temas e propostas, com poucas modificações, dos dois congressos anteriores. Se a retórica foi similar à dos congressos de 1906 e 1913, houve um maior esforço no sentido de desideologizar determinadas questões, talvez em parte por ter sido, do ponto de vista ideológico, o mais amplo dos congressos operários, reunindo praticamente todas as correntes.
1923	Criação da Liga Operária	Em 1923, paralelamente à radicalização política,

<sup>79</sup> Sobre mais detalhes acerca da LDP ver: PETERSEN, S., op. cit., p. 308-309.

	Republicana (LOR)	que acabou desembocando no conhecido incidente revolucionário, o governo borgista, em uma tentativa de cooptar politicamente os trabalhadores, criou a Liga Operária Republicana (LOR), em 13 de novembro. A criação da LOR, sob os princípios da “ordem” e do “progresso” e patrocinada pelo PRR, foi como uma resposta à atuação dos partidários de Assis Brasil, que exploravam politicamente os baixos salários recebidos pelos operários, bem como a repressão sofrida por estes em algumas ocasiões. Portanto, além do necessário apoio ao governo instituído, a LOR contribuía para a preservação da ordem, procurando evitar o conflito entre as classes. Ademais, a LOR representou uma mera estratégia do governo e sua existência vem demonstrar que a população trabalhadora assumia uma determinada importância, sendo disputada como massa eleitoral.
1925	III Congresso Operário do Rio Grande do Sul	Realizada na capital, este Congresso reafirmou as posições anarco-sindicalistas, ainda hegemônicas no estado.
1929	Criação da Confederação Regional do Trabalho, no RS	Esta Confederação fundiu-se, posteriormente, na Confederação Geral do Trabalho.
1929	Criação da Confederação Geral do Trabalho no Brasil	Criado a partir de um congresso nacional –o Congresso Sindical Nacional – organizado pelos comunistas e com representantes dos sindicatos de vários estados, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, foi uma organização que procurou congregar os sindicatos influenciados pelos comunistas.

Fontes: BATALHA, C., op. ct., 2000; ANTUNES, R., op. ct.; SEGATTO, J., op. ct.; PETERSEN, S., op. ct.; PESAVENTO, S., op. ct.; MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2001.

### 1.5. As greves

Ao analisarmos as características da Primeira República, constatamos a existência, por um lado, de um contexto histórico que limitava a ação operária e, por outro, de condições de vida e de trabalho potencialmente geradoras de conflitos: 1) uma estrutura sócio-política em que os trabalhadores eram marginalizados; 2) a inexistência de canais institucionalizados de diálogo com o poder e com as classes patronais (a existência dos sindicatos profissionais reconhecidos pelo decreto-lei 1.637, de 05/01/1907, não significou sua institucionalização como órgão representativo da classe, isto é, os sindicatos existem apenas para seus membros); 3) um Estado que relegava as relações de trabalho ao âmbito privado e seu controle à polícia (o Estado não intervinha nas relações de produção, praticamente inexistia uma legislação social reguladora das relações de trabalho)<sup>80</sup>.

Nesse contexto potencialmente gerador de conflitos, as greves foram a principal via de reivindicação dos trabalhadores. Abaixo segue um pequeno resumo das principais greves no Brasil e no Rio Grande do Sul durante a República Velha.

TABELA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS GREVES NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL (1858-1930)

Ano	Greve
Século XVIII	Salvo engano, a primeira greve de assalariados urbanos no Brasil foi a dos construtores de armas, no Rio de Janeiro.
1858	Greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro. O movimento reivindicava aumentos salariais e foi dirigido pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense.
1863	Greve dos ferroviários da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro.
1977	Greve dos estivadores de Santos.
1890	Greve dos tipógrafos, em Pelotas. Reivindicavam condições de pagamentos do trabalho.
1893-1897	Greves em Pelotas, Rio Grande e São Leopoldo, envolvendo diversas categorias.

<sup>80</sup> PETERSEN, S., op. ct., p. 278-279.

	Reivindicavam aumento salarial.
1897-1906	Entre as numerosas greves ocorridas entre a virada do século e 1906, é importante destacar uma greve nas docas de Santos (1887), que assumiu características de greve geral em toda a cidade; e a greve da indústria têxtil no Rio de Janeiro (1903). No RS, há registros de pequenas greves em Pelotas e Rio Grande.
1906-1908	Esses anos foram marcados por um aumento significativo de greves, que eclodiram em diversas regiões, envolvendo diferentes categorias profissionais. Dentre os movimentos grevistas, algumas merecem destaque: <ul style="list-style-type: none"> <li>- a greve geral em Porto Alegre, em 1906<sup>81</sup>;</li> <li>- a greve dos docas de Santos, com quase um mês de duração, em 1908, que paralisou praticamente toda a cidade;</li> <li>- a greve dos ferroviários da Cia. Paulista, que durou 15 dias e recebeu a adesão de outras categorias de São Paulo.</li> </ul>
1909-1911	Reduziu-se o número de greves, em virtude da repressão. Mesmo assim, no RS há registros de esporádicas greves em Rio Grande, Porto Alegre, Livramento e Cachoeira.
1912	- Grande greve em São Paulo, organizada, basicamente, por têxteis e sapateiros e com a participação de aproximadamente 100 mil operários. As principais reivindicações eram aumento salarial e redução da jornada de trabalho para 8 horas. Esta greve durou um mês e teve conquistas parciais. <p>- Várias das greves de 1912 representavam uma retomada da luta pela jornada de oito horas. A mais importante delas ocorreu em Juiz de Fora, envolvendo várias categorias e assumindo as dimensões de uma greve “quase geral”. Esta paralisação teve desenlaces desiguais e, de modo geral, não viu atendida sua reivindicação principal.</p> <p>- Os anos de 1912 e 1913 foram marcados também pela agitação contra a lei de expulsão de estrangeiros e pela campanha contra a carestia em virtude do crescente</p>

<sup>81</sup> Esta foi a primeira greve geral em Porto Alegre, envolvendo mais de 3 mil operários de diversas categorias. A principal reivindicação desse movimento foi a redução da jornada para oito horas, mas conseguiram para nove horas. Mais detalhes sobre essa greve ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Ver também: PETERSEN, S., op. ct.

	<p>aumento no preço dos gêneros alimentícios.</p> <p>- No RS, houve greves em Rio Grande, Santa Maria e Livramento.</p>
1913-1916	<p>Nesses anos, o número de greves diminuiu sensivelmente. Porém, no RS, Petersen registra 17 greves, nas cidades de Rio Grande, Porto Alegre, Santa Maria, Bagé, Alegrete e São Jerônimo.</p>
1917 <sup>82</sup>	<p>Grandes greves em todo o país:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Greve Geral em São Paulo;</li> <li>- Greves gerais ou generalizadas no Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre;</li> <li>- Greve dos Ferroviários do Rio Grande do Sul, envolvendo praticamente todos os municípios servidos pela Viação Férrea (inclusive em Passo Fundo);</li> <li>- Também houve diversas outras greves parciais em várias localidades. No RS, por exemplo, houve greves em Pelotas, Caxias do Sul, Montenegro e Jaguarão.</li> </ul>
1918	<p>Em 1918 houve um certo arrefecimento dos movimentos grevistas, mas prosseguiram greves localizadas. No RS, houve greves em Porto Alegre, Rio Grande, Triunfo e Arroio dos Ratos.</p>
1919-1920	<p>O ano de 1919 e o início de 1920 marcaram o auge dos movimentos reivindicatórios. No RS registraram-se inúmeras paralisações, principalmente em Porto Alegre<sup>83</sup>, e em outras cidades (inclusive Passo Fundo).</p> <p>Ao mesmo tempo, 1919 é o ano em que a repressão se torna sistemática. Daí em diante as mobilizações começaram a diminuir sensivelmente, subsistindo apenas algumas movimentações grevistas muito localizadas e esporádicas, sem importância maior.</p>
1921-1926	<p>Devido à violenta repressão - com a expulsão de estrangeiros, prisões, fechamento de sindicatos e decretação do Estado de Sítio<sup>84</sup> - as mobilizações e as greves chegaram a praticamente desaparecer nesses anos.</p>

<sup>82</sup> Sobre mais detalhes acerca das greves de 1917 no Rio Grande do Sul, ver: BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1973. Ver também PETERSEN, S., op. ct., p. 307-315.

<sup>83</sup> Sobre a greve de 1919 em Porto Alegre ver: PETERSEN, S., op. ct., p. 316-321.

1926	Retomada mais intensa da atividade sindical e política, além do reaparecimento da imprensa operária e dos movimentos grevistas, pelo menos até 1935. Em meio a esse processo, volta a acirrar-se a disputa pelo controle das organizações operárias, dessa vez opondo primordialmente comunistas e reformistas.
1929-1930	Nesse período pipocaram inúmeras greves no Brasil e no Rio Grande do Sul.

FONTE: SEGATTO, J., op. ct.; PETERSEN, S., op. ct., p. 290-302; BATALHA, C., op. ct., 2000; ANTUNES, R., op. ct.

Observando o quadro acima, o período de 1917/1920, em decorrência da crise de produção após a I Guerra Mundial e da vertiginosa queda dos salários dos trabalhadores, caracterizou-se por uma onda de greves de massas que, em muitos lugares, assumiram proporções grandiosas. Esse período correspondeu também ao auge do movimento anarquista, que era até então a liderança mais significativa do movimento operário brasileiro<sup>85</sup>.

Dentre as greves acima citadas, a greve da Viação Férrea de 1917 merece um destaque, sobretudo porque envolveu o município de Passo Fundo.

A greve dos trabalhadores da Viação Férrea teve início em 31 de julho, em Santa Maria (centro ferroviário mais importante do estado), após as suas reivindicações não serem atendidas (reivindicaram, junto ao inspetor Cartwright, um aumento salarial, a jornada de 8 horas e a semana inglesa). Logo a greve se estendeu aos outros municípios servidos pela Viação Férrea: Bagé, Livramento, Carazinho, Porto Alegre, Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias do Sul, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo, Caí, Montenegro, Júlio de Castilhos, Dom Pedrito e Gravataí.

Porém, a greve enfraquecida em virtude da perda de adesões, foi interrompida em 9 de agosto, mas tomou corpo novamente em 16 de outubro. Agora os trabalhadores reivindicavam também a demissão de Cartwright, o fim no atraso dos pagamentos, o retorno do escritório da Companhia para Santa Maria e dos operários deslocados para Rio Grande e Gravataí.

Frente ao impasse a que se havia chegado, foi constituída uma comissão de arbitragem, integrada por um representante do governo federal e outra da *Cie. Auxiliaire*, para apreciar as demandas dos grevistas. Borges de Medeiros, escolhido pelos grevistas como seu representante,

---

<sup>84</sup> O estado de sítio, instalado em julho de 1922, em virtude do levante tenentista, foi prorrogado por diversas vezes até dezembro de 1926, exercendo influência decisiva na desorganização das associações operárias: sob o estado de sítio multiplicaram-se as invasões policiais e o fechamento de sindicatos.

<sup>85</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 41-42.

estabeleceu um acordo entre a Viação Férrea e os grevistas, com o que se suspendeu a greve no dia 3 de novembro.

### **1.6. A questão social e as primeiras leis trabalhistas**

Segundo Luiz Werneck Vianna, a mitologia estadonovista criou duas tradições sobre a história da criação das leis do trabalho: a primeira dizia respeito ao seu caráter de outorga por parte do Estado, independentemente da pressão exercida por boa parte da classe trabalhadora; a outra concebia a Revolução de 1930 como um marco divisor, quando a partir de então a chamada “questão social” teria deixado de se constituir num “caso de polícia”, passando o Estado a disciplinar o mercado de trabalho em benefício dos assalariados<sup>86</sup>.

No entanto, devemos lembrar a pré-existência da legislação trabalhista antes de 1930. De fato, alguns direitos fundamentais do trabalho – como o descanso dominical, a jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, as férias, as caixas de seguro e a lei de acidentes de trabalho – antecedem a 1930.

Portanto, embora não podemos esquecer a radical diferença entre os dois períodos históricos – antes e depois de 1930 –, também não podemos negligenciar o fato de que as leis trabalhistas tiveram existência nessas duas configurações de Estado. A diferença é que no pós-1930 elas não foram encaradas apenas no seu âmbito econômico, mas também como uma questão política.

Nos primeiros anos da República, a “questão social” foi discutida e, inclusive, chegou-se a regulamentar o trabalho do menor<sup>87</sup> – Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891 – que, apesar de publicado no *Diário Oficial*, jamais entrou em vigor. No entanto, a Constituição de 1891 consagrou o “liberalismo excludente” e, dessa forma, os trabalhadores estavam à margem não só dos direitos sociais, mas também dos direitos de participação política e de cidadania.

Em 1912, foi apresentado um projeto que propunha a jornada de 8 horas e o pagamento de 2/3 do salário em caso de invalidez. Porém, tal projeto não foi aprovado.

---

<sup>86</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 31.

<sup>87</sup> Segundo Werneck Vianna, o texto da lei determina condições de higiene e jornada para o trabalho dos menores, proibindo a estes o exercício de tarefas insalubres ou perigosas, como limpeza e direção de máquinas em movimento, trabalho ao lado de rodas ou engrenagem, correias em ação, bem como aquele que demandasse esforço excessivo. Previam-se pesadas multas para os infratores, ao passo em que se submetia o trabalho industrial à fiscalização de um inspetor geral, que anualmente deveria apresentar relatório sobre as unidades fabris inspecionadas.

Contudo, à medida que o Brasil foi se urbanizando e o contingente de trabalhadores urbanos crescendo e se organizando, a “questão social” foi assumindo relevância até se agravar, no decorrer do período da Primeira Guerra Mundial, em virtude da elevação geral do custo de vida, conjugada a um baixo nível salarial, o que catalisou a eclosão e a proliferação de greves operárias<sup>88</sup>.

Frente a este quadro, “a burguesia urbana tinha de enfrentar toda a manifestação grevista e reivindicatória dos sindicatos operários e também todo o discurso anti-industrialista da época, em duas frentes básicas: o da legislação social e o da legislação alfandegária<sup>89</sup>”.

Embora a repressão aos movimentos sociais urbanos fosse amplamente utilizada, com o crescimento da organização operária as questões entre capital-trabalho tornaram-se uma questão que preocupavam as esferas governamentais e foi alvo de intensos debates no Congresso Nacional. Angela de Castro Gomes<sup>90</sup> menciona a existência de três principais correntes que debateram esta questão no Congresso: a dos deputados “trabalhistas” que, tendo bases eleitorais no operariado do Rio de Janeiro, denunciavam os problemas sociais; a dos paulistas, a mais representativa economicamente, que endossa a necessidade da elaboração de uma legislação social como forma de superar a contestação operária; e a sul rio-grandense, negadora da intervenção do Estado na regulamentação do trabalho.

No decorrer do ano de 1917, o deputado Maurício de Lacerda, da “corrente trabalhista” da Câmara, apresentou uma série de projetos visando regulamentar as condições de trabalho (ele apresentou projetos que visavam o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho; a regulamentação do trabalho feminino e de menores; a criação de creches em estabelecimentos industriais com mais de 10 operários; a criação de um contrato de aprendizagem e o estabelecimento de Comissões de Conciliação e Conselhos de Arbitragem, com representação de operários e patrões). Todos estes projetos estavam respaldados na ação regulamentadora e fiscalizadora de um Departamento Nacional do Trabalho<sup>91</sup>.

Enquanto tais questões eram debatidas na Câmara, no Senado era retomada a discussão do projeto do senador paulista Adolfo Gordo sobre os acidentes de trabalho e a responsabilidade dos patrões na reparação dos mesmos. Desta forma, justamente no momento em que o país era

---

<sup>88</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 198.

<sup>89</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 61.

<sup>90</sup> Ver GOMES, A., op. ct., 1979.

<sup>91</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 207.

assolado por uma onda de greves, o debate sobre a questão social tomou conta do Congresso Nacional<sup>92</sup>.

Sem dúvida, um das “pedras no caminho” para a regulamentação das leis trabalhistas durante a Primeira República foi o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Tanto no âmbito estadual quanto no federal – através de sua numerosa bancada no Congresso Nacional –, o PRR refutava veementemente a intervenção do Estado no mercado de trabalho.

Embora o anti-liberalismo doutrinário se constituiu num fato marcante na vida política do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, a postura do PRR, negando a intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, parece assumir um caráter contraditório:

O positivismo parte do pressuposto de que os interesses sociais antagônicos podem e devem ser conciliados, e, para tanto, despoja-se o Estado do seu conteúdo de classe, de expressão e manutenção da supremacia de um grupo sobre os demais. (...) Portanto, a concepção comtiana retira do Estado sua característica classista e mantém apenas seu conteúdo técnico, de assegurar a preservação da ordem e garantir o progresso da vida material<sup>93</sup>.

Em outras palavras, o positivismo propunha a neutralidade governamental diante dos interesses sociais particulares: “o Estado devia interferir na ordem pública apenas para garantir o livre desenvolvimento da iniciativa industrial, sem apoiar grupos específicos, limitando-se a iniciativas relacionadas à educação, ao transporte e à indústria<sup>94</sup>”. Para o Estado positivista, tal conflito deveria ser equacionado através da educação positiva e da moral:

Neste sentido, a ciência, a educação e a moral se convertem num instrumento poderoso de controle social e de veiculação ideológica de uma forma específica de reorientação da sociedade, na qual os indivíduos devem se apresentar despidos de seus interesses egoístas e particulares, neutralizando, assim, o conflito em função da garantia da estabilidade social do chamado “bem comum”.

No tocante à “desigualdade natural” entre os homens, a solução estaria em moralizar os capitalistas mediante uma sã doutrina social, a fim de que eles cheguem a compreender e aceitar os seus precípuos deveres para com o proletariado<sup>95</sup>.

Portanto, de acordo com as matrizes positivistas, o Estado deveria manter uma posição neutra, pois considerava que os conflitos de interesses entre o capital e o trabalho caberiam apenas aos interessados resolver através da educação e da moral – caberia aos patrões a tarefa de

---

<sup>92</sup> Idem, p. 207.

<sup>93</sup> Idem, p. 103.

<sup>94</sup> MAESTRI, M., op. ct., p. 64.

<sup>95</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 101-102.

“incorporar o proletariado à sociedade moderna” e o Estado dava o exemplo através do tratamento que despendia aos seus funcionários.

Outra forma de impedir o conflito era preveni-lo. Neste caso, as medidas mais eficazes poderiam vir através da educação e da moral, disciplinando o proletariado e habilitando-o ao trabalho fabril – tarefa que foi alvo de preocupação do governo castilhista-borgista desde o início da República. O governo também adotou outras medidas estratégicas para coibir os conflitos urbanos, como o investimento em habitação, transporte saneamento, além de muitas vezes tabelar o preço dos gêneros de primeira necessidade. Assim, o enfrentamento da questão social através de melhoramentos urbanos ajustava-se aos princípios positivistas: “preservar a ordem para obter o progresso”; “prever para prover”; “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, etc.

Voltando ao Congresso, frente aos debates, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara reuniu todas as propostas num único projeto: o Projeto nº 284, que instituía o Código do Trabalho. O projeto fixava o dia de 8 horas de trabalho, autorizando, porém, sua prorrogação; proibía o trabalho noturno de mulheres e garantia-lhes o direito de descanso remunerado 25 dias antes e 25 dias depois do parto; limitava em 10 anos de idade o emprego de menores, que deveriam trabalhar 6 horas por dia, sendo que o menor de mais de 15 anos teria um dia normal de trabalho; adotava o princípio do “risco profissional” em acidentes de trabalho e estabelecia a criação de Conselhos de Conciliação e Tribunais de Arbitragem para dirimir conflitos coletivos de trabalho. Entretanto, em telegrama dirigido à sua bancada, Borges de Medeiros considerou o Código de Trabalho uma “aberração administrativa”, taxando-o de “inadmissível”, na medida em que procurava regulamentar os contratos de trabalho, violando a liberdade que devia vigorar os mesmos<sup>96</sup>.

Embora a Câmara, em 1917, aprovasse a criação do Departamento Nacional do Trabalho – no fim do ano seguinte aprovada também no Senado –, na prática, o novo órgão não foi criado. Quanto ao Código do Trabalho, alvo de inúmeras discussões, teve como resultado a criação, pela Câmara, de uma Comissão de Legislação Social, com funções de tratar de todas as questões pertinentes a este tema.

Nessa época, convém lembrar que internacionalmente também havia uma preocupação crescente com a “questão operária” devido ao fim da Primeira Guerra Mundial e à assinatura do Tratado de Versalhes (1919), do qual o Brasil era signatário. O Tratado de Versalhes

---

<sup>96</sup> Idem, p. 207-208.

recomendava a instituição de um novo tipo de direito – o do trabalhador –, formalizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>97</sup>.

Fruto das atividades da Comissão de Legislação Social, a Lei de Acidentes de Trabalho, sancionada em 15 de janeiro de 1919 pelo Decreto nº 3724<sup>98</sup>, foi a primeira lei social brasileira e, embora fosse uma das poucas questões nas quais a bancada gaúcha admitia a regulamentação do Estado, a sua aprovação não se dera sem restrições.

Portanto, em matéria de relações de trabalho, em quase 30 anos a ordem liberal de 1891 não criou, no plano federal, nenhum dispositivo regulador do mercado de trabalho, embora não faltaram iniciativas parlamentares, como as de Moraes de Barros, Maurício de Lacerda e Medeiros de Albuquerque. Singularmente, a única produção legal, tendo por objeto o mundo do trabalho, será referente à vida associativa operária – Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907. Com ele, cria-se o direito de associação para todos os profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais. A forma orgânica corresponde ao sindicato, cujo fim estaria na realização de estudos para a “defesa e desenvolvimento dos interesses gerais da profissão e dos interesses profissionais de seus membros”. Pelo texto da lei, seriam livres da ingerência estatal e se organizariam independentemente de autorização prévia do governo. Todavia, estavam obrigados a registrar seus estatutos e a enviar a relação dos membros de sua diretoria para a repartição competente, bem como a se pautarem pelos princípios de harmonia entre o capital e o trabalho<sup>99</sup>.

Ou seja, num contexto social e histórico em que o direito à escravização do trabalhador manteve-se até 1888, é fácil compreender porque apenas em 1907 a legislação reconheceu a existência dos sindicatos profissionais, sem lhes acordar direitos e, somente em 1919, após violentas greves, o Congresso aprovou uma primeira lei concedendo indenização aos trabalhadores acidentados no trabalho<sup>100</sup>.

Ademais, no decorrer destes debates, a posição da bancada gaúcha no Congresso foi incisiva na defesa da não-intervenção do Estado no mercado de trabalho, considerado esfera pertinente à iniciativa privada. As únicas concessões que faziam os deputados gaúchos com relação à legislação social diziam respeito ao trabalho da mulher e do menor e aos acidentados de trabalho:

---

<sup>97</sup> GOMES, A., op. ct., 2002, p. 19.

<sup>98</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 211.

<sup>99</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 49-50.

<sup>100</sup> MAESTRI, M., op. ct., p. 85.

Doutrinariamente, a defesa da mulher encontrava respaldo nas idéias de Comte. Basicamente, o que os deputados gaúchos questionavam era a incorporação da mulher ao mundo do trabalho, do qual ela deveria ser preservada. Por outro lado, se o que levava a mulher ao trabalho era a insuficiência da renda familiar, a proibição do trabalho feminino induziria a um expediente condenável: a prostituição, com os seus prejuízos morais para o lar. Desta forma, a proposta republicana gaúcha com relação ao problema do trabalho da mulher nas fábricas restringia-se a uma condenação moral, admitindo que a sua presença poderia ser tolerada apenas em “circunstâncias excepcionais”, como aquelas que estavam ocorrendo no período da Guerra.

(...) Outro exemplo seria dado com relação aos acidentes de trabalho. Segundo a posição gaúcha, competia ao Estado e à iniciativa privada dotar a família operária de condições de saúde, bem-estar, educação, medidas estas verdadeiramente protetoras, que tinham muito maior alcance do que a elaboração de leis reparadoras.

Quanto à jornada de trabalho, a posição da bancada rio-grandense foi de que o ponto mais importante não era o da limitação do número de horas, mas o de regularização da intensidade do trabalho. Ou seja, era muitas vezes preferível o operário labutar 9 horas ou mais por dia do que ter uma jornada de 8 ou 6 horas diárias nas quais o trabalho seria intensificado, exigindo mais do seu organismo e depauperando suas forças. (...) Os deputados gaúchos sustentavam que o positivismo indicava caber aos patrões a iniciativa de estabelecer, espontaneamente, a limitação das horas de trabalho diário, bem como o repouso semanal<sup>101</sup>.

Na década de 1920, as discussões acerca da questão social prosseguiram no Congresso. Nos anos de 1923 a 1927, as discussões tomaram corpo e à Lei de Acidentes de Trabalho juntaram-se, em 1923, o projeto que aprovou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os ferroviários e o projeto que criava o Conselho Nacional do Trabalho (CNT)<sup>102</sup>.

Criado através do Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923, o Conselho Nacional do Trabalho esvaziaria o Departamento Nacional do Trabalho, instituído em 1918. O Conselho Nacional do Trabalho, ao contrário do Departamento Nacional do Trabalho, não arbitraria a relação capital-trabalho, apenas seria um órgão de assessoria do governo federal para questões trabalhistas, tendo funções consultivas e estando aberto às classes interessadas<sup>103</sup>. Segundo Ricardo Antunes, o Conselho Nacional do Trabalho visava controlar os sindicatos e torná-los órgãos de conciliação entre as classes<sup>104</sup>.

Além da criação do Conselho Nacional do Trabalho, o Congresso Nacional retomaria a discussão da feitura de um Código de Trabalho, tal como se dera no período da Primeira Guerra e do intenso surto grevista. Todavia, assim como na primeira discussão, também agora a proposta não vingaria. Foi aprovada apenas a Lei de Férias (Decreto nº 4.982, de 24 de dezembro de 1925)

---

<sup>101</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 214-217.

<sup>102</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 144-145.

<sup>103</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 230-231.

<sup>104</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 44.

e o Código de Menores (Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926). Entretanto, essas leis permaneceram sem implementação e sob forte bloqueio do patronato<sup>105</sup>:

A Lei de Férias, que concedia 15 dias de férias aos trabalhadores, até 1930 não chegou a ser aplicada pelos empresários, que a rejeitavam e impuseram empecilhos de toda sorte à sua execução junto ao Conselho Nacional do Trabalho. Quanto ao Código de Menores, que declarava maior o trabalhador de 18 anos e estabelecia em 14 anos a idade limite para o trabalho de 6 horas, por pressão empresarial foi aprovada, em 1927, uma emenda que permitia o trabalho de menores entre 14 e 18 anos por 8 horas<sup>106</sup>.

Ademais, não pode passar despercebido o fato de que, na segunda metade da década de 1920, os deputados sul rio-grandenses, que antes defendiam com “unhas e dentes” a não intervenção no mercado de trabalho, mudaram de atitude e praticamente não se pronunciaram acerca das discussões das novas leis trabalhistas. A nova posição dos parlamentares sulinos deve-se à afirmação de uma nova geração de republicanos – a “geração de 1907<sup>107</sup>”, herdeiros da escola positivista-castilhistas, porém, menos ortodoxos e mais pragmáticos – que reorientaram a política do Rio Grande do Sul.

Especificamente à questão social, a nova geração de republicanos percebeu o aprofundamento deste problema no país e o sentido que a mesma poderia assumir. Assim, reorientou as suas posições, incorporando a idéia da intervenção do Estado no mercado de trabalho, pautando as relações trabalhistas e atenuando o conflito.

De qualquer maneira, se por um lado, as intensas pressões e lutas dos trabalhadores na Primeira República tornaram a questão social um caso urgente e presente nas discussões parlamentares, por outro, as poucas leis trabalhistas aprovadas não eram aplicadas ou só eram minimamente. Além disso, manteve-se a repressão, sufocando as greves.

---

<sup>105</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 144-145.

<sup>106</sup> PESAVENTO, S., op. ct., p. 231.

<sup>107</sup> Segundo Joseph Love, a “geração de 1907” foi um grupo formado por jovens estudantes gaúchos provenientes da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Guerra e Escola de Engenharia, que se denominavam acadêmicos castilhistas. Posteriormente, a grande maioria desses nomes passaram a integrar os quadros representativos da política nacional a partir de 1930. Faziam parte desse grupo Getúlio Vargas, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso, entre outros. Ver: LOVE, Joseph, *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

### **1.7. Passo Fundo e o movimento operário na Primeira República**

Até 1930, grande parte do contingente populacional da cidade de Passo Fundo – e dos seus distritos – era formado por imigrantes e migrantes das primeiras zonas coloniais do estado e, majoritariamente, viviam na zona rural. A população urbana de Passo Fundo também tinha um grande contingente de descendentes de imigrantes.

No Brasil, as idéias socialistas e anarquistas chegaram através de uma pequena parcela de imigrantes que migravam por razões políticas, e não econômicas. Em geral, esses imigrantes, que além do ideário também traziam consigo experiências em atividades reivindicatórias, estavam nas capitais e em algumas cidades do interior. Salvo engano, os indícios revelam que em Passo Fundo esses imigrantes/migrantes não chegaram. Os imigrantes/migrantes que migraram para a região o fizeram por razões econômicas, provindo de áreas rurais e sem experiência em movimentos ou organizações reivindicatórias.

Contudo, não estamos afirmando que o imigrante/migrante, assim como os próprios trabalhadores rurais, eram ignorantes, alienados, ou não possuíam consciência de classe. Sem dúvida, eles possuíam uma cultura, pois o conceito de cultura não se resume apenas em escolaridade, erudição ou ideologia. Portanto, o fato desses imigrantes/migrantes não compartilharem ou, até mesmo, desconhecerem certos ideários não os qualificam de ignorantes, alienados, etc.

Apesar de não existirem na cidade, durante a República Velha, associações ou sindicatos com ideologias revolucionárias, isso não implica necessariamente em inércia, conformismo, etc., e não significa dizer que os trabalhadores urbanos de Passo Fundo não se organizaram nessa época.

Segundo Delma Gehm, a primeira organização operária de Passo Fundo foi a Sociedade Socorros Mútuos União Operária, fundada em 1897, cuja duração efêmera aglutinava os operários da cidade e mais aqueles que prestavam serviços na construção da futura estrada de ferro<sup>108</sup>.

Embora as principais associações na cidade, nessa época, relevassem uma cultura associativa de caráter étnico (Sociedade Italiana, Sociedade Alemã, Clube Visconde do Rio Branco...), também surgiram organizações de classe: a Sociedade Operária Beneficente, fundada em 1909, e uma Associação de Ferroviários, que era uma espécie de filial da associação/sindicato de Santa Maria.

---

<sup>108</sup> GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982, 2º v., p. 32.

Nos editoriais d'*O Nacional* da década de 1920, há um significativo número de artigos noticiando as atividades da Sociedade Operária Beneficente, sobretudo com relação às trocas de diretorias e as festividades de 1º de maio, Natal e Ano Novo.

Analisando as notícias acerca da Sociedade Operária, podemos concluir *a priori* que, naquela época, tratava-se de uma associação apolítica e nitidamente mutualista e beneficente, como seu próprio nome indicava. Ademais, esta entidade também parece ter um caráter recreativo, pois freqüentemente organizava churrascos, bailes e jogos de bolão, especialmente em datas comemorativas.

Durante a década de 1920, um das figuras mais influentes da Sociedade Operária era a do advogado João Junqueira Rocha, que, inclusive, presidiu a entidade diversas vezes. Aliás, devemos lembrar que Junqueira Rocha se converteria ao comunismo em 1931 e ao reassumir a presidência da entidade, em 1934, tornaria a entidade um núcleo comunista.

No final dos anos 1920, o principal fator catalisador de mobilizações dos trabalhadores passofundenses foi a questão acerca da jornada de trabalho. Segundo noticiou *O Nacional*<sup>109</sup>, os empregados do comércio enviaram ao então presidente da Junta Comercial municipal Max Ávila dois longos ofícios, assinado por centenas de trabalhadores, expondo alguns motivos e pedindo para que entre em vigor a lei votada pelo Conselho Municipal, exigindo o fechamento das casas comerciais às 19:30 horas.

Atendendo ao pedido, o intendente municipal determinou a execução da lei, sob pena de pagar multa<sup>110</sup>. Porém:

#### O FECHAMENTO DO COMÉRCIO: A LEI NÃO É CUMPRIDA<sup>111</sup>

Há dias foram dirigidos aos srs. Armando de Araújo Annes e Max Ávila, respectivamente intendente municipal e presidente da junta comercial desta cidade, dois ofícios, assinados por diversos empregados do comércio local, solicitando intervenção no sentido de serem as casas comerciais fechadas às 19:30 no inverno, conforme dispositivo de lei orçamentária do município.

(...) Foi o pedido (...) atendido pelo sr. Intendente, que mandou avisar em todo o comércio que deveriam de tal data em diante encerrar suas portas às 19:30. Porém, hoje estiveram em nossa redação diversos empregados do comércio pedindo que (...) fosse solicitada intervenção dos poderes competentes, no sentido de serem punidos alguns comerciantes que encerram suas casas comerciais a hora que bem entenderem.

Em 1929, continua em pauta a questão da jornada de trabalho:

---

<sup>109</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 jun. 1928, p. 3.

<sup>110</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jun. 1928, p. 1-2.

<sup>111</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 jul. 1928, p. 2.

#### COMÉRCIO LOCAL: a iniquidade dos patrões<sup>112</sup>

Verifica-se no comércio varejista desta cidade um regime de verdadeira escravidão, onde os patrões, em flagrante, menosprezam os direitos e liberdades de seus empregados, sujeitando-os a um trabalho excessivo, contrário a todos os princípios de civilização e de humanidade. Vem a nossa asserção a propósito das horas de trabalho a que submetem os empregados no comércio varejista os patrões ambiciosos, obrigando aqueles a trabalharem até tardias horas da noite (21h), sem respeito sequer pela posturas municipais que regulam o caso.

Embora a reivindicação da jornada de trabalho tenha se arrastado até meados da década de 1930, não há registros, na imprensa, de greves em Passo Fundo. Salvo engano, as únicas greves em Passo Fundo durante a Primeira República foram as da Viação Férrea de 1917 e 1919. Infelizmente, devido à falta de fontes, não é possível analisarmos a fundo estas greve na cidade. Aliás, a ausência de fontes dificulta o resgate da história dos trabalhadores urbanos em Passo Fundo, assim como das suas associações durante a Primeira República.

---

<sup>112</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 10 out. 1929, p. 1.

## **2. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NOS PRIMEIROS TEMPOS DE VARGAS (1930-1937): SINDICATOS AUTÔNOMOS, SINDICATOS OFICIAIS E LEIS SOCIAIS**

Após a conturbada década de 1920, que culminou na Revolução de 1930 e na ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, o Brasil entraria em um dos períodos mais importantes da sua história, em todos os âmbitos. No que tange ao movimento operário e sindical, o período entraria para a história como um marco, pois foi nesta época que se implantou o modelo de sindicato corporativista e se criaram inúmeras leis trabalhistas.

No entanto, as interpretações mais conhecidas na literatura sociológica e historiográfica sobre a implantação do sindicalismo corporativo no Brasil deram ênfase à mudança na composição social da classe trabalhadora, à fragilidade organizativa do movimento operário preexistente e à repressão do Governo Vargas como os principais fatores explicativos para a adesão dos trabalhadores à estrutura sindical criada pelo Estado<sup>113</sup>.

De fato, não podemos desprezar a repressão do governo Vargas aos setores mais combativos do movimento operário, sobretudo a partir de 1935. Entretanto, também devemos lembrar que o Estado varguista, na medida em que busca a integração dos trabalhadores sob seu controle, não se vale apenas da repressão, mas procura incorporar interesses substantivos dessa classe, em especial as leis sociais e trabalhistas. Portanto, a combinação entre concessão de direitos e repressão explicam melhor o êxito da estratégia varguista na obtenção da adesão dos trabalhadores.

Dessa maneira, ao longo desse capítulo pretendemos demonstrar que a adesão da classe trabalhadora ao sindicalismo corporativo foi um processo contraditório e conflitivo, que combina resistência, assimilação do projeto corporativista e apropriação da organização corporativa para a defesa de interesses classistas.

Ademais, também pretendemos abordar a história do movimento operário e sindical em Passo Fundo no período em foco, salientando as suas singularidades e as suas similitudes com o

---

<sup>113</sup> ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 9.

âmbito nacional, mas, sobretudo, demonstrar que os trabalhadores passofundenses tiveram a sua história, ou seja, eles pensavam, se mobilizaram, adotaram estratégias e fizeram as suas escolhas.

## **2.1. O Governo Provisório e as primeiras medidas centralizadoras e intervencionistas**

Após a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o Brasil enfrentou anos de incertezas. Além da grave crise econômico-financeira que se abateu sobre o país, pelo menos até 1933, os primeiros anos do Governo Provisório foram de grande efervescência e disputa política. Essa situação tinha a ver com a diversidade das forças que se aglutinaram em torno da Aliança Liberal, a coligação partidária oposicionista que, em 1929, lançou a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. Enquanto alguns dos que aderiram à Aliança Liberal faziam oposição sistemática ao regime, outros ali ingressaram apenas por discordarem do encaminhamento dado pelo então presidente Washington Luís à sucessão presidencial<sup>114</sup>.

Além dos “oligarcas dissidentes”, também participaram da Aliança Liberal os tenentes<sup>115</sup>, que foram peças fundamentais para que Vargas se mantivesse no poder ao longo de 15 anos, pois, ao assumir o governo, Vargas transformou os militares em protagonistas políticos e fez deles um dos pilares de sua sustentação como contrapeso às forças oligárquicas.

Fruto de uma cisão oligárquica, o Estado varguista, desde cedo, revelou suas tendências centralizadoras e intervencionistas, cujo ideário, baseado no pensamento de Oliveira Viana e Alberto Torres, já vinha ganhando corpo ao longo da década de 1920. Motivado por um ideário anti-liberal e anti-comunista, o novo governo propunha um caminho alternativo, um meio termo, que recebeu variadas denominações (corporativismo, reformismo keynesiano, dentre outros).

Para os teóricos dessa “terceira via”, o liberalismo era apontado como um modelo econômico e social gerador de desigualdades e, principalmente, fomentador de conflitos e de lutas entre as classes, o que criava instabilidade, crises financeiras, misérias e guerras. O Estado liberal era entendido como um agente fraco, débil, sem iniciativa e, portanto, incapaz de fazer correções na sociedade, no mercado e na produção. Já o marxismo, por seu turno, era condenado, entre outras coisas, por impor pela força o que seria uma falsa igualdade social. A ditadura do

---

<sup>114</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 16.

<sup>115</sup> Os tenentes eram um grupo de jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889. Defendendo a educação pública obrigatória, a reforma agrária, a adoção do voto secreto, os tenentes se definiam como anti-oligárquicos e propunham um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira.

proletariado também era percebida como uma solução equivocada, pois geraria novas formas de opressão e conflito<sup>116</sup>. Nesse sentido, a solução seria promover a conciliação e a harmonia entre as classes, diluindo a luta de classes e instituindo a “paz social”, fundamental para o “progresso econômico”.

Nesse projeto de Estado, o Governo Provisório contava com um importante aliado: os tenentes. Afinal de contas, como lembra Luiz Werneck Vianna, de uma forma ou de outra, o tenentismo se estabelecia como movimento antioligárquico, quer quando reivindicava a abertura do pacto liberal, incompatível com o liberalismo excludente e privilegiador da oligarquia no poder, quer, e por razões ainda mais incisivas, a partir do momento em que se investiu da consciência da força tutelar<sup>117</sup>. Também inspirados no pensamento de Oliveira Vianna e Alberto Torres, os tenentes eram favoráveis a um regime forte e apartidário e queriam um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista<sup>118</sup>.

Associada ao domínio das oligarquias, consideradas conservadoras, atrasadas, excludentes e causadoras de todos os males do país, o liberalismo foi muito criticado e combatido pelo novo governo que ascendia ao poder. Porém, além do anti-liberalismo, o governo Vargas também adotou uma postura anti-comunista e, dessa forma, desde cedo empreendeu uma política ostensiva de combate à “ideologia extremista”, sobretudo no seio do movimento operário.

Já nos primeiros anos de governo são abundantes as notícias acerca da repressão ao “fantasma vermelho”, que, naquele contexto de recessão mundial, assombrava o mundo. Aliás, a repressão ao comunismo não se limitou apenas aos grandes centros. Em Passo Fundo ela também ocorreu, como no episódio da prisão, no dia 2 de maio de 1931, do advogado João Junqueira Rocha e de João Cony, em virtude do lançamento de um manifesto noticiando a fundação, nesta cidade, do Partido Populista Radical<sup>119</sup>. O manifesto, com caráter nitidamente comunista, fora lançado justamente no dia 1º de maio de 1931. Tradicionalmente nesta data era realizado um churrasco de confraternização na sede da Sociedade Operária Beneficente e empossada a sua nova diretoria e, nesta ocasião, Junqueira Rocha pronunciou um discurso convidando os ouvintes a se alistarem no dito partido.

---

<sup>116</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217-218.

<sup>117</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 107.

<sup>118</sup> PANDOLFI, D., op. ct, p. 17.

<sup>119</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 mai. 1931, p. 1.

Não tardou para o acontecimento provocar embates na cidade, como sinaliza a nota publicada no jornal local *O Nacional*:

A repressão ao comunismo, aliás, como todas as coisas no Brasil, tem contrastes muito interessantes. Veja-se, por exemplo, o seguinte: o dr. João Junqueira Rocha, advogado deste foro, cidadão de bons costumes, honrado, humanitário, publicou por aqui um boletim de propaganda comunista. Foi recolhido à prisão, como autor de uma obra nociva à ordem social.

Admitamos que está bem, visto que a propaganda comunista é vedada pelo Estado. Como entendermos, pois, que se vendam em todas as livrarias do Brasil e se anuncie livremente o livro *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed, o repórter americano, obra que mais do que centenas de boletins como vimos dia 1º de maio, é apta a captar simpatias ao regime russo? Como entender isso?

Ainda há pouco só se falava em comunismo em Passo Fundo. Por quê? Por causa do dr. Junqueira? De forma alguma, porque a Livraria do Globo e outras, em edições sucessivas, com Jorge Popoff, Jorge Lefevre, John Reed e tantos outros forçaram o ambiente a preocupar-se e interessar-se melhor, a apaixonar-se, pró e contra, pelas coisas da Rússia e pelo seu regime.

Não temos nenhuma simpatia pelo regime russo. Não compreendemos, porém, esse sistema de repressão que mata as formigas desgarradas em vez de destruir o formigueiro<sup>120</sup>.

Essa nota nos revela um dado interessante: a doutrina comunista estava conquistando adeptos em Passo Fundo graças às obras que difundiam tal ideário, e não à ação propriamente dita do PCB. Isto pode ser comprovado pelo fato da polícia ter apreendido, após uma busca na residência de Junqueira Rocha, alguns livros sobre o comunismo<sup>121</sup>.

Além de Junqueira Rocha e João Cony, também foi preso, no dia 7 de maio, na Estação Sertão, Delphino Gavião, por fazer propaganda comunista<sup>122</sup>. No dia 14 de maio, Junqueira Rocha e Cony foram enviados para Porto Alegre, sendo soltos no dia 18. Junqueira Rocha regressou a Passo Fundo no final do mês. Mas, para ele, esta seria apenas a primeira de uma série de prisões.

Em nível nacional, no plano político, as primeiras medidas do novo governo revelariam seu caráter centralizador:

Em novembro de 1930, ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o poder executivo como legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal, gastar mais de 100% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar, dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 mai. 1931, p. 1.

<sup>121</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 mai. 1931, p. 1.

<sup>122</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8 mai. 1931, p. 1.

<sup>123</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 186.

Sem dúvida, o sistema de interventorias revelou-se um importante instrumento de controle do poder central na política local. Entretanto, o fato da maioria dos interventores serem vinculados ao tenentismo<sup>124</sup> e não terem ligações com as forças políticas locais provocava freqüentes crises, cujo resultado era a substituição do interventor. Em São Paulo, por exemplo, a nomeação, no imediato pós-1930, do tenente pernambucano João Alberto para chefiar o estado economicamente mais forte do país incomodou a elite paulista. Inclusive o Partido Democrático, que havia participado da Aliança Liberal, sentiu-se desprestigiado e exigiu a sua deposição. Em junho de 1931, foi nomeado o paulista Laudo Camargo, mas as crises se sucediam, levando a que, em um período de menos de dois anos, fossem efetuadas cinco substituições na interventoria paulista<sup>125</sup>.

Já no âmbito econômico, quando Vargas ascendeu ao poder, o país atravessava uma grave crise, sofrendo os efeitos da recessão mundial e colocando em xeque o paradigma agro-exportador calcado, principalmente, na cafeicultura, que tornava a economia brasileira dependente do capital internacional. Para se ter uma idéia do atraso do país, “em 1930, o produto interno bruto da economia brasileira era de US\$ 28, 406 milhões. Na mesma classe de renda do Brasil estavam Bangladesh, Marrocos e Polônia. O PIB argentino era duas vezes maior que o brasileiro<sup>126</sup>”.

Diante dessa conjuntura, o governo Vargas, apoiado pelos tenentes, mostrava-se disposto a empreender um projeto modernizante para o país. A partir de então, a intervenção passa a ter objetivos mais ambiciosos e o nacionalismo se exacerba<sup>127</sup>.

Entre os projetos do novo governo, figuravam medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infra-estrutura econômica. Segundo esse projeto estatal, a industrialização, ao contrário da experiência brasileira de “surto episódicos” industrializantes, deveria coroar um processo de modernização desencadeado pelo

---

<sup>124</sup> Em 1931, por exemplo, à exceção de Pernambuco e da Paraíba, todos os chefes dos estados das regiões Norte e Nordeste eram militares. Coube ao tenente Juarez Távora a tarefa de supervisionar as interventorias do Acre até a Bahia. Nomeado, em dezembro de 1930, delegado militar da revolução nos estados da região, Juarez, devido ao seu poder, foi apelidado o “vice-rei do Norte”. In: PANDOLFI, D., op. ct., p. 18.

<sup>125</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 18-19.

<sup>126</sup> SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 137.

<sup>127</sup> Idem, p. 149.

Estado. Nesse sentido, o esforço na produção de energia e bens de capital deveria preceder qualquer medida mais efetiva no sentido do trânsito pleno para a industrialização<sup>128</sup>.

Mas apesar dos projetos de modernização da economia, nesse momento o governo não podia simplesmente abandonar o setor primário, sobretudo o café. Visando recuperar o então principal produto brasileiro, as medidas de Getúlio foram, também, de caráter centralizador e intervencionista:

Visando retirar das mãos de São Paulo o controle absoluto que o estado vinha exercendo sobre a política cafeeira, Vargas criou, em maio de 1931, o Conselho Nacional do Café (CNC). Posição mais enérgica foi adotada em fevereiro de 1933, com a criação do Departamento Nacional do Café (DNC). Enquanto o CNC era constituído por delegados dos estados produtores, os diretores do DNC eram nomeados diretamente pelo ministro da Fazenda<sup>129</sup>.

Seguindo o modelo do café, em 1932, foi criado o Instituto do Cacau e, no ano seguinte, o Instituto do Açúcar e do Alcool, ambos instituições nacionais. Um pouco mais tarde, em 1934, surgiu o Conselho Federal de Comércio Exterior, que, além de centralizar a política do comércio exterior, se tornou um órgão de assessoramento do governo nas diversas questões econômicas<sup>130</sup>. Ademais, não podemos esquecer que o governo Vargas também investiu na cultura do trigo, um gênero agrícola de importância *sui generis* para a história do município de Passo Fundo<sup>131</sup>.

Portanto, o governo Vargas não privilegiou a industrialização em detrimento do setor primário. Afinal de contas, durante toda a década de 1930 a produção do setor primário era superior ao da produção industrial. Aliás, somente no final dos anos 1940 os dois setores se equipararam, e a supremacia industrial só veio a partir de 1954<sup>132</sup>.

Dessa forma, o Estado, através da sua ação intervencionista e se opondo à “mão invisível” do liberalismo, tomava para si as rédeas do processo produtivo, ao mesmo tempo em que passou a agir como um árbitro entre os interesses agrícolas *versus* os interesses industriais.

Entretanto, o intervencionismo estatal não se restringiu somente ao âmbito político e econômico, estendendo-se também ao social.

---

<sup>128</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 127.

<sup>129</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 20-21.

<sup>130</sup> Idem, p. 20-21.

<sup>131</sup> Ver TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF/EST, 2005, cap. 3.

<sup>132</sup> SILVA, S., op. ct., p. 139.

## **2.2. A criação do Ministério do Trabalho, a promulgação das leis trabalhistas e a Lei de Sindicalização**

A Revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. De fato, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. Com a criação desse ministério, o Poder Executivo tomava diretamente para si a formulação e a execução de uma política trabalhista<sup>133</sup>.

Entre 1930 e 1934, o Ministério do Trabalho, além de valorizar o trabalhador brasileiro, muitas vezes preterido ante o estrangeiro, através da “Lei de Nacionalização do Trabalho” ou “Lei dos 2/3” – Decreto nº 19.482<sup>134</sup>, de 12 de dezembro de 1930 –, editou uma série de medidas e de leis trabalhistas. Luiz Werneck Vianna<sup>135</sup> lista algumas delas:

- Decreto nº 19.671-A, de 4 de fevereiro de 1931, que criou o Departamento Nacional do Trabalho, destinado a tomar medidas pelo estabelecimento da Previdência Social;
- Decreto nº 21.471, de 17 de maio de 1932, que regulamentou o trabalho feminino;
- Decreto nº 21.186, de 22 de março de 1932, dispondo sobre a duração de 8 horas da jornada de trabalho para os comerciários; decreto nº 21364, de 4 de maio de 1932, o mesmo para os industriários;
- Decreto nº 22.042, disciplinando sobre o trabalho de menores na indústria;
- Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que criou as carteiras profissionais;
- Decreto nº 21.396, de 12 de maio de 1932, estatuinto as Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, logo em seguida ao estabelecimento do instituto das convenções coletivas de trabalho;
- Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, que alterou a legislação anterior das Comissões Mistas de Conciliação, para só conceder o direito de demanda aos sindicalizados;
- Decreto nº 23.103, de 19 de agosto de 1933, concedendo férias aos bancários, a que se sucedem, no ano seguinte, igual benefício aos industriários.

---

<sup>133</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., p. 223.

<sup>134</sup> A legislação dos “2/3” estabelecia a obrigatoriedade da empresa em contratar, nessa proporção, assalariados brasileiros. Sua intenção distava bem longe de qualquer aceno nacionalista, procurando fazer dos centros urbano-industriais o escoadouro natural das correntes migratórias internas de orientação rural-urbana, então bastante intensa. In: VIANNA, L. W., op. ct., p. 148.

<sup>135</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 148.

Contudo, devemos lembrar que algumas dessas leis já existiam antes de 1930, porém, muitas não eram cumpridas pelos patrões, enquanto outras eram limitadas a algumas categorias, como ferroviários e portuários. Ademais, é importante salientar que a legislação trabalhista, previdenciária e sindical estava voltada para uma população de trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos (constituindo a maioria da população trabalhadora do país) ficaram de fora da estrutura de proteção que então se inaugurava.

De qualquer maneira, com a criação do Ministério do Trabalho, o quadro da política do novo regime com relação à classe trabalhadora começava a se delinear, mas seus contornos só iriam tornar-se realmente mais claros em março de 1931, quando o Decreto nº 19.770 estabeleceu as novas normas de sindicalização<sup>136</sup>.

O Decreto nº 19.770, a conhecida Lei de Sindicalização, foi editada por Lindolfo Collor, o primeiro ministro do Trabalho da era Vargas, e não fugia às tendências centralizadoras e intervencionistas do governo federal. Segundo Ricardo Antunes, esse decreto, além de estabelecer o sindicato único por categoria (o monopólio da representação), outorgava o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias sindicais, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de estrangeiros nos sindicatos<sup>137</sup>. E mais, a lei de sindicalização atingia todas as associações de classe, quer fossem de empregados, quer fossem de empregadores.

Na apresentação desse decreto, Lindolfo Collor assim se pronunciou: “Os sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques destas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata<sup>138</sup>”. Vargas, em declarações de maio de 1931, explicitava o objetivo de “colaboração de classes” dessa legislação sindical, para que os sindicatos, “em vez de atuarem como forças negativas, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado<sup>139</sup>”.

---

<sup>136</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 163.

<sup>137</sup> ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 46-47.

<sup>138</sup> COLLOR, Lindolfo. *Apud* ANTUNES, R., op. cit., p. 46-47.

<sup>139</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 13.

Portanto, a lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e, ao mesmo tempo, concorrer com o padrão de associações até então existentes no movimento operário. Por meio dela, os sindicatos eram legalmente reconhecidos – o que era um velho desejo dos trabalhadores, sempre rejeitado pelo patronato. Contudo, a lei também criava restrições. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado<sup>140</sup>. Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional<sup>141</sup>.

Para Maria Celina D’Araújo, o modelo sindical brasileiro foi, assim, construído visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava a impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do socialismo. Essa “terceira via” traduziu-se no corporativismo e, com ela, buscava-se manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz<sup>142</sup>.

Segundo Astor Antônio Diehl, o corporativismo pode ser definido como uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseado na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralidade no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político. E mais, o modelo corporativo se apresenta politicamente como alternativa ao modelo representativo democrático. Preconiza uma democracia orgânica, onde o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis<sup>143</sup>.

Em suma, apesar de curto, o período de Lindolfo Collor no ministério lançou as bases do sindicalismo corporativista no Brasil (consagrado a partir de 1943 através da CLT). Além disso, foi sob a sua tutela que se iniciou o processo de produção e implementação das leis trabalhistas, que iriam ser concluídas por seu substituto Joaquim Pedro Salgado Filho.

---

<sup>140</sup> GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 23-24.

<sup>141</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 163.

<sup>142</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., p. 217-218.

<sup>143</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 84-85.

Empossado em 1932, após a crise ministerial provocada pelo empastelamento do *Diário Carioca*<sup>144</sup>, Salgado Filho seria ministro até julho de 1934, quando da promulgação da nova Constituição. Foi durante a sua administração que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil: leis trabalhistas (horário, férias, trabalho feminino e de menores), leis previdenciárias (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões para várias categorias profissionais através de Institutos de Aposentadorias e Pensões, os IAPs<sup>145</sup>), além da sanção de mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissão e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho, compostas por representantes de empregadores e empregados e coordenadas por um bacharel em Direito, representante do Estado). Dessa maneira, tratou-se de um período-chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social<sup>146</sup>.

No entanto, ao mesmo tempo em que as leis sociais entravam em vigência estavam suspensos todos os partidos políticos e câmaras legislativas, encontrando-se o país sob um regime de exceção em que o Executivo tinha poderes especiais<sup>147</sup>. Em outras palavras, direitos sociais e direitos políticos estavam em lados opostos da gangorra, pois ao mesmo tempo em que as leis sociais eram, gradualmente, reconhecidas os escassos direitos políticos, ou de cidadania, eram tolhidos.

De qualquer forma, é importante ressaltar que as primeiras medidas no âmbito social do Governo Provisório tinham duas faces: de um lado, o governo reconheceu a necessidade e a importância da promulgação das leis sociais e trabalhistas, visto que a Primeira República foi palco de intensas mobilizações e reivindicações nesse sentido; de outro, o governo limitou a autonomia dos sindicatos, atrelando-os ao Estado, e criou os pilares do sindicalismo corporativista no Brasil. Assim, instituiu-se e difundiu-se o novo modelo de sindicato oficial, reconhecido, mas tutelado. Segundo Marcelo Badaró Mattos, “os objetivos desses novos sindicatos eram claros: servir como interlocutores dos trabalhadores ao governo e vice-versa<sup>148</sup>”.

---

<sup>144</sup> No decorrer de 1932, os confrontos entre os setores tenentistas e os setores oligárquicos se acentuaram. O ápice desses confrontos deram-se com o apedrejamento, no Rio de Janeiro, do jornal anti-tenentista *Diário Carioca* por elementos tenentistas, pivô de uma grave crise no interior do governo de Vargas. Em protesto pelo desinteresse de Vargas em punir os culpados, vários de seus auxiliares diretos, como os ministros Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, Assis Brasil, todos seus conterrâneos, pediram demissão. In: PANDOLFI, D., op. ct., p. 24.

<sup>145</sup> Nesses institutos, e diferencialmente do que ocorria nas antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que se organizavam por empresa e continuaram a existir, o Estado estava representado na administração, que também incluía membros dos empregadores e dos empregados. In: GOMES, A., op. ct., 2002, p. 28.

<sup>146</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 164.

<sup>147</sup> GOMES, A., op. ct., 2002, p. 25.

<sup>148</sup> MATTOS, M. B., op. ct., p. 12.

Em suma, a política sindical tinha alguns objetivos muito claros: combater o comunismo e outras ideologias contestatórias presentes no movimento operário; tornar o sindicato uma associação apolítica; promover a paz social, intervir e controlar diretamente a produção através do sindicalismo patronal, entre outros. Já a política trabalhista nada mais era do que o reconhecimento das leis sociais, que já eram uma realidade nos países desenvolvidos, e que foram conquistadas através das mobilizações dos trabalhadores ao longo da Primeira República. Portanto, apenas considerar as leis sociais como uma doação, como “migalhas” ou como uma estratégia de cooptação é desqualificar a própria história de mobilizações e lutas dos trabalhadores durante o pré-1930.

Além disso, a política sindical e trabalhista do Governo Provisório também possuía objetivos claros no âmbito econômico. Nesse sentido, tinha como meta criar atrativos para os trabalhadores saírem do campo e se dirigirem ao trabalho industrial nas cidades, já que, nos anos 1930, o Brasil era um país rural e a maior parte da população (75%) ainda estava no campo. Nesse contexto, a legislação sindical, ao criar alguns direitos apenas para os trabalhadores urbanos, introduzia uma maneira de tornar o trabalho industrial mais atrativo<sup>149</sup>.

Contudo, é importante atentar não apenas para as conquistas materiais, mas também para aquilo que Angela de Castro Gomes chama de “conquistas simbólicas” dos trabalhadores. Ou seja, mesmo que as condições de vida dos trabalhadores no pós-30 não tivessem sido, imediatamente mudadas, o direito de férias, a jornada de trabalho estipulada em lei e, sobretudo, a Carteira de Trabalho, formaram um universo de medidas capazes de agir sobre seu imaginário, pois, agora, ser trabalhador não é mais motivo de vergonha ou de preconceito. Uma nova tradição, assim, começava a ser construída.

Voltando à questão sindical, embora, na teoria, o Decreto nº 19.770 não tornasse a sindicalização obrigatória, na prática, ela tornou-se, uma vez que apenas os sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação trabalhista e recorrer às Comissões de Conciliação e Julgamento (decreto nº 22.132, de 1932). Para o sindicato ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho deveria atender a uma série de exigências, dentre as quais, o envio da ata dos trabalhos de instalação das associações classistas, da relação dos sócios e da cópia dos estatutos, juntamente com o pedido de reconhecimento àquela agência do Estado, que, a seu arbítrio, a

---

<sup>149</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., p. 220.

concederia ou não<sup>150</sup>. Ademais, “com a instituição das carteiras de trabalho criava-se um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora<sup>151</sup>”.

Dessa forma, além de estimular a criação de sindicatos oficiais, o governo combateu os sindicatos autônomos, pois seus dirigentes passaram a sofrer pressões de suas próprias bases que, visando usufruir as benéficas da legislação, exigiam a busca pelo reconhecimento do Ministério<sup>152</sup>.

### **2.3. As resistências do empresariado passofundense ao cumprimento das leis trabalhistas**

Sem dúvida, a legislação trabalhista foi boicotada em praticamente todo o Brasil pelo setor patronal. Embora essa resistência fosse perdendo força a partir da década de 1940, ela sempre se fez presente, com maior ou menor força, em praticamente todo o período 1930-1945. Dessa forma, mesmo com a promulgação das leis trabalhistas, as mobilizações dos trabalhadores continuaram em todo o país, uma vez que as essas leis não eram cumpridas mesmo com as medidas punitivas empreendidas pelo governo.

Em Passo Fundo, o problema estava na questão da jornada de trabalho, que, desde o final da década de 1920, era a principal reivindicação dos trabalhadores do comércio da cidade, como foi visto no capítulo anterior.

Mas apesar das mobilizações nos anos anteriores, nos anos 1930 a questão da jornada de trabalho não saiu de cena, uma vez que os comerciantes locais não reconheciam a legislação trabalhista. Em 1932, por exemplo, os trabalhadores do comércio de Passo Fundo ainda continuavam trabalhando mais de 14 horas por dia e também aos domingos. Em virtude dessa situação, os trabalhadores locais voltariam à ativa, reivindicando os seus direitos.

Em janeiro de 1932, recomençariam as mobilizações no sentido “de pleitear, junto aos poderes públicos, medidas proibitivas que importem no fechamento das casas comerciais às 19 horas, a fim de terminar de vez com o abuso do comércio de fechar suas portas às 22 horas<sup>153</sup>”. Essas reivindicações seriam formalizadas em um memorial que seria entregue ao prefeito municipal Henrique S. Ghezzi. No dia 9 de janeiro, o jornal local *O Nacional* convocava todos os auxiliares do comércio a assinarem o manifesto:

---

<sup>150</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 147.

<sup>151</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 167.

<sup>152</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 13-14.

<sup>153</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 jan. 1932, p. 1.

Colegas! Temos ou não temos o direito à nossa liberdade, o direito de descanso, de ócio, o direito que é mais sagrado, de estudar, de cultivar nosso espírito, para a grandeza da pátria?

Que tempo nos sobra para tudo isto si entramos para as lojas às 7 horas da manhã e às 22 horas, ainda, estamos atrás dos balcões? É justo, portanto, que nos unamos em torno da idéia do fechamento do comércio à tarde e pleitemos junto a nosso digno prefeito (...) horário real e efetivo para que possamos cuidar de nosso bem estar e da classe que pertencemos.

Passo Fundo, que caminha a passos largos para o progresso, que é uma das cidades mais adiantadas do estado, não pode ficar para trás, marcando passo. Já em outras localidades do estado, como Porto Alegre e Carazinho, já conseguiram horário para a classe caixeral, enquanto nós continuamos na mesma rotina, cegos do nosso direito (...).

(...) Precisamos ser fortes (...), precisamos união, ânimo para a luta, ardor e entusiasmo para atingir as nossas finalidades.

Desejamos simplesmente o que as outras classes sociais já conseguiram; isto é, trabalhar menos horas do que atualmente, pois curtimos, diariamente, mais de 14 horas e raramente não trabalhamos aos domingos.

Que nenhum auxiliar do comércio que se preze deixe de assinar o Memorial que vamos dirigir ao digno sr. Prefeito de Passo Fundo<sup>154</sup>.

No dia 13 de janeiro, os trabalhadores do comércio local dirigiram tal memorial ao prefeito municipal, solicitando o fechamento do comércio às 19 horas e penalidades para os que não cumprirem a lei<sup>155</sup>. No entanto, a classe patronal passofundense insistia em não cumprir a lei, o que levou a prefeitura a tomar uma medida inusitada: sinalizar, à noite, o fechamento do comércio cortando a luz, que voltaria posteriormente<sup>156</sup>. Porém, essa solução desagradou a muitos.

Na verdade, esta questão ainda estaria longe de uma solução. Em dezembro de 1932, algumas casas comerciais ainda insistiam em não cumprir a lei, o que levou um grupo de empregados a reclamarem com o então prefeito municipal Armando Annes<sup>157</sup>.

Porém, o executivo municipal só iria realmente regulamentar a lei das horas de trabalho em maio de 1933:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO – ATO Nº 505, DE 4 DE MAIO DE 1933<sup>158</sup>

Regulamenta, ao município de Passo Fundo, a lei das 8 horas de trabalho.

Armando de Araújo Annes, Prefeito Municipal de Passo Fundo, usando das atribuições que lhe são conferidas (...) Considerando que lhe tem chegado pedidos de comerciantes locais, no sentido de uniformizar-se, no município, dentro das possibilidades dos decretos federais (...), o horário comercial e industrial; e ainda considerando que não pequenos seriam os prejuízos decorrentes da anarquia causada pela diversidade de horários, dentro de uma mesma cidade, para a abertura e fechamento do comércio e da indústria;

RESOLVE:

Artº 1º -Salva as exceções estabelecidas na legislação federal (art. 6º do Regulamento a que se refere o Decreto 22.033 ...), a lei das 8 horas de trabalho diurno e normal nos

<sup>154</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 jan. 1932, p. 4.

<sup>155</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 jan. 1932, p. 4.

<sup>156</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 mai. 1932, p. 1.

<sup>157</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 dez. 1932, p. 1.

<sup>158</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 mai. 1933, p. 1.

estabelecimentos, seções e escritórios comerciais e nos estabelecimentos industriais será executada no município em dois períodos de 4 horas, a saber:

- a) Das 8 às 12 horas pela manhã; e
- b) Das 14 às 18 horas, pela tarde.

Artº 2º -Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 4 de maio de 1933.

Registrado a fls. 99 a 100 do livro respectivo.

Mas apesar da regulamentação no município da lei das 8 horas de trabalho, com raras exceções, tudo continuava como antes, o que provocaria novamente a movimentação dos trabalhadores<sup>159</sup>. Nesse sentido, a Legião Proletária Rio-Grandense, uma entidade de classe autônoma criada em Passo Fundo em 1932, entraria em cena, apelando, através de um telegrama, para o então ministro do Trabalho Salgado Filho:

Dr. Salgado Filho, Ministro do Trabalho

Legião Proletária Riograndense, pessoa jurídica com sede nesta cidade, representando a aspiração geral do operariado, vem apelar a Vossa Excelência no sentido de serem aplicadas as leis de proteção ao trabalho, especialmente o decreto das 8 horas. Já solicitamos providências à Inspetoria do Ministério em Porto Alegre, bem como ao Coletor Federal e à Prefeitura Municipal, sem conseguir que fossem atendidas as nossas reclamações. Enquanto não existem sindicatos reconhecidos (...) seria conveniente Vossa Excelência indicar, provisoriamente, uma pessoa encarregada de fiscalizar a aplicação das leis neste e nos municípios circunvizinhos<sup>160</sup>.

Em 1934, o Ministério do Trabalho regulamentaria oficialmente o horário de funcionamento das casas comerciais de Passo Fundo. Segundo essa regulamentação, o horário dependeria da estação do ano:

- Horário de verão, de 1º de outubro a 31 de março: das 7:30. às 12 e da 13:30. às 19:30.
- Horário de inverno, de 1º de abril a 30 de setembro: das 8 às 12 e da 13:30 às 18:30<sup>161</sup>.

Mesmo assim, o horário não era cumprido. Em virtude disso, a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo, criada em 1935, iria adotar a questão como um dos seus objetivos, como veremos posteriormente.

Em 1937, alguns patrões ainda insistiam em não cumprir o horário e acabaram sendo multados, como foi o caso dos srs. Juvêncio Parisi, Hugo Londero e Luiz Malmann<sup>162</sup>. Contudo, a partir do Estado Novo, apesar de algumas resistências, o empresariado local passou a cumprir a legislação trabalhista. Isso se deu graças ao surgimento, naquela época, de diversos sindicatos

---

<sup>159</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 mai. 1933, p. 1.

<sup>160</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 20 out. 1933, p. 4.

<sup>161</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 jan. 1934, p. 4.

<sup>162</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 abr. 1937, p. 4.

oficiais na cidade, que proporcionariam aos seus filiados, finalmente, gozar as benéficas da legislação trabalhista, além da ação fiscalizadora empreendida pelo Ministério do Trabalho.

De uma maneira geral, o empresariado brasileiro reagiu como pôde às leis trabalhistas e algumas chegaram mesmo a ser adiadas – como a Lei do Salário Mínimo, por exemplo –, mas, ao fim, todos tiveram de se submeter ao que era decidido pelo governo. Ou seja, o governo Vargas foi mais competente do que os anteriores no sentido de fazer cumprir as leis sociais<sup>163</sup>.

#### **2.4. As resistências à Lei de Sindicalização e os sindicatos autônomos: os exemplos da Sociedade Operária Beneficente e da Legião Proletária Rio-Grandense**

Foi na área sindical-trabalhista, portanto, que o governo Vargas mais inovou, mas essas inovações não foram impostas sem resistências das direções de alguns sindicatos. De fato, no seu início, a política de sindicalização encontrou resistências, por razões distintas, tanto do empresariado quanto dos trabalhadores.

Segundo Angela de Castro Gomes, o empresariado temeu o avanço do poder intervencionista do Estado em seus “negócios privados” e em sua bem montada e rica estrutura associativa, além de ver nesse poder uma clara intenção de proteger os trabalhadores – o que implicava custos materiais imediatos, como o da obediência às leis já existentes<sup>164</sup>.

Segundo a mesma autora, no que se refere à reação dos trabalhadores, o quadro foi dos mais complexos, pois houve setores do movimento operário que viram com interesse a proposta corporativa, apoiando e utilizando-a, até porque garantia negociações com o patronato; outros a consideraram perigosa pelos riscos que impunha à autonomia das associações operárias, mas caminharam para sua aceitação por julgá-la inevitável; e houve setores que a recusaram inteiramente, reagindo ante as investidas da política governamental<sup>165</sup>.

Como demonstra Ângela Araújo, um dos setores do movimento operário que viram com “bons olhos” a proposta corporativa foi um conjunto de correntes sindicais, de cunho reformista, denominada – pejorativamente – de “amarelos<sup>166</sup>”. No final dos anos 1920, a prática dos sindicatos “amarelos” caracterizava-se por um estrito *trade-unionismo*. E apesar de enfraquecidos pela repressão, pela concorrência dos comunistas e pela própria incapacidade de desenvolver

---

<sup>163</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., p. 234.

<sup>164</sup> GOMES, A., op. cit., 2002, p. 26.

<sup>165</sup> Idem, p. 26.

<sup>166</sup> Eram classificados como “amarelos” os socialistas reformistas, os cooperativistas, os positivistas, enfim, as correntes “não-revolucionárias”.

qualquer unidade de ação e de organizar-se como corrente sindical, o sindicalismo “amarelo” ainda era a força predominante no movimento sindical do Rio de Janeiro<sup>167</sup>, tanto que Boris Fausto<sup>168</sup> o denominou de “trabalhismo carioca”.

Nas palavras de Ângela Araújo:

É possível identificar uma convergência entre o projeto sindical e político dos “amarelos”, da maneira como ele se apresentava no fim dos anos 1920 e o projeto corporativo do Governo no pós-1930. A luta pelo reconhecimento da classe trabalhadora, de suas organizações e de seus direitos sociais pelos patrões e pelo Estado, a atuação principalmente através dos espaços institucionais, o apelo à intervenção do Estado para a intermediação e solução dos conflitos, o legalismo, e a oposição ao sindicalismo de luta de classes, que constituíam pontos característicos da atuação e do discurso do sindicalismo “amarelo” nos anos 1920, não eram incompatíveis com o projeto corporativo do Governo Vargas, mas, ao contrário, indicavam a existência de um corporativismo latente na prática dessa corrente<sup>169</sup>.

Portanto, foram as correntes reformistas, ou “amarelas”, que deram vida imediata ao projeto sindical do Governo Provisório, procurando oficializar imediatamente os sindicatos sob o seu controle, além de parte deles associar-se ao Ministério do Trabalho tanto na realização de uma intensa campanha de sindicalização quanto no combate aos sindicatos autônomos. No entanto, o apoio destas correntes sindicais à política social e sindical do governo não permite identificá-la como meros agentes do Estado no movimento operário, pois isto significaria entender este apoio como uma adesão acrítica, como uma aceitação passiva de todos os seus pontos. Nesse sentido, é importante salientar que o sindicalismo reformista desenvolveu, nos anos 1930, um projeto corporativista próprio, que se diferenciava do projeto estatal em duas questões importantes: a defesa da autonomia sindical e a construção de um “poder sindical”, a partir da representação sindical nas empresas, capaz de limitar a liberdade e o arbítrio patronal<sup>170</sup>.

Do outro lado, havia as correntes trotskistas e comunistas. A corrente trotskista era formada por dissidentes do PCB e surgiu como tendência organizada no Brasil nos primeiros meses de 1930. Apesar de denunciar os perigos que a investida governamental representava à autonomia das associações operárias, caminharam, estrategicamente, para sua aceitação. Os comunistas, por sua vez, inicialmente resistiram à proposta corporativa<sup>171</sup>.

---

<sup>167</sup> ARAÚJO, A., op. ct., p. 10.

<sup>168</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

<sup>169</sup> ARAÚJO, A., op. ct., p. 10-11.

<sup>170</sup> Idem, p. 11-13.

<sup>171</sup> Idem, p. 16-25.

Ademais, além da resistência do patronato e de algumas correntes sindicais, também houve a da Igreja Católica, que foi frontalmente atingida pelo estabelecimento da unidade sindical e pela proibição de qualquer vinculação religiosa da parte dos sindicatos. Estas normas impediam, virtualmente, a existência de um movimento sindical de bases católicas, que já começara a se desenvolver e que até então contara não só com o apoio, como com a proteção, do Estado<sup>172</sup>.

Em virtude das resistências iniciais à proposta corporativa, segundo Ricardo Antunes, até 1934 “somente 25% dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aceitaram as normas desta Lei de Sindicalização<sup>173</sup>”. Segundo alguns autores, esse fato pode ser explicado pela forte influência das correntes comunistas e anarco-sindicalistas no movimento operário e sindical desses estados.

De fato, os comunistas, defendendo a independência dos sindicatos em relação ao Estado, combateram a Lei de Sindicalização, apesar de a estrutura sindical ter muitos pontos em comum com a defendida por eles<sup>174</sup>. O combate à sindicalização oficial levou os comunistas a denunciar sistematicamente os sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho e a criticar energicamente os sindicatos livres que pediam reconhecimento. A política adotada pelo PCB, pelo menos até começo de 1932<sup>175</sup>, foi a de criar sindicatos paralelos aos já oficializados<sup>176</sup>.

Em Passo Fundo, também houve associações autônomas, que não aderiram à política de sindicalização do governo federal. Uma delas era a tradicional Sociedade Operária Beneficente, que, no início da década de 1930, continuaria, como na década passada, uma entidade mutualista, com seu caráter assistencialista, beneficente e apolítico. Já a outra era a recém-criada Legião Proletária Rio-Grandense. Criada em março de 1932, a Legião Proletária Rio-Grandense tinha as seguintes finalidades:

- a) desenvolver o verdadeiro espírito de classe, união e solidariedade que devem existir entre os trabalhadores;

---

<sup>172</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 163.

<sup>173</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 47.

<sup>174</sup> Segundo Ângela Araújo, os comunistas queriam o reconhecimento legal dos sindicatos, mas rejeitavam a lei sindical por entender que ela concretizava a intenção do Estado de colocar sob seu controle as organizações operárias e submeter a classe trabalhadora aos desígnios do patronato. Por isso entendiam que os sindicatos revolucionários não poderiam “aceitar nem adaptar-se a essa lei”, pois isto significaria perder a possibilidade de atuar conforme uma política independente de classe.

<sup>175</sup> Segundo Ângela Araújo, em 1932, o Comitê Central decidiu, por maioria de votos, atuar nos sindicatos oficiais para ampliar a luta no seu interior contra a orientação ministerialista e ganhá-los para a sua política, apesar de haver uma divisão clara e uma intensa luta interna entre os que defendiam a entrada nos sindicatos reconhecidos e os que se mantinham contrários a ela.

<sup>176</sup> ARAÚJO, Â., op. ct., p. 17.

- b) fomentar a cultura intelectual, moral e física, e incentivar as atividades cívicas no seio do operariado por meio de aulas, conferências e exercícios ginásticos;
- c) sustentar e defender perante os poderes públicos e os patrões os direitos, interesses e aspirações dos operários;
- d) lutar pelas reivindicações imediatas da classe operária relativas ao seguro social contra desemprego, doença, velhice, invalidez e morte, criação de Cooperativa dos trabalhadores, etc.<sup>177</sup>

A Legião Proletária também se caracterizaria por aglutinar, na sua diretoria, alguns comunistas, como Jonathas Diniz e João Junqueira Rocha. Ademais, convém ressaltar que a Legião Proletária também teve um grande número de adesões. Só em Passo Fundo, o número de “legionários” ultrapassavam os 100<sup>178</sup>. Posteriormente, a Legião também iria fundar uma filial em Santa Maria<sup>179</sup>.

Quanto às ações pragmáticas, a Legião Proletária proporcionaria, a partir do final de maio de 1932, aulas noturnas do ensino primário aos legionários<sup>180</sup>, além de entrar na briga em prol da jornada de trabalho de 8 horas.

1934 seria um ano-chave para as duas entidades autônomas de Passo Fundo. Neste ano, João Junqueira Rocha reassumira a presidência da Sociedade Operária e lhe imprimiria uma nova orientação. Dessa forma, a Sociedade Operária abandonaria a sua posição apolítica e se aproximaria, juntamente com a Legião Proletária, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que após a sua reorganização estava sob o controle dos comunistas. Esta aproximação com a FORGS resultaria na coalizão da Sociedade Operária e da Legião Proletária em prol da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária – que abordaremos mais adiante.

Portanto, em Passo Fundo também houve correntes autônomas no movimento operário-sindical e o comunismo se fez presente na cidade.

Outro fator de concorrência para o sindicalismo oficial foi a política social da Igreja Católica. Impedida pelo Estado liberal de participar das grandes decisões, a Igreja Católica viria, ainda nos anos 1920, a desenvolver estratégias que lhe possibilitassem recuperar sua hegemonia no seio da sociedade civil e as repercussões desse projeto se fizeram sentir na década de 1930, através da criação de movimentos laicos, como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos

---

<sup>177</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 mar. 1932, p. 4.

<sup>178</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 31 mar. 1932, p. 3.

<sup>179</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 3 nov. 1932, p. 4.

<sup>180</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mai. 1932, p. 3.

Operários e a Ação Social Brasileira (fundada em 1935 por dom João Becker no Rio Grande do Sul). No entanto, a ofensiva da Igreja Católica na sociedade teve como pivô a questão social, cujo equacionamento estaria nos ensinamentos das encíclicas papais<sup>181</sup>.

Nesse sentido, em 1931, o papa Pio XI, através da encíclica *Quadragesimo Anno* – que retomava, em outros termos, a *Rerum Novarum*<sup>182</sup> – adotava um caráter mais ofensivo para as posições políticas da Igreja. Segundo Astor Diehl, “o sentido da encíclica de 1931 foi de harmonizar organicamente na prática o capital e o trabalho<sup>183</sup>”. Porém o projeto estatal de monopolizar os sindicatos representava um obstáculo à implantação da política social da Igreja Católica.

Embora a *Rerum Novarum* manifestasse objetivamente o ideal corporativo, construído a partir da intervenção de teóricos legitimistas e católicos, o corporativismo da Igreja se desenvolve à margem da modernização econômica, tentando soluções por meio da harmonização entre as partes envolvidas: o empregado e o empregador. Prepõe a solução da “questão operária” através dos elementos intermediários, como a família, a corporação profissional e a descentralização da sociedade. Estes seriam os remédios dos problemas sociais<sup>184</sup>.

Entretanto, embora a Igreja Católica, pelo menos até 1935<sup>185</sup>, fora um contundente elemento de oposição à implantação do sindicato tutelado pelo Estado, no Rio Grande do Sul a organização operária católica demonstrou uma profícua similitude com a do Estado, embora diferenciados. Isso se torna evidente com a fundação dos Círculos Operários<sup>186</sup>.

Aliás, o estudo acerca dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul é revelador nesse sentido. Por exemplo, o Círculo Operário Pelotense (COP) – o pioneiro, fundado em 1932 –, um ano após a sua fundação já contava com três mil sócios e dez sindicatos filiados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e, como reconhecimento aos serviços prestados, o Governo

---

<sup>181</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 457.

<sup>182</sup> A encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, na medida em que marca a posição oficial sobre esta questão, também foi um marco histórico da Igreja, no qual pretendia uniformizar uma ação universal, mostrando as linhas que iriam moldar toda a orientação, doutrina e organização, tanto de uma elite laica, como o operariado. Salientou-se nas encíclicas um conteúdo crítico, em relação à sociedade liberal, quando esta não consegue resolver o problema da relação entre capital-trabalho e, sobretudo, quando não consegue limitar a expansão da organização operária anarquista e socialista. Portanto, ante a ineficácia do Estado, a Igreja toma a si a pauta de motivar o Estado para que ele assumisse a tarefa de solucionar o problema social, toma posições definidas como forma de não ficar marginalizada do processo histórico In: DIEHL, A., op. ct., p. 16-18.

<sup>183</sup> DIEHL, A., op. ct., p. 20.

<sup>184</sup> Idem, p. 86.

<sup>185</sup> A partir de então, a Igreja juntou-se ao governo federal na inquisição aos comunistas e, desde então, tornou-se uma forte aliada.

<sup>186</sup> DIEHL, A., op. ct., p. 22.

Provisório, por Decreto de 25 de setembro de 1933, o declarou de “utilidade pública”. Aliás, os interesses do COP constituíam-se em associar operários, prestar assistência e combater o comunismo<sup>187</sup>.

Mas apesar das resistências, em nível nacional, o processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo. Em 1931 e 1932, apenas 115 sindicatos foram criados segundo as novas regras. Entre 1932 e 1934, a pressão ministerial, somada à demanda das bases pelos benefícios da lei, foi bastante forte, o que explica que 141 sindicatos tenham sido criados em 1933<sup>188</sup>.

Sem dúvida, a partir de 1933 ocorreram transformações neste quadro, marcado pela resistência e competição. Em novembro ocorreriam as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e o Código Eleitoral de 1932 estabelecia a representação classista, isto é, ao lado da bancada proporcional haveria uma de trabalhadores e empregadores, representando os ramos da produção do país<sup>189</sup>. Ou seja, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto dos eleitores, participariam representantes das associações de classes eleitos indiretamente por delegados escolhidos pelos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais. Seriam, ao todo, 40 representantes classistas: 17 representando os empregadores, 18 os empregados, 3 os profissionais liberais e 2 os funcionários públicos. A idéia era que a bancada classista funcionasse como uma força auxiliar do governo, neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembléia Constituinte<sup>190</sup>.

A possibilidade de participação na Assembléia Nacional Constituinte foi um outro fator de estímulo à densidade sindical, levando muitas lideranças combativas a buscarem, estrategicamente, o registro. Tal fato explica que, em 1934, 111 sindicatos tenham sido registrados naquele ano<sup>191</sup>.

De forma geral, em nível nacional, pode-se assinalar que, de um lado, houve um grande esforço de parte do movimento sindical para preservar seu espaço de independência, denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial, e, de outro, houve a tentativa do ministério, em parte bem-sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou de criar novos sindicatos sob a égide da política governamental. Assim, o período que vai de

---

<sup>187</sup> DIEHL, A., op. ct., p. 57-58.

<sup>188</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 14.

<sup>189</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., p. 224.

<sup>190</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 24.

<sup>191</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 15.

1931 a 1933 foi de franca disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizando-se pela existência paralela de um sindicalismo oficial e de um sindicalismo independente, não importando aí que tipo de corrente de esquerda o dominasse<sup>192</sup>.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, um exemplo dessas disputas ideológicas ocorreu no seio da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). No início, a reorganização da FORGS, a partir de 1932, já com a Lei de Sindicalização, se fez sob a égide da legislação vigente, adotando-se uma conduta favorável à organização operária dentro da proposta do governo<sup>193</sup>. No entanto, durante o Congresso Trabalhista, realizado entre os dias 3 a 5 de fevereiro de 1933, a divisão interna da FORGS se aprofunda e os embates entre os grupos ministerialistas e autônomos tornam-se agudos<sup>194</sup>. Em 1934, a direção da FORGS passa para os comunistas, enquanto a ala ministerialista, ao se retirar da FORGS, funda o Círculo Operário Porto-Alegrense (COPA), no mesmo ano<sup>195</sup>.

Contudo, a partir de 1933-1934 tornou-se extremamente difícil, para as lideranças de esquerda, e pouco atraentes, para os trabalhadores, sustentar a postura de defesa das associações independentes. Assim, não restava outra opção senão enquadrar-se ao modelo oficial, o que explica, em grande parte, o crescimento do número de sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho no período.

Em suma, nesta época, o perfil do movimento operário era nítido: de um lado, existia um sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho, composto por entidades em parte reais e em partes fictícias, e, de outro, havia sindicatos que, mesmo tendo o reconhecimento oficial, permaneciam sob o controle de lideranças de esquerda. Evidentemente, havia associações indefinidas e outras onde o confronto era aberto, mas elas estavam fadadas a ser absorvidas por um ou outro grupo<sup>196</sup>.

Na verdade, o que fica claro é que o Estado, desde 1933-1934, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da Assembléia Nacional Constituinte, atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador

---

<sup>192</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 164-165.

<sup>193</sup> Esta conduta pode ser verificada no *Manifesto ao Proletariado Rio-Grandense*, de 30 de julho de 1933, reafirmando a disposição em fazer a mais ampla propaganda em prol da sindicalização e colaborar diretamente com a Inspetoria do Ministério do Trabalho. In: DIEHL, A., op. ct., p. 59-60.

<sup>194</sup> Ver DIEHL, A., op. ct., p. 60-62.

<sup>195</sup> Sobre o Círculo Operário Porto-Alegrense, ver DIEHL, A., op. ct.

<sup>196</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 176.

sindicalizado. Só “quem tem ofício – que é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – tem benefício<sup>197</sup>”.

Entretanto, é preciso distinguir claramente o enquadramento sindical de 1933-1934, tanto no que diz respeito ao meio empresarial como às classes trabalhadoras, de uma adesão acrítica ao modelo de sindicalismo corporativista proposto pelo Estado. Neste agitado período, o sindicalismo oficial passou a abrigar tendências políticas diversas e insubmissas ao Ministério do Trabalho. Assim, o destino da organização sindical e das relações da classe trabalhadora com o Estado não estava definido, uma vez que o enquadramento não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário<sup>198</sup>.

Portanto, a entrada dos comunistas nos sindicatos oficiais não pode ser considerada uma adesão ao projeto sindical do governo Vargas. Na verdade, ela foi concebida como uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical, além de também procurar manter a independência política destes sindicatos perante o Estado. Porém, devemos salientar que ela também representou um rompimento com o campo da resistência à implantação do sindicalismo corporativista e contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos autônomos<sup>199</sup>.

Nesse sentido, segundo Ângela Araújo, sua atuação nos sindicatos oficiais mostrou-se uma “faca de dois gumes”. De um lado, permitiu que estes sindicatos se politizassem e se engajassem na luta pela autonomia perante o Estado e pela democracia, ameaçando a concretização do projeto corporativista do governo. De outro, ao possibilitar o crescimento do número de sindicalizados e o fortalecimento destes sindicatos em detrimento das entidades livres, contribuiu para a criação das condições que inviabilizaram as propostas de sindicalismo autônomo e para a alteração da correlação de forças de modo favorável ao projeto corporativo<sup>200</sup>.

## **2.5. Sindicatos oficiais em Passo Fundo (1932-1935) e o Círculo Operário Passofundense**

### **2.5.1. O Sindicato dos Contabilistas Passofundenses (1932-1935)**

Com a política de sindicalização e os benefícios sociais a ela intrínsecos, não tardou para se iniciarem em Passo Fundo as articulações para a criação de sindicatos oficiais. Nesse sentido,

---

<sup>197</sup> Idem, p. 179.

<sup>198</sup> Idem, p. 168.

<sup>199</sup> ARAÚJO, A., op. ct., p. 19.

<sup>200</sup> Idem, p. 19.

o pioneiro foi o Sindicato dos Contabilistas, fundado em dezembro de 1932. Porém, as preparações para a criação desse sindicato iniciaram-se, mais precisamente, no dia 15 de novembro daquele ano. Nesta ocasião, liderado por Lino Schell de Quadros, um grupo formado por contadores locais se reuniram na sede da Sociedade Operária Beneficente para tratarem da fundação da entidade, que seria filiada ao Sindicato dos Contabilistas Riograndenses, sediado em Porto Alegre<sup>201</sup>.

Dias depois – dia 20 –, após uma nova reunião, por unanimidade, decidiu-se pela criação do sindicato. Segundo noticiou *O Nacional*:

(...) A filial de Passo Fundo procurará sindicalizar todos os contadores e guarda-livros (sic) aqui existentes e legalmente habilitados; ter um entendimento com a Associação Comercial local, para a qual prestará o seu decidido apoio; dirigir-se ao comércio local e aos poderes públicos do município e da justiça, dando uma relação dos sócios inscritos; e procurando criar com o comércio laços de mais estreita solidariedade, com a finalidade de só serem aproveitados na sua profissão os que estiverem legalmente escritos nos quadros do Sindicato<sup>202</sup>.

Portanto, o Sindicato dos Contabilistas, prestes a ser fundado, não vinha apenas ao encontro da política de sindicalização empreendida pelo governo federal, mas ia além, na medida em que praticamente obrigava os contadores locais a se sindicalizarem para poderem exercer a sua profissão.

Os preparativos para a fundação do sindicato transcorreram normalmente durante o final do mês de novembro. Finalmente, a 4 de dezembro de 1932, foi formalmente fundado o Sindicato dos Contabilistas Passofundenses, contando com 30 sócios entre contadores e “guarda-livros”. O recém-criado sindicato também pretendia aumentar a sua esfera de ação, abrangendo Marcelino Ramos até Cruz Alta ou Santa Maria, com o intuito de “congregá-las para o seu quadro social, constituindo, assim, com os seus co-irmãos de Porto Alegre e Pelotas, associações com poderoso núcleo de sindicalizados, não deixando nenhum guarda-livros ou contador fora dos quadros sociais<sup>203</sup>”. Outra intenção do Sindicato dos Contabilistas Passofundense era formar, juntamente com os sindicatos de Porto Alegre e Pelotas, a Federação de Sindicatos dos Contabilistas.

No dia 6 de janeiro de 1933, realizou-se a eleição da primeira diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Passo Fundo, sendo eleito presidente Pindaro Annes e vice Lino Schell de Quadros. No entanto, ainda faltava o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho. Acerca

---

<sup>201</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 nov. 1932, p. 4.

<sup>202</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 nov. 1932, p. 3.

<sup>203</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 dez. 1932, p. 3.

disso, *O Nacional* noticiou que “na próxima semana serão remetidos para o dr. Ernani de Oliveira, delegado especial do Ministério do Trabalho, os estatutos sociais, cópia da ata de instalação e relação nominal dos associados, a fim de serem encaminhados imediatamente para o Rio de Janeiro para ser efetivada a oficialização deste sindicato<sup>204</sup>”.

Na verdade, os estatutos só foram aprovados em uma Assembléia Geral realizada no dia 12 de março de 1933 e os documentos necessários para a sua oficialização só foram encaminhados no final de abril de 1933<sup>205</sup>. Assim, o sindicato só foi oficialmente reconhecido em meados de agosto/setembro de 1933.

Segundo *O Nacional*<sup>206</sup>, todos os domingos, pela manhã, eram realizados, na sede do Sindicato dos Contabilistas, reuniões dos sócios. No entanto, este sindicato não teria vida longa. Em abril de 1935, o sindicato foi fechado pelos próprios sócios. O motivo do fechamento da entidade foi dado, em uma entrevista ao *O Nacional*, por um membro da diretoria do extinto sindicato. Segundo ele, “dada à má vontade de muitos sindicalizados, a quem falecem conhecimentos e consciência da classe que representam, a existência do sindicato se tornou insustentável, apesar dos esforços ingentes da diretoria<sup>207</sup>”. Ou seja, esse sindicato, não se sabe por qual razão, tornou-se desinteressante para os contabilistas locais e, assim, acabou esvaziando-se.

Com o fechamento do Sindicato dos Contabilistas, os seus móveis foram doados para o Hospital de Caridade, os seus livros doados à biblioteca do Instituto Gymnasial, e a sua sede seria ocupada, posteriormente, pelo núcleo da Aliança Nacional Libertadora local.

### **2.5.2. O Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio: primeira tentativa (1933)**

Nessa mesma época, em abril de 1933 para ser mais exato, iniciar-se-iam as articulações para a criação de um sindicato para os trabalhadores do comércio local, que vinham, desde o final da década de 1920, pleiteando alguns direitos trabalhistas. Como a sindicalização era uma alternativa para que as suas demandas fossem atendidas e que pudessem gozar das benéficas da legislação, uma vez que apenas os trabalhadores sindicalizados teriam direitos a ela<sup>208</sup>, os próprios trabalhadores articularam-se para fundar o sindicato.

---

<sup>204</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jan. 1933, p. 4.

<sup>205</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 mar. 1933, p. 4; 28 abr. 1933, p. 4.

<sup>206</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 jan. 1934, p. 1.

<sup>207</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 abr. 1935, p. 4.

<sup>208</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 25 abr. 1933, p. 3.

Assim, no dia 30 de abril, foi fundado o Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, que tinha por objetivo desenvolver o espírito de solidariedade entre os trabalhadores do comércio, fomentar-lhes a cultura moral, intelectual e física, incentivar-lhes as virtudes cívicas, sustentar e defender perante os poderes públicos e os patrões os seus direitos e interesses e, finalmente, lutar pelas reivindicações imediatas da classe relativas ao seguro social contra o desemprego, doença, velhice, invalidez e morte, criação de aposentadoria e pensões, aumento de salário, diminuição do tempo de trabalho, etc.<sup>209</sup>

No dia 1º de maio de 1933, na sede da Sociedade Operária, ocorreu a sessão inaugural do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio. Nesta sessão, que contou com a presença de 46 comerciários, foram discutidos os estatutos do futuro sindicato. Além disso, também foi marcada uma nova reunião para o dia 7 de maio, quando se pretendia proceder a leitura da redação final e a aprovação definitiva dos estatutos para que estes pudessem ser remetidos ao Ministério do Trabalho<sup>210</sup>.

Em uma outra sessão, realizada no dia 11 de maio, foi eleita a primeira diretoria do recém-criado sindicato, cuja presidência coube a João Kurtz Filho<sup>211</sup>. Ainda no seu primeiro mês, pelo menos 72 comerciários tinham aderido ao sindicato.

Por outro lado, o jornal *O Nacional* noticiou que a criação do sindicato estava sendo prestigiada e favorecida pelos próprios patrões, “que, numa justa compreensão da lei, reconhecem não haver nenhum intuito de hostilidade aos empregados, que apenas desejam consolidar a conquista de maiores direitos e garantias de acordo com as leis em vigor e os princípios humanitários<sup>212</sup>”. No entanto, como já vimos anteriormente, a realidade foi outra, pois eram raros os patrões que cumpriam as leis trabalhistas em Passo Fundo, sobretudo a lei da jornada de 8 horas.

Contudo, esse sindicato também não lograria sucesso. Não se tem notícia se os seus estatutos foram realmente enviados ao Ministério do Trabalho ou se este os rejeitou. O fato é que o sindicato não foi reconhecido e, conseqüentemente, os trabalhadores do comércio de Passo Fundo não puderam gozar plenamente dos benefícios da legislação trabalhista. Assim, logo ele se viu esvaziado, sobretudo após a criação da União Geral dos Trabalhadores e, principalmente, da organização da ANL na cidade.

---

<sup>209</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 mai. 1933, p. 3.

<sup>210</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 mai. 1933, p. 1.

<sup>211</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 mai. 1933, p. 3.

<sup>212</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 mai. 1933, p. 1.

Porém, devemos lembrar que esse sindicato seria novamente fundado em 1937. Assim, voltaremos a abordá-lo futuramente.

### **2.5.3. O Círculo Operário Passofundense (1934)**

Em consequência da política de expansão do circulismo, a 19 de setembro de 1934, no salão nobre da Sociedade Italiana, foi fundado o Círculo Operário Passofundense (COPF). Na assembléia de fundação compareceram mais de 100 pessoas entre operários, industrialistas e intelectuais. Nessa mesma oportunidade, o padre Paschoal Librelotto, delegado geral dos diversos círculos do estado, fez uma longa exposição das vantagens das associações de operários que propugnavam pelos seus direitos dentro da ordem e das leis. Em seguida, foi eleita uma diretoria de operários para dirigir o Círculo, recaindo a presidência no operário João dos Santos Souza<sup>213</sup>.

Calcado nos moldes já existentes em Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, Cruz Alta e Carazinho, o Círculo Operário Passofundense tinha como suas metas:

- a) Cultura intelectual, moral, social e física, pela fundação das escolas, realização de conferências, clubes esportivos, etc.
- b) Proteção social e eficiente nas oficinas, escolas e lares.
- c) Auxílio jurídico, médico e material, pelas várias formas de beneficência e mútuo socorro.
- d) Sindicalização das classes proletárias<sup>214</sup>.

Inicialmente localizado em uma casa de madeira na Rua Uruguaí<sup>215</sup> – ao lado do Hospital São Vicente de Paulo –, nos seus primeiros anos de funcionamento o Círculo Operário Passofundense teve uma participação discreta na história do movimento operário e sindical da cidade. Isso se deve à concorrência da Sociedade Operária, da Legião Proletária e dos sindicatos oficiais, que, no início, despertavam o entusiasmo dos trabalhadores de Passo Fundo.

Porém, a partir de 1936, em virtude da repressão empreendida sobre o sindicalismo autônomo e com o insucesso dos primeiros sindicatos oficiais na cidade, o COPF foi, gradativamente, ganhando terreno. A partir de 1937, sua influência se fazia sentir com toda a força, como abordaremos no decorrer do trabalho.

---

<sup>213</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 set. 1934, p. 1.

<sup>214</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 set. 1934, p. 1.

<sup>215</sup> Em novembro de 1944, foi inaugurada a nova, e definitiva, sede do COPF, localizada na esquina da Avenida Brasil com a Rua Marcelino Ramos. O antigo prédio do COPF foi demolido em 2006.

## 2.6. A guerra civil de 1932 e os caminhos para a constitucionalização do país

No âmbito político, Governo Provisório foi um período de sucessivas crises. No próprio seio da heterogênea Aliança Liberal as turbulências foram constantes, sobretudo entre os setores oligárquicos e os setores tenentistas. Enquanto os primeiros desejavam a volta à democracia liberal, para os últimos o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. “Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantelar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizado na sociedade brasileira<sup>216</sup>”.

À medida que os setores tenentistas se fortaleciam e as propostas intervencionistas e centralizadoras eram implementadas, crescia a insatisfação dos setores oligárquicos, inclusive de muitos “oligarcas dissidentes” (antigos integrantes da Aliança Liberal, como, por exemplo, alguns membros das oligarquias sul rio-grandense, mineira e do Partido Democrático Paulista), que exigiam o fim do regime discricionário. Ademais, além das resistências civis, Vargas enfrentava sérias dificuldades na área militar, sobretudo por parte de setores da alta oficialidade do Exército, insatisfeitos com o fortalecimento do tenentismo. Mas apesar de lançadas no centro dos acontecimentos, as Forças Armadas se encontravam frágeis e fragmentadas<sup>217</sup>.

Devido às pressões, o governo não tinha outra saída senão convocar a Assembléia Nacional Constituinte. Em virtude disso, lançou o Código Eleitoral e, com ele, instituiu a Justiça Eleitoral – incumbida de organizar e fiscalizar as eleições e de julgar recursos –, além da adoção do sufrágio universal, direto e secreto. “Pela primeira vez, reconheceu-se o direito de voto das mulheres – a lei eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele estado<sup>218</sup>”. No entanto, o sufrágio universal revelou as suas limitações: “as mulheres conquistaram a cidadania política, mas a idade para ser eleitor era de 21 anos e os analfabetos, assim como as praças de pré e os religiosos de ordens monásticas, continuavam, como na República Velha, excluídos do processo eleitoral<sup>219</sup>”.

Entretanto, nem mesmo o lançamento do Código Eleitoral e o decreto marcando as eleições para a Constituinte para 3 de maio de 1933 acalmou os ânimos. Os constantes confrontos entre os setores tenentistas e os setores oligárquicos, inclusive no interior do próprio governo, e as insatisfações com o regime discricionário tornavam o ambiente político no país cada vez mais

---

<sup>216</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 17.

<sup>217</sup> Idem, p. 21-23.

<sup>218</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 191.

<sup>219</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 23-24.

conturbado. Assim, não tardou para eclodir, a 9 de julho, uma revolução em São Paulo, denominada de Revolução Constitucionalista ou Guerra Paulista, que contou com a maciça adesão da população paulista e com a participação de expressivas lideranças, como, por exemplo, Artur Bernardes e Borges de Medeiros.

Segundo Boris Fausto, o plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante sobre a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou e a “Guerra Paulista” ficou militarmente confinada ao território de São Paulo<sup>220</sup>.

Embora a guerra civil, que durou três meses, tenha terminado com a derrota militar dos paulistas – e os principais líderes do movimento foram presos, exilados e tiveram seus direitos políticos cassados –, ela serviu como um catalisador para o processo de reconstitucionalização do país. Além disso, São Paulo obteve ganhos políticos: a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Salles de Oliveira. Na verdade, “o governo, embora vitorioso, percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista e estes, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o Poder Central<sup>221</sup>”.

Depois da experiência de 1932, reestruturar as Forças Armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas. Para tanto, era necessário eliminar os antigos generais nomeados pelos governos anteriores a 1930. Isso se tornou possível, em parte, graças à participação deles na Revolução Constitucionalista. Se até 1932 ainda havia a predominância de generais anteriores a 1930, como João Gomes, Tasso Fragoso e Valdomiro Lima, depois da Revolução Constitucionalista passou a haver uma ascendência de novos generais, como Pargas Rodrigues, Guedes da Fontoura, Pantaleão Pessoa, José Pessoa, Góis Monteiro e Eurico Dutra<sup>222</sup>.

## **2.7. A reconstitucionalização do país e as mobilizações político-sociais (1933-1935)**

Politicamente, a reconstitucionalização do país representava uma derrota para os setores ligados ao tenentismo. Diante de sua inevitabilidade, para os adeptos do tenentismo a saída era a rearticulação das agremiações partidárias, embora alguns defendessem, já naquela época, a

---

<sup>220</sup> FAUSTO, B., op. cit., 2006, p. 191.

<sup>221</sup> Idem, p. 192.

<sup>222</sup> PANDOLFI, D., op. cit., p. 26.

ditadura militar<sup>223</sup>. De qualquer forma, com a proximidade das eleições para a Constituinte, era necessário criar novos partidos, pois os existentes antes de 1930 haviam perdido força e alguns foram praticamente extintos. Segundo Dulce Pandolfi:

Para se contrapor às oligarquias regionais, as forças mais vinculadas ao tenentismo propunham a criação de um partido nacional. Esse partido deveria aglutinar os “revolucionários” de todos os estados para impedir que as máquinas partidárias da República Velha, direcionadas para a “politicagem” e para os “interesses particulares”, voltassem a controlar o jogo político<sup>224</sup>.

E foi justamente nessa conjuntura de reorganização político-partidária que surgiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 pelo intelectual Plínio Salgado. O integralismo pautava-se por um nacionalismo e um moralismo extremados, o que o fez ter muitos adeptos entre militares e católicos. A preocupação de mobilizar amplamente a população levava-o a realizar encontros, festas, palestras e manifestações de rua, durante as quais entrava em choque aberto com os comunistas. Os integralistas usavam um uniforme que os tornou conhecidos como os “camisas-verdes” e adotavam também um símbolo – o sigma – e um gesto de saudação, acompanhado de uma espécie de brado de guerra de inspiração indígena: “Anauê!”<sup>225</sup>.

O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores. “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento, que identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo e o capitalismo financeiro internacional nas mãos dos judeus<sup>226</sup>. De início, a AIB dava sustentação política ao governo de Vargas, sobretudo na luta contra o comunismo.

O recrutamento dos dirigentes nacionais e regionais da AIB se fez principalmente entre profissionais urbanos da classe média e, em menor grau, entre os militares. O integralismo atraiu para as suas fileiras um contingente considerável. Estimativas moderadas calculam esse número entre 100 a 200 mil pessoas no período de auge (fins de 1937)<sup>227</sup>.

Em Passo Fundo, as articulações para a instalação de um núcleo integralista na cidade começaram no primeiro semestre de 1934, culminando em sua fundação em outubro do mesmo

---

<sup>223</sup> Era o caso, por exemplo, do general Manuel Rabelo, que defendia a necessidade de uma ditadura militar e, através de um manifesto, propôs a criação do Clube Republicano Ditatorial. In: PANDOLFI, D., op. ct., p. 26-27.

<sup>224</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 27.

<sup>225</sup> Idem, p. 31.

<sup>226</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 194.

<sup>227</sup> Idem, p. 195.

ano<sup>228</sup>. Liderado por Hugo Loureiro Lima, a AIB local atraiu a simpatia de diversos setores da sociedade local, especialmente militares e religiosos, e o número de adesões foi significativo.

Salvo a AIB e o PCB – que, nessa época, estava na ilegalidade –, apesar de algumas tentativas não foi criado nenhum partido nacional. O que surgiu foi uma infinidade de partidos estaduais, muitos articulados pelos interventores.

Outro fator que contribuiu para o surgimento de inúmeros partidos foi o próprio Código Eleitoral, que permitia a existência de partidos provisórios (constituídos apenas para disputar as eleições), além das candidaturas avulsas, isto é, poderiam concorrer às eleições candidatos sem nenhum vínculo partidário.

De fato, as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que seriam realizadas em maio de 1933, revelaram, como lembra Boris Fausto, um impulso na participação popular e na organização partidária, surgindo muitos partidos das mais variadas tendências nos estados<sup>229</sup>.

Nessa conjuntura, a Igreja Católica, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico, criou a Liga Eleitoral Católica (LEC) visando conquistar votos para os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Ademais, diante da participação na primeira disputa eleitoral, as mulheres também se mobilizaram. Em Passo Fundo, por exemplo, as mulheres organizaram a Liga Eleitoral Feminina Católica, fundada em novembro de 1932.

Realizadas as eleições, os partidos que tiveram melhor desempenho, salvo algumas exceções, foram os situacionistas, articulados pelos interventores. No Rio Grande do Sul, os eleitos eram, em sua maioria, partidários de Flores da Cunha; em Minas Gerais, venceram os seguidores do velho governador Olegário Maciel; em São Paulo, a vitória da Frente Única foi esmagadora. Os “tenentes”, em contrapartida, obtiveram magros resultados<sup>230</sup>.

A Constituinte brasileira iniciou os trabalhos no dia 15 de novembro de 1933 e sete meses depois, a 14 de julho do ano seguinte, a Constituição foi promulgada. Um dia após a promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, presidente da República, devendo exercer o mandato até 3 de maio de 1938. Nesta ocasião, Vargas obteve “175 votos contra 59 dados a Borges de Medeiros, 4 ao general Góis Monteiro e 9 distribuídos entre diversos outros candidatos<sup>231</sup>”. Contudo, devemos lembrar que, para ser eleito, Vargas teve de

---

<sup>228</sup> Sobre a AIB em Passo Fundo ver IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *O integralismo no Norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.

<sup>229</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 193.

<sup>230</sup> Idem, p. 193.

<sup>231</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 28.

fazer uma série de concessões<sup>232</sup> e, inclusive, durante os trabalhos constitucionais, grupos militares conspiraram para tentar depô-lo e formar um conselho de generais para dirigir o país.

No que tange à Constituição de 1934, interessa-nos ressaltar que foi alterada a Lei de Sindicalização de 1931, permitindo uma pluralidade sindical limitada: determinava uma pluralidade sindical desde que cada sindicato agrupasse pelo menos 1/3 de uma dada categoria profissional, limitava a intervenção do Estado nos sindicatos a um prazo máximo de seis meses, mas mantinha a prerrogativa estatal do reconhecimento sindical<sup>233</sup>. E mais, os cargos de direção seriam preenchidos por eleição; os mandatos teriam a duração de três anos e somente poderiam ser exercidos por brasileiros; a lei ainda estabelecia a proibição da veiculação dentro do sindicato “de toda e qualquer propaganda ideológica, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza e aos fins dos sindicatos”<sup>234</sup>.

Segundo Marcelo Badaró Mattos<sup>235</sup>, tal dispositivo foi anexado à Carta em virtude da combinação das restrições de empresários e da Igreja com a luta dos sindicalistas contra o paradigma do sindicato único, além da rejeição dos liberais às propostas corporativas do anteprojeto constitucional<sup>236</sup>.

Na verdade, a autonomia e a pluralidade sindicais não resultavam da intenção política de forças liberais sediadas no complexo urbano-industrial, mas do tradicionalismo agrário e do autoritarismo católico. Ambos, por razões diversas, desejavam debilitar a capacidade do Estado nas suas relações com a sociedade civil e, com as mesmas razões, impedir o desenvolvimento livre e unitário das classes trabalhadoras<sup>237</sup>.

No que tange ao tradicionalismo agrário, Luiz Werneck Vianna<sup>238</sup> demonstra as articulações empreendidas pelo setor agrário para manter seu *status quo*. Nesse sentido, o autor lembra que no texto do anteprojeto constitucional, elaborado pelo governo federal, a legislação social seria aplicável aos trabalhadores do campo e da cidade. Além disso, as unidades empresariais agrícolas com mais de 50 trabalhadores seriam obrigadas a manter escolas primárias para ensino gratuito dos trabalhadores e de seus filhos. A modernização agrária também previa a

---

<sup>232</sup> Ver GOMES, Angela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano III: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981, p. 56.

<sup>233</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., p. 224.

<sup>234</sup> SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 42.

<sup>235</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 16.

<sup>236</sup> Sobre as articulações e os reais interesses desses setores no que tange ao decreto que estabeleceu a pluralidade sindical, ver VIANNA, L. W., op. ct., cap. 4.

<sup>237</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 193.

<sup>238</sup> Idem, p. 192-193.

expropriação dos latifúndios, para sua exploração em nome individual ou sob forma cooperativa. Ademais, o que talvez se constituísse na medida mais explosivamente modernizadora, estendia-se o salário mínimo familiar ao trabalhador rural. Porém, na Carta promulgada em 1934, os liberais de origem agrária conseguiram, através de uma coalizão com setores que queriam o pluralismo sindical, rechaçar estas propostas, ressaltando a inaplicabilidade da legislação social ao campo e a intangibilidade da propriedade agrária.

Dessa forma, o trabalhador rural não pode gozar dos benefícios da legislação social, pois a legislação não os abrangia. Somente em maio de 1944 o governo investiria em um outro projeto de sindicalização rural, mas os objetivos dessa investida seriam eleitorais, não resultando em nada de concreto para os trabalhadores rurais.

Além da influência dos setores conservadores agrários, segundo alguns autores, os trabalhadores rurais não adquiriram o direito de gozar das benéficas da legislação social porque eles não “incomodavam” tanto como os trabalhadores urbanos, que estavam melhores organizados e freqüentemente realizavam mobilizações e reivindicações.

Já no que concerne ao autoritarismo católico, as encíclicas papais de 1891 e 1931, que propunham um corporativismo católico, para obterem êxito precisavam impedir que as corporações se tornassem ponto de apoio exclusivo do Estado. Por isso apoiaram a proposta do pluralismo sindical.

De qualquer modo, na prática, a pluralidade não existiu – embora só viesse a desaparecer da legislação em 1939 –, pois o Estado deu sua resposta ao regime sindical dos constituintes. Ratificando o sistema tutelar, o Decreto-lei nº 24.694, editado alguns dias antes da votação final do texto constitucional, através de suas exigências tornava intencionalmente a pluralidade muito difícil e a autonomia muito relativa<sup>239</sup>. Agamenon Magalhães, o novo ministro do Trabalho, considerava a organização sindical sancionada pela Constituição um equívoco e a nova lei de sindicalização um instrumento pouco adequado ao momento político<sup>240</sup>.

Assim, a autonomia sindical, conquistada contra a vontade do Estado, não teve força para se impor numa ordem inclusiva que a nega<sup>241</sup>. Ou seja, “enquanto a Constituição garantia a autonomia, sua regulamentação a restringia com o objetivo de manter o controle estatal sobre os sindicatos<sup>242</sup>”.

---

<sup>239</sup> MORAES FILHO. *Apud* GOMES, A., op. ct., 2005, p. 175.

<sup>240</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 175.

<sup>241</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 197.

<sup>242</sup> SEGATTO, J., op. ct., p. 43.

Quanto à Constituição de 1934, cabe ainda ressaltar que ela consagrou os direitos sociais<sup>243</sup>, instituiu a Justiça do Trabalho, estendeu o direito de voto a homens e mulheres maiores de 18 anos e beneficiou a Igreja Católica em alguns aspectos, como, por exemplo, assegurando-lhe o direito ao ensino religioso facultativo nas escolas públicas, proibindo o divórcio, estendendo o direito de voto aos religiosos, entre outras coisas.

Inovadora em muitos aspectos, a Constituição de 1934, na realidade, propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. No capítulo sobre a Ordem Econômica e Social sancionou-se o intervencionismo do Estado em assuntos econômicos e sociais. No âmbito político, a Constituição assegurou o predomínio do Legislativo no sistema político, tornando-se um instrumento para inibir o avanço do Executivo<sup>244</sup>.

Embora com a nova Constituição o país entrasse num período de normalidade constitucional, a movimentação política continuava intensa, pois ninguém estava satisfeito. O próprio Vargas, em discurso pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte, não escondeu o descontentamento com a nova Constituição. Segundo ele:

A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração: acoroçoa as forças armadas à prática do facciosismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima das comunhão<sup>245</sup>.

Enfraquecido pela Constituição, Getúlio Vargas, na busca de apoio para levar avante seu projeto político de fortalecimento do Estado e combate ao poder das oligarquias, voltou-se para os militares. A partir de então, o projeto de Vargas passou a confluir com a estratégia que vinha sendo apontada por Góis Monteiro, que se devia fazer a política “do” Exército, e não a política “no” Exército<sup>246</sup>.

---

<sup>243</sup> Esta deveria prever no mínimo: proibição das diferenças de salários para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; salário mínimo; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; descanso semanal; férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa. In: FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 193.

<sup>244</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 29.

<sup>245</sup> Discurso pronunciado por Vargas na Assembléia em 20 de julho de 1934. In: PANDOLFI, D., op. ct., p. 29.

<sup>246</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 30.

Aliás, a própria escolha de Agamenon Magalhães para a pasta do Trabalho, justamente na época da promulgação da Constituição, teve um caráter estritamente político, como revela Angela de Castro Gomes:

A escolha de Agamenon Magalhães para a pasta do Trabalho foi neste contexto fundamental. Político de Pernambuco, conhecia de longa data as questões trabalhistas e transitava nos últimos anos na mais alta cúpula dos setores governamentais. Segundo alguns de seus mais íntimos colaboradores, veio para o ministério fazer política, começando a delegar a outros todo tipo de encargo administrativo. Esta disposição começou a se tornar patente por ocasião das eleições de outubro de 1934 para a Câmara Federal e para as Assembléias Constituintes Estaduais, que deram ao novo ministro a possibilidade de “fazer” a bancada dos representantes classistas, em especial àquela dos empregados. (...) Agamenon, ainda segundo seus auxiliares, foi muito objetivo. Convocou Waldir Niemeyer para se encarregar dos assuntos sindicais e trabalhistas de sua pasta e com ele criou todos os “sindicatos de carimbo” que se tornaram necessários. Tais sindicatos não tinham existência real, mas possuíam delegados-eleitores e escolhiam deputados classistas. Era exatamente este o objetivo de Agamenon<sup>247</sup>.

Por outro lado, o fim do regime discricionário estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social com a eclosão de várias greves no período 1934-1935. No âmbito nacional, Boris Fausto destaca as greves ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte, especialmente as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos<sup>248</sup>.

Segundo Marcelo Badaró Mattos<sup>249</sup>, a agitação operária dessa época culminou na criação, em 1934, de uma Frente Única Sindical (FUS), que, liderada pelos comunistas, em maio de 1935, realizou um Congresso Sindical Nacional, onde foi criando a Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB). Porém, essas e outras organizações sindicais não se manifestaram por muito tempo, tendo uma existência efêmera<sup>250</sup>.

A CSUB, que além dos comunistas também contou com o apoio dos trotskistas, conseguiu reunir alguns sindicatos, mas foi predominantemente um movimento de agitação política e não uma organização federativa de sindicatos. A Confederação empenhou-se em

---

<sup>247</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 175-176.

<sup>248</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 196-197.

<sup>249</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 17.

<sup>250</sup> Mesmo antes de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, houve muita intervenção nos sindicatos que reivindicavam ou organizavam greves. Intervenção, na época, significava em grande parte invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos, com abundantes espancamentos e prisões. Legalmente isto não podia acontecer, e os representantes classistas que escapavam ao controle do ministério denunciavam na Câmara as arbitrariedades policiais (existem várias referências sobre isso nos Anais da Câmara dos Deputados de 1934). In: GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 176.

discutir questões políticas como a guerra, o fascismo e a falta de liberdade no país. Sua atuação teve um sentido que pode ser aproximado da proposta da Aliança Nacional Libertadora<sup>251</sup>.

Na verdade, essa tentativa de desenvolver um trabalho pela unificação sindical refletia uma modificação na linha política do PCB, que, desde meados de 1934, correspondia à nova diretriz, assumida pela Internacional Comunista, de formação de frentes populares para a luta contra o nazi-fascismo. Esta nova orientação teve repercussões importantes na política sindical dos comunistas, que passaram a buscar aproximação com as correntes socialistas e reformistas, predominantes nos sindicatos oficiais, na tentativa de desenvolver um trabalho pela unificação sindical<sup>252</sup>.

No Rio Grande do Sul, esse período também foi marcado pela eclosão de inúmeras greves, principalmente em Porto Alegre<sup>253</sup> e Pelotas. O principal motivo para a deflagração desses movimentos paredistas foram as manobras patronais para fugir à execução das leis trabalhistas. No entanto, muitas dessas greves foram reprimidas pela ação policial. Em uma delas, a Sociedade Operária chegou a prestar sua solidariedade, como noticiou *O Nacional*<sup>254</sup>:

Ontem esteve reunida a diretoria da Sociedade Operária para tratar de vários assuntos, e entre eles a da atitude a tomar diante da greve que estalou em Pelotas e está assumindo um caráter de excepcional gravidade, tendo havido choques com a polícia, de que resultaram algumas mortes e ferimentos (...).

Tendo a polícia pelotense invadido a sede do Sindicato de Estivadores e prendido 30 grevistas, praticando outras tropelias, a diretoria unanimemente resolveu solidarizar-se com os perseguidos de Pelotas, e o fez por meio de telegrama endereçado à Federação Operária nos seguintes termos:

“Sociedade Operária hipoteca plena solidariedade (...) face reação policial contra camaradas de Pelotas. Saudações proletárias, Junqueira Rocha, presidente”.

Portanto, se houve uma intensa mobilização dos trabalhadores, ao mesmo tempo a repressão também se fez presente. Nesse sentido, segundo Diorge Konrad, não há um rompimento absoluto com a linha de atuação do Estado e da burguesia do pré-1930 (que insistia em não cumprir a legislação trabalhista) acerca da “questão social”, pois, em todas as vezes em

---

<sup>251</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 176.

<sup>252</sup> ARAÚJO, A., op. ct., p. 18.

<sup>253</sup> Sobre as greves em Porto Alegre, ver PETERSEN; LUCAS, op. ct., p. 415-439. Ver também: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EDUCS/Garamond, 2004, cap. 8.

<sup>254</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 ago. 1934, p. 4.

que foi necessário, o Estado, através da polícia, continuou utilizando a repressão e a violência como forma de “solução” das questões sociais<sup>255</sup>.

Em Porto Alegre, por exemplo, a polícia fechou várias associações operárias, inclusive a FORGS em janeiro de 1935, e prendeu os seus líderes. Posteriormente, várias tentativas de reorganizar a FORGS relevaram-se infrutíferas, mesmo com o apoio da ANL. “A última delas, que também não vingou, foi anunciada em setembro de 1935 e, ao que tudo indica, sob comando do grupo anarquista<sup>256</sup>”.

Em Passo Fundo, nesse momento, a “agitação operária” também se fez presente, não através de greves, mas através da organização e da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária.

### **2.7.1. A Liga Eleitoral Proletária (LEP, 1934)**

Com a volta do país ao regime constitucional, o Brasil se preparava para os pleitos de outubro de 1934, onde seriam escolhidos os deputados federais e as Assembléias Constituintes estaduais. Apesar do Ministério do Trabalho proibir toda e qualquer atividade político-ideológica no seio dos sindicatos, a campanha pela eleição de líderes operários, nos âmbitos federal e estadual, mobilizou o operariado de todo o estado, o que permitiu um revigoramento da autonomia sindical e a conseguinte tentativa de se livrar da tutela do Estado<sup>257</sup>.

E foi em virtude desse clima de mobilizações políticas que a FORGS, visando lograr bons resultados nas eleições de outubro, criou, a 16 de julho de 1934, em Porto Alegre, a Liga Eleitoral Proletária (LEP), uma agremiação filiada à linha revolucionária do PCB. A Liga Eleitoral Proletária, conforme o seu estatuto, seria administrada por uma direção composta por sete membros<sup>258</sup> e apresentava-se aos trabalhadores explorados e oprimidos para defender o seu programa de luta de classes<sup>259</sup>.

A LEP comprometia-se, por intermédio dos seus candidatos, a pleitear todas as reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores, tais como: aumento de salários e diminuição de horas de trabalho; trabalho e salário iguais para ambos os sexos; caixas de

---

<sup>255</sup> KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: Centro de Estudos Marxistas – CEM (Org.). *Os trabalhos e os dias*: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 116.

<sup>256</sup> PETERSEN; LUCAS, op. ct., p. 415.

<sup>257</sup> Idem p. 401.

<sup>258</sup> Secretário Geral: Policarpo Hibernon Machado; Secretários: Ângelo Plastina, Carlos Gloger, Leopoldo Machado e Arnaldo Teixeira; Tesoureiro Geral: Moacyr Vaniere; Tesoureiro Auxiliar: Geraldo Teixeira.

<sup>259</sup> PETERSEN; LUCAS, op. ct., p. 401-405.

aposentadorias e pensões custeadas pelo governo e patrões dirigidas e controladas por trabalhadores; assistência hospitalar gratuita para o trabalhador e sua família; proibição do trabalho para os menores de 18 anos; licença maternidade de 60 dias após o parto, com salário integral, assistência médica e garantia no emprego, dentre outras. Dentre as reivindicações políticas estavam: direito de voto aos marinheiros, soldados e analfabetos; igualdade de direitos para todas as raças exploradas e oprimidas (negros e índios); livre manifestação de pensamento pela palavra escrita e falada; direito de reunião e de greve; abolição da lei dos 2/3 e de expulsão de operários estrangeiros por questões sociais; liberdade e volta imediata de todos os presos deportados por questões sociais; sindicalização independente; existência legal e pública do PCB, da Confederação Geral do Trabalho e de todas as organizações proletárias revolucionárias<sup>260</sup>.

Em Passo Fundo, a aproximação da Sociedade Operária Beneficente e da Liga Proletária Rio-Grandense com a FORGS ocasionou a coalizão dessas duas entidades em prol da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária, como comprova a seguinte nota d' *O Nacional*:

A convite da Sociedade Operária, representada pelo seu presidente, dr. João Junqueira Rocha, e da Legião Proletária Riograndense, representada pelo seu presidente, sr. Jonathas Diniz, deve realizar-se hoje, na sede da Sociedade Operária, uma assembléia geral de sócios e não sócios para a constituição do Comitê da Liga Eleitoral Proletária<sup>261</sup>.

Dessa forma, no dia 6 de agosto de 1934, em uma concorrida assembléia de massa realizada na sede da Sociedade Operária, foi instalada a Liga Eleitoral Proletária e escolhido o respectivo Comitê a fim de sufragar os candidatos que serão indicados pela FORGS. O presidente do Comitê de Passo Fundo, João Junqueira Rocha, abrindo a sessão, explicou que os fins da Liga era utilizar o voto como arma de combate e a tribuna parlamentar como instrumento de propaganda em defesa da classe trabalhadora. Deixando clara a sua orientação política, disse que “não tinha ilusões a respeito da tapeação legislativa, pois estava convencido que a sorte dos operários só poderia ser melhorada com a implantação do socialismo pela ditadura do proletariado. Mas, enquanto não chegava o grande dia, aconselhava a qualificação eleitoral porque o título é uma arma e, nesta luta de vida ou morte, nenhuma arma podia ser dispensada<sup>262</sup>”.

---

<sup>260</sup> Idem, p. 406-407.

<sup>261</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 ago. 1934, p. 1.

<sup>262</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 ago. 1934, p. 1.

Durante o mês de agosto, os trabalhos do Comitê da LEP de Passo Fundo prosseguiram ativamente. Em uma reunião, realizada no dia 9 do corrente mês, decidiu-se pela criação de vários núcleos de propaganda na cidade e no interior do município, além da realização quinzenal de assembléias de massa. Além disso, o Comitê também resolveu que a qualificação eleitoral de seus “camaradas” fosse feita por intermédio da prefeitura e dos centros do Partido Republicano Liberal<sup>263</sup>.

No dia 4 de setembro, chegou a Passo Fundo a famosa “Caravana Operária”, que percorria o estado difundindo a propaganda da Liga Eleitoral Proletária. Composta por Polycarpo Hibernon Machado (presidente da FORGS), Ângelo Plastina, Leopoldo Machado e Euclides Souza, a Caravana foi recebida na estação ferroviária pelas diretorias das organizações locais e conduzida ao Hotel Avenida, onde se hospedaram. Em seguida, os membros da Caravana dirigiram-se à sede da Sociedade Operária, onde teve início o primeiro comício, presenciado por uma numerosa massa popular que ultrapassava a porta da entidade e chegava até a calçada<sup>264</sup>.

*O Nacional* noticiou com detalhes esse comício:

Depois de fazer a apresentação dos excursionistas, o dr. João Junqueira Rocha, Secretário-Geral do Comitê local, passou a direção dos trabalhos ao presidente da Federação Operária, sr. Polycarpo Hibernon Machado, o qual proferiu eloquente discurso entrecortado de aplausos e aclamações dos presentes, que apoiavam entusiasticamente as palavras do orador relativas às reivindicações políticas e econômicas pleiteadas pela Liga em favor dos operários, camponeses e soldados.

Falaram depois os membros da caravana, srs. Leopoldo Machado e Euclides Souza, que discorreram amplamente sobre as contradições do regime capitalista, cuja última etapa é o atual imperialismo financeiro que, segundo disseram, está escravizando os pequenos lavradores e operários, reduzindo-os à miséria pelo desemprego, pelo fechamento das fábricas e pela destruição dos produtos.

Por estar um pouco adoentado da garganta, deixou de falar o sr. Ângelo Plastina, que goza de grande reputação como orador proletário, e que fará hoje o seu discurso no segundo comício, que terá lugar às 20 horas, no mesmo local.

Durante o dia de hoje os membros da caravana têm sido muito visitados e andaram percorrendo a cidade e arredores em automóveis oferecidos gratuitamente pelos correligionários. (...) O presidente da Sociedade Operária pede para esclarecer que hospedou a caravana no Hotel Avenida porque o sr. Eduardo Barreiro cobra apenas meia diária, pois do contrário iria procurar outro hotel mais modesto<sup>265</sup>.

No dia seguinte (dia 5), houve outro comício da Caravana Operária na sede da Sociedade Operária. *O Nacional*, mais uma vez, noticiou com detalhes este acontecimento:

---

<sup>263</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 ago. 1934, p. 4.

<sup>264</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 set. 1934, p. 4.

<sup>265</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 set. 1934, p. 4.

(...) realizou-se ontem, na sede da Sociedade Operária, perante numerosa assistência, o segundo grande comício de doutrinação e propaganda levado a efeito pela caravana que percorre o Estado em prol da Liga Eleitoral Proletária. O primeiro orador foi o sr. Polycarpo H. Machado, que fez ampla exclamação, muito aplaudida sobre as teses: o papel da mulher na construção do socialismo, a família no regime socialista, e o crédito hipotecário e os pequenos lavradores.

Falou depois o sr. Euclides Souza, que explicou os trabalhos das organizações revolucionárias, legais e ilegais, Partido Comunista, Liga Eleitoral, Socorro Vermelho e outras que agem independentemente entre si, porém harmônicas, visando o mesmo objetivo final, que é a emancipação dos trabalhadores.

Em seguida, ocupou a tribuna o sr. Leopoldo Machado, que discorreu sobre a inutilidade das leis sociais votadas pelo governo provisório, que vieram ainda mais agravar a situação dos operários, por isso que dando margem às greves e conflitos estes são sempre resolvidos pelo governo e pela polícia contra os operários e a favor dos patrões, conforme numerosos exemplos que citou.

Por último dos membros da caravana, falou o sr. Ângelo Plastina, que se estendeu em eruditas considerações sobre o imperialismo financeiro, que se infiltrando sob a forma de empréstimos públicos e empresas de monopólio, reduzem, pela diminuição da independência econômica, os países da América do Sul a uma situação subalterna de semi-colônias sujeitas ao controle político como reflexo das dívidas públicas e particulares aos capitalistas da alta burguesia.

A convite, falou depois o sr. João Junqueira Rocha, que fez um discurso relativo à situação política nacional e do estado, declarando que a emancipação econômica e cultural dos trabalhadores só poderá ser conseguida no regime do socialismo aplicado através da ditadura do proletariado. Seguiram-se com a palavra os srs. Jonathas Diniz e Antonio Grespan, que fizeram rápidas saudações à caravana.

Todos os oradores foram muito aplaudidos e, por vezes, interrompidos com salvas de palmas e aclamações, encerrando-se o comício à meia-noite, até quando se conservou o edifício repleto de ouvintes de ambos os sexos, calculado em aproximadamente mil pessoas (sic), que transbordavam do vasto salão e salas contíguas.

Para custear as despesas da caravana, foi feita por diversas senhoras e cavalheiros uma coleta em chapéus (...), tendo o sr. Eduardo Barreiro se oferecido para pagar a conta do hotel. A caravana seguiu hoje para Cruz Alta<sup>266</sup>.

Como seus candidatos, a Liga Eleitoral Proletária definiu os seguintes membros:

- PARA DEPUTADOS FEDERAIS: Ângelo Plastina, Fernando Souza do Ó, Theodoro Joahonson, Moacyr Varbieri, Alvaro Nascimento Campos, Arnaldo Teixeira, Eralito Coco, José Lopes de Carvalho, Abílio Fernandes, Oclides Pereira Pontes.
- PARA DEPUTADOS ESTADUAIS: Policarpo H. Machado, Leopoldo Machado Soares, Agostinho Claro de Carvalho, Universina Torres Tatsch, Geminiano Candiota Xavier, Santos Sores, Murilo Vale Machado, João Junqueira Rocha, Amâncio Cabreira, Agostinho Lenuzza, Alfredo Hohendorf, Abrelino Cruz, Elpidio Santos, Percy de Abreu Lima, Antonio Fiesck, José Pinho<sup>267</sup>.

Porém, a LEP não logrou êxito nas eleições de outubro.

---

<sup>266</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 set. 1934, p. 4.

<sup>267</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 10 out. 1934, p. 1.

### 2.7.2. A União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo (1935)

Em uma assembléia geral realizada no dia 19 de fevereiro de 1935, na sede da Sociedade Operária, foi fundado, por iniciativa de mais de setenta trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo. A recém-criada associação tinha o objetivo econômico de “propiciar aos seus sócios melhores dias de vida, seguindo uma orientação absolutamente proletária e acatando, intransigentemente, a soberania das assembléias, cujas resoluções serão executadas pela Comissão Executiva<sup>268</sup>”.

Após a sua criação, foi distribuído pela cidade o seguinte boletim:

A todos os trabalhadores de Passo Fundo, sem distinção de cor, classe ou nacionalidade, credo político ou religioso:

Companheiros!

A nossa situação de vida é cada vez mais grave, o desemprego aumenta, os salários são insignificantes que mal correspondem às nossas necessidades, os nossos filhos depauperam-se pela má alimentação e pela falta de necessário conforto. A jornada de 8 horas não é executada, urge de nós trabalhadores unir as nossas forças para conquistarmos melhores dias de vida.

É com esse objetivo que se fundou a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo, com a participação de 70 e tantos trabalhadores da localidade, que em um só bloco dá o seu brado de alerta para cerrarmos fileira em torno das seguintes reivindicações:

1º - Jornada de 8 horas sem diminuição dos salários;

2º - Na base dos salários atuais, 20% de aumento;

3º - Que as horas excedentes das 8 horas sejam consideradas extraordinárias e pagas nas seguintes bases: até às 18 horas 50% de aumento; das 18 às 21 horas, 100% de aumento; e das 21 horas em diante, 200% de aumento.

Companheiros! Isto é possível com a cooperação de todos os trabalhadores sinceros em torno do nosso sindicato.

Operários de construção civil, estiva, carregadores, chauffeurs (sic), metalúrgicos, trabalhadores de hotéis e restaurantes, padarias, sapateiros, lavadeiras, alfaiates, marceneiros, moinhos, serrarias, empregados do comércio, comparecei à Assembléia da União Geral dos Trabalhadores, a realizar-se terça-feira, dia 26, na sede da Sociedade Operária, às 20:30, para apresentarem as suas reivindicações mais sentidas, a serem incluídas em nosso programa<sup>269</sup>.

Dentre os seus membros, a União Geral dos Trabalhadores abrigou uma ala comunista dissidente. Nesse sentido, os fatos ocorridos no dia 1º de maio de 1935 são reveladores. Durante a sessão ocorrida neste dia na Sociedade Operária, travou-se um esquentado debate sobre o programa das comemorações do dia do trabalhador. Segundo *O Nacional*:

Um membro da União Geral dos Trabalhadores manifestou-se contra a passeata em razão de ser ela uma demonstração de rigosijo, alegando que tal não tinha cabimento numa data em que o operariado relembra fatos trágicos e tristes. O mesmo orador opôs-se à visita a essa folha, alegando que a mesma nada fizera em benefício do operário. Também o referido orador protestou contra a distribuição grátis de entradas para a seção que o Coliseu (um cinema da época) ofereceu

<sup>268</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 25 fev. 1935, p. 4.

<sup>269</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 25 fev. 1935, p. 4.

aos trabalhadores, em comemoração à data, taxando de esmola essa gentileza da firma De Cesaro & Pretto. Ainda ocasionou, não menor protesto do orador, o chopp oferecido pelos srs. Bade Barbieux & Cia., fato também tido como esmola.

Respondendo a essa oração, o sr. Junqueira Rocha rebateu certos pontos dela (...). Falaram ainda mais dois oradores, sendo em dado momento cassada a palavra a um deles<sup>270</sup>.

Apesar desse episódio, haveria um fenômeno que acabaria aglutinando a União Geral dos Trabalhadores, a Sociedade Operária e a Legião Proletária. E esse fenômeno chamava-se ANL. De fato, em uma assembléia realizada no dia 29 de maio de 1935, a União Geral dos Trabalhadores aprovou uma moção de solidariedade a essa entidade de frente única, inclusive ocorrendo uma unânime adesão coletiva<sup>271</sup>.

Contudo, a União Geral dos Trabalhadores, a exemplo da ANL, teria uma duração efêmera. No dia 21 de setembro de 1935, a entidade foi fechada pela polícia, “por se tratar de uma sociedade nitidamente comunista<sup>272</sup>”.

### 2.7.3. A Aliança Nacional Libertadora (ANL, 1935)

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), a exemplo da AIB, também teve grande abrangência nacional e se tornou bastante expressiva, produzindo grande mobilização no país. A ANL foi lançada a 30 de março de 1935, em um grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL. O porta-voz da proposta foi o então estudante comunista Carlos Lacerda<sup>273</sup>.

Totalmente divergente da AIB, a Aliança Nacional Libertadora defendia propostas anti-fascistas, antiimperialistas e anti-latifundiárias, congregando comunistas, socialistas e importantes lideranças civis e militares (muitos oriundos dos setores tenentistas e liberais) desiludidas com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930<sup>274</sup>. Aliás, como lembra-nos Boris Fausto<sup>275</sup>, o programa básico da ANL tinha um conteúdo nacionalista e nenhum dos seus cinco itens<sup>276</sup> se dirigia especificamente aos problemas operários.

<sup>270</sup> “1º de Maio em Passo Fundo”. *O Nacional*, Passo Fundo, 2 mai. 1935, p. 4.

<sup>271</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 31 mai. 1935, p. 1.

<sup>272</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 set. 1935, p. 6.

<sup>273</sup> VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 81.

<sup>274</sup> PANDOLFI, D., op. cit., p. 31-32.

<sup>275</sup> FAUSTO, B., op. cit., 2006, p. 197.

<sup>276</sup> 1) a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; 2) a nacionalização das empresas estrangeiras; 3) a reforma agrária; 4) a garantia de liberdades populares; 5) a constituição de um governo popular.

Em poucos meses, a Aliança Nacional Libertadora ganhou bastante projeção. Com centenas de núcleos espalhados em diversas cidades do país, sendo a maioria no Rio de Janeiro, a ANL rapidamente conseguiu a adesão de milhares de simpatizantes. Nesse sentido, paralelamente ao fenômeno que se constituiu a expansão da ANL, Luiz Werneck Vianna ressalta que tal momento coincidirá com um brusco enfraquecimento do sindicalismo oficialista, verificando-se no país, em 1935, um decréscimo de 73% nas organizações sindicais reconhecidas<sup>277</sup>.

Coincidentemente ou não, nessa mesma época os sindicatos oficiais também perderam força em Passo Fundo. No caso do Sindicato dos Contabilistas, este fechou suas portas, por decisão dos próprios sindicalistas, antes mesmo da instalação da ANL na cidade. Já no caso do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, certamente não se tratou de uma mera coincidência. O indício disso foi a organização aliancista de um núcleo dos empregados no comércio.

Em Passo Fundo, as primeiras reuniões visando a fundação de um núcleo aliancista na cidade começaram em maio, mais exatamente em um domingo, dia 19 de maio de 1935. Neste dia, pela manhã, vários interessados no assunto reuniram-se no escritório do advogado Verdi De Cesaro para tratar das providências para a instalação de um núcleo da ANL nesta cidade. Sobre essa reunião, *O Nacional* relata:

(...) Esta reunião preliminar ficou assentada a escolha de uma Comissão Provisória de Organização, composta de cinco elementos, que deverá desenvolver uma intensa propaganda e divulgação do programa e dos ideais da ANL. O Comitê ficou constituído pelos srs. Verdi de Cesaro, Joaquim Musa, Pedro Ferrão Teixeira, Eduardo Barreiro e Enio Mailander. Esta comissão provisória ficou com amplos poderes para inscrever todos os que se solidarizarem com o programa da ANL, devendo muito breve instalar solene e publicamente o diretório definitivo. Foi aprovada também nessa reunião a expedição de um telegrama à organização central no Rio de Janeiro com os termos que se seguem: (...) <sup>278</sup>.

Não tardou para o núcleo da ANL em Passo Fundo começar a receber adesões, apesar de ainda não estar instalada a sede e, por conseguinte, aberta a inscrição pública. Nesses momentos iniciais, a ANL despertava o interesse dos passofundenses, que se dirigiam até a sua sede em busca de material de propaganda e, sobretudo, da carta de adesão de Luis Carlos Prestes. Provisoriamente, a sede da ANL localizava-se à Avenida Brasil 723, onde funcionava o extinto Sindicato dos Contabilistas<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> VIANNA, L. W., op. cit., p. 145.

<sup>278</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 20 mai. 1935, p. 4.

<sup>279</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mai. 1935, p. 1.

Ainda em seu processo de gestação, o núcleo aliancista de Passo Fundo recebeu uma considerável quantidade de adesões, que, no início de junho, já ultrapassavam duas centenas de militantes de ambos os sexos. Em virtude desse sucesso, a Comissão Provisória de Organização, de acordo com a orientação da direção central do Rio de Janeiro, estabeleceu, em vários pontos da cidade e do município, pequenos núcleos para arregimentar os filiados. Também ficou estabelecido que seriam criados, paulatinamente, núcleos distritais (formados pelos moradores de um mesmo distrito), núcleos profissionais (formados por pessoas de uma mesma profissão, repartição, quartel, fábrica, empresa ou escritório comercial), núcleos de uma mesma associação de classe, desportiva, religiosa, cultural ou beneficente, núcleos escolares (formado por pessoas de uma mesma escola) e núcleos rurais (formados por aderentes de uma mesma fazenda)<sup>280</sup>.

Assim, começaram as organizações dos primeiros núcleos na cidade: os núcleos residenciais da ANL no Boqueirão e na Vila Rodrigues, respectivamente organizadas por Carlos Kock e Eduardo Zanin; e o núcleo dos barbeiros, organizado por João Andrade<sup>281</sup>. Esses núcleos eram subordinados ao Diretório Municipal, que, por sua vez, era subordinado ao Diretório Estadual.

Aliás, na mesma época em que o núcleo de Passo Fundo estava sendo organizado, instalou-se o núcleo aliancista estadual, sendo eleitos Dionélio Machado e Agildo Barata Ribeiro, respectivamente presidente e vice-presidente<sup>282</sup>.

Poucos dias depois, seria constituída a direção da ANL em Passo Fundo<sup>283</sup>:

- Presidente: João Junqueira Rocha (advogado);
- Vice-presidente: Eugenio Zanin (comerciante);
- Secretário-geral: Verdi De Cesaro (advogado);
- Secretario: Joaquim Musa (professor);
- Tesoureiro: Eduardo Barreiro (hoteleiro);
- Delegados de propaganda: Donato Luiz da Silva e Theobaldo Fleck (marceneiros).

A organização da ANL em Passo Fundo estava sendo feita com entusiasmo e recebeu inúmeras adesões. Também surgiram diversos outros núcleos, inclusive com uma considerável participação feminina. Aliás, de certa forma, tanto a ANL, quanto a AIB e a Liga Eleitoral

---

<sup>280</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 jun. 1935, p. 4.

<sup>281</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jun. 1935, p. 4.

<sup>282</sup> Sobre a ANL estadual, ver: KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1994.

<sup>283</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 jun. 1935, p. 4.

Católica Feminina consolidariam a participação política das mulheres na cidade, embora elas enfrentassem o machismo, manifestado em artigos e charges dos jornais locais, e que esta participação tenha sido interrompida com o golpe de 1937.

TABELA 3: NÚCLEOS ALIANCISTAS EM PASSO FUNDO (1935)

Núcleo	Responsável
Núcleo dos Contabilistas	Pedro Ferrão Teixeira
Núcleo dos Empregados do Comércio	Enio Mailander
Núcleo dos Pedreiros	Ernesto Delvaux
Núcleo dos Músicos	Evaristo Wordell
Núcleo dos Carpinteiros	Luiz Gonzaga Rocha
Núcleo dos Gráficos	Euclides Moreira
Núcleo dos Barbeiros	João Andrade
Núcleo Profissional de Fábricas	Lorival Muniz
Núcleo dos Intelectuais Jovens	Múcio de Castro
Núcleo das Lavadeiras	Hortência Bianchi de Matte
Núcleo Feminino nº 5	Aurora Roma, Maria Corvonem e Euzebia Portella
Núcleo Feminino nº 6	Almira Muniz, Lydíia Rodrigues e Matilde Dionisia

Fonte: *O Nacional*, 1935; IRSCHLINGER, F., op. ct., p. 269-271.

A 27 de junho de 1935, às 20:30 horas, no salão da Sociedade Operária, foi, enfim, oficialmente instalada a Aliança Nacional Libertadora em Passo Fundo. Nessa solenidade, particularmente, o que mais chamou a atenção foi o discurso proferido por Verdi De Cesaro, que falou “longamente explicando as finalidades da ANL e demonstrando que ela não era comunista<sup>284</sup>”.

O discurso de De Cesaro revela que, embora a ANL tenha abrigado em seu seio um grande contingente de comunistas, é uma interpretação errônea considerá-la, pura e simplesmente, como uma instituição comunista. De fato, muitos estudos demonstram que a ANL aglutinou diversos setores da sociedade em prol do seu ideário e, portanto, tratou-se de uma organização heterogênea. Por exemplo, em Passo Fundo, muitos integrantes da ANL nunca foram adeptos do marxismo, dentre eles o próprio De Cesaro, João Andrade (um barbeiro que se

<sup>284</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 jun. 1935, p. 4.

tornaria presidente do COPF e representante local do Ministério do Trabalho), Múcio de Castro (jornalista que assumiria a direção do jornal *O Nacional* na década de 1940), dentre outros.

De qualquer forma, em todo o país, inclusive em Passo Fundo, os comícios da ANL sempre contavam com uma grande multidão, dentre eles militares insatisfeitos com o governo<sup>285</sup>. Também não foram raros, nesses comícios, os confrontos entre aliancistas e integralistas e as intervenções policiais.

Em nível nacional, além dos confrontos físicos, também foram freqüentes os enfrentamentos entre aliancistas e integralistas através dos meios de comunicação, esquentando ainda mais o clima político. Contudo, a situação começou a tornar-se mais crítica quando o jornal aliancista *A Manhã* desafiou o governo, ameaçando-o com uma greve geral com a participação de mais de 2,5 milhões de trabalhadores. Além disso, os folhetos que circulavam nos meios militares diziam que:

(...) Vargas era um miserável, salteador gaúcho, incapaz, traidor e sem nenhum sentimento de dignidade pessoal e funcional, está fora da lei! (...) Ao Exército cumpre, nessa hora de agonia para a Pátria, expulsar esses canalhas do poder e estabelecer um governo capaz de salvar o país! Às armas, pois, pelo Brasil, contra o tirano infame e seus cúmplices! Viva o Exército Nacional! Viva o Brasil livre!<sup>286</sup>.

Na verdade, esses episódios fazem parte do conturbado clima político-social em que se encontrava o país desde o início de 1935. Nessa época, além da intensa mobilização social, via greves, o país vivia sob permanentes boatos de conspirações golpistas contra Vargas. E esses boatos não incluíam apenas o PCB, mas também os setores militares descontentes.

E foi em virtude desse clima que, em abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Essa lei previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.

Nesse contexto, não tardaria para o governo colocar a ANL na ilegalidade. O fechamento da ANL ocorreu no início de julho, após os comícios ocorridos no dia 5. Nesta data, a ANL organizou gigantescos comícios em todo o Brasil, pois se tratava de uma data cheia de simbolismo: “era um dos dias mais gloriosos da nossa história, aquele que marca o início do

---

<sup>285</sup> Muitos militares que aderiram à ANL e participavam dos comícios foram expulsos da corporação.

<sup>286</sup> Aos oficiais e sargentos do Exército. Comitê Militar da ANL Pró-Integridade das Forças Armadas. In: VIANNA, M., op. cit., p. 85.

movimento de libertação nacional das garras do imperialismo<sup>287</sup>”. Na verdade, o dia 5 de julho entrou para a história do Brasil como o dia da Revolta do Forte de Copacabana, o que comprova que a ANL também era um reduto dos setores tenentistas descontentes com os rumos que a Revolução de 1930 havia tomado.

Cabe ainda lembrar que os comícios da ANL programados para esta data não ocorreram como esperavam os aliancistas, pois a intervenção policial se fez presente. No Rio de Janeiro, a polícia efetuou várias prisões e, alegando falta de local, o comício não ocorreu, limitando-se a uma sessão comemorativa na sede da ANL, durante a qual foi inaugurado um retrato de Luís Carlos Prestes<sup>288</sup>. Em Porto Alegre, o comício foi realizado no Theatro São Pedro, mas antes a polícia revistou o teatro, que estava lotado<sup>289</sup>.

Em Passo Fundo, o comício seria realizado na Praça Marechal Floriano, entretanto, pela manhã, o Cel. Comandante do 3º RCBM e o Delegado de Polícia notificaram os srs. João Junqueira Rocha e Verdi De Cesaro que o interventor do estado, Flores da Cunha, havia proibido qualquer comício ou passeata da ANL. Diante dessa proibição, o Diretório aliancista municipal resolveu realizar o comício na sede da Sociedade Operária, que estava completamente lotada. *O Nacional*<sup>290</sup> detalha esse comício:

Às 20 horas, o dr. João Junqueira Rocha, presidente do DMP, deu início ao comício, produzindo um substancial discurso entrecortado de aplausos, explicando as finalidades da ANL, que disse ser a defesa das liberdades democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio. (...)

Em seguida falou o proletário Jonathas Diniz, que produziu entusiástica oração frisando a diferença entre a ANL e o comunismo. (...) Logo após foi dada a palavra ao secretário-geral, dr. Verdi De Cesaro, (...) que iniciou o seu discurso dizendo que estranhava haver duas constituições em vigor, a federal e a do estado, garantindo o direito do povo fazer comícios pacíficos e estranhar o governador proibir a realização dessa homenagem patriótica à glória de heróis nacionais (...).

Por último, falou o sr. Eduardo Barreiro (...). Passava às 22 horas quando encerrou-se o comício, dissolvendo a numerosa assistência com repetidas e vibrantes aclamações ao nome de Luiz Carlos Prestes, à ANL e os seus próceres mais destacados.

Apesar da intervenção policial, as notícias eram que os comícios da ANL realizados em todo o país ocorreram sem “incidentes desagradáveis”. Porém, o ministro da Guerra não perdoou os militares que participaram desse comício, punindo-os.

---

<sup>287</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 jul. 1935, p. 1.

<sup>288</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 1.

<sup>289</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 1.

<sup>290</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1935, p. 4.

De qualquer forma, os comícios de 5 de julho foram a “gota d’água” para o governo decidir a fechar a ANL e, nesse sentido, o pretexto foi um manifesto de Luís Carlos Prestes, lido por Carlos Lacerda nesta ocasião.

As articulações do governo foram imediatas e, no dia 12, numa sexta-feira, o governo decretou o fechamento de todos os núcleos da ANL no país por seis meses, pois ela estava incidindo as sanções da Lei de Segurança Nacional. Tal decreto fundamentava-se na alegação de que a ANL estava desenvolvendo uma altíssima propaganda subversiva da ordem pública e social existente.

Aquele final de semana (dias 13 e 14) seria marcado pelo cumprimento da ordem de fechar as sedes aliancista pelo país. Em Passo Fundo, no sábado à noite, a diretoria da ANL local foi notificada pelo Cel. Jorge Pelegrino Castiglione, comandante do 3º Regimento da Brigada, de que, por ordem do governo federal, foram fechadas por seis meses as sedes da ANL em todo o território nacional e que, portanto, “ficava absolutamente interdita a sede do núcleo desta cidade<sup>291</sup>”.

O fechamento da ANL provocou reações em todo o país, esquentando o clima político. Houve acalorados debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do país (reprimidas pelo governo).

Em seguida, iniciaram-se as acusações de comunismo<sup>292</sup>. A partir daí, começaram as prisões contra comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democratas. E mais, panfletos contra a ANL falavam de “planos assassinos” dos comunistas, que teriam conseguido ganhar Lampião para sua causa<sup>293</sup>.

Em Porto Alegre, o presidente do Diretório Estadual da ANL, Dionélio Machado, foi preso e condenado a 10 meses de prisão, mas foi solto, através de um *habeas-corpus*, em novembro. Em Passo Fundo, as prisões contra membros do núcleo aliancista local só seriam efetuados após os levantes de novembro.

Na clandestinidade, a ANL esvaziou-se e, a partir daí, Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para a deflagração

---

<sup>291</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 jul. 1935, p. 4

<sup>292</sup> Em entrevista à imprensa carioca, Filinto Muller exibiu documentos que provavam que a ANL era apenas um plano comunista ramificado em todo o país. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 13 jul. 1935, p. 1.

<sup>293</sup> VIANNA, M., op. ct., p. 86.

de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes<sup>294</sup>.

## **2.8. Os levantes de novembro de 1935 e o caminho para o golpe de Estado**

Deflagrados em Natal, no dia 23 de novembro, em Recife, no dia 24, e no Rio de Janeiro, no dia 27, os levantes, que tiveram diferenças marcantes, foram rapidamente e violentamente reprimidos e ficaram conhecidos, para alguns, como “Insurreição Comunista” ou, para outros, como “Intentona Comunista”. Embora boa parte da historiografia considere esses levantes comunistas, essa visão não é uma unanimidade. Por exemplo, para Marly Vianna:

Os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação da rebeldia tenentista, o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares. Luís Carlos Prestes, o líder tenentista já convertido ao comunismo, possibilitou a unidade entre os tenentes revolucionários e o PCB<sup>295</sup>.

Segundo a autora, apesar da participação de comunistas, a insurreição não teve sequer um caráter socialista, pois a plataforma do movimento era a dos tenentes, sobretudo os ligados aos ideais aliancistas – de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia<sup>296</sup>.

Polêmicas à parte, o que nos interessa aqui são as conseqüências político-sociais que tiveram esses movimentos para a história do país. Depois desses episódios, o Brasil enfrentou uma forte repressão – não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores ao regime. Conseqüentemente, ocorreram milhares de prisões, incluindo deputados, senadores e até mesmo o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Além disso, mais de cem oficiais e centenas de sargentos, cabos e soldados foram expulsos do Exército.

Portanto, os levantes de novembro acabaram servindo de pretexto para o fechamento do regime. A partir de então, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas, como o estado de sítio e o estado de guerra, outorgando poderes praticamente ilimitados ao Executivo. Outras medidas adotadas pelo governo foram a criação, a 3 de dezembro, da Comissão de Repressão ao Comunismo (“pois o fantasma do comunismo ganhava enormes proporções, já que o Comintern

---

<sup>294</sup> PANDOLFI, D., op. cit., p. 32.

<sup>295</sup> VIANNA, M., op. cit., p. 101.

<sup>296</sup> Idem, p. 102.

havia enviado ao Brasil alguns dirigentes estrangeiros para coordenar os preparativos da insurreição<sup>297</sup>) e de um Tribunal de Segurança Nacional.

A onda repressiva também se fez presente no movimento operário e sindical. Segundo Ricardo Antunes, muitos líderes sindicais e operários foram presos, deportados e mortos e os sindicatos combativos foram sumariamente fechados<sup>298</sup>. E mais, o governo proibiu o direito de greve e dissolveu a Confederação Sindical Unitária. Dessa maneira, como disse Edgard Carone, “para o operariado, o Estado Novo começou em 1935”.

Dessa forma, inaugurou-se, a partir de 1935, um novo quadro da vida política brasileira e, em especial, na dinâmica das relações Estado/classe trabalhadora. Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial – e os anarquistas foram apontados como o “inimigo objetivo” –, em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional e o mesmo discurso acusatório voltou-se, agora, contra uma nova categoria: os comunistas<sup>299</sup>.

Em Passo Fundo, os efeitos dos levantes também foram sentidos, desde prisões até a restrição às liberdades individuais.

### **2.8.1. O levante de novembro de 1935 e as suas implicações em Passo Fundo**

Em Passo Fundo, a repressão não tardou a chegar, sobretudo aos comunistas. Assim, no dia 1º de dezembro, foram presos João Junqueira Rocha, Eduardo Barreiro e Pedro Ferrão Teixeira, acusados de comunistas. No dia seguinte também seriam presos, sob a mesma acusação, Jonathas Diniz, João Muniz e José Mendonça Telles. Todos ficaram detidos na cadeia civil, exceto Junqueira Rocha, que, por ser presidente da OAB na cidade, além de um cidadão influente, ficou detido na sede da prefeitura. Em seguida, todos, exceto João Muniz, que provou sua inocência, foram transferidos a Porto Alegre. Nessa viagem, os detidos viajaram na segunda classe, exceto Junqueira Rocha, que viajou na primeira<sup>300</sup>.

Em menos de uma semana todas essas pessoas já estavam soltas, mas a repressão continuava na cidade. No dia 8 de dezembro, a polícia prendeu mais dois cidadãos acusados de possuírem “idéias extremistas”: tratava-se de João Roma e Eduardo Zanin. Ambos também foram

---

<sup>297</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 198.

<sup>298</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 48.

<sup>299</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 177.

<sup>300</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 2 e 3 dez. 1935, p. 1.

remetidos a Porto Alegre<sup>301</sup>. Contudo, devemos salientar que inúmeras outras pessoas também foram detidas nessa época.

Nessa época, convém ressaltar que a cidade vivia sob um clima de delação que atemorizava boa parte da população. Mesmo assim, na manhã do dia 27, a cidade amanheceu com propagandas “extremistas” pichadas em muros e casas<sup>302</sup>. Além disso, o período foi marcado também pelo cerceamento das liberdades individuais. Por exemplo, para um indivíduo poder simplesmente viajar, para realizar algum encontro coletivo, dentre outras coisas, era obrigatória a autorização do delegado local.

Ademais, em Passo Fundo também houve o combate às lideranças operárias consideradas “extremistas”, como foi o caso, por exemplo, de João Junqueira Rocha. A 13 de abril de 1936, após a realização do comício eleitoral da Sociedade Operária, Junqueira Rocha foi reeleito, quase unanimemente, presidente da entidade, mas, no dia 15, foi preso e enviado a Porto Alegre<sup>303</sup>.

Portanto, desde o final de 1935, o país passou a viver sob a égide de uma repressão implacável que tornava qualquer tipo de resistência praticamente impossível. Tal conjuntura foi favorecida pelo fato do Congresso ter aprovado quase<sup>304</sup> todas as medidas solicitadas pelo Poder Executivo, outorgando-lhe, dessa forma, um poder praticamente ilimitado. A partir de então, o caminho estava aberto para golpe de Estado.

Entretanto, paradoxalmente, apesar dessa época caracterizar-se pela intensa repressão, em Passo Fundo ocorreram algumas greves. E para realizar esses movimentos, em um contexto tão complicado, os grevistas souberam se “virar”, adotando estratégias.

## **2.9. As greves em Passo Fundo (1936-1937)**

### **2.9.1. A greve dos ferroviários (fevereiro de 1936)**

No início do mês de fevereiro, apesar da repressão e do estado de exceção, irrompeu uma grande greve de ferroviários em Santa Maria, que se alastrou para diversas cidades do Rio Grande do Sul. Na noite do dia 10, os ferroviários passofundenses também aderiram à greve, ficando a Viação paralisada. Na ocasião, os grevistas reivindicavam o pagamento das gratificações referentes ao ano passado, a reintegração de um companheiro que fora demitido em

---

<sup>301</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 e 13 dez. 1935, p. 4.

<sup>302</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 dez. 1936, p. 4.

<sup>303</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 e 16 abr. 1936, p. 4.

<sup>304</sup> Em julho de 1937, o Congresso não renovou o estado de sítio solicitado por Vargas.

Santa Maria, o aumento de vencimentos e a jornada de 8 horas diárias de trabalho. Os grevistas também frisavam que a greve era pacífica, se defenderam das acusações que teriam pichado, com dizeres convidando à greve, os muros próximos à Viação Férrea, e que só voltariam ao trabalho após o atendimento às suas demandas<sup>305</sup>.

Aliás, um fato que chama a atenção é a constante declaração dos grevistas de que o movimento era pacífico e de que a ordem não seria alterada. Na verdade, tal discurso foi uma estratégia dos grevistas, que temiam a repressão ao seu movimento, o que não seria nada de excepcional naquele contexto.

Em virtude da greve, o trem não chegou a Passo Fundo no dia 11, mas chegou no dia seguinte, conduzido pelo sargento Pinheiro, do 8º Regimento de Infantaria de Cruz Alta, que viaja no trem durante a declaração da greve. Ao entrar em Passo Fundo, a massa grevista gritava “fora” aos condutores do trem, vaiando-os durante o tempo em que o mesmo esteve parado à rua 7 de Setembro. Porém, toda essa manifestação ocorreu dentro da ordem, não ocorrendo nenhum distúrbio<sup>306</sup>.

Nesse mesmo dia, os grevistas também protestaram contra a prisão de um colega e contra a atitude da Viação, que nomeou para dirigir um trem um maquinista que havia sido demitido por mau comportamento. Aliás, também devemos lembrar que a greve não foi unânime entre os empregados da Viação Férrea, pois houve casos de “fura-greves” no movimento<sup>307</sup>.

Ainda no dia 12, o interventor Flores da Cunha, que estava em Uruguaiana, deslocou-se, de avião, até Santa Maria para negociar com os grevistas. Na ocasião, Flores prometeu pagar a metade da gratificação relativa ao ano passado, inclusive pedindo à Assembléia autorização para o pagamento da outra metade da gratificação. Em contrapartida, os grevistas deveriam retornar ao trabalho, restabelecendo o tráfego que estava interrompido quase que completamente<sup>308</sup>.

Dessa forma, no dia 13, a greve findou-se, o serviço ferroviário foi normalizado e os grevistas lograram êxito nas suas reivindicações.

### **2.9.2. A “greve da carne” (novembro de 1936)**

Devido ao aumento do preço da carne em Passo Fundo, os ferroviários locais voltariam a se mobilizar em novembro de 1936. No dia 11, às 20 horas, os ferroviários realizaram, na Praça

---

<sup>305</sup> *O Nacional*. Passo Fundo, 11 de fevereiro de 1936, p. 1.

<sup>306</sup> *O Nacional*. Passo Fundo, 12 fev. 1936, p. 4.

<sup>307</sup> Ver *O Nacional*. Passo Fundo, 12 fev. 1936, p. 4.

<sup>308</sup> *O Nacional*. Passo Fundo, 13 fev. 1936, p. 1.

Marechal Floriano, um “comício monstro”. Na ocasião, os ferroviários decidiram entrar em greve, não comendo mais carne em protesto pela alta do gênero<sup>309</sup>.

Após o término do comício, ocorreu uma passeata pelas ruas da cidade que reuniu não apenas os ferroviários, mas também um grande número de populares. Ou seja, a questão do elevado preço da carne tornou-se um verdadeiro movimento social na cidade, não se restringindo apenas a uma categoria profissional.

Devido às pressões populares, o preço da carne teve uma pequena redução, não sendo suficiente para cessarem-se os boicotes ao gênero. Dessa forma, as pressões também se avolumaram, aumentando o número de adeptos ao boicote. No dia 13, novos protestos ocorreram na Praça Marechal Floriano e a maioria dos hotéis da cidade excluiu a carne de suas mesas. Em virtude disso, um açougue local havia conseguido vender apenas 1 kg. do gênero<sup>310</sup>.

Nos dias seguintes, o problema da carne foi resolvido<sup>311</sup>. No entanto, apesar de ter tido uma curta duração, as mobilizações foram intensas e aglutinaram diversos setores da sociedade passofundense, que utilizaram como estratégia o boicote ao produto para alcançar o seu objetivo.

### **2.9.3. A greve dos marceneiros (fevereiro de 1937)**

Em fevereiro de 1937, irromperia mais uma greve em Passo Fundo: a greve geral dos marceneiros. Reivindicando aumentos salariais de 25%, em virtude da alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade, os marceneiros das duas casas de móveis na cidade (a saber, dos srs. Nascimento Rocha e Jayme Kruter) decidiram entrar em greve “pacífica”, em virtude da negativa dos seus patrões em atender às suas demandas. À greve, deflagrada no dia 17 de fevereiro, também aderiram outros marceneiros autônomos<sup>312</sup>.

Uma das conseqüências imediatas dessa greve foi ter mobilizado outros profissionais, como pedreiros, pintores e carpinteiros, que também passaram a reivindicar aumentos salariais. Porém, não temos fontes a respeito do sucesso ou não de suas reivindicações. A única certeza é que as demandas desses não terminaram em greve.

Quanto à greve dos marceneiros, tanto os patrões como os grevistas mostravam-se irredutíveis, o que prorrogou a greve. Apesar da intervenção do representante do Ministério do

---

<sup>309</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 nov. 1936, p. 1; e 12 nov. 1936, p. 4.

<sup>310</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 nov. 1936, p. 4.

<sup>311</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 16 nov. 1936, p. 1.

<sup>312</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 16 fev. 1937, p. 4; e 18 fev. 1937, p. 1; *O Nacional*, Passo Fundo, 18 fev. 1937, p. 4.

Trabalho Octávio Magalhães e do Círculo Operário Passofundense, a greve estendeu-se durante o decorrer do mês de fevereiro e a sua solução não foi fácil. Também não se tem notícias se as reivindicações pleiteadas pelos grevistas foram atendidas.

## 2.10. O golpe de 1937<sup>313</sup>

A abertura da disputa política, em virtude das eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, aliviou um pouco as medidas repressivas. No final de 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial:

O Partido Constitucionalista, formado pelo PD e alguns partidos menores, lançou o nome de Armando de Salles Oliveira. Foi escolhido como candidato oficial José Américo de Almeida, político do Nordeste que tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Por último, surgiu a candidatura de Plínio Salgado, pelos integralistas. O candidato oficial contava com o apoio da maioria dos estados do Nordeste e de MG, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no RS<sup>314</sup>.

Porém, era Salles Oliveira quem ganhava, a cada dia, mais adeptos e apoio a seu nome – dentre eles, o interventor do Rio Grande do Sul Flores da Cunha. Dessa forma, à medida que a força da candidatura de Salles Oliveira crescia, crescia também a tendência golpista dentro do corpo militar, o que ia ao encontro aos planos de Getúlio<sup>315</sup>.

Ao mesmo tempo, o Congresso começou a sentir que o fortalecimento de Vargas poderia ser usado também contra o legislativo e recuou, não aprovando a renovação do estado de sítio, em julho de 1937. A resposta de Vargas foi imediata: incitou os movimentos de esquerda (liberação dos prisioneiros de 1935) e de direita, e concedeu carta branca aos generais golpistas, Dutra e Góis Monteiro<sup>316</sup>.

Neste contexto, o “Plano Cohen” caiu como uma “luva” para os propósitos golpistas. Segundo Boris Fausto:

Aparentemente, o “plano” era uma fantasia, a ser publicada em um boletim da AIB, mostrando como seria a insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas,

---

<sup>313</sup> Sobre mais detalhes acerca das articulações que resultariam no golpe de 10 de novembro, ver: CAMARGO, Aspásia (Org.). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

<sup>314</sup> FAUSTO, B., op. cit., 2006, p. 199.

<sup>315</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 20.

<sup>316</sup> Idem, p. 21.

etc. O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. A 30 de setembro era transmitido em programa oficial pelo rádio e publicado em parte nos jornais<sup>317</sup>.

Farsa ou não, os efeitos do “Plano Cohen” foram imediatos: o general Góis Monteiro passou a pressionar o Congresso para que este aprovasse novas medidas de exceção e, assim, conseguiu aprovar, às pressas, o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias.

Apesar da expressividade das forças políticas de oposição, mais identificadas com a candidatura Salles Oliveira, e de, mesmo entre os setores considerados situacionistas, haver um grande número de elementos contrários ao continuísmo de Vargas e às manobras golpistas, o pedido foi aprovado. Na verdade, havia uma suspeita de que, caso a medida não fosse aprovada, o Exército fecharia o Congresso<sup>318</sup>.

Entretanto, mesmo tendo os poderes reforçados e argumentando que o país estava ameaçado pela desordem interna, Vargas não conseguia o apoio dos 2/3 do Congresso necessários para prorrogar seu mandato presidencial. Sondados, os interventores de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia se posicionaram contra a prorrogação do mandato. A partir de então, ficou selado o afastamento deles do presidente e desarticulá-los passou a ser uma das metas de Vargas<sup>319</sup>. Aliás, entre os interventores dos estados mais fortes da federação, apenas o de Minas Gerais, Benedito Valadares, iria participar das articulações golpistas que redundariam na implantação do Estado Novo<sup>320</sup>.

Para buscar apoio para executar o golpe, em fins de outubro Getúlio incumbiu o deputado Negrão de Lima de percorrer os estados do Norte e Nordeste para garantir o apoio dos interventores ao golpe. Praticamente todos concordaram em apoiar o golpe, exceto Lima Cavalcanti, de Pernambuco, e Juraci Magalhães, da Bahia.

A esta altura, o golpe de Estado era uma questão de tempo e, nos meios políticos, já não era segredo para ninguém. A pequena oposição até tentou mobilizar-se, como no caso do manifesto lançado por Salles Oliveira aos chefes militares apelando para que impedissem a execução do golpe. Porém, o gesto só serviu para apressá-lo: sob a alegação de que o texto estava

---

<sup>317</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 200.

<sup>318</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 34-35.

<sup>319</sup> Sobre a investida de Getúlio Vargas contra Flores da Cunha, ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Ver também CAMARGO, A., op. ct., cap. 2 e 3.

<sup>320</sup> PANDOLFI, D., op. ct., p. 33.

sendo distribuído nos quartéis, Vargas e a cúpula militar decidiram antecipar o golpe, marcado para o dia 15 de novembro<sup>321</sup>.

Assim, na manhã do dia 10 de novembro de 1937 entrou em vigor a nova Constituição, elaborada por Francisco Campos e conhecida como “polaca”. Tropas policiais cercaram o Congresso e não houve nenhuma resistência. Na noite do mesmo dia, Getúlio foi ao rádio e leu seu discurso, onde justificava o Estado Novo<sup>322</sup>.

Após o golpe, os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre a massa e o governo e os interventores passaram a reproduziam nos estados a política determinada pelo governo central, terminando com o sistema federativo da Primeira República.

Nesse sentido, após o golpe apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados e, para demonstrar que o sistema federativo tinha sido derrotado, realizou-se, no Rio de Janeiro, um ato simbólico: numa cerimônia cívica ocorreu a queima das bandeiras estaduais para marcar a vitória do poder central sobre os estados<sup>323</sup>.

Durante o Estado Novo, ao mesmo tempo em que mantinha a repressão, o governo varguista daria uma atenção especial aos assalariados, estreitando as relações entre Estado e classe trabalhadora. No que concerne ao movimento operário e sindical, o Estado Novo foi o período em que se consolidou o sindicalismo oficial e, particularmente em Passo Fundo, um período de hegemonia do Círculo Operário Passofundense, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>321</sup> FAUSTO, B., op. ct., 2006, p. 200.

<sup>322</sup> TOTA, A., op. ct., p. 23.

<sup>323</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 116-117.

### **3. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NO ESTADO NOVO (1937-1945): DA CONSOLIDAÇÃO DO SINDICALISMO CORPORATIVISTA AO MOVIMENTO QUEREMISTA**

O Estado Novo foi um período fundamental para a história do Brasil. Diversos estudos abordam que, nesse período, o governo agiu decisivamente no processo de industrialização<sup>324</sup>, na nacionalização da cultura (através do cinema, da música, etc.), apoiou manifestações populares (como o carnaval e o futebol), adotou políticas pragmáticas na educação e na modernização administrativa do Estado (através da utilização dos tecnocratas, ou burocratas técnicos, acabando com o clientelismo nos serviços públicos), dentre outras coisas.

E mais, o Estado Novo foi um período em que se estreitaram os laços que uniam Vargas e os militares. Segundo José Murilo de Carvalho<sup>325</sup>, a relação entre Getúlio e os militares podia ser sintetizada em três fases: o namoro (1930-1937), a lua-de-mel (1937-1942) e o divórcio (1945-1964)<sup>326</sup>.

No que tange ao âmbito sindical, foi durante o Estado Novo que se consolidou o sindicalismo oficial, particularmente em Passo Fundo, como veremos nesse capítulo. Além disso, analisar-se-á o que o Estado Novo trouxe de novo no campo da legislação trabalhista e sindical e quais foram as suas implicações para o movimento operário e sindical.

O Estado Novo também representou uma dicotomia: ao mesmo tempo em que eram suspensos os direitos civis e políticos por um bom período, os direitos sociais, especialmente os direitos do trabalho, continuaram a ser implementados. Nesse sentido, abordaremos nesse capítulo essa nova relação que se estabelece entre Estado e classe trabalhadora, em que, de um lado, o Estado concede aos trabalhadores uma legislação protetora e, de outro, os trabalhadores conferem autoridade e legitimidade ao Estado. Contudo, ressalta-se, de antemão, que tal relacionamento não significou mera submissão.

---

<sup>324</sup> O Estado Novo marcou uma nova fase no processo de industrialização do país, com o Estado intervindo decisivamente para o sucesso do projeto nacional-desenvolvimentista. Contudo, não se pode esquecer que o intervencionismo estatal vinha sendo empreendido pelo governo varguista desde o início da década de 1930, sobretudo no setor primário.

<sup>325</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, páginas 55-82.

<sup>326</sup> Além da classificação proposta por José Murilo de Carvalho, também podemos acrescentar mais uma fase: “a crise no casamento” (1942-1945).

E, por fim, ponderaremos sobre o as causas do sucesso de Vargas – que se tornou um ditador querido – junto aos trabalhadores e o grande movimento sócio-político decorrente deste prestígio, o movimento queremista, que resultou na participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo os trabalhadores, no processo de (re)democratização<sup>327</sup> do país em 1945.

### 3.1. A consolidação do sindicalismo oficial em Passo Fundo (1937-1942)

Segundo Ângela Araújo, “os dados disponíveis – tanto nas fontes oficiais quanto na imprensa operária dos anos 1930 – mostram que em 1935 o sindicalismo corporativo já estava implantado na maioria dos estados da Federação e nos maiores centros urbanos do país<sup>328</sup>”, demonstrando a eficácia dos mecanismos adotados pelo Ministério do Trabalho (benefícios aos sindicatos oficiais, participação política aos líderes de sindicatos legalizados, etc.).

Soma-se a essas estratégias do Ministério do Trabalho a repressão empreendida contra o sindicalismo autônomo. Nesse sentido, a partir de 1935, sobretudo a partir da gestão Agamenon Magalhães na pasta do Trabalho, a retomada da política repressiva, e num ponto até então inédito no que se refere à classe operária, atuará no sentido de ampliar o número dos enquadramentos. Já em 1936, as repercussões se fazem sentir em escala nacional, aumentando em 55% o número de sindicatos reconhecidos<sup>329</sup>. Assim, “para a classe trabalhadora”, parafraseando Edgard Carone, “o Estado Novo começou em 1935”.

Portanto, a escolha de Agamenon para o Ministério do Trabalho teve um amplo sentido: a partir de então não mais haveria competição entre propostas concorrentes, nem lutas nos sindicatos ou nas ruas, pois a repressão ao comunismo tornaria inviável qualquer tipo de ação independente surgida do interior da classe trabalhadora<sup>330</sup>. Dessa forma, instituiu-se a lógica da política “do” sindicato em detrimento da política “no” sindicato.

O ano de 1935 também representaria uma aproximação do Estado com a Igreja, sobretudo no combate ao comunismo, que culminou com o respaldo de Waldemar Falcão, sucessor de

---

<sup>327</sup> Alguns autores, como Jorge Ferreira, por exemplo, preferem utilizam o termo “democratização”, em vez de “redemocratização”, por considerarem que durante a República Velha – com a exclusão dos analfabetos (que representavam mais de 90% da população), com os votos de “cabresto”, as fraudes eleitorais, dentre outras anomalias – o país viveu uma “falsa democracia”. Assim, segundo esses autores, o correto é considerar a Primeira República como o “período oligárquico”, “o liberalismo excludente”, dentre outros termos.

<sup>328</sup> ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25.

<sup>329</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 145.

<sup>330</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 177-178.

Agamenon na pasta do Trabalho a partir de 1937, à proposta circulista da Igreja Católica. Segundo Angela de Castro Gomes<sup>331</sup>, a proposta circulista era profundamente assistencialista e vinculou-se a um clima político de intenso combate ao comunismo e de grande simpatia por um Estado autoritário. Segundo a autora, a proposta circulista, em geral, não conseguiu sensibilizar os trabalhadores. Entretanto, a realidade foi diferente no Rio Grande do Sul, uma vez que o projeto circulista já vinha sendo implantado, com certo sucesso, desde o início da década de 1930.

Assim, no Rio Grande do Sul, a ação circulista – que demonstrava uma posição de similitude ideológica com o Estado, especialmente no período do Estado Novo – foi decisiva para vários sindicatos obterem seu reconhecimento, uma vez que os Círculos tiveram uma posição privilegiada na política oficial do Ministério do Trabalho porque representavam, realmente, uma poderosa cooperação na organização sindical do Brasil<sup>332</sup>.

De fato, em 1937, antes do golpe de 10 de novembro, João Latuada, representante do Ministério do Trabalho, juntamente com representantes circulistas, percorreu o estado, principalmente em regiões sem tradição industrial, visando organizar e fundar sindicatos. Dessa maneira, em Passo Fundo, o Círculo Operário foi fundamental para o sucesso da política de sindicalização empreendida pelo governo federal, pois até então, não havia nenhum sindicato reconhecido na cidade.

E foi com esse objetivo – de instalar sindicatos oficiais em Passo Fundo – que chegaram a Passo Fundo, a 3 de abril de 1937, o deputado classista Carlos Santos, o líder trabalhista de Porto Alegre João Romaguera e o representante do Ministério do Trabalho João Latuada. Os três foram recepcionados no Círculo Operário e, em um discurso pronunciado por Latuada, no dia seguinte, na Praça Marechal Floriano, ficaram claros os seus objetivos na cidade: após o seu discurso sobre o sindicalismo, Latuada disse que “quando regressar a Porto Alegre vai deixar, pelo menos, três sindicatos organizados na cidade<sup>333</sup>”.

Visando cumprir os seus objetivos, no dia seguinte – 5 de abril –, na sede do Círculo Operário, realizou-se uma reunião com o intuito de serem organizados os sindicatos na cidade. Nesta reunião, presidida pelo deputado classista Carlos Santos e que contou com a presença de lideranças circulistas locais, do comunista João Junqueira Rocha e outros diretores da Sociedade

---

<sup>331</sup> Idem, p. 178.

<sup>332</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 97-98.

<sup>333</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 abr. 1937, p. 4.

Operária, ficou resolvida a fundação de três sindicatos: o Sindicato dos Operários de Panificação e Classes Anexas (Padeiros), o Sindicato dos Operários Metalúrgicos e o Sindicato dos Trabalhadores de Madeiras e seus artefatos<sup>334</sup>. Segundo noticiou *O Nacional*, “a organização desses 3 sindicatos se deve ao esforço profícuo de João Latuada, representante do Ministério do Trabalho<sup>335</sup>”.

No dia 7, foi realizada uma reunião para a eleição das primeiras diretorias dos três sindicatos recém fundados. As diretorias desses sindicatos ficaram assim compostas:

- **Sindicato dos Trabalhadores de Madeiras e seus artefatos:** Eugenio Dossa, presidente; Ernesto Thimiz, 1º secretário; Benedicto Bortolon, 1º tesoureiro; Tranquillo Zanin, vice-presidente; Gomercindo Weltz, 2º secretário; Leonardo Estácio Jaglewescky, 2º tesoureiro. Conselho Fiscal: Oscar Dihel, Eloy Luiz Vieira e João Cogo.
- **Sindicato dos Padeiros:** Antonio Silveira Flores, presidente; Avelino Rodrigues, 1º secretário; Jonathas Borges Fortes, 1º tesoureiro; João Rodrigues, vice-presidente; Julio Soares, 2º secretário; Izauro P. de Oliveira, 2º tesoureiro. Conselho Fiscal: Leonardo Leal Severo, Clarimundo R. Santos, Henrique Beloti.
- **Sindicato dos Metalúrgicos:** Atílio Zolet, presidente; Juvêncio Bortolaci, 1º secretário; Octacílio Luiz Vieira, 1º tesoureiro; Joaquim Moraes, vice-presidente; Apparicio Miranda, 2º secretário; José S. Flores, 2º tesoureiro. Conselho Fiscal: Antonio Gregori, Valentim Belaver, João Martins<sup>336</sup>.

João Latuada retornou, no dia 9 de abril, à capital do estado tendo cumprido a sua missão. Porém, Latuada voltaria a Passo Fundo, em julho do mesmo ano, para fundar mais um sindicato na cidade: o Sindicato dos Empregados no Comércio, cujas bases já havia sido lançada quando da sua última estadia na cidade.

Nesta ocasião, além de Latuada, também veio à cidade João Baptista Rodrigues, presidente da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Ambos, que estavam percorrendo o estado tratando da organização de sindicatos de classe e debatendo-se pelos ideais circulistas, vieram de Boa Vista do Erechim, onde trataram da organização e fundação, com a cooperação do Círculo Operário local, de quatro sindicatos.

Dessa forma, a 8 de julho de 1937, foi fundado o Sindicato dos Empregados no Comércio. *O Nacional* noticiou o fato:

---

<sup>334</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 abr. 1937, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 6 abr. 1937, p. 4.

<sup>335</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 abr. 1937, p. 4.

<sup>336</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8 abr. 1937, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 7 abr. 1937, p. 4.

FOI FUNDADO ONTEM O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO  
DE PASSO FUNDO<sup>337</sup>

(...) ontem, às 20 horas, no prédio do antigo rink, teve lugar a anunciada reunião dos empregados no comércio. Na hora marcada, presente regular número de funcionários comerciais da cidade, a sessão foi aberta, sob a presidência dos srs. João Baptista Rodrigues e João Latuada.

Depois de esclarecidos o motivo daquele conclave comercial, foram, a seguir, discutidas e trocadas idéias diversas sobre vários e importantes assuntos que dizem respeito aos comerciários, visando-se a sua organização.

Foi, a seguir, depois de assentadas as bases sobre aquela organização, fundado o Sindicato dos Empregados no Comércio de Passo Fundo. a diretoria do mesmo ficou a cargo de uma comissão, que está composta do sr. João Duarte, como presidente; sr. Sólon Silva, 1º secretário; sr. José Corrêa, 2º secretário. Após essa fundação ser reconhecida oficialmente pelo Ministério do Trabalho, será eleita a diretoria e empossada por 3 anos, de conformidade com os estatutos.

A comissão que presentemente acha-se em ação dirigindo o Sindicato recém fundado, faz (...) um apelo a todos os trabalhadores do comércio para providenciarem sua entrada para a nova organização em defesa da classe, pois não só virá facilitar a atividade sindical como também reverterá em benefício do aderente (...).

Portanto, esses quatro sindicatos foram fundados não pela iniciativa dos trabalhadores, mas pela ação do Ministério do Trabalho e da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, e permaneceram sob a sua égide durante todo o Estado Novo. Apesar de ter se tratado de uma “sindicalização pelo alto”, estes sindicatos lograram êxito e atraíram os trabalhadores locais para os seus quadros associativos.

Já os próximos sindicatos que seriam fundados na cidade o foram por iniciativa dos próprios trabalhadores, embora também tenham contado com o decisivo apoio burocrático do COPF e do Ministério do Trabalho. Assim, quase todos acabaram entrando na órbita do Círculo Operário Passofundense e por ele foram tutelados.

Nessa época, o primeiro sindicato organizado pelos próprios trabalhadores foi o Sindicato Passofundense dos Bancários, fundado no dia 26 de julho de 1937, após uma reunião dos bancários locais realizada na Sociedade Italiana<sup>338</sup>. Posteriormente, foi escolhida a Diretoria Provisória, que regeria o destino do sindicato até aprovação dos estatutos<sup>339</sup> pelo Ministério do Trabalho, que ficou assim constituída: Presidente: Wenceslau Silveira; Secretário: Raymundo Nozari; Tesoureiro: Armando Balbinot<sup>340</sup>.

Em 1938, já na vigência do Estado Novo, a “onda” de sindicalização continuou na cidade. Além da fundação, em maio, do Sindicato dos Alfaiates, alguns meses antes – em fevereiro –, por

---

<sup>337</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 jul. 1937, p. 4.

<sup>338</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 jul. 1937, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 25 jul. 1937, p. 4.

<sup>339</sup> Ver esse estatuto nos anexos desse trabalho.

<sup>340</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28 jul. 1937, p. 4; *O Nacional*, Passo Fundo, 2 ago. 1937, p. 4.

iniciativa dos próprios trabalhadores, fora fundado mais um sindicato: o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, após uma reunião realizada, no dia 17, no Salão Almeida.

Logo após ter sido deliberada a fundação do Sindicato, a assembléia escolheu os seguintes membros para constituírem a comissão encarregada da elaboração do anteprojeto dos estatutos e que dirigiria, provisoriamente, os destinos da entidade recém fundada: Gentil Andrade, Jorge Almeida, Marciano Machado e Ricardo Dossa<sup>341</sup>. Em abril, seria escolhida a diretoria provisória do referido sindicato, que ficou assim composta: Presidente: João José de Andrade; Secretário: João Maria Pinto; Tesoureiro: Octacílio Garcez. Conselho Fiscal: Gentil José de Andrade, Ademar Lucas de Almeida e Pedro Miranda Filho<sup>342</sup>. Posteriormente, este sindicato também passaria à tutela do Círculo Operário.

E foi dessa forma, como presidente do Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, que emergiu a figura do barbeiro João Andrade como um importante personagem na história do sindicalismo de Passo Fundo, sobretudo após ele ter assumido a presidência do Círculo Operário Passofundense, em 1939, e se tornar representante local do Ministério do Trabalho, a partir de 1941.

Em suma, os Círculos Operários, além da similitude ideológica e doutrinária com o Estado, mantinham-se perfeitamente integrados dentro dos limites legais do Ministério do Trabalho, atuando como mecanismos de vanguarda da legislação e angariando sindicatos para o reconhecimento oficial.

No entanto, a aceitação de determinadas formas de poder não impedia os trabalhadores de identificarem seus problemas de classe, apontarem as soluções que convinham a seus interesses e lutarem por elas. Nesse sentido, em uma cidade onde a classe patronal, com algumas exceções, insistia em não cumprir a legislação trabalhista, a sindicalização oficial foi o caminho escolhido, sobretudo porque os trabalhadores sindicalizados teriam direitos às benéficas sociais.

Embora também não houvesse alternativas, isso não implicava necessariamente em resignação ou conformismo. Até mesmo porque conformismo, passividade e “alienação”, muitas vezes, estão nos olhos de quem vê<sup>343</sup>.

---

<sup>341</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 fev. 1938, p. 4.

<sup>342</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8 abr. 1938, p. 4.

<sup>343</sup> FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 56.

Jorge Ferreira<sup>344</sup>, citando Peter Burke, salienta que as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados, pois as mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas, sim, estão abastecidas de idéias e imagens. Assim, é preciso evitar a abordagem de que o projeto político-ideológico varguista teria dominado as mentes das pessoas, incapacitando-as de manifestarem qualquer avaliação crítica, de interpretarem sua realidade social e de reivindicarem seus direitos<sup>345</sup>.

### **3.2. A política sindical e trabalhista do Estado Novo e as suas implicações no movimento operário-sindical (1939-1945)**

#### **3.2.1. A política “do” sindicato em detrimento à política “no” sindicato**

A partir do Estado Novo, novos procedimentos são pensados em relação ao controle sindical. Nesse sentido, em 1939, visando consolidar ainda mais a estrutura sindical subordinada ao Estado, promulgou-se o Decreto-lei nº 1.402, que restaurava a unicidade sindical de 1931 e sepultava formalmente a pluralidade sindical presente na Carta de 1934, embora tal pluralidade tivesse suas limitações, como vimos anteriormente, e também reforçou a estrutura sindical através da criação de federações regionais e confederações nacionais.

Além de instituir o sindicato único por categoria profissional<sup>346</sup>, esse decreto, pela primeira vez, proibia explicitamente as greves e ainda dava ao governo o direito de controlar as contas, as eleições e as atividades administrativas dos sindicatos. Com poucas mudanças, esse controle do Estado sobre o sindicato durou até a Constituição de 1988<sup>347</sup>.

Segundo Maria Celina D’Araújo<sup>348</sup>, a partir de 1939, a dependência do sindicato em relação ao Estado fica bem definida pela legislação através de seis aspectos:

---

<sup>344</sup> Idem, p. 28.

<sup>345</sup> Por exemplo, em 1943 alguns empregados do comércio protestaram contra o não cumprimento do horário regulamentado por parte de alguns empresários que ainda insistiam em não cumprir a legislação.

<sup>346</sup> Vale lembrar que uma categoria, para ser reconhecida, teria que ser aprovada pela Comissão de Enquadramento Sindical, órgão governamental vinculado ao Ministério do Trabalho. Dessa forma, a vida das associações profissionais passou a gravitar em torno do Ministério do Trabalho.

<sup>347</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 225.

<sup>348</sup> Ver mais detalhes in D’ARAÚJO, M. C., op. cit., 2003, p. 226-228.

- 1) Apenas associações profissionais registradas no Ministério do Trabalho poderiam ser reconhecidas como sindicatos, e, assim, poderem exercer funções de representação pública;
- 2) Os estatutos sindicais eram uniformizados pelo Departamento Nacional do Trabalho;
- 3) O controle econômico-financeiro: os estatutos-padrão definiam de que maneira os sindicatos poderiam investir seus bens e rendas;
- 4) A infração de qualquer dispositivo da lei permitia a destituição da direção do sindicato e a intervenção ministerial;
- 5) As chapas que concorressem às eleições da diretoria do sindicato tinham de ser aprovadas pelo Ministério, e não se admitia a candidatura de pessoas tidas como adequadas de ideologias contrárias aos interesses da nação. Dessa forma, os candidatos tinham de apresentar o “atestado de ideologia” expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social;
- 6) O sindicato deveria manter um livro de registros onde seriam anotados todos os dados pessoais de cada associado (nome, endereço, nº da carteira profissional, idade, etc.).

Soma-se a isso o Decreto-lei nº 1.402, de julho de 1940, que criou o Imposto Sindical, uma contribuição anual obrigatória de um dia de trabalho de cada trabalhador para o sindicato de sua categoria, mesmo para os não-sindicalizados. Mantido até os dias de hoje, esse imposto foi uma fonte segura de financiamento estatal, via tributação sobre o trabalhador, a essa ampla estrutura sindical então montada<sup>349</sup>. Com o imposto sindical, os sindicatos se transformam em verdadeiras sucursais do poder público, deixando de ser associações civis com mera delegação do Estado<sup>350</sup>.

Caberia ao Banco do Brasil efetuar a arrecadação, destinando-se 60% ao sindicato, 15% à Federação, 5% à Confederação e 20% ao Fundo Social Sindical<sup>351</sup>. Porém, formava-se, então, uma situação bastante típica e injusta: o pagamento do imposto era obrigatório para todos os trabalhadores, mas apenas um pequeno número de privilegiados (os sindicalizados) usufruía dos benefícios que o sindicato oferecia – o Imposto Sindical era obrigatório, mas a filiação sindical não o era<sup>352</sup>.

---

<sup>349</sup> D'ARAUJO, M. C., op. cit., 2003, p. 225.

<sup>350</sup> VIANNA, L. W., op. cit., p. 233.

<sup>351</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 206.

<sup>352</sup> D'ARAUJO, M. C., op. cit., 2003, p. 229.

Em Passo Fundo, por exemplo, os trabalhadores desempregados também eram obrigados a pagar o imposto, pois “não poderiam ser admitidos nas firmas sem que provassem o pagamento<sup>353</sup>”.

O uso dos recursos dirigidos para os sindicatos era regulamentado e fiscalizado pela Comissão do Imposto Sindical – criada pelo Decreto-lei nº 4.298, de 14 de maio de 1942 –, que previa sua aplicação nas seguintes atividades: a) em agências de colocação, na forma das instruções que fossem expedidas pelo Ministério do Trabalho; b) na assistência à maternidade; c) na assistência médica e dentária; d) na assistência judiciária; e) em escolas de alfabetização e pré-vocacionais; f) em cooperativas de crédito e de consumo; g) em colônias de férias; h) em bibliotecas; i) em finalidades esportivas; j) nas despesas decorrentes de encargos criados pela lei. Dessa maneira, o sindicato se convertia em um órgão paralelo do sistema previdenciário e educacional<sup>354</sup>.

Na verdade, como lembra Luiz Werneck Vianna, através do sistema colaboracionista do corporativismo e após a brutal desmobilização iniciada em 1935, procurava-se, agora, mobilizar os trabalhadores para o interior dos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho. Contudo, não havia como fornecer esses serviços para todos os trabalhadores caso todos resolvessem se sindicalizar. Por isso, o próprio sindicato limitava o número de sindicalizados e não permitia mais filiações depois de certo número que fosse considerado o ideal em termos de sua contabilidade<sup>355</sup>.

Somada a acomodação de alguns dirigentes sindicais, os sindicatos perderam eficiência em mobilizar os assalariados e, assim, não conseguiram alcançar os objetivos do governo. Dessa maneira, a política de sindicalização seria retomada enfaticamente por Marcondes Filho, sucessor de Waldemar Falcão na Pasta do Trabalho, a partir de 1942.

### **3.2.2. A hegemonia do Círculo Operário em Passo Fundo (1939-1945)**

Se, em nível nacional, a política de sindicalização não lograria os efeitos esperados pelo governo federal, em Passo Fundo podemos concluir que os resultados certamente não desagradariam o poder central. Se entre 1937-1938 foram fundados sete sindicatos, o período 1939-1945 viria surgir mais três: o Sindicato dos Gráficos (1939), o Sindicato dos Trabalhadores

---

<sup>353</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mar. 1943, p. 2.

<sup>354</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 233-234.

<sup>355</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 2003, p. 229.

na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário<sup>356</sup> e, pela segunda vez, o Sindicato dos Contabilistas (1945)<sup>357</sup>.

No entanto, o fundamental aqui é destacar que o período 1937-1945 seria caracterizado pela hegemonia do Círculo Operário no movimento operário e sindical de Passo Fundo, que, além de desenvolver atividades assistenciais, como a educação e o atendimento médico e hospitalar, manteve sob a sua égide os sindicatos locais. Aliás, convém lembrar que quase todos os sindicatos passofundenses localizavam-se anexados à sede do próprio COPF.

Em 1940, de um total de 603 circuilistas, 266 estavam filiados aos sindicatos atrelados ao COPF.

TABELA 4 – NÚMERO DE TRABALHADORES FILIADOS AOS SINDICATOS DE ORIENTAÇÃO CIRCULISTA EM 1940

Sindicato	Número de sócios
Sindicato dos Empregados do Comércio	42
Sindicato dos Trabalhadores em Madeira	84
Sindicato dos Metalúrgicos	47
Sindicato dos Operários em Panificação	50
Sindicato dos Gráficos	15
Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros	28
Total	266

Fonte: *O Nacional*, Passo Fundo, 19 jun. 1940, p. 23.

Sem dúvida, a partir da ação do Círculo Operário, o movimento operário e sindical em Passo Fundo passou a viver sob a égide não só da Igreja Católica, mas também do Ministério do Trabalho, o que proporcionou o sucesso do sindicalismo corporativista na cidade. Ao mesmo tempo, os antigos líderes, sobretudo os comunistas, foram reprimidos e afastados dos seus cargos

<sup>356</sup> Há algumas divergências acerca do ano de fundação desse sindicato. Embora a referida entidade alegue que foi fundada em 1937, não há nenhum registro nos jornais da cidade sobre a existência desse sindicato. Os indícios apontam que a sua fundação teria ocorrido entre os anos de 1941-1944. Ademais, não nos foi possibilitado o acesso à ata de fundação do referido sindicato, nem aos seus demais documentos.

<sup>357</sup> Fechado em 1935 por iniciativa dos próprios dirigentes sindicais, no dia 8 de março de 1945, após uma reunião realizada no Clube Caixerai, com a presença da quase totalidade dos contabilistas locais, e após o discurso de Elim Mendonça Machado, um dos líderes do extinto sindicato, que além de expor os motivos que levaram ao abandono daquela entidade de classe, encareceu a necessidade da organização do sindicato para que os interesses e os direitos de todos sejam reconhecidos, foi aprovada a fundação imediata do Sindicato dos Contabilistas de Passo Fundo. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 9 mar. 1945, p. 4.

diretivos e todas as associações autônomas foram fechadas, exceto a tradicional Sociedade Operária Beneficente, que continuou funcionando de uma maneira apolítica até que um incêndio, em janeiro de 1945<sup>358</sup>, em sua sede praticamente a condenasse à extinção, o que ocorreu posteriormente.

Dessa forma, em Passo Fundo, como no país, de uma maneira geral, a partir de 1935, acentuando-se em 1937 e perdurando até 1942/1944, os trabalhadores vivenciaram uma época em que as mobilizações foram em um número muito reduzido e um amplo silêncio se abateu sobre as lideranças que não compartilhavam com o ideário do governo.

### 3.2.3. A questão do “peleguismo”

Com as despesas básicas asseguradas, através do Imposto Sindical, os dirigentes sindicais não precisavam fazer campanhas de mobilização junto aos trabalhadores. Dessa forma, como lembra José Antonio Segatto<sup>359</sup>, criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outro senão o de controlar as reivindicações operárias. Assim, o caminho estava aberto para o controle dos sindicatos pelos “pelegos”.

Originalmente, a palavra “pelego” designa uma peça de pele de ovelha com lã usada pelos vaqueiros dos pastoreios do Rio Grande do Sul. Era uma peça colocada nos arreios para amaciar o assento e diminuir o atrito do corpo humano com o corpo do cavalo. Foi com o sentido de amaciar o contato entre patrões e empregados que o termo foi incorporado ao sindicalismo brasileiro. “Pelego” passou para o vocabulário político brasileiro para identificar o líder ou representante sindical dos trabalhadores produzido dentro da estrutura burocrática e corporativa<sup>360</sup>.

Segundo Maria Celina D’Araújo:

Um pelego seria um agente de “duplo papel”: ao mesmo tempo em que representava os interesses dos trabalhadores, fazia-o de forma tal a conciliá-los com os dos patrões. Negociava com o patronato e com o governo aumentos e vantagens para os trabalhadores, mas de forma a não contrariar os interesses do capital e do governo. Em particular, liderava seus representados de forma hábil, de modo a que não chegasse a greves ou a manifestações mais enérgicas de descontentamento. Um “bom pelego”, portanto, liderava a categoria com legitimidade, conseguia-lhes resultados favoráveis nas negociações trabalhistas, evitava protestos, tinha a confiança de patrões e governo e se perpetuava no cargo. Interessava mais ao governo ou ao empresariado atender a uma demanda de um pelego do que a de uma categoria liderada por alguém contestador.

---

<sup>358</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 21 jan. 1945, p. 3.

<sup>359</sup> SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 44.

<sup>360</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. cit., 2003, p. 230.

Na prática, o pelego não lesava materialmente o trabalhador, mas evitava que se expressasse de forma espontânea e direta<sup>361</sup>.

Embora “peleguismo” tenha se tornado um termo de cunho depreciativo, designa uma ação conciliatória de representantes sindicais tendo em vista amenizar os atritos entre capital e trabalho. Na prática, foi usado também como nomenclatura, não muito criteriosa, para designar, politicamente, rivais e concorrentes dentro da estrutura sindical<sup>362</sup>.

De qualquer forma, para o sucesso do dirigente e para a longevidade de sua carreira, era necessário que agisse com habilidade no sentido de não entrar em choque direto com patrões e governo, mas também não decepcionar sua base quando ela decidisse reivindicar melhores salários. O papel do dirigente era o de amenizar o conflito e negociar soluções conciliatórias. Assim, essa figura acabou prestigiada dentro da estrutura estatal e ganhou reconhecimento do governo e dos empresários. Esse apoio vindo de cima ajudava-o a manter os mandatos junto aos trabalhadores e, aos poucos, foram se incrustando na estrutura do Estado, ocupando cargos na burocracia do Ministério do Trabalho, das federações e confederações e dentro da Justiça do Trabalho<sup>363</sup>.

Em Passo Fundo, este tipo de figura foi representado por João Andrade, presidente do Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros, que, em 1939, tornou-se também presidente do Círculo Operário local e que, devido aos “bons serviços prestados”, foi nomeado pelo Ministério do Trabalho como seu representante na cidade.

Em 1944, *O Nacional* publicou uma nota sobre o trabalho desenvolvido por João Andrade:

#### LÍDER DO OPERARIADO PASSOFUNDENSE: JOÃO ANDRADE<sup>364</sup>

As sãs leis trabalhistas que o Chefe da Nação promulgou, evidentemente colocaram o operariado brasileiro numa situação deveras privilegiada (...). As leis sociais, desde a histórica arrancada liberal de outubro de 1930 mereceram de Getúlio Vargas uma atenção carinhosa, pois o nosso operariado, hoje consciente e gozando dos direitos que lhe assistem (...), não poderia continuar à mercê de senhores que não sabiam ou não queriam avaliar o suor alheio.

Na execução fiel das leis trabalhistas, as altas autoridades federais e estaduais contam com verdadeiros e fiéis representantes através das cidades brasileiras. Dentre eles, é com justiça que devemos destacar a figura de João J. de Andrade, um lutador incansável pelas reivindicações trabalhistas que, pela vontade do operariado passofundense, é honrado com o merecido título de líder da classe neste município.

---

<sup>361</sup> Idem, p. 230.

<sup>362</sup> Idem, 2003, p. 231.

<sup>363</sup> Idem, p. 230-231.

<sup>364</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 jun. 1944, p. 8.

João J. Andrade vem, há anos, desempenhando a contento geral as funções de identificador do Ministério do Trabalho em Passo Fundo, em cujo cargo tem sabido defender sempre os interesses da classe, colaborando brilhantemente na qualidade de representante, aqui, do Ministro do Trabalho e do Delegado Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul.

Também em sua atuação na presidência do Círculo Operário Passofundense, à cuja frente se encontra há quase 5 anos, João Andrade tem se revelado um presidente dinâmico e rico de iniciativas.

Na verdade, João Andrade conciliava, pelo menos, três interesses: o da Igreja Católica, através do Círculo Operário, o do Ministério do Trabalho, como seu representante local, e o dos trabalhadores sindicalizados, que tinham seus sindicatos “duplamente tutelados”, mas esperavam receber em troca as benéficas da legislação trabalhista. E, nesse trabalho conciliatório, parece que logrou êxito.

Entretanto, esse tipo de ator nomeado “pelego” não foi inventado por Vargas. Em todos os tempos, em qualquer parte, sempre houve dirigentes sindicais dispostos a colaborar com o governo, quer por princípios ideológicos, quer por oportunismo político. No Brasil, desde o início do século XX, havia uma corrente sindical conhecida como “os amarelos”, que pontuava sua atuação pela cooperação com os poderes constituídos. Com Vargas não se inicia, portanto, essa modalidade de sindicalismo. O que houve foi uma adaptação dessa tradição a uma necessidade do modelo político e econômico da era Vargas<sup>365</sup>.

Em suma, se o ministério Agamenon Magalhães caracterizou-se pela repressão ao sindicalismo plural e autônomo e pela perseguição e prisão de muitos líderes (sobretudo no pós-1935), o ministério Waldemar Falcão, que assumiu a pasta após o golpe de Estado, fora o período da criação dos “novos líderes”<sup>366</sup>.

#### **3.2.4. A Lei do Salário Mínimo, a Justiça do Trabalho e a CLT**

Já no campo da política salarial, o Estado Novo introduziria uma importante inovação. No dia 1º de maio 1940, foi criada a Lei do Salário Mínimo – decreto-lei nº 2.162 –, que deveria ser capaz de satisfazer às necessidades básicas do trabalhador<sup>367</sup>. Essa lei era uma reivindicação antiga dos trabalhadores e chegou a figurar na Carta de 1934 e ser instituída por lei em 1936 – Lei nº 185 –, mas era mal recebida pelo empresariado.

---

<sup>365</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 2003, p. 231.

<sup>366</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 250.

<sup>367</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 207.

Para a tabela do salário mínimo, o Executivo manteve-se fiel ao espírito da lei de 1936, votada por um parlamento que ele próprio dissolvera. Confirmou-se a acanhada fórmula do salário mínimo “biológico” ou “vital”, resultante do somatório das despesas diárias de um trabalhador adulto em alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Como esses gastos variavam de região para região, inquéritos anuais apurariam o *quantum* relativo a cada uma para um trabalhador satisfazer suas “necessidades normais”<sup>368</sup>.

A decretação da primeira tabela foi antecedida de um “Censo do Salário Mínimo”, realizada pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, no objetivo de fornecer subsídios às Comissões de Salário Mínimo – composta de representantes do Estado, dos empregados e dos empregadores – para o estabelecimento do nível mínimo salarial<sup>369</sup>.

Originária das Juntas de Conciliação e Julgamento, a Justiça do Trabalho – formalmente criada pela Carta de 1934 – foi inaugurada no dia 1º de maio de 1941 com o intuito de criar um fórum especial para que patrões e empregados resolvessem suas disputas na presença mediadora do poder público. Assim, através de uma justiça especial, procurava-se atender aos interesses de trabalhadores e patrões visando evitar conflitos e greves<sup>370</sup>.

Criada como parte do poder Executivo, e não do Judiciário, durante a vigência da Carta de 1937, que proibia o direito de greve, a Justiça do Trabalho foi, desde logo, muito utilizada pelos trabalhadores, pois, segundo Angela de Castro Gomes, “trazer patrões a um tribunal e vê-los se defenderem ante um juiz, que podia obrigá-los a cumprir obrigações previstas em lei, era uma razoável vitória para os trabalhadores até então privados desse direito”<sup>371</sup>.

A carteira de trabalho também fazia parte desse repertório de medidas socialmente significativas adotadas nessa época. Datada de 1932, foi, durante décadas, considerado o documento mais importante para os brasileiros. Ali se registrava a vida profissional das pessoas, todos os seus empregos, cargos e salários e serviria, a qualquer tempo, como prova documental para fins de aposentadoria, licenças, etc.<sup>372</sup>

A sistematização e a ampliação da legislação trabalhista se deram com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1º de maio de 1943<sup>373</sup>, mas que só entrou em vigor em 10

---

<sup>368</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 235.

<sup>369</sup> Idem, p. 236-237.

<sup>370</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 2003, p. 232.

<sup>371</sup> GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 37.

<sup>372</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 2003, p. 233.

<sup>373</sup> Instituída em 1939, a comissão encarregada desse trabalho somente o apronta em 1943, convertendo-se em diploma legal do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

de novembro do mesmo ano. Os elementos constitutivos da estrutura da CLT se compõem das normas tutelares do trabalho – denominados de direito elementar do trabalho –, dos sindicatos, do sistema da previdência social e da Justiça do Trabalho. Em suma, a Consolidação, assim chamada para se distinguir de um Código, aglutinou e sistematizou a legislação produzida desde 1930, além de consolidar a política previdenciária, arranjando-a num todo orgânico e congruente<sup>374</sup>.

No entanto, a CLT evitava na prática, e de várias maneiras, a “solidariedade de classe”, particularmente quando estabelece que um sindicato responda apenas por uma categoria profissional, isto é, proibindo uma articulação horizontal dos trabalhadores. E mais, proibia também que sindicatos pudessem se unir em alguma reivindicação. Para facilitar essa política de isolar as profissões entre si, foram criadas datas-base distintas para cada categoria. Com isso, procuravam-se evitar a articulação intersindical e limitar o diálogo do sindicato apenas ao patronato e ao governo. Era, nos dizeres da propaganda estado-novista, uma forma de evitar a luta de classes, dando voz ao trabalhador dentro do próprio Estado<sup>375</sup>.

Dessa maneira, estava efetivamente constituída a estrutura sindical brasileira: burocratizada, vertical e subordinada ao Estado. Na base dessa estrutura estavam os sindicatos, que podiam representar uma categoria no município, no estado ou mesmo no país. Quem definia isso era o Ministério do Trabalho. Acima dos sindicatos estavam as federações<sup>376</sup>, que podiam abarcar uma região, um estado ou mesmo os trabalhadores de uma mesma profissão em todo o país. Por fim, encontravam-se as confederações nacionais, que agrupavam os trabalhadores de vários setores, como a indústria, o comércio, a agricultura, etc. Essa estrutura era, essencialmente, vertical e não permitia a criação de organismos sindicais horizontais, como uma Central Sindical que representasse diretamente as bases de todos os sindicatos<sup>377</sup>.

Contudo, pesando os prós e contras, a sociedade brasileira acabou aderindo ao modelo varguista de sindicato único, burocratizado e estatalmente controlado. O governo Vargas procurou, sem dúvida, dar reconhecimento ao trabalhador, mesmo porque nossa tradição escravocrata tinha no trabalho uma atividade pouco nobre. Ao fazer esse reconhecimento através de uma legislação urbana, fortalecia um projeto político e introduzia a cultura dos direitos via

---

<sup>374</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 240.

<sup>375</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 2003, p. 226.

<sup>376</sup> Dentro desse sistema vertical e subordinado ao Estado, alguns sindicatos passofundenses integraram-se a algumas federações, como foi o caso do Sindicato dos Empregados no Comércio de Passo Fundo, que filiou-se à Federação dos Sindicatos no Comércio do Rio Grande do Sul em julho de 1943; e os Sindicatos dos Bancários e da Construção Civil e do Mobiliário, que filiaram-se às respectivas federações estaduais em 1944.

<sup>377</sup> ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 49-50.

Estado<sup>378</sup>. De fato, Vargas fez surgir uma nova tradição de respeito mínimo aos direitos dos trabalhadores, mas isso foi feito simultaneamente à maior restrição das liberdades políticas que o país conheceu.

Ademais, é importante lembrar que, nesse processo de elaboração de direitos, a maioria da população estava excluída. Os direitos ficaram reservados apenas aos trabalhadores urbanos que pertencessem a profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado, que tivessem carteira de trabalho e estivessem empregados. Mais do que isso, vários benefícios eram concedidos apenas para aqueles que fossem sindicalizados. Ou seja, os direitos estavam garantidos apenas para quem tivesse uma profissão – e as profissões e os sindicatos eram reconhecidos pelo Estado. Por essa razão, não se pode dizer que tenha se criado no Brasil a cidadania para todos<sup>379</sup>.

Na verdade, criou-se a “cidadania do trabalho”, isto é, era considerado cidadão apenas quem trabalhava, enquanto a carteira de trabalho tornou-se o documento de identidade mais importante. Assim, cidadania e trabalho tornaram-se expressões complementares. Porém, como o número de desempregados era muito alto, estes se sentiam, além de marginalizados do mercado de trabalho, excluídos da condição de cidadania<sup>380</sup>. Dessa forma, participar do mercado de trabalho tornou-se a primeira meta dos indivíduos.

### **3.3. As mobilizações em prol da democracia e a retomada do movimento operário e sindical**

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, contribuiria, decisivamente, para que, depois de alguns anos de uma política pendular barganhando com a Alemanha e os Estados Unidos, o pêndulo pendesse para o lado dos norte-americanos, sobretudo após a entrada destes no conflito<sup>381</sup>.

O alinhamento do governo brasileiro aos americanos resultou no rompimento das relações com os países do Eixo, a 28 de janeiro de 1942, conforme as orientações da 3ª Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 15 e 18 de janeiro de 1942. Com o rompimento das relações, seguiram-se os conhecidos torpedeamentos dos navios brasileiros pelos submarinos alemães. Essa série de navios brasileiros

---

<sup>378</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., 2003, p. 234.

<sup>379</sup> Idem, p. 235.

<sup>380</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 122.

<sup>381</sup> Sobre a política de aproximação do Brasil com os EUA nesse período, ver TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

afundados provocou grandes manifestações populares, que pressionavam o governo federal a tomar uma atitude contra a agressão sofrida. Dessa forma, o Brasil entrou na guerra em agosto de 1942.

A entrada do país na Segunda Guerra revelaria uma contradição: o Brasil, um país que vivia sob a ditadura do Estado Novo, apoiaria as democracias contra os países ditatoriais. Essa contradição seria motivo de divergências no interior do governo. Nesse sentido, devemos lembrar que dentro do governo havia duas alas: uma simpatizante aos americanos, representado pelo agora embaixador do Brasil em Washington Osvaldo Aranha; e a simpatizante aos alemães, representada por elementos da cúpula militar, como Dutra e Góis Monteiro, além de Filinto Müller. A opção pelo lado americano iria representar o início da cisão entre Vargas e os militares, que até esse momento havia o apoiado e sustentado no poder. Portanto, a entrada do Brasil na Segunda Guerra iria semear a crise do Estado Novo, pois, para a cúpula militar, seria o início da “crise do seu casamento” com Vargas.

Com as primeiras fissuras do Estado Novo também começariam as articulações da oposição e as manifestações em prol da volta do regime democrático. Aliás, dentro do próprio governo havia vozes favoráveis à abertura democrática, como era o caso de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores.

As manifestações mais veementes a favor da volta ao regime democrático eclodiram a partir 1943. Em outubro do mesmo ano, políticos liberais mineiros lançaram o conhecido Manifesto dos Mineiros, onde pediam garantias constitucionais. Este manifesto serviu para abalar politicamente um pouco mais o Estado Novo<sup>382</sup>.

No bojo dessas manifestações, a União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu uma passeata, realizada em dezembro de 1943, na qual os estudantes caminhavam de braços dados e com um lenço na boca, simbolizando a supressão da palavra. Porém, essa passeata foi dissolvida violentamente pela polícia, resultando na morte de duas pessoas e mais de 20 feridas, o que provocou uma onda de indignação<sup>383</sup>.

Apesar da repressão, o Estado Novo mostrava sinais de enfraquecimento. Isso pode ser observado pelo fato do DIP não conseguir mais censurar as críticas ao Estado Novo, sobretudo a partir de 1945.

---

<sup>382</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 57.

<sup>383</sup> FAUSTO, B., op. cit., p. 212.

Sem dúvida, a derrota do nazi-fascismo provocou uma “avalanche” democrática pelo mundo, pois tornou-se quase um senso comum associar qualquer regime ditatorial, seja qual fosse a sua matriz ideológica, à imagem de Hitler ou Mussolini e, em contrapartida, associar a democracia aos Aliados, que salvaram o mundo da tirania nazi-fascista. Nesse sentido, “a volta dos pracinhas da FEB provocou um grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela (re)democratização do país<sup>384</sup>”.

Paralelamente às manifestações democráticas, a partir de 1944 começou a eclodir algumas greves pelo país, que se tornaram mais abundantes e freqüentes a partir do ano seguinte. Essas greves foram favorecidas pelo momento em que vivia o país: além do enfraquecimento do sistema repressivo do Estado Novo, o Brasil, no geral, vivia um período de crescimento inflacionário em virtude da guerra, enquanto os trabalhadores enfrentavam o arrocho salarial e os esforços de guerra.

Dentre as várias greves que pipocaram no decorrer do ano de 1945 em todo o território nacional, o Rio Grande do Sul testemunhou alguns movimentos paredistas. Dentre eles, duas greves gerais que atingiram várias cidades: a greve dos ferroviários e a greve dos bancários, que, inclusive, atingiram Passo Fundo.

A greve dos ferroviários teve início no dia 5 de abril de 1945, em Santa Maria, tendo amplitude em todo o estado. A principal reivindicação dos ferroviários era o aumento salarial, em virtude do alto custo de vida. Em Passo Fundo, os ferroviários, após terem trabalhado no turno da manhã, aderiram à greve ao meio-dia, deixando a estação férrea local parada e deserta<sup>385</sup>.

Após alguns dias de negociações, a greve findou-se em todo o estado no dia 7, após três dias de paralisações, com os ferroviários obtendo êxito em suas reivindicações. Em Passo Fundo, no mesmo dia 7 de abril, precisamente às 20 horas, “apitou longamente o motor da oficina de reparações do Depósito local de locomotivas, anunciando o fim da greve dos ferroviários. Os serviços permanentes foram logo reiniciados na estação local iluminada e os trens começaram a movimentar-se para viajar<sup>386</sup>”.

Ao mesmo tempo em que ocorria a greve dos ferroviários também eclodiu a greve geral dos bancários, a 6 de abril, que atingiu todo o estado. Neste movimento paredista, a reivindicação era a mesma dos ferroviários: o aumento salarial<sup>387</sup>.

---

<sup>384</sup> Idem, p. 212.

<sup>385</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5, 6 e 7 abr. 1945, p. 4.

<sup>386</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 abr. 1945, p. 4.

<sup>387</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 abr. 1945, p. 4.

Porém, os bancários passofundenses só aderiram à greve no dia 9. Nesta data, os grevistas locais “visitaram o delegado de Polícia Brasil Seadi, comunicando-lhe a sua declaração de greve pacífica, que apenas visava a melhoria dos seus vencimentos<sup>388</sup>”. A greve dos bancários teve o seu termino, em todo o estado, no dia 11 de abril, com os grevistas logrando êxito em suas reivindicações<sup>389</sup>.

Em suma, ao mesmo tempo em que a ampla frente democrática contra o Estado Novo chegava ao seu auge, no primeiro semestre de 1945, o movimento operário e sindical começou a se rearticular. Nesse contexto, também surgiram algumas organizações intersindicais, dentre elas o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organizado por lideranças comunistas, em abril de 1945, à revelia da legislação.

Segundo Ricardo Antunes, o MUT era um organismo intersindical, de caráter horizontal, que rompia com a estrutura vertical e que proclamava – em Manifesto assinado por mais de 300 líderes sindicais representando 13 estados – a luta da classe operária “pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as restrições e interferências na vida dos órgãos de classe”. Propugnava, ainda, a “extinção dos órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios democráticos do povo e comprometedores da segurança e da tranqüilidade interna, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Tribunal de Segurança Nacional”, respectivamente organismos de repressão ideológica e política existentes durante o Estado Novo<sup>390</sup>.

Contraditoriamente, o MUT, ao mesmo tempo em que lutava pela liberdade sindical e contra a repressão do Estado Novo, também se aliou ao governo. Sob hegemonia dos comunistas, esta intersindical preconizava a manutenção da ordem, a luta contra o nazi-fascismo, a aliança com outras correntes sindicais, o aumento da produção, o apoio a Vargas, o aperfeiçoamento das leis trabalhistas e a reforma sindical, sem questionar o imposto e a unicidade sindicais<sup>391</sup>.

Na verdade, essa ambigüidade foi fruto da nova linha política adotada pelo PCB, a partir de 1943, conhecida como “política de união nacional”, cujo alvo principal era a luta contra o nazi-fascismo. Mas apesar do namoro com o governo, o MUT não deixou de apoiar

---

<sup>388</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 abr. 1945, p. 4.

<sup>389</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 abr. 1945, p. 4.

<sup>390</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 51-52.

<sup>391</sup> CARONE, Edgard. *Apud*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 54.

reivindicações, representar os trabalhadores nas mesas de negociação e incentivar a organização da classe operária<sup>392</sup>. No Rio Grande do Sul, o MUT chegou no início de outubro a Porto Alegre<sup>393</sup>.

### **3.4. A construção da representação simbólica de Vargas**

Percebendo que a volta ao regime democrático era uma questão de tempo, e com a relação com a cúpula militar desgastada, o governo procurou contar com nova base de apoio: os trabalhadores, que seriam transformados em atores políticos. Nesse processo, a ação do Ministério do Trabalho e do Departamento de Imprensa e Propaganda deixa claro que o Estado Novo, a partir de 1942/43, engajou-se em um importante esforço político de fortalecimento de sua estrutura sindical-corporativista. Se até os anos 1940 não causava espécie ao governo o esvaziamento sindical, a partir deste momento sua estratégia e objetivos foram reorientados pela tentativa de consolidação de um verdadeiro pacto social com as classes trabalhadoras<sup>394</sup>.

Assim, a partir das primeiras fissuras do Estado Novo, o projeto trabalhista passou a ser efetivamente difundido e implementado, enfatizando a idéia do Estado (e de Vargas) como protetor dos trabalhadores, buscando criar novas, e mais amplas, bases de apoio.

Em outras palavras, a partir do momento que o projeto político do Estado Novo começou a ser contestado por setores cada vez mais significativos da sociedade, o governo federal redimensionou a sua estratégia. Percebendo que o fim do Estado Novo e a volta ao regime democrático viria mais cedo ou mais tarde, a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime.

E foi para tais propósitos que o governo elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político. Nesse sentido, a entrada de Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, na pasta do Trabalho e a contribuição de intelectuais orgânicos estadonovistas foram fundamentais não só para a legitimação do projeto político governamental, mas também para a construção do “mito” Vargas.

Constituído a partir de um golpe político-militar e carente de legitimidade, o regime inaugurado por Vargas em 1930 disseminou, por toda a sociedade, uma produção de cunho

---

<sup>392</sup> NEGRO; SILVA, op. ct., p. 54-55.

<sup>393</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 out. 1945, p. 3.

<sup>394</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 265.

político e cultural que afirmava a necessidade histórica do novo governo. Segundo Angela de Castro Gomes, o primeiro aspecto a ressaltar para que se possa compreender o sentido da nova cultura política que se estava criando é o do vínculo que se constrói entre a idéia de cidadania e a existência de direitos sociais, particularmente direitos do trabalho, articulando e difundindo, de maneira incisiva e sistemática, um discurso que desqualifica os direitos políticos e todo tipo de práticas liberais e democráticas, tachando-as de ineficientes, custosas e corruptoras. Aliás, esse discurso desqualificador dos direitos políticos tinha como outro lado da moeda uma extrema valorização dos direitos sociais, estes entendidos como a verdadeira diretriz de um regime justo e democrático. Dessa forma, os direitos sociais, sobretudo os direitos do trabalho, tornam-se o centro definidor da condição de cidadania no país<sup>395</sup>.

Dessa forma, para os trabalhadores, segundo Jorge Ferreira, o Estado (nos anos 1930 e 1940) tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento ao regime político. Para isso, o governo patrocinou uma política pública voltada exclusivamente para os operários, instituindo, assim, novas relações entre Estado e classe trabalhadora. Com base na formulação de uma legislação social e trabalhista, fundamentada na “ideologia da outorga” e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a lhe identificar como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos<sup>396</sup>.

Sem dúvida, para a consolidação desse projeto foi fundamental a participação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939, mas que já funcionava oficialmente há muito tempo – desde 1934, como Departamento Nacional de Propaganda. O DIP recebeu funções bastante extensas, incluindo o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura “social e política”, a organização do programa de rádio oficial do governo, a proibição da entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, entre outras coisas. Assim, além de supervisionar os mais variados instrumentos da comunicação de massa, o DIP também se encarregou da produção e divulgação do noticiário oficial e foi responsável pela transmissão direta do programa *Hora do Brasil*<sup>397</sup>, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

---

<sup>395</sup> GOMES, A., op. ct., 2002, p. 33-34.

<sup>396</sup> FERREIRA, J., op. ct., 1997, p. 22.

<sup>397</sup> A *Hora do Brasil* era irradiada entre 19 e 20 horas, momento em que todos se encontravam em suas casas. Pela informação contida no Anuário da Imprensa Brasileira, a *Hora do Brasil* não irradiava apenas os informes oficiais,

Portanto, houve a utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores, sobretudo após a posse de Alexandre Marcondes Filho. Durante praticamente todo o seu período ministerial – de janeiro de 1942 a julho de 1945 – Marcondes<sup>398</sup> realizava palestras radiofônicas semanais – todas as quintas-feiras, durante dez minutos, no programa *Hora do Brasil* – onde contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia, por vezes, a audiências determinadas: os aposentados, as mulheres, os pais de menores operários, os migrantes, etc<sup>399</sup>.

Ademais, os discursos de Marcondes Filho sempre destacavam a legislação social levada a cabo a partir de 1930, recorrendo ao período da Primeira República para atestar a distinção de procedimentos do Estado brasileiro. Segundo esse discurso, até 1930 nada existia e quando os trabalhadores ousavam se manifestar eram cerceados pela repressão policial. Dessa forma, o passado era caracterizado pela ausência do Estado, mas era também reconstruído como um quase que total vazio de atuação por parte dos trabalhadores. Nas cerca de 200 emissões do programa *Falando aos Trabalhadores Brasileiros* não houve sequer uma menção ao sindicalismo dos anos 1910 ou 1920 e às reivindicações então encetadas<sup>400</sup>.

Assim, a “ideologia da outorga” procurava apagar da memória coletiva dos trabalhadores a tradição de luta do movimento operário na República Velha. Nesse discurso, a legislação social era apresentada como uma concessão aos trabalhadores, como um presente doado pelo Estado. Em outras palavras, “a classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal<sup>401</sup>”.

E mais, como a história trabalhista brasileira se dividia em antes e depois de 1930, todas as providências tomadas desde a revolução envolvendo a resolução da questão social eram atribuídas diretamente a Vargas. Assim, ele era sempre o sujeito da ação: Vargas criou, determinou, estabeleceu, assinou, mandou executar, etc<sup>402</sup>.

No entanto, a propaganda e a doutrinação política, por mais avassaladoras que sejam, não garantem o sucesso dos governantes. Ainda que a propaganda, no primeiro governo Vargas,

---

mas também programas culturais. Havia épocas em que se dedicava a última meia do programa à transmissão de sucessos da música popular brasileira. In: TOTA, A., op. ct., 1991, p. 37.

<sup>398</sup> Embora fosse a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio, não se tratava de uma iniciativa inédita, pois havia antecedentes regionais e até mesmo internacionais. Ver GOMES, A., op. ct., 2005, p. 211-212.

<sup>399</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 207-208.

<sup>400</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 246.

<sup>401</sup> Idem, p. 181.

<sup>402</sup> Idem, p. 220.

tenha sido sistemática e coordenada, é muito difícil admitir que uma campanha publicitária pudesse elevar seu nome à categoria de “homem providencial”. Não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam<sup>403</sup>.

Em outras palavras, embora a propaganda e os meios de comunicação exerçam uma enorme influência na sociedade, as mentes das pessoas não são tabulas rasas, em que idéias são facilmente inculcadas. Na verdade, cada indivíduo, conforme a sua experiência de vida, as suas socializações, faz as suas escolhas.

Sem dúvida, a questão social surgiu como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-1930, isso porque, sem se desconhecer sua profunda dimensão econômica, ela fora tratada como uma questão política, ou seja, como um problema que exigia e que só se resolveria pela intervenção do Estado<sup>404</sup>.

Ademais, além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma através das grandes festas cívicas, que celebravam datas que enalteciam a pátria e o seu chefe de Estado – como era o caso do dia do Estado Novo (10 de novembro) e do aniversário de Vargas (19 de abril). Contudo, a festa mais emblemática era a do 1º de Maio, oferecida especialmente ao trabalhador e realizadas, a partir de 1939, em estádios de futebol<sup>405</sup>.

Segundo Antonio Tota, nos discursos de Getúlio durante as festividades do 1º de Maio era constante o tom emotivo, sobretudo quando se tratava da legislação trabalhista. Nesse sentido, o mito da “doação” e do Estado benfeitor está presente em todos os textos dos discursos e, de modo geral, a ênfase é sempre dada comparando a situação do trabalhador antes da Revolução de 1930<sup>406</sup>.

Dessa forma, o dia 1º de Maio passou a assumir certos contornos rituais: era sempre uma comemoração de massas, na qual o presidente, em pessoa, se encontrava e falava com os trabalhadores. Mais do que isto, era uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do

---

<sup>403</sup> FERREIRA, J., op. ct., 1997, p. 16.

<sup>404</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 197-198.

<sup>405</sup> De 1939 a 1945, as comemorações de 1º de Maio eram realizadas no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, exceto a de 1944, que foi realizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

<sup>406</sup> TOTA, A., op. ct., 1991, p. 44.

direito social: o presente da festa<sup>407</sup>. Ou seja, durante as comemorações Getúlio “presenteava” os trabalhadores com alguma nova lei trabalhista.

TABELA 5 – OS “PRESENTES” DE VARGAS AOS TRABALHADORES DURANTE AS COMEMORAÇÕES DE 1º DE MAIO (1938-1945)

DATA	“PRESENTES” DE VARGAS
1º de Maio de 1938	Promessa da regulamentação da Lei do Salário Mínimo
1º de Maio de 1940	Promulgação da Lei do Salário Mínimo
1º de Maio de 1941	Justiça do Trabalho
1º de Maio de 1943	CLT

Em Passo Fundo, o dia 1º de Maio era duplamente comemorado: pelo Círculo Operário e pela Sociedade Operária. No Círculo Operário, sempre havia uma missa, pela manhã, na Igreja Matriz; após, era oferecido, no almoço, um churrasco para os trabalhadores circunistas e suas famílias; e, sem seguida, iniciavam-se as sessões cívicas-religiosas, em que eram enaltecidas as figuras de Vargas, do Ministro do Trabalho, de João Andrade, além de outras autoridades civis e eclesiásticas. Já na Sociedade Operária, como era tradicional, sempre havia a posse da nova diretoria nesta data, além de também ser servido um churrasco aos trabalhadores, seguido de alguns discursos.

FIGURA 1- CHURRASCO DE 1º DE MAIO PROMOVIDO PELO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE (DÉCADA DE 1940)



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

<sup>407</sup> GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 217.

De uma maneira geral, essas três comemorações – o aniversário do presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. Coordenadas, em grande medida pelo DIP, e diferenciadas, elas se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos. A essas ocasiões rituais somavam-se mais três: o 7 de setembro e os dias de Natal e Ano Novo, mas, nestes casos, o público e a temática a que se destinavam a fala presidencial era mais heterogênea, centrando outros pontos que não a questão do trabalho<sup>408</sup>.

Outro fator determinante para a construção simbólica de Vargas foi a receptividade. Ou seja, o governo mostrava-se receptivo à população, estabelecendo, através da Secretaria da Presidência da República (SPR), um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade, algo inédito no Brasil. No SPR, Vargas montou um aparato burocrático para responder às milhares de cartas que chegavam destinadas à sua pessoa<sup>409</sup>.

Dessa forma, com esses e outros elementos, construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas – em um espaço de tempo não muito longo e que coincide, justamente, com os anos do Estado Novo – como “pai dos pobres” e líder das massas trabalhadoras. Porém, como lembra Jorge Ferreira, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado, pois não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. Assim, o “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores<sup>410</sup>.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que Vargas “doava” benefícios aos trabalhadores, ele esperava a reciprocidade através da fidelidade e do apoio. Esperava a retribuição com o voto, quando este voltasse a ser um instrumento de participação<sup>411</sup>.

Segundo Angela de Castro Gomes, a outorga, quando pressupõe o dar e receber, pressupõe também o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o

---

<sup>408</sup> GOMES, A., op. cit., 2005, p. 217-218.

<sup>409</sup> Ver FERREIRA, J., op. cit., 1997.

<sup>410</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 88.

<sup>411</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 24.

beneficiário, não porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Já quem recebe, por sua vez, cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética<sup>412</sup>.

Dessa forma, tratou-se de uma relação contratual, mas não na forma hobbesiana. O contrato efetuado pelo povo e Getúlio Vargas era uma relação de mão-dupla. Seu fundamento era a expressão material da troca. Em troca dos benefícios sociais, Vargas pedia total obediência e mesmo sacrifícios como retribuição<sup>413</sup>. Nesse ponto é fundamental destacarmos que o pacto proposto por Angela de Castro Gomes era o “pacto da reciprocidade”, da “gratidão”, que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940, e não o pacto baseado apenas em trocas utilitárias, que, apesar de não ser afastado *in totum*, é relativizado pela autora.

Segundo o tradicional pacto, consagrado na historiografia, baseado em trocas utilitárias, os trabalhadores trocaram os benefícios da legislação social por obediência política através de um cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual. Segundo essa teoria, os trabalhadores almejavam os novos direitos sociais e, por isso, concordaram em aderir politicamente ao regime e, conseqüentemente, ao modelo de sindicalismo corporativista tutelado e a todos os seus desdobramentos<sup>414</sup>.

Nas palavras de Angela de Castro Gomes<sup>415</sup>, embora seja inegável que a lógica material de cálculo de custos e benefícios estava em vigência, neste momento esta lógica não foi um recurso de poder suficiente para afastar as reações. Dessa forma, o uso da repressão ao movimento sindical foi então uma arma fundamental.

Na verdade, esta lógica material só começou a produzir resultados no pós-1940, quando se cimentou a ela a simbologia do discurso trabalhista. Dessa maneira, não havia mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto<sup>416</sup>.

Embora se possa relativizar os ganhos materiais dos trabalhadores, especialmente a partir do esforço de guerra e da carestia de vida, os trabalhadores, como salienta Jorge Ferreira, “ao

---

<sup>412</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 228.

<sup>413</sup> Idem, p. 230-231.

<sup>414</sup> Idem, p. 178.

<sup>415</sup> Idem, p. 180.

<sup>416</sup> FERREIRA, J., op. ct., 1997, p. 42.

aceitarem o ‘mito’ como verdadeiro também cobravam a realização da justiça que os governantes diziam estarem sendo praticadas<sup>417</sup>”. Portanto, não havia um Estado todo-poderoso e nem uma classe passiva e fraca.

Finalizando, parafraseando Jorge Ferreira, “reconhecimento de valores, identificação de interesses e cumplicidade certamente explicariam melhor as relações entre Estado e classe trabalhadora após 1930 do que tão-somente vitimizar os operários, tratá-los como uma categoria facilmente manipulável e lamentar seus supostos desvios<sup>418</sup>”.

Em Passo Fundo, o sucesso de Getúlio Vargas pode ser comprovado pela dimensão que alcançou o movimento queremista na cidade, como veremos a seguir.

### **3.5. A (re)democratização de 1945 e o movimento queremista**

No transcorrer do primeiro quinquênio da década de 1940, as vozes que clamavam pelo retorno do país ao regime democrático ecoavam cada vez mais alto na sociedade, sobretudo a partir do segundo semestre de 1944. Como lembra Lucília Delgado, a ditadura do Estado Novo começou a se esgotar tão logo os rumos da Segunda Guerra Mundial também começaram a mudar: a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, influenciaram, de forma determinante, a queda do regime autoritário que vigorava no Brasil<sup>419</sup>.

Além das pressões externas, o governo também sofria pressões internas: diversos setores da sociedade – desde estudantes, intelectuais, empresários, comunistas, liberais e, até mesmo, militares e integrantes do próprio governo – passaram a pressionar cada vez mais o governo, que, embora apoiado por uma expressiva parcela da população brasileira, não dava mais conta dos protestos que surgiam de diversos grupos organizados da sociedade.

A partir de então, os acontecimentos se precipitaram: em outubro de 1944 é lançado o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato à sucessão de Vargas e, também no final de 1944, começou-se a aventar o nome de um outro candidato à sucessão. Tratava-se do general Eurico Gaspar Dutra, um dos principais articuladores do golpe de 1937 e ministro da Guerra do Estado Novo<sup>420</sup>. Em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da

---

<sup>417</sup> Idem, p. 51-52.

<sup>418</sup> Idem, p. 127.

<sup>419</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 133.

<sup>420</sup> GOMES, A., op. cit., 2005, p. 277.

censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do brigadeiro. A entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP se afastaram das redações dos jornais, enquanto a ditadura dava sinais definitivos de cansaço<sup>421</sup>.

Segundo Angela de Castro Gomes<sup>422</sup>, foi só após a presença da candidatura de Eduardo Gomes que Vargas retomou sua preocupação com as bases organizacionais de caráter partidário. A indicação básica de que a política nacional iria realmente sofrer transformações foi dada pelo convite dirigido a Agamenon Magalhães para ocupar a pasta da Justiça, em fins de 1944. Essa escolha deve ser bem entendida, assim como o momento em que foi feita. Agamenon era um político com inegável experiência e prestígio. Era um interventor com indiscutível liderança nos meios civis e também com fortes contatos nos meios militares, onde conhecia e mantinha relações amistosas com o brigadeiro Eduardo Gomes. Entretanto, Agamenon só assumiu o cargo no dia 1º de março de 1945 e este fato não foi mera coincidência: Marcondes Filho encaminhou o processo de transição até este ponto e entregou-o a Agamenon<sup>423</sup>. Esse processo de transição, orientado pelo governo federal, foi denominado por Luiz Werneck Vianna de “redemocratização pelo alto<sup>424</sup>”.

De qualquer maneira, após as declarações de José Américo aceleraram-se os acontecimentos. Assim, a 28 de fevereiro, foi decretado o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional. Em seguida, no dia 18 de abril, o governo decreta anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando desde liberais até comunistas. Posteriormente, a 28 de maio, é decretada a chamada Lei Agamenon (ministro da Justiça da época), que marca as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamenta o novo código eleitoral e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da lei é que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional. Este dispositivo visava não apenas evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos

---

<sup>421</sup> FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 16.

<sup>422</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 278-279.

<sup>423</sup> Sobre mais detalhes acerca dos trabalhos desenvolvidos por Marcondes Filho e Agamenon Magalhães durante esta fase, ver GOMES, A., op. ct., 2005, p. 279-282.

<sup>424</sup> Ver: VIANNA, L. W., op. ct., cap. 6.

oligárquicos, que tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios derivados do liberalismo clássico<sup>425</sup>.

Contudo, as articulações para a formação dos partidos políticos são anteriores à Lei Agamenon. Ainda em abril – precisamente no dia 7 – surgiu oficialmente a União Democrática Nacional (UDN)<sup>426</sup>, uma grande frente liberal-democrática de oposição a Vargas que aglutinava desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana e elementos da esquerda não-comunista – que ficariam conhecidos como Esquerda Democrática<sup>427</sup> –, além de comunistas dissidentes da linha oficial do PCB. Em suma, nesse momento, o partido abrigava diversos grupos políticos heterogêneos unidos pelo mesmo sentimento de rancor a Getúlio Vargas e pela defesa da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes<sup>428</sup>.

Posteriormente, segundo Maria Victoria Benevides, a oposição varguista não-comunista daria origem a duas correntes distintas: um partido liberal-conservador, fortemente elitista, que teria penetração em setores da oligarquia, da burguesia e da classe média urbana (a UDN); e um partido de esquerda independente, formado por intelectuais socialistas, voltado para a classe operária, mas que nunca obteria uma grande base de massa – o PSB<sup>429</sup>.

A exemplo das forças antigetulistas, do lado das forças getulistas também ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: a primeira a surgir no cenário político-partidário brasileiro foi o Partido Social Democrático (PSD), em meados de abril de 1945, alicerçado na força das interventorias estaduais e representando uma tentativa de centralizar as forças políticas tradicionais locais em uma estrutura partidária. Não por acaso, entre seus fundadores estavam, além do ministro da Justiça Agamenon Magalhães, os interventores de Minas Gerais, Benedito Valadares, e do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto.

Portanto, o PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu, em seus quadros, os interventores do período do

---

<sup>425</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 14.

<sup>426</sup> Sobre mais detalhes acerca da UDN, ver BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>427</sup> Como lembra Miguel Bodea, após a convenção de abril de 1945, os elementos da chamada Esquerda Democrática (na maioria socialistas antigetulistas) começam a se afastar da linha liberal-conservadora da UDN e, em agosto de 1945, a Esquerda Democrática praticamente rompe com a UDN. Assim, em princípios de 1946, juntando-se com outros grupos socialistas independentes, passam a formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

<sup>428</sup> Nesse momento, a UDN aglutinava nomes como Arthur Bernardes, Júlio Prestes, Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Oswaldo Aranha, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, entre outros.

<sup>429</sup> BENEVIDES, M. V., op. cit., 1981.

Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. Ademais, as bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e, principalmente, nas interventorias na esfera estadual. Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação<sup>430</sup>.

No entanto, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do regime: as massas trabalhadoras. Embora se possa visualizar que o desejo inicial era reunir, em um único e grande partido, todas as forças políticas “do” presidente, torna-se difícil sustentar que este desejo fosse, naquele momento, uma real possibilidade – como comprova a ausência de Marcondes Filho do conjunto de reuniões que formularam o PSD. Portanto, é difícil imaginar que Getúlio e os demais planejadores do processo de transição tivessem optado por uma solução partidária que preterisse ou minimizasse as tão cuidadosamente acalentadas bases sindicais. O investimento que Vargas realizou, ao longo da administração Marcondes Filho, na formação de uma ampla base política – a classe trabalhadora –, quer via campanha de sindicalização, quer via esforço doutrinário, é evidência mais que suficiente para a conclusão do quanto se apostava neste filão político<sup>431</sup>.

É certo que tal fato não implicava diretamente a criação de um partido trabalhista, mas a atuação de Marcondes apontava para a articulação de um grande partido de massas de bases sindicais. Nesse sentido, a definição do formato do PSD praticamente estabelecia os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as novas lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. O PTB, portanto, nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo<sup>432</sup>.

Além dos três grandes partidos nacionais do período em foco (UDN, PSD e PTB), ainda em 1945 também surgiram outros partidos que tiveram algum relevo na democracia brasileira, dentre eles o Partido Comunista do Brasil<sup>433</sup> (PCB), liderado por Luís Carlos Prestes, o Partido de

---

<sup>430</sup> DELGADO, L., op. cit., 2003, p. 138-139.

<sup>431</sup> GOMES, A., op. cit., 2005, p. 281-282.

<sup>432</sup> Idem, p. 281-282.

<sup>433</sup> No novo sistema pluripartidário, o PC apresentava-se como uma agremiação bastante diferenciada das demais. Em primeiro lugar, por ter sido fundado em 1922, no esteio da Revolução Bolchevique de 1917, era um partido de atuação histórica bastante anterior ao sistema. Em segundo, apresentava-se, desde a sua fundação, à época dos partidos de inserção regionalista, como uma agremiação de base nacional, com fortes laços internacionais. Em

Representação Popular (PRP), liderado pelo integralista Plínio Salgado, além de partidos mais regionalizados, mas com alguma influência no cenário nacional, como o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, o Partido Libertador (PL) de Raul Pilla, e o Partido Republicano, herdeiro dos PRs.

Paralelamente, as forças antivarguistas, sobretudo a UDN, aproveitando-se da debilidade dos censores do DIP, promoveram uma série de críticas virulentas ao presidente Getúlio Vargas. Como lembra Jorge Ferreira, os ataques das oposições veiculados nos jornais desmereceriam, particularmente, a legislação trabalhista, sobretudo no tocante à implantação do sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho, definida como obra do fascismo<sup>434</sup>.

Além dos ataques à pessoa do presidente via mídia impressa, também eram freqüentes os comícios, em diversos locais do território nacional, cuja finalidade maior era ofender Vargas. Entretanto, muitos desses comícios foram interrompidos por trabalhadores que gritavam: “Nós queremos Getúlio!”. Era o surgimento do movimento queremista. Segundo Jorge Ferreira:

Se em fins de fevereiro e em março a população apenas revidava as agressões nos comícios da oposição, indignada com as ofensas a Vargas, em abril o conflito começou a assumir contornos mais nítidos, sobretudo no campo das idéias, e um novo personagem surgiu no cenário político brasileiro: os trabalhadores. A partir de abril, a transição democrática não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas, governistas ou de oposição. A presença e a intervenção dos trabalhadores teriam que ser consideradas – ainda que, nesse momento, eles tivessem que aprender, mesmo que às pressas, a participar do jogo político<sup>435</sup>.

Em outras palavras, no processo de (re)democratização de 1945, a par das forças que exigiam a mudança política, havia outra corrente favorável ao continuísmo. Nessa corrente, o movimento queremista, assentado no lema “Queremos Getúlio”, foi o que ganhou maior visibilidade<sup>436</sup>.

Embora, inicialmente, tratava-se de um movimento popular, em abril já recebia o apoio discreto – pois, naquela conjuntura desfavorável a Vargas, a utilização da máquina estatal em campanhas de sustentação de sua imagem se tornaria mais um argumento favorável à oposição – do DIP e, sobretudo, de um órgão do Ministério do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, na pessoa de seu diretor Segadas Viana. Além do discreto apoio oficial, o

---

terceiro, possuía vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo. Era, portanto, um partido com programa nítido, vinculado ao projeto de revolução socialista mundial. In: DELGADO, L., op. ct., 2003, p. 135.

<sup>434</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 16-17.

<sup>435</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 19.

<sup>436</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 25.

“queremismo” também recebeu o suporte, sobretudo financeiro, de empresários favoráveis à Vargas. Entretanto, o “queremismo” não foi uma simples criação do Ministério do Trabalho com o lastro do dinheiro privado, como pregava a oposição. Sem a vontade política dos trabalhadores e a presença popular nas ruas, o apoio oficial e empresarial seria inócuo e condenado ao fracasso<sup>437</sup>.

Em maio, a frase “Queremos Getúlio” apoderou-se das crenças e das sensibilidades políticas populares<sup>438</sup>, mas foi em fins de julho e início de agosto que o movimento cresceu rapidamente, com a eclosão de manifestações e comícios em todo o país. Segundo Jorge Ferreira, para os trabalhadores havia o temor de que, com a saída de Vargas da presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, além de também possuírem suspeitas e desconfianças ao grupo político que se preparava para assumir o poder. Ademais, em pleno processo de (re)democratização, os trabalhadores, recusando as candidaturas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes, queriam a oportunidade de votar em outra, a de Vargas<sup>439</sup>.

A par do “queremismo”, um partido de trabalhadores começou a ser organizado pelo governo. Nesse sentido, a formação de uma Comissão Executiva Nacional para organizar o Partido Trabalhista Brasileiro data de 15 de maio de 1945 – cerca de um mês após o anúncio oficial da criação da UDN e do PSD. O provável modelo inspirador do PTB foi o Partido Trabalhista Inglês e suas bases foram efetivamente montadas a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, ou seja, com a utilização de lideranças sindicais e dos organismos previdenciários<sup>440</sup>.

Assim, o governo atuava de duas formas: fortalecia a mobilização direta das massas através do “queremismo” e providenciava a criação de um partido que propiciasse aos trabalhadores uma alternativa institucional de participação nas eleições<sup>441</sup>.

Portanto, o Partido Trabalhista Brasileiro nasceu sob a chancela governamental, mas era um partido sem grandes nomes e aparentemente sem candidato presidencial e que, na época do seu registro, alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do

---

<sup>437</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 19-20.

<sup>438</sup> No dia 3 de maio, os operários porto-alegrenses, às 10 horas da manhã, realizaram uma “passeata monstro” em demonstração de solidariedade e apreço ao presidente Getúlio Vargas. Os manifestantes estacionaram em frente à Prefeitura Municipal, onde o dr. Norival Paranaguá de Andrade, delegado regional do Trabalho no RS, proferiu vibrante e patriótico discurso, demonstrando os grandes feitos do Chefe da Nação em prol das classes trabalhistas do Brasil. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 4 mai. 1945, p. 1.

<sup>439</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 18 e 28.

<sup>440</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 283.

<sup>441</sup> D’ARAUJO, M. C., op. ct., 1996, p. 26.

Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional<sup>442</sup>.

Sob esta ótica, o PTB foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo. No entanto, é importante salientar que só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta<sup>443</sup>.

Os objetivos do PTB eram, em princípio, os mesmos do “queremismo”: promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados<sup>444</sup>.

A criação do PTB também contou com a colaboração decisiva de José de Segadas Viana, então diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), a quem coube a tarefa de convocar as lideranças sindicais. A data oficial da criação do PTB, segundo os registros legais existentes, é 26 de março de 1945, mas, na verdade, esta foi uma data atribuída pelo diretor do DNT em seu gabinete “num dia de menos movimento”, quando pôde escrever a ata de fundação do partido para depois solicitar a assinatura dos sindicalistas que ali compareceram para tratar de assuntos de seu interesse. Assim, as formalidades legais ficaram por conta da burocracia estatal, enquanto se procurava revestir a iniciativa de ato espontâneo e decorrência natural da política trabalhista de Vargas. Ademais, o próprio Segadas Viana reconheceria que, em 1945, os sindicatos eram facilmente mobilizados pelo Ministério do Trabalho e que isso facilitou a organização do partido com base no recrutamento de lideranças sindicais<sup>445</sup>.

No dia 27 de julho de 1945, o sindicalista carioca Luís Augusto França, na qualidade de presidente do PTB<sup>446</sup>, obtinha em cartório o registro dos estatutos do partido. Da lista de fundadores constavam 20 nomes, todos relacionados como representantes de alguma área de atuação sindical dos trabalhadores<sup>447</sup>, enquanto os burocratas e técnicos que ocupavam importantes funções no governo permaneciam nos bastidores<sup>448</sup>.

---

<sup>442</sup> DELGADO, L., op. cit., 2003, p. 140.

<sup>443</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. cit., 1996, p. 26.

<sup>444</sup> Idem, p. 26.

<sup>445</sup> Idem, p. 24 e 27.

<sup>446</sup> Entretanto, Luís Augusto França apoiava a candidatura de Dutra, o que lhe custou a perda da presidência do PTB, pois a defesa da candidatura Dutra entrava em choque com a orientação queremista do partido.

<sup>447</sup> Se num primeiro momento o partido ficou sob o controle formal dos trabalhadores, poucos meses depois figuras expressivas do Ministério do Trabalho e outros tipos de militantes, inclusive empresários, passaram a assumir explicitamente as funções de chefia. O vínculo com o sindicato, contudo, nunca se perdeu e foi em função dele que,

Munidos dos estatutos, de um programa e de todas as exigências legais, no dia 17 de agosto de 1945 Luís Augusto França requereu ao TSE o registro do PTB. A essa altura, o partido possuía um Diretório Nacional Provisório composto de 30 sindicalistas, à frente dos quais estavam o próprio Luís Augusto França, como presidente, Antônio Francisco Carvalhal, secretário, e Paulo Baeta Neves, tesoureiro. O programa do partido era composto por 30 pontos, 27 dos quais dedicados a objetivos sócio-econômicos, sem que fosse mencionada a liberdade sindical. Fazia-se ampla defesa da expansão dos direitos sociais, havia uma breve menção ao direito de greve e várias demandas relativas à assistência e à participação dos trabalhadores nos órgãos públicos que deliberavam sobre seus interesses<sup>449</sup>.

A definição em torno dos candidatos presidenciais foi outro fator importante para as definições e mudanças internas do partido no início de sua existência. Embora, oficialmente, alguns membros apoiassem a candidatura de Dutra, não tardou para que a maioria dos trabalhistas passassem a defender a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte ainda com Getúlio no poder para, em seguida, serem realizadas as eleições, com Vargas podendo ser candidato. Estes projetos – “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio” – remetem às relações dos trabalhistas com o movimento queremista. De fato, trabalhismo e “queremismo” bebiam da mesma fonte: uma ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele se propunha manter com a massa trabalhadora. Portanto, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o “queremismo” teria sido praticamente impossível<sup>450</sup>.

Entretanto, o trabalhismo não implicava necessariamente uma organização partidária, embora a formação de um partido tendo como base a máquina do Ministério do Trabalho fosse uma idéia antiga. Ademais, do ponto de vista organizacional, o PTB e o “queremismo” não eram a mesma coisa. O PTB estava definido e atado às regras do jogo político e Getúlio não era um candidato fácil de ser lançado. O “queremismo”, por sua vez, era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo quanto podia efetuar todos os tipos de alianças, sem qualquer comprometimento maior. Este era o caso das vinculações do “queremismo” com o

---

mais tarde, lideranças de esquerda, particularmente do PCB, a ele aderiram para facilitar seu trabalho de mobilização política junto aos trabalhadores. In: D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 41.

<sup>448</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 27.

<sup>449</sup> Idem, p. 27-28.

<sup>450</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 283-284.

Partido Comunista<sup>451</sup>, que apenas iria alimentar ainda mais a desconfiança e os temores nutridos em relação ao movimento nos meios militares e civis, quer de oposição, quer de situação<sup>452</sup>.

Contudo, o PTB nasceu mais fraco do que usualmente se supõe e as tentativas de transformar dirigentes sindicais em dirigentes partidários não foi tão fácil. Tratava-se de duas experiências organizacionais distintas, o que trouxe para o partido, nos primeiros momentos, instabilidade e desorientação. Somava-se a isso o fato do PTB, durante vários anos, conviver com um processo interno de disputa entre dirigentes com pouca ou nenhuma legitimidade frente aos trabalhadores<sup>453</sup>.

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea, a aglutinação inicial dos partidos políticos assemelha-se ao processo nacional, isto é, de um lado as correntes antivarguistas (UDN, PL e Esquerda Democrática) e, de outro, as correntes fiéis a Vargas (PSD e PTB). A UDN sul-riograndense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, dentre eles Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros; a Esquerda Democrática<sup>454</sup> sulina era menos expressiva do que suas similares em outros estados; o Partido Libertador, que transformou a luta pelo parlamentarismo na sua principal doutrina, no estado suplantou a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947<sup>455</sup>.

O PSD do Rio Grande do Sul, por sua vez, teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental e, para tanto, contou com o beneplácito do interventor Ernesto Dornelles, primo do presidente Vargas. Entre as lideranças do PSD estadual, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Ernesto Dornelles e Protásio Vargas, Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa<sup>456</sup>.

Em Passo Fundo, a UDN local foi fundada no dia 29 de julho de 1945 e aglutinou nomes como Victor Graeff, Antonio Carlos Menna Barreto, Antonio Quim César, Gomercindo Reis,

---

<sup>451</sup> A afinidade de posições entre comunistas e getulistas era apenas aparente. Para os comunistas, tratava-se de usar a figura do ditador como foco da propaganda anti-nazista e com isso fortalecer o papel do partido na política nacional. Para o “queremismo”, tratava-se de defender a ação e os planos do governo e pleitear sua continuidade. In: D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 47.

<sup>452</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 284.

<sup>453</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 21.

<sup>454</sup> Como nos lembra Miguel Bodea, a Esquerda Democrática estadual rompeu com a UDN em 1946 e concorreu às eleições estaduais de 1947, obtendo apenas dois mil votos e não atingindo o quociente eleitoral, desaparecendo, a partir de então, como corrente partidária independente do estado.

<sup>455</sup> BODEA, M., op. ct., p. 17-18.

<sup>456</sup> Idem, p. 18-19.

entre outros<sup>457</sup>. Já o núcleo local do PSD foi fundado, a exemplo do núcleo estadual, no mês de junho e teve como principais expoentes Antonio Bittencourt Azambuja e Nicolau de Araújo Vergueiro<sup>458</sup>.

Quanto ao PTB no Rio Grande do Sul, este surgiu, segundo Miguel Bodea<sup>459</sup>, da confluência de três vertentes distintas: a primeira é a corrente sindicalista, originada da chamada Ala Trabalhista do PSD<sup>460</sup>, cujo presidente, o líder sindical José Vecchio, juntamente com Sílvio Sanson (líder sindical porto-alegrense que, ao encontrar-se com Paulo Baeta Neves, um dos fundadores do PTB nacional, recebeu os estatutos do PTB nacional e a comunicação de que Getúlio havia autorizado o desligamento da Ala Trabalhista do PSD e a fundação do PTB no Rio Grande do Sul) e outras lideranças sindicais da capital, fundaram, no dia 14 de setembro – não por acaso na mesma época do auge do movimento queremista –, o PTB sul-rio-grandense. A segunda vertente é a corrente “doutrinário-pasqualinista”, formada por um grupo de intelectuais progressistas, liderada pelo advogado e intelectual Alberto Pasqualini<sup>461</sup>, que, após entendimentos com Vecchio, firmaram uma coalizão entre a USB pasqualinista e o PTB no final de outubro de 1945<sup>462</sup>. E, finalmente, a terceira corrente era a “pragmático-getulista”, composta, essencialmente, por políticos profissionais oriundos do PSD que, sob orientação direta de Vargas, passaram a ingressar no PTB a partir de 1946 – casos de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Este processo de “transfusão getulista” só se completaria com a formação do

---

<sup>457</sup> Ver *O Nacional*. Passo Fundo, 30 de julho de 1945, p. 4 e 1º de agosto de 1945, p. 4.

<sup>458</sup> Não há trabalhos específicos sobre esses dois partidos em Passo Fundo, mas sobre a história política do período 1945-964 ver: BENVENEGÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra (1945-1967)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

<sup>459</sup> BODEA, M., op. cit., p. 20-31.

<sup>460</sup> A Ala Trabalhista do PSD no Rio Grande do Sul formou-se sob a liderança do ex-diretor da Viação Férrea (que, inclusive, gozava de grande prestígio entre os ferroviários) José Diogo Brochado da Rocha, como resultado do conflito entre este e tradicionais lideranças pessedistas na sua primeira convenção estadual, realizada em julho de 1945, e envolveu-se profundamente no “queremismo”, distanciando-se da cúpula do partido, que estava comprometida com a candidatura de Dutra. Constituída por vários líderes sindicais, além de dois bacharéis, seria o núcleo inicial do PTB estadual, podendo seus líderes e ativistas serem considerados os verdadeiros fundadores do partido no estado. Entretanto, a cisão da Ala Trabalhista do PSD manteve-se nos limites dos militantes sindicais, uma vez que nenhuma outra liderança política – nem mesmo seu inspirador, Brochado da Rocha, então empenhado em sua campanha para deputado federal pelo PSD – acompanhou os sindicalistas.

<sup>461</sup> A repercussão do ideário de Pasqualini atraiu diversos adeptos e simpatizantes, que, em junho de 1945, formaram o Movimento Popular em Favor das Idéias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado no dia 21 de setembro de 1945. A USB era um movimento reformista e democrático de esquerda não-comunista que, ao contrário da Esquerda Democrática, optou por integrar-se ao PTB e não à UDN. Ver BODEA, M., op. cit.

<sup>462</sup> A consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular”, como tendia a ser nos estados do centro do país; por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no RS. Ver: BODEA, M., op. cit.

PSD Autonomista (PSDA), pró-getulista, em 1950, que se aliou e, em seguida, migrou para o PTB a partir daquele ano<sup>463</sup>.

Simultaneamente ao surgimento dos partidos políticos, o movimento queremista, inicialmente um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir de julho, um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos, sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal. A partir daí, as adesões, núcleos e comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente. Somavam-se a isso as páginas compradas nos grandes veículos de imprensa, a cadeia de rádios e as modernas técnicas de propaganda política, que não escondiam a presença do Ministério do Trabalho, do DIP e de empresários que, muito discretamente, apoiavam e financiavam os líderes queremistas<sup>464</sup>.

Como lembra Jorge Ferreira<sup>465</sup>, entre 15 e 18 de agosto uma campanha nacional, sistemática e coordenada, foi deflagrada em todo o país para mobilizar a população em torno de um grande comício “queremista”. Programado para o dia 20, este seria o primeiro de diversos outros que ocorreram até a deposição de Vargas.

No entanto, cinco dias antes do comício – no dia 15 –, o líder comunista Luís Carlos Prestes comunicou que o PCB defendia a instalação de uma Assembléia Constituinte antes das eleições presidenciais. O Partido Comunista assumia, assim, o lema que, até então, recusara a autoria: “Constituinte com Getúlio”. Porém, o medo de que o lema permitisse a Vargas ampliar suas manobras continuístas uniram, no mesmo protesto, líderes da UDN, PSD, PL, Esquerda Democrática, católicos e o próprio Góes Monteiro<sup>466</sup>.

Apesar dos ataques oposicionistas, o primeiro comício queremista, realizado no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, contou com a presença de milhares de pessoas, que assistiram oradores pedirem a continuidade do governo de Vargas. Mais tarde, os organizadores

---

<sup>463</sup> Dentre os que migraram do PSD para o PTB está Ernesto Dornelles. Ademais, este movimento teria um duplo efeito: por um lado “purificaria” gradualmente o PSD gaúcho de seus elementos mais fiéis a Vargas, num movimento que só se completaria com a cisão do PSDA (o PSD “autônomo” pró-Getúlio) já em 1950; por outro, fortaleceria o PTB a ponto deste poder desafiar a posição do PSD de maior partido regional já no pleito de 1947. Ver BODEA, M., op. ct.

<sup>464</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 22 e 27.

<sup>465</sup> Idem, p. 23-24.

<sup>466</sup> Idem, p. 23-24.

convocaram o povo a falar diretamente com o presidente. Em passeata, todos foram até o Palácio Guanabara, onde foram recebidos pelo presidente<sup>467</sup>.

No Rio Grande do Sul, notícias de vários municípios do estado dão conta do entusiasmo dos elementos que apoiavam a candidatura do Presidente Getúlio Vargas, que constituía um movimento sem precedentes, que se “avolumava” diariamente, e que deu origem a vários Comitês Pró-Candidatura Getúlio Vargas. Notícias das cidades da fronteira informam que, ali, o movimento assumia, a cada dia, maior amplitude. Na zona sul do estado, destacando-se as cidades de Rio Grande e Pelotas, o “queremismo” também dava provas da pujança, sendo formado por preponderantes forças, principalmente os trabalhadores<sup>468</sup>.

Segundo destacava a imprensa, outro aspecto a ser ressaltado no movimento queremista é o seu “caráter eminentemente popular, saindo espontaneamente do seio do povo”. Sem dúvida, foi no final de agosto que o “queremismo” eclodiu de vez e ganhou corpo no Rio Grande do Sul. No dia 28, foi organizado o primeiro comício em Porto Alegre pró-candidatura de Getúlio Vargas.

Em Passo Fundo, o movimento queremista teve início, como movimento de massa<sup>469</sup>, no dia 26 de agosto, após um comício do PSD local em favor das candidaturas de Dutra e Walter Jobim, respectivamente para a presidência da República e para o governo do estado. O comício pessedista, assistido por cerca de 600 pessoas, teve início às 20 horas e foi realizado na sacada do Café Elite. O primeiro orador foi Antonio Bittencourt Azambuja. O segundo foi Frederico Morsch, que atacou o comunismo e a Rússia, sendo constantemente vaiado pelos comunistas presentes no discurso, o que o obrigou a encerrar a sua oração. Em seguida, falaram ao público Justo Galvez e Guaracy Costa. Este último, em seu discurso, defendeu a candidatura do general Eurico Dutra, o que motivou violentos protestos da multidão. Daí em diante, o comício pessedista se transformou num grande movimento queremista<sup>470</sup>.

Após Guaracy Costa, subiu à tribuna o advogado Mauro P. Machado, que não conseguiu terminar o seu discurso, pois foi violentamente combatido pelos presentes ao comício, sendo obrigado a abandonar a tribuna. Por fim, o comício foi encerrado “com as pessoas aplaudindo o ‘queremismo’<sup>471</sup>”.

---

<sup>467</sup> Idem, p. 24.

<sup>468</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 ago. 1945, p. 1.

<sup>469</sup> Antes desta data, convém lembrar que um grupo de caixeiros viajantes, organizados e liderados por Urbano Ribas e César Ribas da Silva, fundaram, em 11 de julho de 1945, na cidade o Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas.

<sup>470</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28 ago. 1945, p. 3.

<sup>471</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28 ago. 1945, p. 3.

Posteriormente, depois das 21 horas, centenas de pessoas, empunhando cartazes, improvisados às pressas, com os dizeres “Queremos Getúlio!”, partiram da Praça Marechal Floriano em direção à redação do jornal *Diário da Manhã*, gritando “vivas” a Getúlio Vargas e a Walter Jobim. Aclamado pelos manifestantes, usou da palavra o jornalista Túlio Fontoura, que pronunciou um breve discurso agradecendo os gestos dos manifestantes e concitando a prosseguirem na sua brilhante e patriótica campanha pró-candidatura de Vargas. Em seguida, os manifestantes gritavam “vivas” a Getúlio Vargas, a Walter Jobim e ao *Diário da Manhã* e entoaram o coro “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”...<sup>472</sup>

Deixando a frente da redação do *Diário da Manhã*, centenas de quemistas se dirigiram novamente à Praça Marechal Floriano onde, dos altos do edifício Kurtz, falou o líder comunista local Eduardo Barreiro, que pronunciou um discurso que empolgou a massa popular. Em seu discurso, Eduardo Barreiro referiu-se a Frederico Morsch, que havia atacado a Rússia, refutando os seus argumentos usados e dizendo “que a Rússia fazia parte das Nações Unidas, que mantém relações diplomáticas com o Brasil e que lutou heroicamente pela vitória da democracia no mundo<sup>473</sup>”. Portanto, os comunistas locais também participaram ativamente do movimento quemista passofundense.

Após esse discurso, os quemistas locais, empunhando cartazes com os dizeres “Queremos Getúlio!”, saíram pelas ruas da cidade visitando diversos pontos. O primeiro deles foi a residência de Celso da Cunha Fiori, onde os manifestantes solicitaram a presença do conhecido advogado para saudá-lo<sup>474</sup>. Em seguida:

O dr. Celso Fiori surgiu tendo dirigido a palavra aos manifestantes, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: “Que até agora não havia se pronunciado politicamente, mas que a presença do povo lhe dava esse ensejo”. Declarava, portanto, que “estava de pleno acordo com aquele movimento cívico”, perguntando onde se encontravam os oradores do comício recém realizado pelo PSD, oradores como o prefeito Arthur Ferreira Filho e o dr. Araújo Vergueiro? “Estão em casa, pensando no sr. Getúlio Vargas”. A seguir disse o Celso Fiori: “Os candidatos surgidos até agora (...) não vão ao encontro dos anseios populares, pois não nos consta que até agora algo fizeram pelas classes trabalhadoras”<sup>475</sup>.

Ao partirem da residência de Celso Fiori, os manifestantes prosseguiram a marcha pelas ruas da cidade, visitando Odalgiro Correa e César Santos, que também exaltaram o presidente

---

<sup>472</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28 ago. 1945, p. 3.

<sup>473</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 28 ago. 1945, p. 3.

<sup>474</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 ago. 1945, p. 1 e 4.

<sup>475</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 ago. 1945, p. 1 e 4.

Getúlio Vargas. Em seguida, os queremistas locais rumaram para a residência do prefeito Arthur Ferreira Filho, que os recebeu<sup>476</sup>.

Na última semana de agosto, os queremistas se dedicaram à organização do segundo comício, intitulado o “dia do fico”. No Rio de Janeiro, as ruas foram tomadas por cartazes, panfletos e comunicados anunciando o evento. Marcada para o dia 30 no Largo da Carioca, a manifestação terminaria com a “marcha luminosa”, nome dado à passeata até a sede do governo. A expectativa que cercou o “dia do fico” foi grande, pois o prazo de desincompatibilização para a inscrição das candidaturas se encerraria quatro dias depois, no dia 3 de setembro<sup>477</sup>.

Em Passo Fundo, houve um “comício queremista monstro” no dia 1º de setembro de 1945. Segundo noticiou o jornal *Diário da Manhã*, o comício reuniu “mais de 5 mil pessoas (sic)<sup>478</sup>”. O comício, que foi realizado da sacada do Café Elite, tinha o seu início programado para as 20 horas. Antes do início do comício, a multidão, que se comprimia no largo da Avenida General Neto e na Praça Marechal Floriano, impunha cartazes e dísticos “queremistas”. Dentre os quais, destacavam-se dois. O primeiro dizia o seguinte:

O nosso ardor não se apaga!  
É um fogo que não tem fim...  
Queremos Getúlio Vargas  
E também Walter Jobim<sup>479</sup>.

O segundo cartaz tinha os seguintes dizeres:

Brasileiros conscientes  
Mostrai vosso patriotismo  
Formando ardorosamente  
Ao lado do queremismo<sup>480</sup>.

Além desses dois, também havia outros cartazes, que diziam: “O movimento queremista é a expressão do povo brasileiro”, “De um Brasil grande, Getúlio Vargas fez um grande país”, “Votai em Getúlio Vargas”, “Quem for getulista que nos siga”, “Só há um candidato: Getúlio

---

<sup>476</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 ago. 1945, p. 1 e 4.

<sup>477</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 27.

<sup>478</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 2 set. 1945, p. 6.

<sup>479</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 4 set. 1945, p. 4.

<sup>480</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 4 set. 1945, p. 4.

Vargas”, “Com Getúlio Vargas hoje, amanhã e sempre”, “Com Getúlio Vargas para o maior engrandecimento do Brasil<sup>481</sup>”...

Pontualmente às 20 horas, o locutor da Sonora Guarani, dando início ao comício, convidou os presentes a cantar o Hino Nacional em homenagem ao presidente Vargas, o que foi feito sob os aplausos da multidão, que já entoava o coro “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”, “Queremos Getúlio!”... A seguir, ocuparam a tribuna, na sacada do Café Elite, falando ao povo pelos microfones da Sonora Guarani, diversos oradores. O primeiro deles foi o advogado Celso da Cunha Fiori, que, ao encerrar seu discurso, perguntou ao povo:

- Querem o distinto e digno brigadeiro Eduardo Gomes?
  - Não! Não! Queremos Getúlio! Respondeu ao orador milhares de vozes partidas do seio da massa.
  - Querem o bravo e respeitável general Eurico Gaspar Dutra? Perguntou Fiori.
  - Não! Não! Queremos Getúlio Vargas! Respondeu a multidão.
  - Querem então Getúlio Vargas? Perguntou novamente Fiori.
- A resposta veio rápida. Milhares de vozes entoaram em coro:
- Queremos Getúlio! Queremos Getúlio! Queremos Getúlio...<sup>482</sup>

Após Celso Fiori, também discursaram, o bancário Waldir Cecconi, o médico César Santos, o advogado Florisbello Ferreira, o viajante comercial Bráulio Corrêa, o representante do Comitê de Carazinho Jofre Brum, o representante estudantil Paulo Giongo e, por último, Cecília Rabello Tochetto, representante da Ala Feminina do Comitê local Pró-Candidatura Getúlio Vargas. Todas as orações foram muito aplaudidas pela multidão<sup>483</sup>.

Entretanto, apesar das inúmeras manifestações populares em todo o país, Vargas não se desincompatibilizou, causando grande frustração entre os queremistas. A partir de então, o movimento procurou elaborar melhor o seu projeto político. Ao reconhecerem o novo lema “A solução é a Constituinte”, os queremistas clamaram por uma “Constituinte com Getúlio<sup>484</sup>”.

Portanto, segundo Jorge Ferreira, as mudanças de julho para agosto são significativas. Da simples personalização da política com a palavra de ordem “Getúlio, com ou sem Constituinte”, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembléia Nacional Constituinte. Nesse sentido, a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia de seus direitos quanto para a ampliação deles. Em suma, para a maioria dos trabalhadores o lema “Constituinte com Getúlio”

---

<sup>481</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 4 set. 1945, p. 4.

<sup>482</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 4 set. 1945, p. 4.

<sup>483</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 2 set. 1945, p. 6; e 4 set. 1945, p. 4.

<sup>484</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 27.

expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político<sup>485</sup>.

Em setembro, no auge do movimento queremista, foi instalado em Passo Fundo um comitê local do Partido Comunista do Brasil. Aliás, a instalação do núcleo local do PCB teve ligações com o movimento queremista, já que Sérgio Holmes, secretário sindical do PCB estadual, chegou a Passo Fundo, vindo de Porto Alegre, não apenas para presidir a instalação do comitê comunista local, mas também para iniciar na cidade o movimento pró-Constituinte<sup>486</sup>.

Assim, a 15 de setembro de 1945, num sábado à noite, no Cine Teatro Imperial, ocorreu a solenidade de instalação do Comitê local do PCB. Segundo noticiou *O Nacional*<sup>487</sup>, o recinto do teatro encontrava-se lotado, com pessoas de todos os matizes políticos, incluindo também as famílias passofundenses. A sessão, que foi presidida por Sérgio Holmes, iniciou-se com o cântico do Hino Nacional e, após o discurso de João Junqueira Rocha – um dos principais líderes comunista na cidade desde a década de 1930 e que se desligou do PCB em novembro por divergências doutrinárias –, as bandeiras do Brasil, da Rússia, dos EUA e da Inglaterra foram saudadas com entusiásticas salvas de palmas dos presentes, numa alusão à vitória dos Aliados na Segunda Guerra. Apesar de terem comparecido pessoas de diversas ideologias políticas, a sessão de instalação do Comitê local do PCB decorreu num ambiente de perfeita ordem e garantias asseguradas pela polícia, que postou, em frente ao Cine Teatro Imperial, um forte contingente de soldados armados da Brigada Militar<sup>488</sup>. O diretório do PCB de Passo Fundo localizava-se na esquina da Avenida Brasil com a Avenida Sete de Setembro.

Após a criação do PCB em Passo Fundo, o núcleo local organizou, no dia 20 de setembro, um comício pró-Constituinte na Praça Marechal Floriano, o que comprova o seu elo com o movimento queremista<sup>489</sup>.

No entanto, não tardou para surgirem as primeiras reações contra os comunistas locais, sobretudo da Liga Eleitoral Católica. Assim, a LEC organizou um grande comício no dia 23 de

---

<sup>485</sup> Idem, p.27 e 35.

<sup>486</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 set. 1945, p. 4.

<sup>487</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 set. 1945, p. 4.

<sup>488</sup> O Comitê local do PCB ficou assim estabelecido: João Roma: secretário geral; Eduardo Barreiro: tesoureiro; Edilom Escobar Yupen: secretário eleitoral; Euclides Moreira: secretário de divulgação; Emilio Anaurelino Camargo: secretário eleitoral; dr. João Junqueira Rocha e Sérgio Holmes, representantes do Comitê Estadual.

<sup>489</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 set. 1945, p. 4.

setembro e, a partir de então, um combate sistemático contra “os vermelhos” – como eram chamados os comunistas<sup>490</sup>.

De fato, o contínuo crescimento do “queremismo”, a possibilidade de convocação de uma Assembléia Constituinte, com o apoio dos comunistas, e as manobras continuístas de Vargas inquietaram as oposições. Ao mesmo tempo, os líderes quememistas mostravam-se cada vez mais audaciosos. Marcado, não casualmente, para o dia 3 de outubro, o próximo comício – chamado de “dia V” (de vitória) – revelava imaginação e ousadia política. Embora o ponto central do evento, como nos anteriores, fosse o Largo da Carioca, no Distrito Federal, o caráter da manifestação “Constituinte com Getúlio” era nacional<sup>491</sup>.

Em Passo Fundo, o comício “Pró-Constituinte com Getúlio Vargas” do dia 3 de outubro, realizado em frente à Praça Marechal Floriano, reuniu milhares de pessoas. Os oradores dirigiram-se ao povo falando da sacada do Café Elite, irradiando-se a sua voz por toda a cidade através dos altos falantes da Empresa de Propaganda Sonora Guarani, que tinha colocado seu microfone à disposição dos oradores<sup>492</sup>. Segundo noticiou *O Nacional*:

O primeiro discurso foi pronunciado pelo jovem estudante Paulo Giongo, seguindo-lhe os outros oradores inscritos, na seguinte ordem: d. Ziza de Araújo Trein, em nome das mulheres passofundenses que apóiam a idéia da Constituinte; d. Leonor Lima de Menezes, líder feminina e presidente da Ala Feminina Pró-Constituinte; o nosso colega de imprensa dr. José Pereira Batista, professor do Instituto Educacional; e o jovem estudante Jacob Algarve. Esses oradores pronunciaram brilhantes discursos propugnando pela convocação da Assembléia Constituinte, merecendo entusiásticos aplausos da multidão que os ouvia.

O orador oficial convidado para falar no comício de ontem (...) e que pronunciou notável discurso, muito aplaudido, foi o prof. César Santos, intelectual de renome e sincero quememista aqui residente. Em seu discurso, o dr. César Santos fez elogiosas referências à personalidade política e patriótica do presidente Getúlio Vargas e fez ver a necessidade democrática de convocação da Assembléia Constituinte. Encerrando a grande demonstração cívica, usou da palavra, pronunciando entusiástico discurso, muito aplaudido, o viajante comercial Bráulio Correa<sup>493</sup>.

Sem dúvida, Vargas gozava de uma grande popularidade em Passo Fundo. O movimento quememista local foi bastante heterogêneo, aglutinando trabalhadores, estudantes, bacharéis, comunistas, entre outros. Como bem observou Angela de Castro Gomes, o movimento era assimétrico: “caia o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas<sup>494</sup>”.

---

<sup>490</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 22 set. 1945, p. 4; 24 set. 1945, p.1 e 4; 25 set. 1945, p. 1 e 4.

<sup>491</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 36.

<sup>492</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 out. 1945, p. 1.

<sup>493</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 out. 1945, p. 1.

<sup>494</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 286.

Em São Paulo, calcula-se que cerca de 200/250 mil pessoas compareceram ao comício, enquanto na capital federal os números teriam chegado a cerca de 80/100 mil. A essa altura dos acontecimentos, o Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal já não escondia mais o apoio logístico estatal e o financiamento privado. De fato, muito dinheiro foi gasto para a realização do comício: trens suburbanos e bondes, com hora marcada e faixas identificando-os com o “queremismo”, levaram as pessoas, gratuitamente, até o centro da cidade e uma cadeia nacional de rádios, com mais de 60 emissoras, foi acionada. Após o comício, iniciou-se a “marcha luminosa”, com milhares de pessoas, conduzindo cartazes, retratos de Vargas, emblemas e lanternas, se dirigindo ao Palácio Guanabara. Lá, após as palavras iniciais de José Junqueira e Hugo Borghi, Vargas denunciou e desafiou as forças que se opunham à convocação da Constituinte<sup>495</sup>.

Nesse momento, o quadro político era complexo e tenso e Vargas tinha conhecimento de que as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes não gozavam de popularidade – embora este último fosse bem mais aceita pela população –, enquanto o “queremismo” era identificado como o movimento mais forte do país, sob o ponto de vista de opinião e de capacidade eleitoral<sup>496</sup>.

Em 13 de outubro, um novo comício foi realizado, repetindo os moldes dos anteriores. A novidade, no entanto, foi a presença, sem discriminação alguma, de comunistas e socialistas. Cartazes do MUT, PCB, Partido Nacional Classista, Partido Socialista, Partido Cristão e Partido Democrático Libertário surgiam ao lado das fotos de Vargas. Maurício Grabois, líder comunista, discursou pedindo a Constituinte. Vargas, ao falar aos manifestantes, novamente denunciou que “existem forças reacionárias contrárias a essa idéia”, mas, surpreendentemente, acrescentou que, para a tranquilidade do povo, ele poderia ouvir o partido político e as forças organizadas da sociedade sobre a conveniência da convocação de uma Assembléia Constituinte<sup>497</sup>.

Para maior irritação da oposição, dias depois, Luís Carlos Prestes, em comício em Belo Horizonte, não apenas exigiu uma Constituinte antes da eleição presidencial como sugeriu que Dutra e Gomes renunciassem às suas candidaturas. Embora, sem comprovações, os rumores de que Vargas e Prestes teriam pactuado um acordo mostravam-se cada vez mais convincentes para os opositoristas<sup>498</sup>.

---

<sup>495</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003, p. 36-38.

<sup>496</sup> GOMES, A., op. cit., 2005, p. 286.

<sup>497</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003, p. 38.

<sup>498</sup> Idem, p. 38.

O clima político naquele mês de outubro catalisava várias reuniões de políticos, civis e militares, cuja principal preocupação era a ameaça dos queremistas, a presença dos comunistas, enfim, a gravidade dos acontecimentos que se anunciavam. A situação precipitava-se cada vez mais e a nomeação de Benjamin Vargas para a Chefatura da Polícia do Distrito Federal funcionou como a gota d'água para as já ensaiadas conspirações<sup>499</sup>.

Assim, avançando muito além do permitido para o padrão conservador da política brasileira, com grande prestígio entre os trabalhadores e manobrando a sua continuidade na presidência da República, Vargas, em 29 de outubro, foi deposto por um golpe militar, encabeçado por Dutra e Góis Monteiro<sup>500</sup>.

Após a deposição de Vargas, assumiu o governo o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares, que empossou um ministério com maioria udenista, o que ocasionou perseguições aos adeptos do antigo regime. No âmbito operário-sindical, segundo Luiz Werneck Vianna, uma das primeiras medidas do governo José Linhares foi decretar o pluralismo sindical, com o objetivo de enfraquecer a influência sindical dos petebistas e dos comunistas<sup>501</sup>.

### **3.6. A institucionalização do “queremismo” local: a criação do diretório do PTB em Passo Fundo**

Primeiramente, é importante salientar o complexo processo que ocorria nesse momento: um conjunto de idéias, crenças e atitudes coletivas (o trabalhismo como projeto político, o getulismo como a sua personalização e o “queremismo” como movimento social, termos até então sinônimos e intercambiáveis) institucionalizavam-se em um partido político, o PTB. Nesse sentido, o comitê petebista do Distrito Federal passou a patrocinar a travessia do movimento social para o partido político, incitando os trabalhadores: “Queremistas ontem e agora nas hostes do PTB<sup>502</sup>”.

No Rio Grande do Sul, no final de outubro de 1945, o PTB era ainda um partido fraco e sem representatividade no interior do estado. Em situação inversa e com um incrível poder de mobilização, o “queremismo” possuía comitês em praticamente todas as grandes cidades do estado e do país. Dessa forma, a proposta era que estes comitês fossem encaminhados para as

---

<sup>499</sup> GOMES, A., op. ct., 2005, p. 287-288.

<sup>500</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 39.

<sup>501</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 250.

<sup>502</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 39.

hostes do PTB. Assim, nos locais onde não existissem ainda diretórios do PTB, os comitês queremistas poderiam ser pura e simplesmente transformados em diretórios<sup>503</sup>.

Sob esta orientação, não tardou para a instalação de um diretório petebista em Passo Fundo. Organizado pelos queremistas locais, no dia 13 de novembro de 1945, na sede do Círculo Operário Passofundense, ocorreu a reunião para a instalação do diretório local do PTB e a eleição da sua primeira diretoria. Durante a cerimônia, o médico e líder queremista César Santos presidiu a mesa, enquanto o advogado Celso Fiori procedeu a leitura da ata de fundação do PTB local<sup>504</sup>. Em seguida, efetuou-se a eleição dos membros da primeira diretoria, que ficou assim constituída:

- Presidente de Honra: Norival Paranaguá de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul;
- Presidente: César Santos, médico;
- 1º vice-presidente: Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário;
- 2º vice-presidente: Urbano Ribas, viajante comercial;
- 1º secretário: Celso Fiori, advogado;
- 2º secretário: Maturino Rabello, comerciante desta praça e um dos grandes propugnadores dos ideais trabalhistas;
- 1º tesoureiro: Filomeno Pereira Gomes, grande partidário da causa;
- 2º tesoureiro: Guilherme Knack, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos;
- Comissão executiva municipal: Celso Fiori; Daniel Dipp e Antonio Nunes Figueiredo;
- Comissão de fundos: Waldir Cecconi, Inocêncio Pinto e Oldemar Behrends;
- Comissão eleitoral: Antonio Junqueira Rocha, Orestes Mozatto e Valencio Figueiredo<sup>505</sup>.

Portanto, a fundação do diretório do PTB passofundense diferencia-se do processo verificado na fundação dos diretórios nacional e estadual, constituindo-se em um desdobramento das orientações petebistas de englobar os queremistas para dentro das hostes do partido e, nas cidades que não tinham diretórios do PTB, de transformar os comitês queremistas em diretórios petebistas. Isso pode ser comprovado pelo fato dos principais líderes queremistas locais estarem vinculados ao partido, alguns, inclusive, assumindo a direção do diretório local.

---

<sup>503</sup> GOMES, A., op. cit., 2005, p. 287.

<sup>504</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 nov. 1945, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 14 nov. 1945, p. 4.

<sup>505</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 nov. 1945, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 14 nov. 1945, p. 4.

Na direção do PTB de Passo Fundo foi eleito o médico César Santos, um dos principais líderes queremistas na cidade. Quanto à participação de dirigentes sindicais locais e membros da burocracia do Ministério do Trabalho no partido, pelo menos dois dirigentes sindicais integraram a direção do diretório: Antonio Nunes Figueiredo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário, eleito para o cargo de 1º vice-presidente; e Guilherme Knack, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, para o cargo de 2º tesoureiro.

Também é interessante notar que Norival Paranaguá de Andrade, ex-delegado regional do Trabalho no Rio Grande do Sul e destacado líder queremista no estado – provavelmente exonerado pelo governo de José Linhares, que promoveu perseguições aos adeptos a Vargas – foi indicado como presidente de Honra.

Já quanto ao delegado local do Ministério do Trabalho João Andrade, inicialmente, segundo Sandra Benvegnú<sup>506</sup>, ele havia aderido à Ala Trabalhista do PSD, mas permaneceu nesse partido por pouco tempo. Em seguida, Andrade assumiu uma posição neutra, talvez temendo as perseguições políticas do governo Linhares, embora fosse, de acordo com o depoimento da sua filha Íris de Andrade Morbini, “um getulista fervoroso<sup>507</sup>”.

Em suma, o primeiro diretório do PTB passofundense era bastante eclético, aglutinando majoritariamente bacharéis, mais também líderes sindicais, comerciantes, caixeiros viajantes, dentre outros, que tinham algo em comum: a ligação com o “queremismo”.

Entretanto, deve-se frisar, como lembra Lucília Delgado, que é um equívoco concluir que PTB e “queremismo” fossem a mesma coisa. Embora o movimento queremista tenha contribuído decisivamente para que a união trabalhismo-getulismo se consolidasse ainda mais<sup>508</sup>. O que ocorreu no caso de Passo Fundo foi que o “queremismo”, como movimento social, institucionalizou-se em um partido político, o PTB.

### **3.7. As eleições de 2 de dezembro de 1945**

Com a queda de Getúlio, o Partido Comunista reformulou sua posição e lançou o engenheiro Yedo Fiúza como candidato à presidência. O PTB, por sua vez, como lembra Jorge Ferreira<sup>509</sup>, ainda frágil e sem estrutura política, dividia-se em diversas alas – principalmente

---

<sup>506</sup> BENVENÚ, S., op. ct., p. 34.

<sup>507</sup> Depoimento de Íris de Andrade Morbini, nascida em 05/12/1927, filha de João Andrade.

<sup>508</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 47.

<sup>509</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003, p. 40.

entre a dos fundadores do partido (Segadas Viana) e aquela proveniente do “queremismo”, (liderada por Hugo Borghi) –, enquanto os trabalhadores encontravam-se desorientados. Assim, com a ausência de Vargas, o voto dos assalariados tendia a se dispersar entre o brigadeiro Eduardo Gomes e o candidato comunista Yedo Fiúza – que tinha como trunfo a popularidade de Prestes. Já a candidatura Dutra não gozava de popularidade, sobretudo porque o general esteve envolvido na deposição do ex-ditador.

Ainda segundo Jorge Ferreira<sup>510</sup>, contando com o apoio dos meios de comunicação, do empresariado, da intelectualidade e das elites políticas do país, a vitória eleitoral do brigadeiro era dada como certa, sobretudo porque Vargas se recusava a apoiar Dutra. Nesse contexto, a menos de duas semanas para o pleito eleitoral, somente um evento de grande impacto poderia sustar a vitória da UDN. E este evento foi criado pelo empresário e líder quemista Hugo Borghi:

Com imaginação e talento político, ele conseguiu estabelecer, com extrema habilidade, um símbolo que representou uma identidade coletiva dos trabalhadores e, no mesmo movimento, projetou uma imagem absolutamente negativa do adversário. Atento aos discursos de Eduardo Gomes, Borghi, pela rádio, ouviu a seguinte frase: “Não preciso dos votos desta malta de desocupados que apóia o ditador para me eleger presidente da República”. Malta, para o brigadeiro, seria o conjunto de trabalhadores que participou dos comícios quemistas, porque, em sua percepção política, recebeu dinheiro do Ministério do Trabalho para comparecer às manifestações pela continuidade de Vargas no poder. Borghi foi ao dicionário e leu: “Malta – agrupamento de lobos, conglomerado de má catadura, operários que percorrem as linhas ferroviárias levando suas marmitas, marmiteiros...”. Marmiteiros, pensou ele, era melhor do que malta. Com sensibilidade política, não foi difícil perceber que marmiteiro “pegava” mais do que malta. No dia seguinte, Borghi acionou uma cadeia de 150 rádios. Sem meias-palavras, declarou: “A maior prova de que o senhor Brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo (...) é que ele declarou que não precisa dos votos dos marmiteiros, que trabalham, que lutam (...)”<sup>511</sup>.

A partir de então, a candidatura do brigadeiro tornou-se antipática aos populares, o que não significava, por outro lado, a vitória de Dutra, que dependia do apoio público de Vargas<sup>512</sup>. Esse apoio, segundo Maria Celina D’Araújo, foi produto de um acordo de última hora entre Dutra e o PTB: formalizado em 22 de novembro, o acordo Dutra-PTB estabelecia que o Ministério do Trabalho seria entregue ao PTB, que as pastas civis seriam distribuídas proporcionalmente entre os partidos que apoiassem o candidato, que as interventorias seriam distribuídas pelo mesmo

---

<sup>510</sup> Idem, p. 40.

<sup>511</sup> Idem, p. 40-41.

<sup>512</sup> Antes de Vargas apoiar a candidatura Dutra, desenvolveram-se várias negociações entre o PSD e o PTB – que estava dividido entre aqueles que apoiavam e os que não apoiavam a candidatura do general. Mais detalhes ver GOMES, Â., op. ct., 2005, p. 289-294. Sobre a divisão interna do PTB no Rio Grande do Sul acerca do apoio à candidatura Dutra ver BODEA, M., op. ct.

critério proporcional e, finalmente, que Dutra apoiaria o programa do PTB e reconheceria e aperfeiçoaria as atuais leis trabalhistas e de amparo social<sup>513</sup>.

Segundo Miguel Bodea, é provável que Vargas acabou apoiando Dutra exclusivamente para evitar o mal maior que seria ver a UDN apossar-se do governo federal, legitimada pelo voto popular. O governo provisório de Linhares – simpático à UDN – já provava a Vargas o risco que isso representaria ao seu futuro político: o PTB sofria perseguições em vários estados, Getúlio era atacado com uma virulência crescente e já se falava em bani-lo do país. Assim, em 25 de novembro, a uma semana das eleições, Vargas redigiu o seu “Manifesto bomba”, aconselhando o PTB e o povo brasileiro a apoiar Dutra. O manifesto, efetivamente, salvou a candidatura do ex-ministro da Guerra e canalizou amplos segmentos do eleitorado na direção do voto em Dutra e no PSD. Mas o seu sucesso foi, sem dúvida, maior no chamamento direto às massas do que na imposição desta diretriz no seio do PTB<sup>514</sup>.

Nas eleições de 2 de dezembro, Eurico Dutra, obteve 55,39% dos votos – com votação maciça em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –; Eduardo Gomes alcançou 35,74%; enquanto Yedo Fiúza amealhou 9,7%. Em Passo Fundo, Dutra também obteve uma votação maciça, angariando 9.812 votos contra apenas 1.659 de Eduardo Gomes e 846 de Yedo Fiúza<sup>515</sup>. Sem dúvida, o apoio de Vargas foi decisivo para a vitória do general Dutra, mas, sobretudo, demonstrou a força do getulismo em todo o país.

Portanto, segundo Angela de Castro Gomes, tendo em vista a duração da herança do Estado Novo, é preciso entender que quando ele foi derrubado, em outubro de 1945, havia se formado uma nova cultura de direitos de cidadania no Brasil, uma nova representação da autoridade política, bem como uma nova proposta de comunicação entre a autoridade política e o povo<sup>516</sup>.

Durante os anos de 1945 a 1964, o povo iria voltar a ser eleitor e o sindicalismo corporativo estaria, agora, sob a égide de um regime democrático. Embora se tenha tornado relativamente comum denominar esse período histórico como o “tempo da democracia populista”, ou do “sindicalismo populista”, veremos, no próximo capítulo, que o povo, especialmente os trabalhadores, não era tão passivo assim, protagonizando diversos movimentos sócio-políticos de relevo na história brasileira e tornando-se, assim, verdadeiros atores políticos.

---

<sup>513</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 35.

<sup>514</sup> BODEA, M., op. ct., p. 33.

<sup>515</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 dez. 1945, p. 1.

<sup>516</sup> GOMES, Â., op. ct., 2002, p. 46.

## **4. O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964): DO CORPORATIVISMO AO PROTAGONISMO POLÍTICO**

Nesse capítulo, um dos nossos principais objetivos é demonstrar que o Brasil viveu, de fato, uma experiência democrática e que os sindicatos, aos poucos, foram superando o corporativismo e transformando-se em atores políticos de relevo no sistema democrático, participando ativamente dos principais acontecimentos da nossa história política do período em foco.

Outro objetivo principal é analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo, particularmente quais foram as correntes ideológicas que influenciaram os sindicatos locais nesses anos, os motivos que levaram à eclosão das greves na cidade, assim como a participação dos trabalhadores e dos sindicatos locais nos principais acontecimentos sociopolíticos e econômicos da história do país no período.

### **4.1. O governo Dutra (1946-1951):**

#### **combate aos comunistas e repressão ao movimento sindical**

No âmbito sindical, uma das primeiras providências de Dutra no governo foi promulgar, em fevereiro de 1946, o decreto suspendendo a pluralidade sindical<sup>517</sup>. No entanto, o que, de fato, marcaria o início do governo do novo presidente seria o alinhamento com os Estados Unidos – Dutra tornou-se um fiel aliado de Washington – e a adoção de uma política econômica liberal em que a intervenção estatal era condenada. Dessa forma, segundo as palavras de Paulo Vinentini: “à subserviência político-diplomática somou-se à econômica<sup>518</sup>”.

Com a situação favorável no plano financeiro, em consequência das divisas obtidas com as exportações nos anos de guerra, o governo Dutra promoveu, no seu início, uma série de

---

<sup>517</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 fev. 1946, p. 2.

<sup>518</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 200.

importações de diversos bens. No entanto, essa política não logrou êxito, pelo contrário, levou ao esgotamento das divisas brasileiras<sup>519</sup>.

Além do esgotamento das divisas, o governo também precisava enfrentar um outro problema: a inflação, que vinha crescendo desde o fim do Estado Novo. Sem dúvida, a carestia de vida foi responsável pela eclosão de inúmeras greves ainda nos primeiros dois anos do governo Dutra. Segundo Marcelo Badaró Mattos, somente nos primeiros dois meses assistiu-se a cerca de 60 greves e estimava-se em cerca de 100 mil o número de operários em greve só no estado de São Paulo. E mais, levantamentos na imprensa da época apontam 62 greves em São Paulo entre 1945-1946 e 46 greves no Rio de Janeiro, entre 1945-47 (43 delas em 1946)<sup>520</sup>.

#### **4.1.1. Mobilizações e greves em Passo Fundo em 1946-1947**

Em Passo Fundo, o primeiro movimento reivindicatório foi organizado pelos padeiros. Em janeiro de 1946, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação reivindicaram um dissídio coletivo, pleiteando o aumento salarial de 50% no serviço diurno e 60% no noturno, além de aventais e vestimentas para o trabalho. Segundo os padeiros passofundenses, o principal motivo para o dissídio foi porque “o salário mínimo não satisfazia o custo de vida atual”. Embora o movimento não tenha recorrido à greve, vale destacá-lo porque foi o primeiro dissídio coletivo processado na Justiça do Trabalho de Passo Fundo<sup>521</sup>.

Ainda em janeiro do mesmo ano, mais precisamente no dia 23, eclodiu a greve geral dos bancários, que se estendeu por 12 estados. No seu início, não participaram do movimento paredistas os funcionários do Banco do Brasil. Em Passo Fundo, a greve eclodiu no dia 25, na mesma data em que o governo decretou o feriado bancário por três dias. A principal reivindicação dos bancários era “a decretação de um salário mínimo mais justo e consentâneo com o alto custo de vida atual<sup>522</sup>”.

No final de janeiro, o movimento ganhou a adesão dos funcionários do Banco do Brasil do Rio Grande do Sul, que aderiram à greve, sem reivindicações, apenas em solidariedade aos seus colegas de classe. Assim, a greve dos bancários assumiu uma grande proporção, perdurando

---

<sup>519</sup> Com o fracasso da política econômica liberal de Dutra, em junho de 1947 o governo precisou mudar a sua política econômica. Embora o país estivesse praticamente falido, a mudança de orientação até favoreceu o avanço da indústria e o crescimento do PIB, mas, em contrapartida, os trabalhadores sofreram com a carestia de vida e com o arrocho salarial, facilitado pela repressão ao movimento sindical.

<sup>520</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 31.

<sup>521</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 jan. 1946, p. 4 e 16 jan. 1946, p. 4.

<sup>522</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 25 jan. 1946, p. 4; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 25 jan. 1946, p. 4.

vinte dias. Somente no dia 12 de fevereiro findou-se a parede, com os bancários “vitoriosos em suas reivindicações<sup>523</sup>”. Um outro movimento, em Passo Fundo, nessa época, foi uma campanha promovida pelos líderes sindicais e pelo Círculo Operário Passofundense contra o aumento dos alugueis<sup>524</sup>, que também logrou êxito.

No dia 19 de fevereiro, deflagrou-se a greve geral dos ferroviários do Rio Grande do Sul. O movimento paredista, que teve início em Santa Maria, logo atingiu todo o estado, inclusive Passo Fundo, onde os ferroviários iniciaram a greve às 13 horas, ficando completamente paralisada a estação local da Viação Férrea<sup>525</sup>. A principal reivindicação dos grevistas era o aumento salarial, mas eles também pleiteavam a volta, à direção da Viação Férrea, de José Diogo Brochado da Rocha (agora deputado federal pelo PSD) e que a Viação Férrea passasse a fazer parte da administração federal<sup>526</sup>.

No dia 21 de fevereiro, a greve assumiu “perigosas perspectivas” em face da intransigência do governo do estado, que, através dos seus órgãos coercitivos, como a Chefia de Polícia, vinha ameaçando os grevistas que insistiam em não voltar ao trabalho sem obter as reivindicações que pleiteavam<sup>527</sup>.

Nesse clima tenso, a direção da Viação Férrea tentava aliciar trabalhadores – entre os beneficiados pelo novo aumento de salários – para furar a greve, inclusive lhes dando garantias de trabalho através das forças militares que ocuparam a Viação Férrea. Porém, poucos trabalhadores se apresentaram, “pois a maioria preferiu ficar solidária com seus colegas desfavorecidos pelo novo aumento concedido”. Assim, a greve perdurou com a paralisação completa dos serviços de tráfego e de transporte<sup>528</sup>. Mas apesar do clima de tensão, os ferroviários obtiveram o reajuste salarial e a parede chegou ao fim no dia 28 de fevereiro<sup>529</sup>.

No dia 12 de março, os trabalhadores do Moinho Passofundense – que pertencia aos Moinhos Rio-Grandenses – também ensaiaram um movimento paredista. Com o intuito de angariar aumentos salariais, os grevistas abandonaram o trabalho e procuraram o advogado Celso Fiori, outorgando-lhe poderes para tratar do caso junto ao gerente do Moinho Passofundense Francisco Berlowitz. Celso Fiori iniciou as negociações imediatamente e, antes do meio-dia do

---

<sup>523</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 jan. 1946, p. 4; 30 jan. 1946, p. 4; 12 fev. 1946, p. 1 e 4.

<sup>524</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 fev. 1946, p. 4.

<sup>525</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 fev. 1946, p. 1.

<sup>526</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 22 fev. 1946, p. 1.

<sup>527</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 fev. 1946, p. 1.

<sup>528</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 fev. 1946, p. 1.

<sup>529</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 fev. 1946, p. 4.

mesmo dia, obteve uma proposta de aumento salarial, que foi aceita pelos trabalhadores do moinho<sup>530</sup>.

Mas o ano de 1946 não foi marcado apenas pelas greves. Em junho, organizou-se uma grande mobilização popular, intitulada “Movimento de Reação Popular de Passo Fundo”, cujo principal alvo era a carestia de vida. Esse movimento promoveu um grande comício no dia 8 na Praça Marechal Floriano<sup>531</sup>. No final de agosto – dia 25 –, o movimento promoveu outro comício, noticiado com detalhes pelo jornal *O Nacional*:

(...) O comício (...) consistiu magnífica demonstração do povo contra os seus exploradores desalmados, onde cerca de duas mil pessoas aplaudiram os oradores que ocuparam a tribuna. E note-se que os indiferentes, os boa-vida, os exploradores e as nulidades de todos os calibres não se achavam no comício, mas rodeavam as mesas de café e atulhavam o cinema àquela mesma hora.

O primeiro orador a falar (...) foi o sr. Gomercindo dos Reis, líder dos mais influentes do referido Movimento e que leu entusiástico discurso merecendo fartos aplausos da numerosa assistência. O segundo orador foi o sr. José Knoll, proprietário do Glória Hotel e que articulou vibrantes acusações aos exploradores do povo, sendo interrompido a cada momento pelos aplausos da massa popular que se comprimia no local, onde se notavam numerosas senhoras e senhoritas e até crianças.

O terceiro orador foi chamado do meio popular, apresentando-se o (...) dr. Ney Menna Barreto, (...) que emprestou seu precioso concurso ao comício, ocupando a tribuna e pronunciando de improviso um discurso causticante contra os exploradores do povo e que mereceu os mais vibrantes aplausos da assistência.

Em seguida, subiu à tribuna mais um orador inscrito para falar, (...) André Pitthan, que também leu sob aplausos um bom discurso sobre as reivindicações mais sentidas do povo. Também o conhecido cidadão passofundense, Francisco José de Lima Morsch, comerciante varejista desta praça, era um dos oradores inscritos e ocupou a tribuna pronunciando aplaudido discurso verberando a exploração do povo por parte dos tubarões e contrabandistas desonestos. Falou também, merecendo iguais aplausos, o ferroviário Orlando Gomes.

O último orador a falar, encerrando o brilhante comício popular, foi o conhecido democrata passofundense e líder anti-fascista (e comunista) Eduardo Barreiro, que leu longo e aplaudido discurso, merecendo entusiásticos aplausos da multidão, fazendo no final violentas acusações aos exploradores do povo, chegando mesmo a citar nomes (...).

Antes de dissolver-se o comício e por iniciativa do sr. Antonio Carlos Menna Barreto, presidente do Movimento de Reação Popular, foi fundada a Associação dos Vigilantes locais contra a exploração, entidade que ficou integrada por numerosos cidadãos cujos nomes foram anotados pelo Movimento de Reação Popular<sup>532</sup>.

Portanto, em Passo Fundo, o ano de 1946 foi repleto de mobilizações populares contra a carestia de vida e greves por melhorias salariais. No entanto, o ano de 1947 foi marcado pela

---

<sup>530</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 12 mar. 1946, p. 1.

<sup>531</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jun. 1946, p. 4.

<sup>532</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 ago. 1946, p. 1 e 4.

ausência das greves e as mobilizações populares foram mais tímidas, destacando-se apenas um pequeno movimento contra o truste da carne, em julho<sup>533</sup>.

#### **4.1.2. A Constituição de 1946 e o Congresso Sindical dos Trabalhadores**

Simultaneamente à posse de Dutra, no final de janeiro de 1946 começaram os trabalhos da Constituinte, que se estenderam até setembro, quando foi promulgada a nova Constituição. A Carta de 1946 caracterizava-se pelo figurino liberal-democrático. Dentre outras coisas, consagrava o presidencialismo e o mandato de cinco anos; suprimiu a representação classista da Carta de 1934; preservou os direitos sociais e trabalhistas consagrados pela CLT; estabeleceu o voto secreto e o direito de voto para os brasileiros, de ambos os sexos, alfabetizados e maiores de 18 anos; e, apesar dos acalorados debates, não aprovou o divórcio.

Entretanto, a Carta de 1946 manteve alguns pontos do Estado Novo, particularmente no que concerne à organização dos trabalhadores: manteve a tutela do Ministério do Trabalho nos sindicatos – frustrando os comunistas e uma parte dos petebistas, que defendiam a autonomia<sup>534</sup> –, restringiu o direito de greve, manteve o imposto sindical, integrou a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário, entre outras coisas. Na verdade, a nova Constituição consagrou e consolidou a CLT, o que levou Luiz Werneck Vianna a denominá-la de híbrida: “liberal em política e corporativista quanto ao mercado de trabalho<sup>535</sup>”.

Um pouco antes da promulgação da Constituição, o ministro do Trabalho Otacílio Negrão de Lima<sup>536</sup> promoveu um Congresso Sindical dos Trabalhadores, em setembro de 1946, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de cerca de 2.400 delegados de todo o país. Nesse Congresso, os sindicatos de Passo Fundo também enviaram os seus representantes:

- Sindicato dos Empregados no Comércio: Raul Borowsky (presidente) e Edu Reis;
- Sindicato dos Bancários: Eugenio Bastos;

---

<sup>533</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 23 jul. 1947, p. 4.

<sup>534</sup> Como lembra Luiz Werneck Vianna, de certa forma e sob outras circunstâncias, repetia-se o impasse da Constituinte de 1934. O plenário se dividia em torno de três tendências: a corporativa, que declinava dessa nomeação, embora visasse a preservação do sistema da CLT; a autônoma e pluralista, que agrupava liberais e católicos; e a unitária e autônoma, defendida pelos comunistas e por uma ala do PTB – a liderada por Segadas Viana. In: *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 261.

<sup>535</sup> VIANNA, L. W., op. cit., p. 269.

<sup>536</sup> Conforme o acordo estabelecido entre PTB e PSD antes do pleito de dezembro de 1945, a pasta do Trabalho ficaria com o PTB. No entanto, no início do governo Dutra, o PTB estava dividido em dois grupos: os que apoiavam uma composição com o governo, liderados por Hugo Borghi, e os que apoiavam uma posição isolacionista, liderados por Segadas Viana. Nesse conturbado contexto intra-partidário, a escolha do ministro do Trabalho foi outro motivo de discórdia no partido. Nesse sentido, a nomeação de Otacílio Negrão de Lima representou o triunfo de Borghi.

- Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico: Guilherme Knack (presidente) e Benites Pinheiro;
- Sindicato da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário: Manoel Garrido e José Di Primio;
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação, Massa Alimentícias e Biscoitos: Valencio Figueiredo e Adalberto Leal da Silva<sup>537</sup>.

O Congresso tinha o “objetivo de obter uma definição do movimento sindical a favor de Dutra<sup>538</sup>” e, segundo Luiz Werneck Vianna, revalidar o sistema tutelar da CLT. Para triunfarem, porém, as posições do Ministério dependiam de como se situariam as lideranças sindicais petebistas originárias do queremismo. Suas esperanças, no entanto, se viram frustradas com a unidade celebrada entre petebistas e comunistas a respeito da autonomia sindical<sup>539</sup>.

Em suma, o Congresso acabou se dividindo entre duas facções: os ministerialistas (aliados de Borghi), de um lado, e os comunistas e trabalhistas hostis ao ministro e a Dutra (estes últimos aliados de Segadas Viana), de outro. Nesse embate, os delegados que representaram os sindicatos de Passo Fundo posicionaram-se ao lado da corrente hostil a Negrão de Lima e à Dutra<sup>540</sup>.

Os sindicalistas que se opunham ao Ministério – que constituíam a maioria – lograram sucesso, esvaziando as propostas dos setores ligados ao governo: “o substitutivo derrotado na comissão refletia a intenção dos seus responsáveis em dar continuidade à estrutura da CLT e o sistema tutelar nela inscrito<sup>541</sup>”.

Segundo Marcelo Badaró Mattos, seguindo formalmente uma linha de defesa da autonomia dos sindicatos frente ao Ministério do Trabalho, mas evitando a ruptura completa com as regras da CLT, as resoluções do Congresso tratavam dos mais diversos temas, como estabilidade, direito de greve, participação nos lucros, segurança no trabalho, trabalho da mulher e do menor, seguro social, delegados sindicais e organizações intersindicais regionais, entre outras coisas. No tocante à liberdade e à autonomia sindical, o Congresso aprovou resoluções no sentido de garantir a liberdade de organização interna (estatutos definidos autonomamente pelos

<sup>537</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 30 ago. 1946, p. 1; e 5 set. 1946, p. 4.

<sup>538</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 38.

<sup>539</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 257.

<sup>540</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 out. 1946, p. 1 e 4.

<sup>541</sup> VIANNA, L. W., op. ct., p. 258.

associados), o fim do poder de intervenção, além de restrições à fiscalização do Ministério do Trabalho<sup>542</sup>.

Contrariados, os ministerialistas, ao se retirarem do Congresso, exigiram do Ministério o seu fechamento, o que foi prontamente atendido pelo ministro Negrão de Lima, que dissolveu o Congresso. Segundo Maria Celina D'Araújo<sup>543</sup>, como resultado do Congresso, as correntes em luta criaram duas centrais sindicais: de um lado, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT ou CGTB), liderada pelos comunistas, e, de outro, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que pretendia ser um braço auxiliar do Ministério do Trabalho, mas sem vinculação com o getulismo.

No entanto, essas duas entidades tiveram uma duração efêmera em virtude da repressão aos sindicatos promovida pelo governo Dutra. Repressão esta que teve decisiva contribuição de Negrão de Lima, pois foi em sua gestão que o governo cerceou a liberdade sindical através do Decreto nº 9.070, instaurado no país no início do período da (re)democratização.

Posteriormente, as relações do ministro do Trabalho com o PTB deterioraram-se rapidamente e a sua atuação no Congresso Sindical de setembro de 1946 foi a gota d'água para consumir a sua queda. Negrão de Lima saiu do ministério ainda em setembro de 1946 e, para substituí-lo, foi nomeado o empresário paulista Morvan Dias Figueiredo.

#### **4.1.3. Comunismo e anticomunismo em Passo Fundo em 1946**

Legalizado, o diretório local do PCB participou ativamente da vida política e social da cidade. Não entrando nos detalhes intra-partidários<sup>544</sup>, vale ressaltar que os comunistas<sup>545</sup> participaram do Movimento de Reação Popular de Passo Fundo, cuja principal luta era contra a carestia de vida.

Por outro lado, os comunistas locais, ao longo do período 1945-1964, não tiveram sucesso no âmbito sindical, uma vez que os sindicatos passofundenses estavam sob a égide do Círculo Operário Passofundense. De fato, como recorda o militante comunista Saul Gomes Ortega<sup>546</sup>, era

---

<sup>542</sup> MATTOS, M., op. cit., p. 28-29.

<sup>543</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., 1996, p. 40.

<sup>544</sup> Mais detalhes sobre o PCB em Passo Fundo ver: BROTTTO, Emerson Lopes. *Revisitando o PCB – uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

<sup>545</sup> Nessa época, os militantes comunistas mais conhecidos na cidade eram Eduardo Barreiro, João Roma, João Cony, Ernesto Delvaux e Albertina Rosado.

<sup>546</sup> Depoimento de Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936. Enteado do comunista Ernesto Delvaux, militou pelo PCB em Passo Fundo nos anos 1950 e 1960.

muito difícil angariar trabalhadores para o comunismo dentro dos sindicatos. No máximo, conseguiam a adesão de um ou, no máximo, dois trabalhadores em cada sindicato.

Entretanto, um fato que merece destaque no curto período de existência legal do diretório pecebista local foi a visita do senador, e líder comunista nacional, Luís Carlos Prestes à cidade, no dia 17 de outubro de 1946. Nessa oportunidade, foi organizado um grande comício do PCB no Altar da Pátria<sup>547</sup>.

Contudo, a participação política e as diversas manifestações dos comunistas desagradavam amplos setores da sociedade passofundense. Dessa forma, não tardou para iniciar-se um grande movimento anticomunista, oficializado, a 24 de novembro de 1946, através de um grande comício realizado no Altar da Pátria<sup>548</sup>. Nesse comício nasceria o Movimento Anticomunista de Passo Fundo, cujo principal objetivo era “combater, sem tréguas, o comunismo, servindo-se, para isso, de todos os meios compatíveis com os mais sagrados princípios democráticos”. Seu lema era “tudo envidar para expurgar de nossa pátria o indesejável vírus soviético, nefasto, repudiável e atentatório à formação de um povo livre, sentimental e religioso como o nosso<sup>549</sup>”.

TABELA 6 – PRIMEIRA DIRETORIA DO  
MOVIMENTO ANTICOMUNISTA DE PASSO FUNDO (1946)

Presidente	Carlos De Danilo Quadros
Vice-Presidente	Florisbelo Gonçalves Dias
1º Secretário	Benites Pinheiro
2º Secretário	Hélio da Costa e Silva
1º Tesoureiro	Oriente Brasil da Costa
2º Tesoureiro	Getúlio Mainardi
Conselho Fiscal	Agostinho José Marins, Rafael Jacini, Alexandre Busato; Julio Fimback e José Vanzo
Comissão de Propaganda	Elim Machado, Jorge Pinto, Guilherme Knack, Pedro Ceratti, Emilio Webstein, Domingos Del Claro, Gonorval Guedes, Érico Ferreira,

<sup>547</sup> Mais detalhes desses comícios, ver *O Nacional*, Passo Fundo, 17 out. 1946, p. 1 e 4; 18 out. 1946, p. 1 e 4; 19 out. 1946, p. 1; e 21 out. 1946, p. 4. Ver também: *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 18 out. 1946, p. 4.

<sup>548</sup> Mais detalhes acerca do comício anticomunista ver *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 24 nov. 1946, p. 2; *O Nacional*, Passo Fundo, 25 nov. 1946, p. 4.

<sup>549</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 3 dez. 1946, p. 4.

	Eugenio Tagliari, Albino Michelletto, Tranquilo Zanin, Pedro Portela, Adolfo Lara, João Gasperin, Cantidio Lamaizon, Gentil Pereira dos Santos, Roberto Mioni, Trajano Cortez Machado, Aníbal Venturini, Fiorelo Langaro e Oriando Ludwig
--	---

Fonte: *O Nacional*, Passo Fundo, 3 dez. 1946, p. 4.

Em suma, esse movimento anticomunista aglutinou conservadores, católicos, profissionais liberais, lideranças sindicais, entre outros. Também aderiram ao movimento os setores getulistas. Nesse sentido, convém lembrar que os comunistas romperam com Getúlio Vargas e o PTB em março de 1946 e, a partir de então, passaram a atacar o ex-presidente. Inclusive, em Passo Fundo um comício do PCB, realizado em janeiro de 1947, foi sabotado com o corte da energia elétrica durante 15/20 minutos em virtude das críticas virulentas feitas a Vargas pelo orador comunista<sup>550</sup>.

#### 4.1.4. A cassação do PCB e a repressão ao movimento sindical

Uma das principais marcas do governo Dutra foi o seu alinhamento incondicional aos Estados Unidos e, conseqüentemente, a entrada do Brasil na Guerra Fria em 1947, o que deu início, no plano interno, à perseguição aos comunistas. De fato, em maio de 1947, a partir de uma série de denúncias<sup>551</sup>, o PCB teve o seu registro cassado e é posto na ilegalidade. Além disso, a Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso; as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários apreendidos; em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas<sup>552</sup>. No plano externo, também em outubro, o governo rompe as relações diplomáticas com a União Soviética.

Em Passo Fundo, no dia 8 de maio de 1947, a polícia fechou a sede do PCB de Passo Fundo, como noticiou o jornal *Diário da Manhã*:

<sup>550</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 jan. 1947, p. 1.

<sup>551</sup> Como lembra Maria Celina D'Araújo, como em 1935, foi necessário um fato concreto para incriminar judicialmente o PCB. Prestes propiciou essa situação quando, ao ser várias vezes provocado, inclusive no Congresso, a respeito de que atitude tomaria frente a uma guerra entre Brasil e URSS, deu respostas que ofereciam provas de "impatriotismo". Foi com base nesse argumento que, em março de 1946, o advogado e ex-procurador do recém-extinto Tribunal de Segurança Nacional, Himalaia Virgulino, encaminhou ao TSE o pedido de cancelamento do registro do partido. A iniciativa foi apoiada pelo deputado petebista pelo Distrito Federal Barreto Pinto, e o jornal *Brasil-Portugal*, na ocasião o principal porta-voz do PTB, iniciou imediatamente ampla campanha contra Prestes e o comunismo "apátrida, fora-da-lei e sanguinário". Portanto, o PTB ajudou a colocar o PCB na ilegalidade. Embora o partido atuasse no Congresso contra a cassação do PCB, havia por parte de certos getulistas a convicção de que o medo do comunismo precisava aumentar para que o PTB pudesse crescer. In: op. cit., 1996, p. 48-49.

<sup>552</sup> SEGATTO, José Antonio. "PCB: a questão nacional e a democracia". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 223-224.

(...) ontem, às 9 horas, o sr. Ivens Pacheco, acompanhado de funcionários da Delegacia de Polícia e bem assim de membros do PCB, esteve naquela sede, tomando as providências legais. Toda a papelada ali encontrada foi apreendida pela Polícia, que apenas encontrou de documento uma relação dos comunistas pertencentes a diversas células instaladas nos subúrbios da cidade. O fichário e demais provas de atividades dos comunistas passo-fundenses não foram encontrados na sede. Depois de cumprir todas as determinações superiores, o delegado Ivens Pacheco determinou que a sede do PCB, à Avenida Brasil, ficasse guarnecida por praças da Brigada Militar até segunda ordem<sup>553</sup>.

Simultaneamente, o Ministério do Trabalho fechou diversas organizações de trabalhadores (CGT, CTB, MUT) e passou a intervir nos sindicatos contrários à sua orientação, inaugurando uma nova fase de repressão ao sindicalismo. Segundo José Antonio Segatto, entre 1948 e 1950 a repressão aos trabalhadores tornou-se mais forte. Embora a repressão não utilizasse da violência física, baseado na Lei de Segurança Nacional o governo passou a prender e processar sindicalistas<sup>554</sup>.

Porém, apesar da repressão e da perseguição, nos anos de 1948-50 ocorreu um número razoável de greves envolvendo ferroviários, mineiros, funcionários públicos, marinheiros e outras categorias, destacando-se a greve da Estação Leopoldina e a greve dos trabalhadores nas minas da *United States Steel*, em Lafaiete (MG), ambas em 1948<sup>555</sup>. No entanto, não há registro de greves, na imprensa local, durante esses anos em Passo Fundo.

A 7 janeiro de 1948, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pelo partido. Nesse sentido, vale destacar a observação de Maria Celina D'Araújo:

Coube ao PSD encaminhar a tese da cassação. A UDN fazia a defesa da liberdade partidária e de organização, mas, na prática, acabou em parte se alinhando ao PSD. O PTB não foi menos ambíguo. Embora suas lideranças defendessem da tribuna a legitimidade dos mandatos, o PTB ajudou a engrossar o coro do anticomunismo. Nos bastidores, a ação de homens intimamente ligados a Vargas, como Maciel Filho, foi importante para que se chegasse àquele resultado. Finalmente, vale lembrar que a ilegalidade do PCB não era uma hipótese desprezível para o PTB. Não havendo partidos expressivos disputando os votos dos trabalhadores, o PTB tornava-se potencialmente o partido mais bem colocado para captar a massa de eleitores que vinham até então votando com os comunistas. Se o comunismo era encarado como um inimigo nacional, no caso do PTB ele era, acima de tudo, um inimigo eleitoral<sup>556</sup>.

---

<sup>553</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 9 mai. 1947, p. 4.

<sup>554</sup> SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 71.

<sup>555</sup> *Idem*, p. 71.

<sup>556</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 49 e 51.

A partir de então, a polícia fechou os jornais comunistas, prendeu diversos líderes e dirigentes do partido e passou a perseguir seus militantes.

Durante o período de 1943-1947, o PCB vinha adotando uma política de “união nacional” (dentro da lei e da ordem, assentada num regime republicano, progressista e popular), que, inclusive, o tirou do isolamento político e o tornou uma agremiação influente na vida política nacional (sobretudo porque o PCB havia tornado-se mais “popular” e menos “operário” e as preocupações com os problemas da “nação” predominavam sobre os da “classe”, orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, a simpatia de setores das camadas médias). Todavia, depois de ser jogado na ilegalidade (com seus jornais fechados, seus líderes sindicais afastados pelas intervenções do Ministério do Trabalho, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos), o PCB reviu suas concepções e deu uma guinada política à esquerda, radicalizando-se<sup>557</sup>.

Influenciado pelo Movimento Comunista Internacional – fortemente marcado pelas concepções do partido soviético e pelo dogmatismo stalinista – e pela Revolução Chinesa (1949), a nova linha política do PCB começaria a ser esboçada com o *Manifesto de Janeiro* de 1948 e ganharia sua elaboração mais acabada com o *Manifesto de Agosto* de 1950, este mais radical – política esta que seria reafirmada no IV Congresso do PCB, em novembro de 1954<sup>558</sup>.

Segundo José Antonio Segatto, a partir dessa guinada política, o PCB subestimou as oportunidades de ação legal e passou a implementar uma orientação exageradamente sectária e voluntarista, estreita e clandestinizante, à base de uma concepção golpista do processo político, o que acabou levando-o ao isolamento<sup>559</sup>.

Aos poucos, essa política foi sendo posta em prática por todos os setores onde o partido tinha alguma penetração ou trabalho. Na área sindical, a atividade dos comunistas voltou-se para o combate aos sindicatos existentes, subordinados ao Estado, ao mesmo tempo em que se dedicava à criação de sindicatos paralelos e independentes, na forma de associações. Paralelamente, desenvolveu a prática de realizar greves na “marra” e a qualquer custo. Contudo, esta orientação teve efeitos bastante negativos para o PCB, no meio sindical e no seio do movimento operário, que perdeu grande parte de sua força e influência. Com o abandono dos

---

<sup>557</sup> SEGATTO, J., op. ct., 2003, p. 220-224.

<sup>558</sup> Idem, p. 224-226. Nesse trabalho há mais detalhes acerca do *Manifesto de Janeiro* de 1948 e do *Manifesto de Agosto* de 1950.

<sup>559</sup> Idem, p. 226.

sindicatos por parte dos comunistas, abriu-se um espaço no interior das organizações dos trabalhadores, que foi ocupado pelos trabalhistas e por outras forças políticas<sup>560</sup>.

#### **4.1.5. O sindicalismo em Passo Fundo no governo Dutra: circulismo, trabalhismo e getulismo**

Sem dúvida, a história do movimento operário e sindical durante o governo Dutra foi marcada principalmente pela repressão, tanto de greves quanto de líderes sindicais. Em Passo Fundo, por sua vez, o movimento operário e sindical foi marcado pela continuação da hegemonia do Círculo Operário, embora, agora, a maioria dos líderes sindicais locais tivessem alguma vinculação ao PTB ou a Getúlio Vargas. Na verdade, havia uma grande afinidade entre circulistas, trabalhistas e getulistas.

Nesse sentido, é importante lembrar que trabalhismo e getulismo não são sinônimos. O getulismo é um fenômeno sentimental, é um fenômeno de gratidão coletiva a Getúlio Vargas. Já o trabalhismo é um movimento político que, com o PTB, ganhou a forma partidária. Assim, o getulismo pode não ser trabalhista<sup>561</sup>.

Em Passo Fundo, a decisão dos comunistas em se afastarem dos sindicatos, na prática, não alterou a situação vigente, uma vez que eles tinham grandes dificuldades em conquistar espaços nos sindicatos, que, em sua maioria, eram tutelados pelo Círculo Operário.

Além de sua incontestável influência nos sindicatos locais, o Círculo Operário Passofundense, durante esses anos, também intensificou a sua assistência aos trabalhadores, instalando, em dezembro de 1946, um consultório médico gratuito aos associados e seus familiares<sup>562</sup>. Ademais, o COPF também foi palco de importantes decisões políticas, uma vez que, em janeiro de 1948, o Poder Legislativo Municipal mudou-se para uma das salas do seu edifício.

Quanto à tradicional Sociedade Operária Beneficente, cuja sede foi destruída por um incêndio em janeiro de 1945, esta se transferiu para a Rua XV de Novembro, onde desenvolveu atividades recreativas, beneficentes e, sobretudo, apolíticas, junto aos trabalhadores. Tendo como presidente de honra o advogado e, agora, ex-comunista João Junqueira Rocha, a Sociedade Operária manteve a sua tradição de comemorar os dias 1º de Maio com um churrasco de

---

<sup>560</sup> Idem, p. 226.

<sup>561</sup> LIMA, Adamastor. *Apud* FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo: PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 121.

<sup>562</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 24 dez. 1946, p. 5.

confraternização, seguido por vários discursos e a posse da nova diretoria da entidade. Entretanto, a Sociedade Operária Beneficente transformou-se, ainda nessa época, na Sociedade Recreativa dos Trabalhadores<sup>563</sup>.

Aliás, não foi somente a Sociedade Operária que teve a sua sede destruída por um incêndio. No dia 29 de dezembro de 1950, as chamas destruíram a sede (de madeira) da Sociedade União Batuta dos Ferroviários, “entidade esportiva e recreativa que mantinha duas pranchas de bolão e uma cancha de bocha, constituindo-se na principal diversão dos ferroviários passofundenses<sup>564</sup>”. A partir de então, os ferroviários promoveram uma campanha para angariar fundos para a construção de uma nova sede<sup>565</sup>.

No que concerne às relações entre empregadores e empregados, os trabalhadores do comércio de Passo Fundo tiveram que enfrentar, novamente, as resistências patronais em cumprir a legislação trabalhista. Dessa forma, para fazer cumprir as leis, esteve na cidade, no final de setembro de 1946, o fiscal da Delegacia Regional do Trabalho Diógenes dos Santos, que visitou e multou alguns estabelecimentos empregadores<sup>566</sup>. Apesar disso, a Associação Comercial de Passo Fundo ainda teve de emitir uma circular orientando os associados a cumprirem as leis trabalhistas<sup>567</sup>.

A questão das leis trabalhistas ainda voltaria à tona em 1948, em virtude do não-cumprimento do chamado “sábado inglês”, isto é, o fechamento do comércio aos sábados à tarde, e com relação ao horário do comércio<sup>568</sup>.

Quanto aos novos sindicatos, foram fundados o Sindicato dos Músicos de Passo Fundo – no dia 5 de outubro de 1946, cuja presidência ficou a cargo do maestro Jaques<sup>569</sup> – e, em 1948, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Passo Fundo<sup>570</sup>, que teve a sua sede instalada no recinto do Círculo Operário Passofundense.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, ao que tudo indica, surgiu em decorrência da posição da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação do Rio Grande do Sul em englobar os trabalhadores nas indústrias de bebidas – que ainda não tinham

---

<sup>563</sup> Atualmente esta entidade chama-se Sociedade Recreativa e Esportiva XV de Novembro.

<sup>564</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 30 dez. 1950, p. 6.

<sup>565</sup> A nova sede da União Batuta dos Ferroviários foi inaugurada no dia 30 de setembro de 1962.

<sup>566</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 set. 1946, p. 2.

<sup>567</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 out. 1946, p. 4.

<sup>568</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 mar. 1948, p. 1.

<sup>569</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 out. 1946, p. 4. Os demais membros da diretoria eleita foram: Presidente de honra: João Andrade; vice-presidente: Nairo Possas; secretário: Flavio Comin; tesoureiro: João Salim Filho; conselho fiscal: Estebam Zabalia, José Felipe de Oliveira e Célio Barbosa. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 11 out. 1946, p. 4.

<sup>570</sup> Ver *O Nacional*. Passo Fundo, 6 de abril de 1948, p. 1.

representação legal – e panificadores em um só sindicato. Em decorrência disso, o Sindicato dos Padeiros foi transformado no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Passo Fundo, que também congregou os trabalhadores da Cervejaria Brahma local.

Portanto, ao final do governo Dutra, o Círculo Operário Passofundense era uma das mais importantes entidades da cidade, afinal, ali funcionavam quase todos os sindicatos locais, a Câmara de Vereadores e a Escola Doméstica Santa Izabel, que disponibilizava vários cursos às mulheres e filhas dos associados, dentre eles artes, corte e costura e culinária<sup>571</sup>.

Ademais, a entidade fazia sucesso entre os trabalhadores pela sua política assistencialista: além de possuir um consultório médico, em outubro de 1950 foi instalado um gabinete dentário pelo SESI<sup>572</sup>, que, embora destinado aos trabalhadores do Sindicato nas Indústrias de Alimentação, acabou favorecendo todos os trabalhadores sindicalizados circulistas.

#### **4.2. O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e a retomada do movimento sindical**

Baseando sua campanha na defesa da industrialização, no nacionalismo econômico e na necessidade de ampliar a legislação trabalhista, contando com o apoio de Ademar de Barros – que indicou o nome de Café Filho para concorrer na chapa como vice-presidente – e de parte do PSD, “Vargas venceu as eleições de 3 de outubro de 1950, alcançando 48,7% dos votos, contra 29,7% do udenista Eduardo Gomes e 21,5% do pessedista Cristiano Machado<sup>573</sup>”. Em Passo Fundo, Vargas alcançou 9.367 votos, contra 5.612 de Cristiano Machado e 2.030 de Eduardo Gomes<sup>574</sup>.

Inconformados com a derrota, os udenistas ainda tentaram impugnar a vitória de Getúlio através da tese da “maioria absoluta dos votos” (que não existia na legislação da época), mas não obtiveram êxito.

No entanto, ao assumir a presidência da República, Vargas se deparou com um quadro de dificuldades econômicas. Sem reserva em moeda estrangeira (gastas no governo Dutra), enfrentando a baixa nos preços internacionais do café, dentre outros problemas, primeiramente era necessário solucionar tais pendências para, em seguida, retomar o crescimento, enfatizando a industrialização e a infra-estrutura.

---

<sup>571</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 ago. 1950, p. 2.

<sup>572</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 25 out. 1950, p. 4.

<sup>573</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 224.

<sup>574</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 out. 1950, p. 1.

Buscando recursos no exterior, Vargas transformou a política externa em um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico através da “barganha nacionalista” (apoiando os EUA na Guerra Fria em troca de ajuda ao desenvolvimento econômico). Porém, essa estratégia teve magros resultados e apenas serviu para desagradar os setores nacionalistas e atrair a oposição dos comunistas<sup>575</sup>.

Apesar das dificuldades, Vargas, através de sua política econômica intervencionista, procurou investir na infra-estrutura e na industrialização do país (investimentos retomados e consagrados no governo JK). Mas apesar dos esforços do governo, a inflação, que começara ainda no final do Estado Novo, crescia aceleradamente: “passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando, só neste último ano, uma variação de 20,8%<sup>576</sup>”, ocasionando fortes repercussões sociais.

#### **4.2.1. A retomada do movimento sindical**

No início dos anos 1950 o movimento sindical atingiu novamente grande dimensão – favorecido pelo afrouxamento do governo na aplicação da legislação repressiva – e as greves tornaram-se constantes. Em 1951 realizaram-se quase 200 paralisações atingindo quase 400 mil trabalhadores; no ano seguinte as greves alastraram-se, totalizando quase 300 em todo o território nacional<sup>577</sup>. A principal reivindicação dos trabalhadores era o aumento salarial, em virtude da carestia de vida.

Objetivando estabelecer novamente um canal eficaz de comunicação com o movimento sindical e os trabalhadores, Vargas nomeou, em setembro de 1951, Segadas Viana (presidente do PTB carioca) para a pasta do Trabalho, substituindo o seu fiel aliado político Danton Coelho. Ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho durante o Estado Novo e conhecedor dos meandros da política sindical, Segadas Viana era o nome ideal para a estratégia do governo de estabelecer contatos diretos com os sindicatos<sup>578</sup>.

Dessa forma, Getúlio recorria aos métodos clássicos do Estado Novo para controlar o movimento sindical, apoiando-se no Ministério do Trabalho, e esforçava-se para sedimentar as relações entre o PTB e os sindicatos, tentando adequá-lo à vida partidária mediante uma dupla estratégia: primeiro, incentivou à estrutura corporativa através de Segadas Viana; segundo,

---

<sup>575</sup> VIZENTINI, P., op. cit., p. 203-204.

<sup>576</sup> FAUSTO, B., op. cit., p. 226.

<sup>577</sup> ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 53.

<sup>578</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., 1996, p. 88-89.

incentivou à mobilização sindical através do novo presidente do PTB João Goulart<sup>579</sup>, que representava um canal adicional de diálogo com os dirigentes sindicais<sup>580</sup>.

Além da onda de greves, uma outra preocupação do governo no âmbito sindical era a volta dos militantes comunistas, que, a partir de 1951/52, reagiram contra o sectarismo e o isolacionismo da linha política imposta pelo Comitê Central do PCB, e voltaram aos sindicatos. Segundo José Antonio Segatto:

Essas atitudes e a forma de atuação foram reafirmadas com a Resolução Sindical de 1952, aprovada pelo Comitê Central, que introduziu novas e importantes correções na orientação sindical do PCB e contribuiu efetivamente para o fortalecimento dos comunistas e de suas posições nos sindicatos, além de facilitar a ampliação de sua influência no movimento operário. É claro que ainda permanecem vários elementos da linha política geral, levando muitos militantes a adotarem uma atitude de distância dos sindicatos, federações, etc., e a manterem uma certa resistência em relação à unidade sindical<sup>581</sup>.

Na presidência do PTB, além de ter sido fundamental para o crescimento do partido, Goulart intensificou os contatos com o movimento sindical e, inclusive, chegou a costurar alianças com os comunistas, onde estes eram mais fortes, para assegurar a presença do PTB nos sindicatos<sup>582</sup>. Ao mesmo tempo, Vargas fortalecia o corporativismo sindical e intensificava a mobilização em torno do trabalhismo. Entretanto, o relacionamento de Jango com os dirigentes sindicais comunistas foi alvo de críticas por parte dos setores da oposição – a UDN e os militares – e da própria bancada do PTB<sup>583</sup>.

Em Passo Fundo, a orientação do governo e do PTB em estabelecer contatos diretos com os sindicatos logrou bons resultados. Assim, definitivamente o trabalhismo-getulismo, juntamente com o circulismo, se consolidaram como as correntes hegemônicas no movimento sindical passofundense. Na verdade, a harmonia entre tais correntes, que já vinha desde os tempos de Dutra, era tamanha que é difícil estabelecer as fronteiras entre elas. Essa afinidade entre a Igreja e o trabalhismo-getulismo ficou evidenciada pela exaltação à legislação social varguista feita pelo arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer<sup>584</sup>.

---

<sup>579</sup> Amigo íntimo de Vargas, o então desconhecido deputado federal João Goulart era um rico estancieiro de São Borja, que, com o respaldo de Getúlio, tornou-se presidente do PTB em 1952.

<sup>580</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 88 e 92-93.

<sup>581</sup> SEGATTO, J., op. ct., 2003, p. 226.

<sup>582</sup> Embora o PTB procurasse alianças com os comunistas nos meios sindicais, estes não poupavam críticas ao governo, sobretudo ao apoio de Vargas ao EUA na Guerra Fria.

<sup>583</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 92-93.

<sup>584</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 21 mai. 1951, p. 1.

Com a volta de Vargas à presidência, as comemorações de 1º de Maio também ganharam o mesmo simbologismo das realizadas durante o Estado Novo, especialmente através dos tradicionais discursos realizados no estádio de São Januário e, agora também, no Maracanã.

Em Passo Fundo, as comemorações de 1º de Maio também eram acontecimentos sociais de relevo: pela manhã o Círculo Operário realizava uma missa de ação de graças; ao meio-dia era realizado um almoço de confraternização; à tarde/noite ocorriam os discursos de lideranças sindicais e circulistas, que exaltavam a importância da data e da legislação trabalhista de Vargas, além de shows artísticos na sede da entidade. Já a, agora denominada, Sociedade Recreativa dos Trabalhadores (ex-Sociedade Operária Beneficente) mantinha a sua tradicional comemoração.

Ao mesmo tempo em que o prestígio de Getúlio Vargas e do PTB junto aos assalariados passofundenses crescia, também aumentava a simpatia do operariado local ao Círculo Operário, sobretudo em virtude dos benefícios proporcionados aos seus associados. Entre esses benefícios estão: assistência médica gratuita aos associados e suas famílias, gabinetes dentários gratuitos (em parceria com o SESI), a Escola Doméstica Santa Izabel (destinada às esposas e filhas dos operários circulistas), um curso primário (Curso São José) para os filhos dos circulistas, cursos de corte e costura e bordados (também em parceria com o SESI) para as esposas e filhas de operários associados, abatimento nos medicamentos fornecidos pela Farmácia Auxiliadora, e consultoria jurídica aos trabalhadores através do advogado Mario Daniel Hoppe<sup>585</sup>.

Em suma, a atuação assistencial do Círculo Operário Passofundense é um dos fatores que explicam a ausência de greves em Passo Fundo durante os primeiros dois anos e meio do segundo governo Vargas. Nesse sentido, a assistência jurídica aos sindicatos mostrava-se muito eficiente: quando queriam promover dissídios coletivos ou pleitear alguma reivindicação, os trabalhadores, através de seus sindicatos, procuravam o advogado disponibilizado pelo COPF, Mario Daniel Hoppe, que negociava diretamente com os empregadores os aumentos salariais.

Contudo, o motivo para não ocorrerem greves na cidade, nesta época, não era o “peleguismo” dos dirigentes sindicais – pelo contrário, estes, por vezes, pressionavam o patronato –, mas sim a intermediação do COPF, que negociava e intervém junto ao empresariado em prol das reivindicações dos trabalhadores passofundenses. Dessa forma, com as suas reivindicações atendidas, mesmo que parcialmente, os assalariados locais não tinham motivos para deflagrar greves.

---

<sup>585</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 jun. 1952, p. 40.

No entanto, embora não tenha ocorrido nenhuma greve na cidade nos primeiros dois anos e meio do segundo governo Vargas, ocorreu um grande movimento popular contra o preço da carne no final de julho e início de agosto de 1952. Esse movimento resultou, inclusive, em uma greve contra os açougues e o conseqüente boicote ao produto, além de intensas manifestações, como comícios promovidos pelas donas de casa contra os “tubarões dos açougues” e “exploradores do povo”<sup>586</sup>.

Ademais, pelas atividades desenvolvidas no campo assistencial, também merece destaque a atuação da delegacia local do Serviço Social da Indústria (SESI). Em parceria com o Círculo Operário<sup>587</sup>, a delegacia local do SESI, instalada na cidade a 17 de janeiro de 1951 e com sede no edifício do COPF, promoveu uma série de assistências aos trabalhadores das indústrias de Passo Fundo, dentre elas:

- em colaboração com os Sindicatos Reunidos e o Círculo Operário, mantêm um gabinete dentário no mesmo Círculo, atendendo das 14 às 20 horas; e outro na Vila Rodrigues, no Salão Paroquial da Igreja Santa Terezinha, atendendo igualmente das 14 às 20 horas.
- no centro da cidade, em colaboração com o Círculo Operário, mantêm dois cursos de corte e costura e um de bordado; um curso idêntico na Vila Rodrigues, em colaboração com a Paróquia Santa Terezinha; em Vila Coxilha possui dois cursos de corte e costura, em Tapejara um e outro em Sertão.
- promove a exibição de filmes educativos e recreativos, com três sessões semanais, nas vilas desta cidade, em locais apropriados, ao ar livre, para os operários e suas famílias.
- distribui importante serviço de divulgação: 1º noticiário nos órgãos de publicidade locais; 2º divulgação de folhetos informativos e educativos; 3º distribuição de 100 exemplares mensais da revista Sésinho a cerca de 14 entidades.
- promove o financiamento de bicicletas aos operários, financiamento de máquinas de costura às famílias dos operários e o financiamento e assistência técnica a cooperativas de consumo (Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores nas Indústrias de Passo Fundo).
- faz o financiamento de duas bolsas de estudo no SENAI (Escola Nilo Peçanha, em Caxias do Sul)<sup>588</sup>.

---

<sup>586</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, meses de julho e agosto de 1952.

<sup>587</sup> O delegado do SESI em Passo Fundo era João Andrade, presidente do COPF e representante do Ministério do Trabalho na cidade.

<sup>588</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 12 mai. 1953, p. 4.

Acerca do sindicalismo em Passo Fundo, também vale lembrar os novos sindicatos criados nessa época. Dentre eles, estão o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Passo Fundo (fundado no dia 10 de junho de 1951, cujo primeiro presidente foi Manoel Barcelos Artencio<sup>589</sup>) e a Associação dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Passo Fundo (reconhecida em setembro de 1951<sup>590</sup>)

#### 4.2.2. A Liga Passofundense Contra o Comunismo

Com os principais sindicatos dominados pelas correntes circulista e trabalhista-getulista, os militantes comunistas não conseguiram lograr muito êxito nos meios sindicais locais. Além da hostilidade dos setores ligados à Igreja e a Vargas no âmbito sindical, os comunistas passofundenses também enfrentariam, a partir do início de 1953, um grande movimento anticomunista.

A Liga Passofundense Contra o Comunismo foi fundada no dia 9 de fevereiro de 1953 e moldava-se ao Movimento Anticomunista de Cruz Alta – movimento este influenciado pela Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), iniciado pela Igreja em 1952. No final de fevereiro, foi eleito para a presidência da Liga o tenente-coronel da Brigada Militar Ernani Ferraz Machado<sup>591</sup>.

Segundo o jornal *O Nacional*, a Liga Passofundense Contra o Comunismo:

(...) tem como objetivo precípua o combate permanente e sistemático das ideologias extremistas que visam a queda do regime e do sistema representativo, com a implantação do estado totalitário anti-cristão e anti-democrático. A Liga entende que, dentro da ordem liberal e democrática, podem ser equacionados e solucionados, de modo satisfatório e digno, todos os problemas humanos, inclusive o que diz respeito a chamada questão social, sobre que assenta toda a dialética extremista (...).

A Liga condena toda atividade organizada com o objetivo de solapar as instituições democráticas, de promover o desprestígio dos partidos liberais devidamente legalizados e das tradições cristãs do povo brasileiro. Ela tem como fim cultivar os grandes vultos do nosso passado, prestigiar a ordem constituída, as forças armadas da República, as instituições públicas e religiosas, as agremiações políticas liberais e apoiar todas as medidas que visem o bem estar e a felicidade da família nacional.

Por isso, a Liga Passofundense Contra o Comunismo, em suas atividades, procurará (...) alertar o povo brasileiro contra os extremismos, divulgando todos os fatos relacionados com esse perigo, esclarecendo aos trabalhadores quão ilusório é o “paraíso soviético” e sobre os métodos bárbaros dos regimes totalitários.

Objetiva, ao mesmo tempo, educar socialmente segundo o espírito do seguinte preceito do eminente brasileiro Rui Barbosa: “O que mais releva é que patrões e trabalhadores se aproximem uns dos outros; e que, congradando-se entre si, tornem cada vez menos necessária a interferência legislativa nas relações entre as duas classes<sup>592</sup>”.

---

<sup>589</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 jun. 1951, p. 2.

<sup>590</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 set. 1951, p. 1.

<sup>591</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 fev. 1953, p. 4.

<sup>592</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 fev. 1953, p. 4.

Seguindo as diretrizes de Rui Barbosa e contando com o apoio de amplos setores da sociedade local, desde sindicalistas, trabalhadores católicos, autoridades eclesiásticas, bacharéis, militares e políticos – como o então deputado federal e líder petebista local César Santos –, a Liga, como ficou evidenciado na citação acima, também contou com o apoio ostensivo do jornal *O Nacional*, cujo proprietário era o petebista Múcio de Castro.

Em contrapartida, os comunistas reagiram à campanha da Liga e do jornal *O Nacional* através de pichações e da distribuição de folhetos e jornais comunistas (como a *Voz Operária* e a *Tribuna Gaúcha*), acusando-os de “traidores da Pátria” e “aliados dos Estados Unidos”, além de também reafirmarem o seu alinhamento com Stálin e a União Soviética<sup>593</sup>.

#### **4.2.3. As greves de 1953**

Em 1953, a economia do país enfrentou uma série de dificuldades em virtude da política do novo presidente norte-americano Eisenhower em abandonar a assistência estatal e dar preferência aos investimentos privados – o que diminuiu as possibilidades do Brasil obter créditos para obras de infra-estrutura –, das cobranças do Banco Mundial dos empréstimos vencidos e, sobretudo, pelo crescimento da inflação e a queda dos salários.

Conseqüentemente, as mobilizações dos trabalhadores se intensificaram e pipocaram inúmeras greves em todo o país. Somente em São Paulo ocorreram 800 greves, dentre elas a famosa Greve dos 300 Mil, eclodida em março de 1953, da qual participaram diversas categorias profissionais, que reivindicavam um aumento de 60% dos salários. Marcada pelos confrontos entre grevistas e policiais, a greve perdurou por 27 dias e terminou com acordos separados entre as diversas categorias profissionais.

Grande ícone do ressurgimento do movimento operário e sindical, a Greve dos 300 Mil foi marcada por manifestações públicas (passeatas, comícios, assembléias, piquetes com forte presença feminina e milhares de grevistas) e contou com o amparo da opinião pública e a solidariedade material não apenas de outros trabalhadores, mas também de comerciantes, de médicos e da imprensa, além de vereadores e deputados, que denunciaram a violência policial.

---

<sup>593</sup> Ver *O Nacional*, Passo Fundo, 19 fev. 1953, p. 1; e 27 fev. 1953, p. 1.

Ademais, nesse movimento também tiveram destaque os conflitos entre comissões de fábricas e diretores sindicais<sup>594</sup>.

Em junho, ocorreu a greve dos marítimos, abrangendo 100 mil trabalhadores dos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Os sindicatos envolvidos reivindicavam aumento salarial, melhoria das condições de trabalho e o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos do Rio de Janeiro<sup>595</sup>. No entanto, Segadas Viana declarou o movimento ilegal e negou-se a qualquer negociação.

Homem de grande preparo técnico, o ministro do Trabalho apegava-se excessivamente à legislação trabalhista elaborada na época do Estado Novo e, mesmo em outra conjuntura, não admitia articulações políticas na área sindical. Com a determinação dos marítimos em manter a paralisação, ele recorreu ao antigo serviço do Ministério de infiltrar policiais nos sindicatos e, como medida extrema, ameaçou acionar as leis do tempo da Segunda Guerra: os grevistas seriam considerados desertores e, assim, sujeitos aos tribunais militares e a penas rigorosas<sup>596</sup>.

Nesses episódios, João Goulart entraria em rota de colisão com Viana. Criticando-o publicamente por recorrer à repressão, Jango defendeu a negociação e a concessão dos aumentos solicitados pelos trabalhadores. Getúlio, para recuperar seu prestígio entre os trabalhadores, cedeu à argumentação de Goulart, desautorizou o ministro e, com isso, fez de Goulart seu porta-voz informal e oficial junto aos trabalhadores e aos sindicatos, a exemplo do que já fizera dentro do PTB<sup>597</sup>.

Os amplos movimentos grevistas em São Paulo e no Rio de Janeiro tiveram forte impacto sobre o governo. Vargas, de um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores atingidos pela alta do custo de vida; de outro lado, precisava tomar medidas impopulares a fim de controlar a inflação. Para contornar os problemas, Getúlio promoveu uma reforma ministerial, destacando-se, no conjunto do novo ministério, Osvaldo Aranha, no Ministério da Fazenda e João Goulart, na pasta do Trabalho.

---

<sup>594</sup> NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 64-65.

<sup>595</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 228.

<sup>596</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 102-103.

<sup>597</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 95-96.

#### 4.2.4. João Goulart no Ministério do Trabalho

Nomeado em 18 de junho de 1953, com a greve dos marítimos em curso, João Goulart imprimiu uma nova era no Ministério do Trabalho. Com habilidade, solucionou a referida greve através da negociação.

Procurando fazer uma política de conciliação, inclusive aproximando-se dos comunistas, Jango aboliu a exigência do “atestado ideológico”<sup>598</sup> nas eleições sindicais e suspendeu as intervenções nos sindicatos. Mas o que marcaria o seu estilo de atuação no Ministério foi o diálogo com sindicalistas, trabalhadores e comunistas, inaugurando um novo estilo de relação entre Estado e sindicatos e contribuindo para aproximar o PTB do movimento sindical.

Entretanto, no que tange às relações entre o PTB e a estrutura sindical corporativa, o partido encontrava-se dividido em três posições. Como lembra Maria Celina D’Araújo, um setor (Segadas Viana e Danton Coelho) postulava que o partido atuasse como porta-voz dessa estrutura e achava que o PTB deveria ser um instrumento político de representação de entidades sindicais; outro setor (Goulart e Brizola) entendia que o partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular: partido e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o crescimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas e, para tanto, era importante estabelecer alianças com a esquerda a fim de dar credibilidade às propostas trabalhistas; um terceiro setor (Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt e Roberto da Silveira) entendia que um partido trabalhista deveria se impor por seu programa, e não pela forma de recrutamento de seus quadros: seria uma opção partidária para que se inclinasse por uma “proposta mais humana de capitalismo” e, portanto, o partido não precisaria fazer da estrutura sindical e previdenciária sua fonte de poder – ele se imporia pelos princípios e não pelos meios. No fim, Goulart impôs sua visão e o PTB o seguiu<sup>599</sup>.

Ao mesmo tempo em que atuava como mediador dos conflitos entre patrões e assalariados, Goulart também apoiava – e incentivava – a mobilização reivindicatória dos operários. Não por acaso, o seu prestígio entre os trabalhadores e sindicalistas aumentava com o passar dos meses: além de atender, pacientemente, sindicalistas e populares, tanto no Ministério como no hotel onde morava, Jango também, várias vezes, aceitava convites e almoçava, nos

---

<sup>598</sup> Embora tenha sido abolido em 1952 por Vargas, o “atestado ideológico” continuou sendo utilizado por Segadas Viana, antecessor de Goulart no Ministério do Trabalho.

<sup>599</sup> D’ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 98-99.

finais de semana, com populares nos subúrbios cariocas. Seu jeito simples e cordial aumentava ainda mais a sua popularidade<sup>600</sup>.

Em Passo Fundo, Jango também conquistava a simpatia dos sindicalistas locais. Tanto que, durante o segundo semestre de 1953, os sindicatos locais convidaram o ministro do Trabalho para visitar a cidade. Em dezembro do mesmo ano, a notícia da visita do ministro à cidade gerou grande expectativa entre os trabalhadores e sindicalistas locais, que logo começaram a organizar uma grande festa para recepcioná-lo<sup>601</sup>. Entretanto, para a frustração de todos, Jango adiou a sua visita a Passo Fundo para o ano seguinte<sup>602</sup>.

Por outro lado, apesar dos esforços do ministro, a crise econômica e a crescente inflação continuavam incitando os trabalhadores a deflagrarem greves. Nesse sentido, “a insatisfação dos trabalhadores com as grandes perdas salariais demonstrou que o apreço que dedicavam a Vargas não era incondicional<sup>603</sup>”. Dessa forma, a crise econômica arranhava a imagem de Vargas, enquanto a popularidade de Jango crescia.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, desde o mês de julho os bancários de todo o estado pleiteavam um aumento de 50%<sup>604</sup>, mas os banqueiros só ofereceram 10% de reajuste<sup>605</sup>, proposta essa que não foi aceita pelos bancários. Após várias reuniões e tentativas de negociação, a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, após uma reunião no dia 7 de agosto de 1953 (uma sexta-feira à noite), que contou com a presença de cerca de mil bancários, declarou a greve geral dos bancários no estado a partir daquela data<sup>606</sup>.

O Sindicato dos Bancários de Passo Fundo, que na época era presidido por Osmildo Stafford da Silva, aderiu à greve a partir da segunda-feira – dia 10. Na cidade, segundo noticiou o jornal *O Nacional*, “o movimento atingiu um ponto culminante, estando os componentes da classe grandemente agitados, devendo realizar às 20 horas um grande comício no Altar da Pátria<sup>607</sup>”. Durante esse comício, ocorreram várias manifestações de solidariedade e apoio aos bancários passofundenses, que foram, inclusive, incentivados a “prossequirem reivindicando seus justos direitos<sup>608</sup>”.

---

<sup>600</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 113-117.

<sup>601</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 4 dez. 1953, p. 1 e 4.

<sup>602</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 dez. 1953, p. 1.

<sup>603</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 145-146.

<sup>604</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 jul. 1953, p. 1.

<sup>605</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 24 jul. 1953, p. 1.

<sup>606</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8 ago. 1953, p. 1.

<sup>607</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 10 ago. 1953, p. 1.

<sup>608</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 11 ago. 1953, p. 1 e 4.

No dia 20 de agosto, a greve geral dos bancários já atingia 52 cidades sul-riograndenses<sup>609</sup>. A greve findou-se no dia 26 com vitórias parciais para os bancários, que obtiveram um aumento salarial de 20%<sup>610</sup>. No final do ano, Jango aumentou em 30% o salário dos bancários de todo o país<sup>611</sup>.

Ademais, uma outra medida empreendida por Jango, que teve grande repercussão em Passo Fundo, foi a instalação do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência) no dia 18 de janeiro de 1954<sup>612</sup>. O SAMDU foi instalado no Círculo Operário Passofundense (na mesma sala onde funcionava a Câmara de Vereadores, que foi transferida para um salão nobre da Prefeitura<sup>613</sup>) e tinha como objetivo principal prestar assistência médica à população carente, seja na sua sede, seja no domicílio do paciente.

#### 4.2.5. Crise política e sindicatos

Segundo Jorge Ferreira, embora a crise econômica atingisse o prestígio do governo, não havia relação direta com uma outra crise, a política. Vargas retornou ao poder pelo voto, mas seu governo foi marcado pela intransigência das oposições em negociar. Os ataques vinham tanto da UDN quanto do PCB. Por mais que o presidente procurasse acordos e pactos com os udenistas, estes, à exceção de sua ala fisiológica, negavam-se a qualquer possibilidade de compromisso. Da tribuna da Câmara dos Deputados, a “banda de música” da UDN, diariamente, atacava o governo. Para os liberais-conservadores, era inconcebível que o ditador do Estado Novo retornasse ao poder, sobretudo por meio do voto. Por duas vezes derrotada com seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945 e 1950, a UDN, mostrando-se incapaz de concorrer a aliança PTB-PSD, escolheu a estratégia de atacar, denunciar e insultar Vargas, negando-se a qualquer aproximação, e de procurar o apoio das Forças Armadas<sup>614</sup>.

Pelo seu radicalismo e poder verbal, o principal adversário de Getúlio era o jornalista udenista, e ex-comunista, Carlos Lacerda, que, através do seu jornal *Tribuna da Imprensa*, atacava violentamente o presidente. Nos meios militares, Vargas também possuía inimigos, dentre eles os generais Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes.

---

<sup>609</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 20 ago. 1953, p. 1.

<sup>610</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 ago. 1953, p. 1.

<sup>611</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 dez. 1953, p. 1.

<sup>612</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 jan. 1954, p. 4.

<sup>613</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jan. 1954, p. 4.

<sup>614</sup> FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (a), p. 305-307.

Sem dúvida, a nomeação de João Goulart para a pasta do Trabalho acirrou ainda mais a crise política e as acusações contra o governo. A principal delas era que Jango pretendia amparar-se no prestígio de Vargas entre os trabalhadores e no controle do movimento sindical para viabilizar planos continuístas e instaurar no Brasil uma “república sindicalista”, de inspiração peronista. Em outras palavras, o projeto getulista e petebista de incorporação da massa sindical foi veiculado pelos udenistas como uma rota para a instauração de um poder paralelo, que se consubstanciaria em uma “república sindicalista”<sup>615</sup>.

O conjunto de medidas que Goulart tomou à frente do Ministério, o seu estilo de lidar com o movimento sindical e, sobretudo, sua crescente popularidade, associada à imagem de herdeiro político de Vargas, não passaram impunes pela imprensa oposicionista, que o acusava de demagogo, manipulador de sindicatos, fomentador de greves e articulador para a implantação de uma “república sindicalista”. Não por acaso, o fantasma argentino era ameaçador, afinal, sem golpes de Estado, Perón ascendera ao poder pela mobilização do movimento sindical e pelo voto dos trabalhadores. O seu partido, com vitórias eleitorais seguidas, tinha maioria no parlamento e, com o respaldo das Forças Armadas, amplo apoio popular e praticamente imbatível nas urnas, o líder argentino passou a exercer poderes ditatoriais, mesmo que em um regime formalmente democrático<sup>616</sup>.

Naquela época, também convém ressaltar o conflito entre o projeto varguista, calcado no nacional-estatismo, e o liberalismo dos udenistas. A disputa entre os “nacionalistas” e os “entreguistas” cindiram a sociedade civil e os círculos militares e foram muito além do âmbito econômico, atingindo, inclusive, as relações internacionais.

Em síntese, os “nacionalistas” defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isto significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional. No quadro das relações

---

<sup>615</sup> D’ARAÚJO, M. C. op. ct., 1996, p. 96.

<sup>616</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 125 e 127.

internacionais, os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento ou mesmo de oposição relativamente aos Estados Unidos<sup>617</sup>.

Os “entreguistas”, por sua vez, defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. Sustentavam ainda uma postura de rígido combate à inflação por meio do controle da emissão de moeda e dos gastos do governo. Nas relações internacionais, defendiam a necessidade do Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos no combate mundial ao comunismo<sup>618</sup>.

Contudo, entre novembro de 1953 e janeiro do ano seguinte, o movimento sindical não se limitou a pressionar patrões e governo por reajustes salariais e a deflagrar greves. Os sindicalistas, procurando avançar para além das reivindicações econômicas, começaram a lutar também na dimensão da política, particularmente a eleitoral. Em novembro, no Rio de Janeiro, líderes sindicais lançaram a Frente dos Trabalhadores Brasileiros, enquanto em São Paulo, líderes sindicais lançaram, em janeiro de 1954, o manifesto político da Frente Única. Segundo Jorge Ferreira, nos manifestos da Frente dos Trabalhadores do Brasil e da Frente Única estão presentes tradições oriundas do comunismo de vertente soviética e do trabalhismo de origem getulista: unidade e unicidade sindicais, representação por categoria profissional, nacionalismo, reforma agrária, estatização de empresas estrangeiras, congregação dos trabalhadores em torno de um programa mínimo. Portanto, alguns sindicalistas do Rio de Janeiro e São Paulo, nesse momento, não mais se satisfaziam em eleger profissionais da política: queriam, também, atuar politicamente no parlamento<sup>619</sup>.

Ademais, é desse período o surgimento de mais uma novidade no movimento sindical – e que cresceriam até o início dos anos 1960: as intersindicais<sup>620</sup>. Sem questionar ou romper a legislação corporativa, os dirigentes das organizações de trabalhadores, ao mesmo tempo, a subvertiam, unindo sindicatos de diferentes categorias com o objetivo de se articularem em conjunto – prática proibida pela CLT. Experiência que demonstrou êxito durante a greve dos 300 mil, entre fins de 1953 e inícios do ano seguinte, as intersindicais passaram a interferir na vida

---

<sup>617</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 225.

<sup>618</sup> Idem, p. 225.

<sup>619</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 138-140.

<sup>620</sup> Em São Paulo, por exemplo, uma dessas intersindicais que ganharam relevo na história do movimento operário e sindical foi o Pacto de Unidade Intersindical (PUI) – mais tarde transformado no PUA (Pacto de Unidade e Ação) –, que avançou na tentativa de romper a estrutura sindical vertical e englobou mais de 100 organizações sindicais. In: ANTUNES, R., op. ct., p. 54.

política do país, seja defendendo um programa mínimo para lançar candidatos nas eleições, seja pressionando empresários e governo federal por ganhos materiais<sup>621</sup>.

Uma das intersindicais mais importantes do período foi a Comissão Intersindical do Movimento Pró-Salário Mínimo de Cr\$ 2.400,00, que promoveu uma série de manifestações. Surgida em janeiro de 1954, após o encontro de um grupo de sindicalistas, que representavam trabalhadores do Distrito Federal e de diversos estados, com Vargas e Goulart, seu objetivo era dobrar o salário mínimo. Os clamores do movimento sindical surtiram efeito: estudando a questão desde fins de 1953, o Ministério do Trabalho divulgou o projeto de duplicar o salário mínimo em fevereiro de 1954. Apesar de contar com a concordância de Vargas, o projeto desencadeou novos ataques da imprensa e, sobretudo, acelerou a conspiração civil-militar<sup>622</sup>.

De fato, o projeto de aumento de 100% do salário mínimo foi a gota d'água para os setores oposicionistas: em 20 de fevereiro, foi divulgado o *Manifesto dos Coronéis*, “assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército, protestando contra o que consideravam a deterioração dos padrões materiais e morais do Exército e criticando a elevação do salário mínimo, segundo eles incompatível com a realidade do país<sup>623</sup>”.

Em meio à crise político-militar, Vargas, pressionado, se viu obrigado a demitir Goulart da pasta do Trabalho, o que ocorreu em 22 de fevereiro. Entretanto, assumiu a pasta o técnico Hugo de Faria, braço direito de Jango no Ministério, que continuou a política de seu antecessor<sup>624</sup>.

Em contrapartida, a demissão de Jango provocou, por parte dos dirigentes sindicais cariocas, a proclamação da “Greve dos Braços Cruzados”, que se estendeu por vários pontos do país, visando a recondução de Goulart ao Ministério do Trabalho<sup>625</sup>.

Após a saída de Goulart, os ataques se dirigiram ao presidente. Em virtude das denúncias do ex-ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura da existência de ligações anti-norte-americanas entre os governos argentino, brasileiro e chileno formalizadas em um pacto – o pacto ABC – a UDN entrou com um processo de *impeachment* contra Vargas, mas não obteve êxito.

---

<sup>621</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2005, p. 140-141.

<sup>622</sup> Idem, p. 141-142.

<sup>623</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 229.

<sup>624</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 99-100.

<sup>625</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 23 fev. 1954, p. 1.

Tentando recuperar o prestígio e o apoio junto aos trabalhadores, Vargas anunciou, no dia 1º de maio de 1954, a duplicação do salário mínimo<sup>626</sup>. Contudo, segundo Armando Boito Jr., o efeito mais importante das medidas anunciadas em 1º de maio foi o de ter provocado uma verdadeira rebelião da burguesia contra o governo. Todos os grupos de pressão das diferentes frações burguesas levantaram-se contra o reajuste de 100%, contra o decreto que previa um aumento da contribuição dos empregadores para os Institutos de Previdência e, particularmente, contra a linguagem, considerada subversiva e ofensiva às classes conservadoras, utilizadas pelo presidente no discurso de 1º de maio<sup>627</sup>.

De fato, ocorreram, em diversas cidades do país, vários movimentos de protesto dos empregadores contra as novas tabelas do salário mínimo votadas para os diferentes estados. As classes conservadoras do Rio, São Paulo e Minas Gerais, desde então, passaram a estudar meios legais capazes de anular o decreto e recorreram ao Superior Tribunal Federal para suspender o aumento.

Por outro lado, o aumento em 100% do salário mínimo também teve grande repercussão entre os trabalhadores. Em Porto Alegre, por exemplo, os sindicatos locais programaram, para o dia 13 de maio, a “passeata da vitória<sup>628</sup>”. Porém, mesmo com a decretação do novo salário mínimo, eclodiu, em maio de 1954, a greve dos ferroviários do Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, os ferroviários locais aderiram à greve no dia 8 de maio. A greve chegou ao fim no dia 13, com a vitória dos ferroviários em suas reivindicações.

Ademais, ao longo do ano de 1954, os parlamentares udenistas, bem como a grande imprensa, atuaram como fatores de desestabilização do regime. Com grande acesso aos meios de comunicação, a oposição a Vargas elaborou e difundiu um conjunto de símbolos que apontavam para uma situação de impasse político, além de difundir e manejar imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população<sup>629</sup>.

Segundo Boris Fausto, apesar das pressões Getúlio se equilibrava no poder. Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente. Esse acontecimento foi proporcionado

---

<sup>626</sup> Ao decretar o aumento em 100% do salário mínimo, ou seja, elevá-lo para Cr\$ 2.400,00, a proposta do ex-ministro Goulart venceu a do ministro da Fazenda Oswaldo Aranha e a do atual ministro do Trabalho Hugo de Faria. A proposta de Aranha era elevar o salário mínimo para Cr\$ 1.800,00, enquanto Faria propôs fixá-lo entre Cr\$ 1.800,00 e 2.000,00. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 29 abr. 1954, p. 1.

<sup>627</sup> BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 105-106.

<sup>628</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 14 mai. 1954, p. 2.

<sup>629</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 307.

pelo círculo dos íntimos do presidente. De fato, figuras próximas a Getúlio sugeriram ao chefe da guarda presidencial do Palácio do Catete – Gregório Fortunato – que ele deveria “dar um jeito” em Lacerda. Fiel servidor de Vargas por mais de trinta anos, Gregório armou o assassinato da figura mais ostensiva da oposição<sup>630</sup>.

Assim, na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, quando se aproximava da porta da sua residência, à rua Toneleros, Carlos Lacerda sofreu um atentado a tiros. Ferido com um tiro no pé, o atentado vitimou o seu acompanhante, o major da Aeronáutica Rubens Vaz, que também era segurança do jornalista.

Após o fatídico episódio, as elites conservadoras, através dos jornais, incitavam as Forças Armadas a derrubarem Vargas. A oficialidade da FAB se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo a sua renúncia. A Marinha, arma tradicionalmente hostil a Vargas, encampou a tese, ao lado de diversos generais do Exército. Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no Clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três forças discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe<sup>631</sup>.

O movimento pela renúncia ganhava grandes proporções e Vargas encontrava-se acuado e com uma margem de manobra pequena. Em 22 de agosto, ele recebeu um documento assinado por brigadeiros da Aeronáutica pedindo a sua renúncia. No dia seguinte, oficiais da Marinha manifestaram solidariedade aos colegas da FAB. À noite, um grupo de generais do Exército<sup>632</sup> também se solidarizou com os brigadeiros. Durante a madrugada do dia 24 de agosto, Vargas ainda tentara uma conciliação, aceitando a proposta de Amaral Peixoto de licenciar-se da presidência. Contudo, por volta das sete horas da manhã, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que o licenciamento se transformasse em renúncia. Para Vargas não havia mais alternativas: renunciava ou seria deposto por um golpe militar<sup>633</sup>.

---

<sup>630</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 230.

<sup>631</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 308.

<sup>632</sup> Entre os signatários estavam não apenas conhecidos adversários de Getúlio, mas generais distantes da oposição sistemática, como Henrique Lott, que, pouco mais de um ano depois, se converteria em porta-voz da legalidade. Aliás, a participação de Lott nesse manifesto seria uma das principais armas utilizadas pelos seus adversários nas eleições presidenciais de 1960.

<sup>633</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 309.

#### 4.2.6. O 24 de agosto

Antes de se deitar, Getúlio entregou um envelope a João Goulart, “pedindo que, em caso de necessidade, fosse para o Rio Grande do Sul e mostrasse o conteúdo da carta à imprensa local. Se não houvesse clima político em Porto Alegre, fizesse o mesmo em Buenos Aires”. Mais tarde, Vargas se suicidou com um tiro no peito, deixando, sobre um móvel do quarto, uma carta, logo nomeada de Carta-Testamento – aquela que estava com Jango era uma cópia<sup>634</sup>.

Segundo Maria Celina D’Araújo, o suicídio foi uma morte anunciada, pois esta não foi a primeira vez que Vargas pensou nessa possibilidade. Segundo a autora, pensamentos desse teor aparecem em seu diário já em 1930 como resposta a um possível fracasso do movimento revolucionário que liderava. Em 1932, quando eclodiu a guerra civil liderada pelo estado de São Paulo, Vargas preparou, novamente, uma carta-testamento a ser divulgada em caso de derrota. E em outubro de 1945, quando foi deposto, Getúlio apontou novamente para essa possibilidade<sup>635</sup>.

De qualquer modo, a notícia da morte do presidente estremeceu o país e o conteúdo da Carta-Testamento, divulgada pela *Rádio Nacional*, comoveu a população, que promoveu verdadeiros motins populares em todo o país. Apesar da repressão policial, a população não se intimidou e, além de promover greves gerais em algumas cidades do país, endereçou a sua ira contra as sedes dos partidos da oposição (sobretudo a UDN, mas também o PSD e o PL no Rio Grande do Sul), os jornais antivarguistas (como *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro, o *Diário de Notícias* e o *Estado do Rio Grande*, em Porto Alegre) e até mesmo a representação diplomática dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e qualquer empresa que possuísse uma simples vinculação nominal com os americanos – como, por exemplo, uma casa noturna, a *American Boite*, em Porto Alegre – demonstrando o sentimento norte-americano da população<sup>636</sup>. Também convém lembrar que os comunistas participaram desses “motins urbanos”.

Em Passo Fundo também ocorreram acontecimentos dessa natureza. Segundo Orlando Bühler, “foi um movimento fantástico! O povo ficou louco! O povo queria briga, pois Getúlio era muito querido na cidade<sup>637</sup>”. Assim, na noite do dia 24, uma numerosa e exaltada massa popular

---

<sup>634</sup> FERREIRA, F., op. cit., 2003 (a), p. 309.

<sup>635</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, p. 115.

<sup>636</sup> Mais detalhes acerca desses dessas manifestações populares no país, ver os seguintes trabalhos de Jorge Ferreira: Op. cit., 2003 (I) e 2005, além do artigo O carnaval da tristeza: os motins urbanos de 24 de agosto. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>637</sup> Depoimento concedido por Orlando Bühler, nascido em 24/06/1924. Ex-sindicalista rural, getulista e brizolista, foi preso pelo regime militar em 1964, ficando detido por 40 dias em Porto Alegre.

depredou as sedes dos partidos antivarguistas locais (UDN, PSD, PL) e a sede do jornal pessedista *Diário da Manhã*<sup>638</sup>.

No dia seguinte, numerosos populares desfilaram pelas ruas da cidade conduzindo dois bonecos de pano, sendo que um deles simbolizava a figura de Carlos Lacerda e trazia inscrições contra ele e a UDN. Os manifestantes, depois de se dirigirem ao Altar da Pátria, onde promoveram discursos inflamados, prosseguiram percorrendo as ruas centrais e, chegando à Praça Marechal Floriano, atearam fogo no boneco que simbolizava a figura de Lacerda. Em seguida, se ouviu estridentes vivas a Getúlio Vargas e abaixo aos seus opositores, ouvindo-se ainda o Hino Nacional, cantado pela imensa massa humana presente<sup>639</sup>.

Nesse mesmo dia, as autoridades policiais e militares adotaram uma série de medidas visando estabelecer a ordem pública e evitar as depredações e os movimentos que estavam previstos para o final do dia. Para tanto, foram postadas, em locais centrais da cidade, patrulhas reforçadas do Exército e da Brigada Militar, que também foram auxiliados pela Polícia Civil, que vigiaram a cidade por toda a noite. Em virtude do patrulhamento ostensivo, os manifestantes se intimidaram e a situação voltou à normalidade<sup>640</sup>.

Após alguns dias, a situação voltaria à normalidade em todo o país, mas, agora, diante da reação popular, o golpe era inviável. Dessa forma, mesmo recorrendo a uma solução extrema, Vargas reverteu a situação, impediu o golpe e reconquistou o prestígio que vinha perdendo junto à população em virtude das conseqüências da crise econômica.

### 4.3. A transição difícil

Após a morte de Getúlio Vargas assumiu a presidência da República o vice-presidente Café Filho, do PSP, que formou um novo ministério com personalidades antigetulistas, como Eugênio Gudín, na Fazenda, e o udenista Prado Kelly, na Justiça. E mais, a cúpula militar era formada quase integralmente por adversários do ex-presidente, como o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Juarez Távora. No entanto, destacava-se do conjunto o general Henrique Teixeira Lott, tido como homem de centro e legalista<sup>641</sup>.

---

<sup>638</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 ago. 1954, p. 1.

<sup>639</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 ago. 1954, p. 1.

<sup>640</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 26 ago. 1954, p. 1.

<sup>641</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 315.

Dessa maneira, os udenistas assumiram o poder, embora sem a vitória eleitoral. Assim, a gestão Café Filho, segundo Paulo Vizentini<sup>642</sup>, caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra. Conseqüentemente, o projeto de desenvolvimento foi momentaneamente abandonado em nome de um liberalismo econômico extremado<sup>643</sup>.

Ademais, o governo Café Filho, através do seu ministro do Trabalho Alencastro Guimarães, passou a reprimir as intersindicais<sup>644</sup>, alegando que se tratava de “organismos comunistas”, tentou reduzir o salário mínimo e cortou gastos com políticas sociais, extinguindo, por exemplo, o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU)<sup>645</sup>.

O governo Café Filho, alinhado aos udenistas, também promoveu – como já fizera anteriormente José Linhares antes da posse de Dutra – perseguições políticas a elementos do antigo regime. Em Passo Fundo, uma das vítimas foi João Andrade, que foi exonerado do cargo de delegado regional do Ministério do Trabalho logo no início de 1955, após quase 14 anos no cargo<sup>646</sup>.

Sem dúvida, João Andrade gozava de grande prestígio entre as lideranças sindicais e os próprios trabalhadores passofundenses, tanto que, após a sua destituição, os sindicatos de Passo Fundo imediatamente iniciaram uma ostensiva campanha para reconduzi-lo ao cargo. Para tais propósitos, a principal tática utilizada foi o envio constante de telegramas ao presidente da República, ao ministro do Trabalho e ao delegado regional do Trabalho.

Um dos primeiros telegramas enviados ao presidente dizia o seguinte:

Telegrama ao presidente da República<sup>647</sup>

“Os sindicatos da Indústria desta cidade, com a devida permissão de V. Excia., vem manifestar sua profunda mágoa pela recente exoneração do sr. João Andrade do cargo de Representante do Ministério do Trabalho neste município, por ato do sr. Delegado Regional neste estado. O operariado local perde um grande e leal amigo, seu orientador nas leis do Trabalho. O funcionário ora exonerado exercia o cargo com rara honestidade e profunda dedicação, sendo pessoa altamente conceituada no seio das classes trabalhadoras e sociedade locais. (...) O cidadão em apreço foi fundador dos sindicatos locais e é presidente do Círculo Operário há vários anos, por reeleições, o que atesta sua invulgar dedicação à causa dos trabalhadores dentro dos princípios cristãos e democráticos. Respeitosas saudações”.

---

<sup>642</sup> Nesse sentido, a Instrução 113, baixada pelo SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), criou uma série de facilidades e isenções para o capital estrangeiro.

<sup>643</sup> VIZENTINI, P., op. ct., p. 205.

<sup>644</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 20 set. 1954, p. 1.

<sup>645</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 nov. 1954, p. 4; e 5 jan. 1955, p. 3. No entanto, o SAMDU voltaria à ativa, em Passo Fundo, em dezembro de 1956, agora funcionando nas dependências do Hospital Municipal.

<sup>646</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 5 jan. 1955, p. 1.

<sup>647</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jan. 1955, p. 1; *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 7 jan. 1955, p. 4.

Nelson Petry (Sindicato dos Metalúrgicos), Juvêncio Bortolás (Sindicato da Alimentação) e Noé Paim (Sindicato da Construção e do Mobiliário).

Embora a nota acima diga que “o cidadão em apreço foi fundador dos sindicatos locais”, devemos lembrar que alguns sindicatos foram fundados antes mesmo de João Andrade assumir a presidência do Círculo Operário (1939) e o cargo de delegado regional do Ministério do Trabalho (1941). Na verdade, Andrade auxiliou burocraticamente os sindicatos fundados a partir da década de 1940.

De qualquer modo, os demais sindicatos de Passo Fundo também se solidarizaram a João Andrade e enviaram telegramas às autoridades. Aliás, o clima nos meios operários era de “surpresa, ressentimento e mágoa pela demissão sumária de João Andrade<sup>648</sup>”. Segundo noticiou *O Nacional*, “tanto era a estima e a admiração dos operários que a notícia estourou no seu meio como uma bomba. Um operário, ao tomar conhecimento do fato, não reprimiu as lágrimas<sup>649</sup>”.

De fato, o prestígio do presidente circulista e ex-delegado do Ministério do Trabalho era tamanho que a sua residência<sup>650</sup>, desde o dia da sua demissão, esteve repleta de trabalhadores. Na noite do dia 5 de janeiro, um grande número de trabalhadores foi apresentar-lhe solidariedade. No dia seguinte, vários caminhões, conduzindo operários dos pontos mais afastados da cidade, estacionaram na frente da sua residência e promoveram vários discursos. Inclusive, os trabalhadores locais estavam dispostos a deflagrar uma greve geral na cidade, mas foram dissuadidos por João Andrade<sup>651</sup>.

Além dos sindicatos, João Andrade também contou com a solidariedade do PTB local. O então prefeito petebista Daniel Dipp enviou o seguinte telegrama ao presidente Café Filho:

“Permite V. Excia., que lhe apresente, em nome do Governo do Município, o meu mais formal protesto contra a injustificada demissão do zeloso e honrado Chefe do posto local do Ministério do Trabalho sr. João Andrade, que há 15 anos vem trabalhando pela unidade e bem estar das classes operárias de Passo Fundo, tendo sido fundador de todos os Sindicatos locais, além de Presidente, desde a fundação, do Círculo Operário. O referido ato causou geral surpresa e profunda consternação no seio dos trabalhadores e da sociedade locais, pois, além de estável, o funcionário demitido goza de alto conceito, mercê de duas qualidades pessoais e de sua dedicação funcional, motivo pelo qual sua exoneração tem ampla e desfavorável repercussão, comprometendo o bom nome do Governo de V. Excia”.

Respeitosamente. Daniel Dipp<sup>652</sup>.

---

<sup>648</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jan. 1955, p. 1.

<sup>649</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jan. 1955, p. 4.

<sup>650</sup> A residência do sr. João Andrade localizava-se a Av. Brasil, ao lado do Colégio Fagundes dos Reis, onde atualmente está localizava a Floricultura Mil Flores.

<sup>651</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jan. 1955, p. 4.

<sup>652</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jan. 1955, p. 4.

Nesse telegrama, mais uma vez, insistiu-se na argumentação de que João Andrade “foi o fundador de todos os sindicatos locais”. Uma outra argumentação utilizada foi a de que Andrade era “presidente, desde a fundação, do Círculo Operário”, o que é mais uma falácia, pois João Andrade assumiu a presidência do COPF em 1939, portanto, cinco anos após a sua fundação.

No entanto, é importante atentar para o fato do diretório municipal do PTB também enviar telegramas de protesto contra a exoneração de Andrade. Embora não mantivesse vínculos formais com o partido, João Andrade era getulista e um defensor da legislação trabalhista.

Além do PTB e do então prefeito Daniel Dipp, também enviaram telegramas de protesto a Câmara de Vereadores e o Círculo Operário Passofundense. Em resposta ao telegrama enviado pelo COPF, o Delegado Regional do Trabalho, Luiz Assumpção, também através de um telegrama, respondeu:

Resposta vosso telegrama relativamente a exoneração do sr. João Andrade, esclareço-vos que o ato do sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro último, de acordo com o parágrafo sétimo do artigo 19 do Estatuto dos Funcionários Públicos, é em virtude de exercer o cargo interinamente e não ter se submetido a concurso. O referido Diário Oficial publica no mesmo ato a exoneração de 88 funcionários que se encontravam na mesma situação. Pedido de reconsideração deve ser encaminhado ao sr. Ministro. Viajarei para a capital federal e tudo empenharei no sentido de ser o referido funcionário aproveitado em outro cargo. Solicitaria fineza de dar publicidade às presentes informações. Atenciosas saudações. Luiz Assumpção, Delegado Regional do Trabalho<sup>653</sup>.

Entretanto, devemos lembrar que João Andrade ficou “interinamente” quase 16 anos no cargo. Ora, porque somente agora o governo federal resolveu exonerar, em todo o país, quase 90 “interinos”? A resposta é lógica. A maioria desses funcionários “interinos” foi nomeada durante o governo de Getúlio Vargas e, sem dúvida, ocuparam tais postos por serem seus partidários, sobretudo no caso do Ministério do Trabalho, que incorporou para dentro da sua burocracia alguns sindicalistas “oficialistas”. Em outras palavras, tratou-se de uma questão política – como o jornal *O Nacional* denunciou algumas vezes nas suas notas –, o que se torna evidente pela nomeação do substituto de Andrade, Eugenio Vicente, que também não se submeteu a um concurso público.

De qualquer forma, em menos de um mês, as pressões levadas a efeito pelos sindicatos passofundenses – e também pela Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul –, pelo PTB

---

<sup>653</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 18 jan. 1955, p. 4.

local, pelo bispado de Passo Fundo e, inclusive, pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre tiveram resultado e João Andrade foi readmitido no cargo no dia 22 de janeiro<sup>654</sup>.

Voltando ao âmbito nacional, o ano de 1955 seria caracterizado pelo clima de instabilidade política. Conspirações golpistas eram noticiadas freqüentemente nos jornais e à medida que se aproximavam as eleições presidenciais de 3 de outubro a crise ia ganhando corpo.

A candidatura de Juscelino Kubitschek ao lado de João Goulart, considerado o herdeiro político de Vargas, atemorizava a UDN<sup>655</sup>, que lançou como candidato o general Juarez Távora, líder militar antigetulista. Ademar de Barros, pelo PSP, e Plínio Salgado, pelo PRP, também concorreram ao pleito.

Como os acontecimentos de 24 de agosto de 1954 ainda estavam frescos na memória popular<sup>656</sup>, receoso das conseqüências que isso poderia acarretar nas eleições, Carlos Lacerda, líder da extrema-direita e da ala golpista da UDN, pregava abertamente a suspensão das eleições e instigava os setores militares a intervir em seus propósitos.

No entanto, segundo Jorge Ferreira, a questão central ia além da simples “volta do getulismo” com Juscelino e, sobretudo, Jango, herdeiro político de Vargas. Tratava-se da maneira como os trabalhadores alcançaram seus direitos de cidadania social e as conseqüências políticas que surgiram do próprio processo. Primeiro, os assalariados se beneficiaram com os direitos sociais, creditando os ganhos a Getúlio Vargas; agora, exerciam seus direitos políticos, participando do processo eleitoral como cidadãos que efetuavam suas escolhas. Para os diversos grupos liberais, as leis trabalhistas – interpretadas como fruto da demagogia, da conjuntura nazi-fascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e “pelegos” – teriam comprometido a legitimidade da democracia no Brasil. Em outras palavras, a maneira como os trabalhadores manifestavam a sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria “conspurcada”, “desvirtuada”, “corrompida” pelos direitos sociais, uma vez que os trabalhadores, corrompidos em sua consciência política, continuariam a votar nas lideranças demagógicas, caudilhescas e manipuladoras, condenando o processo democrático ao fracasso. Portanto, quando os conservadores recorriam às Forças Armadas, falando em “saneamento da política”, visavam algo

---

<sup>654</sup> Em julho de 1959, João Andrade foi novamente exonerado do Ministério do Trabalho de Passo Fundo. Embora os petebistas dissidentes locais afirmassem que a exoneração havia sido promovida pelo PTB passofundense, desta vez a sua exoneração foi motivada pela nomeação dos funcionários concursados em 1957. Entretanto, mais uma vez, houve uma grande manifestação dos sindicatos e políticos locais em prol de João Andrade, que voltaria ao cargo devido a uma reforma nos Estatutos dos Funcionários Públicos.

<sup>655</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 8 jul. 1955, p. 1.

<sup>656</sup> Segundo noticiou *O Nacional*, o povo comemorou tristemente o 1º de Maio no Maracanã, onde foi vaiado pela multidão o brigadeiro Eduardo Gomes. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 2 mai. 1955, p. 1.

muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. “Sanear” significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos<sup>657</sup>.

Contudo, diversos setores da sociedade civil, e mesmo dos círculos militares, reagiram e se manifestaram em prol da legalidade e apesar das manobras golpistas, dos ataques às instituições e das denúncias feitas contra Goulart através da “Carta Brandi<sup>658</sup>”, as eleições presidenciais foram realizadas na data marcada – 3 de outubro de 1955. Na verdade, nesse momento o rompimento institucional era defendido por uma minoria.

No pleito, Juscelino obteve 36% dos votos, contra 30% de Juarez Távora, 26% de Ademar de Barros e 8% de Plínio Salgado. João Goulart foi eleito vice-presidente. Porém, com a vitória da chapa Juscelino-Jango a crise política tornou-se ainda mais aguda, sobretudo com a campanha promovida para o impedimento da posse. Segundo Jorge Ferreira, a estratégia dos udenistas, defendida por alguns grupos, era a de denunciar o apoio dos comunistas a Juscelino, bem como as fraudes eleitorais, motivos para a anulação das eleições. Pretendiam, também, recorrer à tese da “maioria absoluta”, impedindo, desse modo, a posse do presidente eleito<sup>659</sup>.

Ao mesmo tempo, os defensores da legalidade denunciavam os golpistas. Na Câmara dos Deputados foi solicitada a cassação do mandato de Carlos Lacerda por pretender “subverter a ordem pública<sup>660</sup>”. A tensão política era tamanha que Lacerda e Fernando Ferrari chegaram a “trocar murros” na Câmara<sup>661</sup>.

A crise política também atingiu as Forças Armadas. Como lembra Jorge Ferreira<sup>662</sup>, os militares estavam divididos basicamente em três grupos: os “nacionalistas de esquerda”, adeptos às teses de soberania nacional defendida pelos trabalhistas e, ao mesmo tempo, neutros acerca da ideologia do anticomunismo; “os nacionalistas direitistas”, a exemplo de Góes Monteiro e Gaspar Dutra, que, embora simpáticos ao nacionalismo, defendiam uma luta sem trégua ao comunismo; e os “cosmopolitas de direita”, que, aglutinando nomes como os do brigadeiro Eduardo Gomes e dos generais Juarez Távora e Cordeiro de Farias, era visceralmente anticomunista, anti-trabalhista e adversária do nacionalismo – defensora, portanto, da abertura ao capital estrangeiro e do

---

<sup>657</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 317.

<sup>658</sup> A “Carta Brandi” foi denunciada em meados de setembro de 1955 por Carlos Lacerda na TV Rio. Tratava-se de uma suposta correspondência endereçada a Goulart, na época em que era ministro do Trabalho, remetida pelo deputado peronista Antonio Brandi, que provava as articulações entre Jango e Perón para deflagrar no Brasil um movimento armado que instalaria a república sindicalista. Porém, uma investigação realizada pelo Exército comprovou, logo após as eleições, a falsidade da carta.

<sup>659</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 319.

<sup>660</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 out. 1955, p. 1.

<sup>661</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 out. 1955, p. 1.

<sup>662</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 320.

alinhamento incondicional aos Estados Unidos. Nesse sentido, convém ressaltar que os “cosmopolitas de direita”, desde o segundo governo de Getúlio Vargas, estabeleceram alianças com os “nacionalistas de direita”.

Na defesa da legalidade, o general Zenóbio da Costa, da ala “nacionalista de esquerda”, lançou uma contundente declaração. Dias depois, durante os funerais do general Canrobert Pereira da Costa, da “ala golpista”, o coronel Jurandir Mamede, num ato de insubordinação, tomou a palavra e pronunciou um discurso onde, repetindo as palavras de Canrobert, definiu a democracia no Brasil como “pseudo-legalidade, imoral e corrompida”. Após o discurso, Mamede foi cumprimentado pelo presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz.

No início de novembro, Café Filho licenciou-se do governo por problemas cardíacos. Assim, no dia 8 de novembro, assumiu a presidência da República Carlos Luz. Percebendo as articulações para o golpe de Estado, o ministro da Guerra Henrique Lott comandou um contragolpe no dia 11. O episódio, conhecido como “novembrada”, destituiu Carlos Luz e nomeou para a presidência da República o presidente do Senado Nereu Ramos, que governou um país sobre o estado de sítio até a posse de Juscelino. Recuperado, Café Filho ainda tentou retornar à presidência, mas foi impedido pelo Congresso.

Embora o povo pedisse a punição aos golpistas, estes não o foram. Apenas Carlos Lacerda, por vontade própria, preferiu partir para os Estados Unidos<sup>663</sup>. A partir de então, o general Henrique Teixeira Lott passou a gozar de grande prestígio perante a sociedade civil e os círculos militares como “o defensor da legalidade” e, inclusive, recebeu várias homenagens de sindicatos de todo o país<sup>664</sup>. Devido à sua atuação, naquele momento o povo brasileiro confiava nas Forças Armadas<sup>665</sup>.

#### **4.4. O governo JK (1956-1961) e a consolidação do movimento sindical**

Em comparação com o segundo governo Vargas, o governo JK pode ser considerado de estabilidade política e de relativa calma nos meios militares. Nesse sentido, a aliança entre PSD e PTB dava sustentação política e partidária ao governo, juntamente com a atuação do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, nos círculos militares.

Entretanto, a estabilidade política do governo também se deve, e muito, pela sua “inércia reformista”. De fato, ao optar por não pisar no “terreno minado” das reformas de base – dentre

---

<sup>663</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 nov. 1955, p. 1.

<sup>664</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 3 dez. 1955, p. 1.

<sup>665</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 16 dez. 1955, p. 1.

elas a reforma agrária –, o governo não se indisponha com os setores conservadores civis e militares – sobretudo os latifundiários.

O governo de Juscelino Kubitschek também se caracterizou pelo desenvolvimento econômico. Seu slogan de campanha, “cinquenta anos em cinco”, sintetizava seu objetivo maior: acelerar o desenvolvimento nacional. O seu programa de governo, conhecido como Plano de Metas, era um documento essencialmente econômico, abrangendo 31 metas distribuídas em seis grandes grupos: energia (metas 1 a 5), transportes (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústrias de base (metas 19 a 29), educação (meta 30) e a construção de Brasília (meta 31). Tomado em conjunto, o Plano de Metas visava aprofundar o processo de industrialização<sup>666</sup>.

Sem dúvida, o Plano de Metas foi coroado de êxitos. Para alguns estudiosos, o sucesso do projeto nacional-desenvolvimentista de JK é considerado como “o segundo milagre brasileiro<sup>667</sup>”. Além da significativa ampliação dos setores rodoviário e energético, o período também foi marcado pela chegada das multinacionais ao país, em particular a indústria automobilística. Contudo, o modelo de industrialização, baseado na presença do capital estrangeiro, era a questão mais polêmica no cenário político do período e foi duramente criticado pelos setores do movimento nacionalista de esquerda.

Aliás, segundo Vânia Moreira<sup>668</sup>, durante os anos JK, o nacionalismo não era mais apenas um ingrediente ideológico, mas um movimento político e social em plena expansão. Ou seja, embora a linguagem “nacionalista” estivesse presente nos discursos de setores sociais e políticos progressistas<sup>669</sup>, conservadores e até mesmo reacionários, o “ingrediente nacionalista”, por si só, serve pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil. Nesse sentido, no seio dos setores progressistas, o movimento nacionalista, como um movimento político e social, estava dividido claramente em duas tendências que disputavam a hegemonia política: o “nacional-desenvolvimentismo” – do ISEB<sup>670</sup> e de JK – e o “nacionalismo econômico” ou “nacionalismo de esquerda<sup>671</sup>”.

---

<sup>666</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 159.

<sup>667</sup> O primeiro milagre brasileiro teria ocorrido com o *boom* de 1896, e o terceiro nos anos 1970, durante o regime militar.

<sup>668</sup> MOREIRA, V., op. cit., p. 168-170.

<sup>669</sup> Convém lembrar que partidos, mais ou menos, conservadores, como o PSD e a UDN, também possuíam suas alas progressistas, favoráveis às reformas de base e às questões nacionalistas, como a “Ala Moça” do PSD e a “Bossa Nova”, da UDN.

<sup>670</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma instituição ligada ao Ministério da Educação e reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson

Segundo a autora, as questões em debate/embate pelos movimentos nacionalistas foram a industrialização, a presença do capital estrangeiro, a reforma agrária e o pacto social e político que deveria orientar e sustentar o processo de “desenvolvimento nacional”. A estes temas centrais seguiam-se outros, como a política externa independente e as reformas no sistema eleitoral, administrativo, educacional, etc. Em comum entre os dois grupos nacionalistas havia o sentimento de prover a nação com um processo de desenvolvimento auto-sustentável<sup>672</sup>.

Nessa época, os setores progressistas também lançariam a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que, apesar da pluralidade ideológica de seus integrantes e apoiadores, unia todos em órbita da questão da autonomia nacional. Apesar da hegemonia dos parlamentares recrutados nos quadros do PTB, reuniu deputados e senadores de vários partidos e buscou fundamentos teóricos junto a intelectuais ligados à ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Seu programa era bem definido e em seus quadros só eram aceitos políticos que se identificassem, de forma explícita e formal, com o elenco de proposições que constituíam suas diretrizes principais<sup>673</sup>.

A Frente Parlamentar Nacionalista caracterizou-se pela sua marcada atuação no poder Legislativo. Além de apresentar projetos de lei específicos em relação a questões nacionalistas, transformou-se em advogada de defesa das manifestações, greves e reivindicações do movimento social junto ao Congresso Nacional. Durante o início dos anos 1960, os políticos da Frente assumiram, muitas vezes, a função de porta-vozes de organizações como o CGT, o PUA, as Ligas Camponesas e a UNE junto ao poder Legislativo<sup>674</sup>.

Embora os anos JK ficassem conhecidos como os “anos dourados” – marcados pelo otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pela bossa nova, pela

---

Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas polêmicos e, sobretudo, funcionava como um centro de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua “idade de ouro” justamente no quinquênio juscelinista. In: MOREIRA, V., op. ct.

<sup>671</sup> Seja pela crítica ao “entreguismo juscelinista”, pelo apelo aos interesses populares ou ainda pela plataforma das reformas sociais e políticas, o nacionalismo econômico foi a perspectiva das esquerdas do período. No meio intelectual, aqueles que melhor articularam as idéias dos nacionalistas econômicos ou nacionalistas de esquerda foram os colaboradores mais ativos da *Revista Brasiliense*, como Caio Prado Jr., Heitor Ferreira Lima, Elias Chaves Neto, entre outros. Diferentemente de JK e dos isebianos, os nacionalistas econômicos assumiam publicamente que a ampliação da participação do capital internacional na economia brasileira poderia reproduzir, em novos termos, a dependência nacional em relação aos países ricos e industrializados. In: MOREIRA, V., op. ct.

<sup>672</sup> MOREIRA, V., op. ct., p. 170.

<sup>673</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 149-150.

<sup>674</sup> Idem, p. 150.

conquista do primeiro título mundial de futebol da Seleção Brasileira e pela construção de Brasília – nem tudo foram “flores”. De fato, o governo JK também ficaria marcado pela concentração de renda, pela inércia nas questões referentes às reformas de base, à extensão dos direitos sociais aos homens do campo e à reforma agrária, e pela não “interiorização do progresso”. Assim, o “Brasil pobre ficava alheio aos benefícios das mudanças<sup>675</sup>”.

Nesse sentido, o governo JK foi um período marcado pela intensificação das reivindicações pela extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos homens e mulheres do campo e pela reforma agrária, além da eclosão dos movimentos sociais no campo. No entanto, para salvar a frágil democracia brasileira e não comprometer a estabilidade política do país, Juscelino optou em sacrificar a cidadania dos homens e mulheres do campo.

No que tange à questão fundiária, a segunda mais polêmica do período, a colonização das chamadas “fronteiras agrícolas” surgiram como uma alternativa à explosiva reforma agrária. Porém, foi um assunto insuficientemente discutido no período, uma vez que as atenções – e tensões – se voltavam para a reforma agrária em regiões já conturbadas por conflitos sociais. De qualquer forma, o governo JK omitiu-se de qualquer medida de organização fundiária e, assim, a questão da ocupação das “fronteiras agrícolas” não foi minimamente regulamentada. Conseqüentemente, as maiores vítimas dessa inoperância governamental foram os posseiros, as populações ribeirinhas e os povos indígenas do Norte e Centro-Oeste, que estavam desprotegidos das ações dos grileiros, da grande propriedade e dos novos latifúndios que se formavam<sup>676</sup>.

Contudo, ao mesmo tempo em que JK evitou definir uma política agrária, ampliaram-se os conflitos fundiários e os movimentos sociais e políticos no campo, como as Ligas Camponesas, que agitavam o Nordeste, a crescente organização do sindicalismo rural e tantos outros movimentos rurais, inclusive armados, que surgiram no Sul, Sudeste e Centro-Oeste<sup>677</sup>.

Portanto, para a maior parte da população nacional – cerca de 70% viviam em zonas rurais – os anos JK foram mais cinzas do que dourados. Na ausência da reforma agrária, da colonização baseada na pequena propriedade nas zonas de fronteira agrícola e da extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos homens e mulheres do campo, a maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia<sup>678</sup>.

---

<sup>675</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. ct., 1996, p. 122-123.

<sup>676</sup> MOREIRA, V., op. ct., p. 183-187.

<sup>677</sup> Idem, p. 184.

<sup>678</sup> Idem, p. 188-191.

Ademais, os gastos governamentais para realizar o Plano de Metas e construir Brasília – capitais provenientes de empréstimos no exterior e da emissão de papel-moeda – trouxeram conseqüências negativas para a economia do país, dentre elas o avanço da inflação. Segundo Marcelo Badaró Mattos, “a taxa anual de inflação, que em 1955 era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%<sup>679</sup>”.

Embora o governo procurasse contornar a crise dos “anos dourados”, no intuito de finalizar o Plano de Metas, através do retorno à velha “barganha nacionalista” dos tempos de Vargas – embora não ousasse ultrapassar certos limites<sup>680</sup> –, internamente os planos de estabilização da economia não surtiram os efeitos esperados. Dessa forma, a inflação continuou solapando os salários dos trabalhadores e, conseqüentemente, a carestia de vida foi um grande catalisador de movimentos grevistas no período.

#### **4.4.1. A consolidação do movimento sindical**

O clima de relativa liberdade democrática do governo JK e as contradições do modelo de desenvolvimento econômico abriram espaço para a consolidação do movimento sindical. Vários são os índices dessa ascensão: crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos pela opinião pública; participação das entidades sindicais na formulação de pautas políticas para o país; construção de organismos intersindicais, entre outros exemplos. Do ponto de vista quantitativo, segundo Marcelo Badaró Mattos, duas medidas do crescimento da importância do sindicalismo são os dados sobre os números de sindicatos criados e o percentual de trabalhadores sindicalizados<sup>681</sup>.

Ao mesmo tempo em que a economia do país se desenvolvia, na mesma proporção crescia a inflação, principal responsável pela eclosão de inúmeros movimentos paredistas no período. Nessas greves, a principal reivindicação dos operários era por aumentos salariais e medidas contra a carestia de vida. No entanto, como lembra Ricardo Maranhão<sup>682</sup>, as greves nem sempre foram aceitas e, algumas vezes, o governo chegou a reagir com violência, inclusive fechando

---

<sup>679</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 38.

<sup>680</sup> Ver mais detalhes em VIZENTINI, P., op. ct.

<sup>681</sup> MATTOS, M., op. ct., p. 39.

<sup>682</sup> MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

sindicatos – como ocorreu, por exemplo, na greve dos marítimos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1958, quando o governo fechou três sindicatos<sup>683</sup>.

Contudo, as centenas de greves que pipocaram em todo o país durante o governo Juscelino Kubitschek consolidaram os sindicatos como atores políticos de relevo, que passaram a pressionar o governo não só em prol das melhorias econômicas, mas também pelo direito de greve e por demandas políticas.

Em julho de 1956, o governo federal estava na iminência de decretar o novo salário mínimo. Porém, no Rio Grande do Sul, os sindicatos não aceitavam as bases propostas pelo governo<sup>684</sup>, alegando que, em virtude da inflação, o aumento proposto era insuficiente. Visando pressionar o governo, foi decretada, no dia 6 de julho, uma greve geral no estado de 24 horas. Em Passo Fundo, os sindicatos locais, após uma reunião no dia anterior, também aderiram à parede e distribuíram o seguinte manifesto aos trabalhadores de todas as classes da cidade:

Os dirigentes dos Sindicatos de classe desta cidade vêm manifestar seu apoio à greve de 24 horas, a iniciar-se após a zero hora do dia de amanhã, seis do corrente, em todo o Rio Grande do Sul e apelam para a adesão de todos os sindicalizados e operários em geral a este movimento. Recomendam e insistem para que a greve se processe dentro de completa ordem, obedecendo o caráter pacífico de que deve revestir-se para o seu feliz êxito. Recomendam, ainda, como medida de prudência, procurem os trabalhadores, quanto possível, se manterem em suas residências, a fim de evitar aglomerações na via pública que dêem margem a mal entendidos e favoreçam a intromissão de elementos estranhos que venham desvirtuar o movimento, que é, e deve ser, estritamente pacífico, de respeito às leis e às autoridades. (...)”.

Comissão Sindical de Greve: Manoel Garrido (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e Mobiliário), Pedro Monteiro da Costa (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação), Alfeu Comin (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas)<sup>685</sup>.

Acerca desse manifesto, devemos chamar a atenção para o apelo da Comissão de Greve em manter o “caráter pacífico no movimento”, inclusive recomendando aos trabalhadores ficarem em suas residências e evitarem aglomerações públicas, impedindo, assim, “a intromissão de elementos estranhos que venham desvirtuar o movimento”. Ou seja, também era uma preocupação da Comissão de Greve manter os trabalhadores afastados dos comunistas – denominados como “elementos estranhos” por serem estranhos à maioria dos sindicatos locais, uma vez que não conseguiam penetrar nessas entidades dominadas pela Igreja Católica e pelos trabalhistas-getulistas.

---

<sup>683</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 22 jan. 1958, p. 1.

<sup>684</sup> O governo propôs, para o estado do Rio Grande do Sul, o salário mínimo de Cr\$ 3.000,00 para Porto Alegre e Cr\$ 2.500,00 para o interior, porém os sindicatos decidiram que somente aceitariam a base de Cr\$ 3.400,00. In: *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1956, p. 4.

<sup>685</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1956, p. 4.

No que tange à questão do salário mínimo, as pressões do movimento sindical – não só no Rio Grande do Sul, mas também em outros estados – surtiram efeito. Após os estudos dos técnicos das Comissões de Salário Mínimo e das negociações entre Jango, trabalhadores e empregadores, foi decreto o novo mínimo. No Rio Grande do Sul, foi decretado o valor de Cr\$ 3.100,00 para as grandes cidades do estado – incluindo Passo Fundo – e Cr\$ 2.900,00 para as demais. Em São Paulo, foi estabelecido o mínimo em Cr\$ 3.700,00; no Distrito Federal em Cr\$ 3.800,00; no Nordeste, o valor máximo foi Cr\$ 2.700,00 para o estado de Pernambuco<sup>686</sup>.

Aliás, para termos uma noção dos índices de crescimento da inflação, basta lembrarmos que em 1954 o salário mínimo, aumentado em 100%, era de Cr\$ 2.400,00; em 1956, passou para Cr\$ 3.800,00 (valor máximo, pago no Distrito Federal); em 1958, os sindicatos reivindicavam um salário mínimo de Cr\$ 6.000,00<sup>687</sup>; e em 1960, o governo decretou o mínimo em Cr\$ 8.000,00<sup>688</sup>.

Também ocorreram greves em Passo Fundo no período em foco, como a greve dos ferroviários, em julho de 1957; a greve dos operários da Cervejaria Brahma, em janeiro de 1959; e mais três greves dos ferroviários no decorrer de 1960 – uma em março, a outra em julho e a última em agosto.

Contudo, o movimento grevista mais famoso do governo JK foi a Greve dos 400 Mil, ocorrida de 15 a 25 de outubro de 1957, na cidade de São Paulo, considerada “o auge do processo de reaparecimento e massificação do fenômeno da greve. Depois dela, ficou patente a capacidade da classe trabalhadora em expandir seu poder de pressão tanto sobre o empresariado quanto sobre o panorama político<sup>689</sup>”.

Nesse movimento paredista, vários sindicatos paulistanos organizaram a Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia, reivindicando o reajuste salarial de 45% e uma política contra a carestia do governo. Marcada pela repressão policial e por inúmeros confrontos entre grevistas e vigias de fábricas, a greve findou-se com a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de conceder 25% de aumento, decisão essa, muitas vezes, desrespeitada pelo empresariado paulistano<sup>690</sup>.

Foi também nos anos JK que ocorreria a aproximação entre trabalhistas e comunistas nos meios sindicais. Os comunistas, que enfrentaram uma traumática crise em virtude das denúncias,

---

<sup>686</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 jul. 1956, p. 1.

<sup>687</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 nov. 1958, p. 1.

<sup>688</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 out. 1960, p. 1.

<sup>689</sup> NEGRO; SILVA, op. ct., p. 73-74.

<sup>690</sup> Sobre mais detalhes da Greve dos 400 Mil, ver NEGRO; SILVA, op. ct.

em 1956, dos crimes do regime stalinista na União Soviética, passaram a elaborar autocríticas e renovaram suas concepções teóricas e seus métodos de ação<sup>691</sup>, formulando um novo projeto político. Definido como a “nova política” do PCB (1958/1960), este novo projeto passou a defender, dentro do regime democrático, as bandeiras do nacionalismo e do antiimperialismo, das reformas de base e da reforma agrária (antifeudalismo). Para os comunistas, efetuada essa etapa (reformas), possível pela via democrática, o caminho do socialismo estaria aberto<sup>692</sup>.

Aliás, é importante destacar que a partir da “nova política”, com suas inovações e limites, o PCB, mesmo juridicamente ilegalizado, teve uma inserção crescente e contínua na vida sociopolítica brasileira até 1964, ganhando forte penetração no movimento sindical urbano e rural e entre os estudantes e intelectuais, transformando-se em um importante protagonista no processo histórico em curso naqueles anos (1958-1964)<sup>693</sup>.

Os trabalhistas, por sua vez, também passaram, no decorrer da década de 1950, por renovações ideológicas. Através da atuação de João Goulart na presidência do partido, o PTB deixou de ser apenas “getulista” para transformar-se em “reformista”, ou seja, um partido comprometido com o nacionalismo e o programa de reformas econômicas e sociais<sup>694</sup>.

Nessa transição –“de getulistas à reformistas” –, Goulart procurou redefinir o PTB em termos ideológicos, programáticos e organizacionais, além de reformular as relações de seu partido com sua própria base social – os trabalhadores e os sindicatos. Segundo Jorge Ferreira, Goulart esforçou-se para atualizar o trabalhismo brasileiro a um contexto internacional vivido por sua geração: por um lado, a consolidação dos valores democráticos e o modelo de um Estado de bem-estar social que avançava na Europa Ocidental e, por outro, a pregação antiimperialista e de emancipação econômica e política que se expandia pela América Latina<sup>695</sup>.

No entanto, durante o governo JK, o PTB manteve-se em uma posição ambígua e complexa de, ao mesmo tempo, ser um “partido de governo e de oposição”. Ou seja, ao mesmo tempo em que partilhava os dividendos dos acertos do governo JK, porque era seu parceiro, criticava a sua inércia reformista. Na verdade, a atuação do partido, no tocante às reformas, ficou

---

<sup>691</sup> Tais mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado *Declaração de Março* de 1958 e consolidadas na *Resolução* do V Congresso em 1960. No entanto, as mudanças operadas foram parciais e não romperam de forma radical e profunda com o passado; ao contrário, conservaram traços pretéritos fundamentais. Ver mais em SEGATTO, J., op. cit., 2003.

<sup>692</sup> SEGATTO, J., op. cit., 2003, p. 230-231.

<sup>693</sup> Idem, p. 232-233.

<sup>694</sup> Convém lembrar que, embora a cúpula partidária do PTB fosse da corrente “reformista”, também havia setores dentro do partido contrários à orientação dada por Jango.

<sup>695</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2005, p. 121-122.

restrita à ação parlamentar, não tendo acolhida no parlamento ou no Executivo. Assim, as reivindicações reformistas e nacionalistas ficaram no papel e nos comícios<sup>696</sup>.

Em suma, no final da década de 1950, trabalhistas e comunistas defendiam valores em comum, como o nacionalismo e o antiimperialismo, a ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores (as reformas de base) e se preocupavam com os trabalhadores e excluídos do campo (reforma agrária e extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses). Dessa forma, não por acaso, se aproximaram, tanto nos sindicatos quanto nos círculos políticos do país.

Portanto, as lutas por melhores condições de vida, por melhorias econômicas e, sobretudo, a encampação de demandas políticas, como as bandeiras nacionalistas e reformistas, foram fundamentais para transformarem definitivamente os sindicatos em atores políticos visíveis e temidos pelos conservadores.

No entanto, nem só da aliança entre trabalhistas e comunistas vivia o sindicalismo no Brasil. Convém ressaltar que, nesse momento, também havia outras correntes, tanto à direita (ademaristas e janistas) quanto à esquerda (“renovadores<sup>697</sup>”, trotskistas e socialistas), além da corrente católica ou circulista, cuja influência era fortemente sentida no Rio Grande do Sul. Ademais, também não podemos deixar de mencionar a criação, em 1959, do Movimento de Renovação Sindical, que reunia dissidentes do PCB, “independentes” e cristãos antagônicos ao circulismo<sup>698</sup>.

#### **4.4.2. Aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo?**

Se no movimento operário e sindical brasileiro, sob uma perspectiva geral, consolidaram-se as alianças entre trabalhistas e comunistas, o mesmo não podemos dizer em Passo Fundo, pelo menos até o final da década de 1950. De fato, em uma cidade em que os sindicatos eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – através do Círculo Operário –, o forte sentimento anticomunista era um obstáculo quase intransponível para os militantes comunistas, que tinham pouca ou nenhuma influência nos sindicatos passofundenses, apesar dos seus esforços<sup>699</sup>.

---

<sup>696</sup> D'ARAÚJO, M. C., op. cit., 1996, p. 124-125.

<sup>697</sup> Segundo Marcelo Badaró Mattos, os “renovadores”, em geral, eram uma ala de esquerda que criticava o PCB.

<sup>698</sup> NEGRO; SILVA, op. cit., p. 70.

<sup>699</sup> Segundo Saul Gomes Ortega, um dos principais temas discutidos nos “aparelhos” clandestinos do PCB em Passo Fundo era acerca da importância da militância nos sindicatos. No entanto, os tais objetivos eram inviabilizados devido à forte influência do COPF nos sindicatos locais.

Por sua vez, o trabalhismo – na sua versão moderada – era um ideário tolerável pela Igreja Católica, uma vez que, em muitos aspectos, estava em harmonia com a ideologia circulista, particularmente no que tange às leis sociais e trabalhistas. Ademais, em Passo Fundo, muitos líderes sindicais trabalhistas, a exemplo dos circulistas, também compartilhavam o anticomunismo. Na verdade, no sindicalismo passofundense sempre houve uma cumplicidade entre as correntes circulistas e trabalhistas, tanto que, muitas vezes, fica difícil estabelecer as fronteiras entre elas.

Nesse sentido, convém lembrar um acontecimento ocorrido em 1958. Na noite do dia 12 de novembro, os comunistas locais programaram uma passeata denominada “passeata da fome”. No entanto, os boatos de que, nessa manifestação, os estabelecimentos comerciais e industriais da cidade seriam depredados inquietaram a Associação Comercial de Passo Fundo, que solicitou a intervenção da polícia. A polícia proibiu a passeata e os comícios, alegando que, através das sindicâncias realizadas, colheu provas irrefutáveis de que a “passeata da fome” tinha a finalidade de “perturbar a ordem pública e a tranquilidade da família passofundense”. Acerca dos acontecimentos, João Andrade, representando o Círculo Operário e os sindicatos locais, disse que as entidades estavam alheias à “passeata da fome” e apoiavam as medidas policiais. Ademais, João Andrade também revelou que “elementos estranhos” aos sindicatos tentaram arrastar essas organizações operárias para as manifestações, mas não tiveram êxito<sup>700</sup>.

Nesse momento, a aproximação entre trabalhistas e comunistas em Passo Fundo se deu somente no âmbito político-partidário, quando os comunistas apoiaram alguns candidatos petebistas. Apesar do anticomunismo de alguns trabalhistas, segundo Saul Gomes Ortega<sup>701</sup>, os comunistas locais tinham uma boa relação com alguns petebistas, pois a sua proposta política era a que mais se aproximava do PCB.

Dentre os candidatos petebistas apoiados pelos comunistas locais estavam os candidatos Benoni Rosado e Sinval Bernardon, que, no pleito municipal de 1959, concorreram, e se elegeram, para aos cargos de prefeito e vice-prefeito respectivamente. Nessa mesma eleição, os comunistas também apoiaram o candidato petebista a vereador Ruyter Carraro, que não se elegeu.

---

<sup>700</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 nov. 1958, p. 1; e 14 nov. 1958, p. 1. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 13 nov. 1958, p. 4; e 14 nov. 1958, p. 4.

<sup>701</sup> Depoimento de Saul Gomes Ortega, já citado.

O apoio dos comunistas aos candidatos do PTB foi enfaticamente divulgado pelo jornal *O Nacional* com o claro objetivo de prejudicar, de alguma forma, os seus oponentes políticos, uma vez que o anticomunismo era uma tática eleitoral muito utilizada – e eficaz – naqueles anos<sup>702</sup>. Nesse sentido, devemos lembrar que o proprietário do referido jornal, Múcio de Castro, nesse momento, estava ao lado dos dissidentes do PTB local<sup>703</sup>, que lançaram como candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente, Mário Menegaz e Daniel Dipp.

Nessa empreitada política, o jornal *O Nacional* noticiou a seguinte “denúncia”: “Em troca do apoio comunista a Benoni e Sinval, o candidato comunista Ruyter Carraro foi incluído na chapa de vereadores do PTB<sup>704</sup>”. Contudo, segundo o militante comunista Saul Gomes Ortega, “Ruyter Carraro não era comunista, mas sim um simpatizante<sup>705</sup>”.

Nesse sentido, convém lembrar que, naquela época, qualquer pessoa que se posicionasse ao lado das reformas de base, ou lado dos movimentos sociais, era considerada, independentemente da sua matriz ideológica, como comunista.

Nas eleições municipais seguintes, em 1963, os comunistas novamente apoiariam os candidatos do PTB e, inclusive, concorreram à Câmara de Vereadores pela legenda trabalhista através do médico Gilberto Tubina da Silva, que chegou a se eleger, mas “renunciou” em 1965.

No entanto, o apoio dos comunistas aos candidatos trabalhistas, desta vez, gerou um mal estar nos círculos católicos de Passo Fundo. Isso porque, ao lado do candidato a prefeito, Sinval Bernardon, concorreu como candidato à vice-prefeito pelo PTB o presidente do Círculo Operário Passofundense João Andrade.

João Andrade, embora fosse getulista, durante muitos anos procurou não se envolver nas questões político-partidárias – provavelmente para evitar perseguições políticas, já que era também representante do Ministério do Trabalho na cidade. Assim, a participação de Andrade na chapa do PTB representou a sua primeira participação em um pleito político.

Nessa época, segundo o depoimento de Íris de Andrade Morbini, João Andrade, que agora também era brizolista, mantinha relações amigáveis com José Pacheco e João Roma, militantes

---

<sup>702</sup> Sobre o anticomunismo como tática eleitoral, ver RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

<sup>703</sup> Sobre mais detalhes acerca do cisma do PTB em Passo Fundo ver BENVENIGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

<sup>704</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 nov. 1959, p. 1.

<sup>705</sup> Depoimento de Saul Gomes Ortega, já citado.

comunistas locais que passaram a freqüentar o Círculo Operário. E mais, a sua candidatura pelo PTB também significou o rompimento, temporário, com Mário Menegaz e Daniel Dipp, dissidentes trabalhistas locais<sup>706</sup>.

Embora João Andrade gozasse de grande prestígio dentro do Círculo Operário – não por acaso foi reeleito sucessivamente presidente da entidade durante 24 anos –, a sua aproximação dos comunistas, que apoiavam a sua candidatura, desagradava os seus próprios colegas circulistas.

Após a vitória dos candidatos do Movimento Trabalhista Renovador (uma dissidência do PTB liderada por Fernando Ferrari), Mário Menegaz e João Floriani, nas eleições de 10 de novembro de 1963, no dia 19 João Andrade renunciou à presidência do Círculo Operário por ter se sentido “desconsiderado pela maioria dos membros do Círculo Operário, alegando que a sua candidatura teria sido hostilizada<sup>707</sup>”. Segundo Íris de Andrade Morbini, “João Andrade ficou magoado, pois esperava que os operários votassem nele<sup>708</sup>”. Com a renúncia de Andrade, assumiu a presidência da entidade o vice-presidente Manoel Garrido.

Portanto, no âmbito político-partidário, sobretudo no início dos anos 1960, estava consolidada a aproximação dos trabalhistas com os comunistas locais. Já nos sindicatos de Passo Fundo, a Igreja Católica e alguns líderes sindicais trabalhistas não viam com “bons olhos” essa coalizão.

#### **4.5. O breve governo Jânio Quadros (1961)**

Nas eleições de 1960, Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo e concorrendo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) – e contando com o apoio da UDN e das dissidências petebistas PTN e MTR –, venceu o pleito com 48% dos votos, enquanto o general Henrique Lott (PSD-PTB) obteve 28% e Ademar de Barros (PSP) 23%<sup>709</sup>. João Goulart elegeu-se vice-presidente, vencendo Fernando Ferrari, do MTR.

Jânio Quadros, o primeiro presidente a ser empossado em Brasília, governou o país por apenas sete meses, num período marcado pela grave crise econômica e pela intensa mobilização

---

<sup>706</sup> Depoimento de Íris de Andrade Morbini, filha de João Andrade (nascida em 05/12/1927).

<sup>707</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 19 nov. 1963, p. 1.

<sup>708</sup> Depoimento de Íris de Andrade Morbini, já citado.

<sup>709</sup> FAUSTO, B., op. ct., p. 241.

dos movimentos sociais (urbanos e rurais). Seu curto governo ficaria marcado pelo moralismo extremado<sup>710</sup> e pelas ambigüidades e contradições.

Durante o seu governo, os grupos conservadores (que representavam a facção dominante em partidos como o PSD, a UDN e o PSP) articularam a Ação Democrática Parlamentar (ADP) em oposição a Frente Parlamentar Nacionalista. Segundo Lucília Delgado, a ADP combateu, de maneira uníssona, o reformismo, o nacionalismo e a “ameaça comunista”. Suas principais bandeiras eram a defesa intransigente da iniciativa privada, o apoio incondicional aos investimentos estrangeiros no Brasil e a defesa de princípios liberais<sup>711</sup>.

Contudo, uma das medidas mais surpreendentes de Jânio foi a sua Política Externa Independente<sup>712</sup> –, que culminou com o reatamento das relações diplomáticas com os países socialistas e a condecoração de Ernesto “Che” Guevara –, simpática às esquerdas, mas que atraiu a oposição dos conservadores, sobretudo da UDN. No entanto, contraditoriamente, Jânio reatou com o FMI<sup>713</sup> e buscou empréstimos junto aos norte-americanos.

Herdando um país praticamente falido e com uma inflação galopante, Jânio adotou uma política econômica ortodoxa, envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, redução de subsídios, entre outras coisas, que desagradava às esquerdas.

Politicamente, as contradições e as ambigüidades também estariam presentes em seu governo. Segundo Maria Victoria Benevides, todos pertenciam ao governo, em um caleidoscópio que iluminava ora o moralismo bacharelesco da UDN, ora o conservadorismo burocrático e o industrialismo do PSD, ou o trabalhismo do PTB e a crescente participação dos sindicatos. Porém, o governo de Jânio acabou, na verdade, acirrando contradições ao jogar com forças políticas que se repeliam mutuamente: os que apoiavam o moralismo condenavam o trabalhismo; os que defendiam a política econômica ortodoxa odiavam a política externa independente, e vice-versa<sup>714</sup>.

No que tange ao movimento sindical, alguns autores mencionam o surgimento da corrente janista no final dos anos 1950, que passou a competir com os trabalhistas e seus aliados comunistas. Segundo Maria Victoria Benevides, os janistas combatiam o imposto sindical e a

---

<sup>710</sup> Por exemplo, Jânio Quadros proibiu o biquíni, o lança-perfume e a briga de galos.

<sup>711</sup> DELGADO, L., op. ct., p. 150-151.

<sup>712</sup> Sobre a Política Externa Independente, ver VIZENTINI, P., op. ct.

<sup>713</sup> Em 1959, JK havia rompido com o FMI e suas políticas econômicas para concretizar o Programa de Metas e a construção de Brasília.

<sup>714</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 32-33.

influência do Ministério do Trabalho nos sindicatos<sup>715</sup>. Entretanto, a corrente janista teve uma significativa influência principalmente em São Paulo. Em Passo Fundo, diante da sólida hegemonia do circulismo e do trabalhismo nos meios sindicais, a corrente janista – se ela chegou mesmo a existir – foi minúscula.

Contudo, as ambigüidades do governo Jânio Quadros lhe custaram caro. Procurando equilibrar-se em bases políticas antagônicas, Jânio, na verdade, acabou governando o país sem uma base política de apoio, pois suas medidas ora desagradavam às esquerdas, ora desagradavam às direitas. Assim, Jânio desagradou a “gregos e troianos”.

Dessa forma, não tardou para que Jânio também fosse vítima da “metralhadora giratória” de Carlos Lacerda, que, agora como governador do estado da Guanabara, no dia 24 de agosto, pronunciou um violento discurso na televisão acusando Jânio de intenções golpistas e declarando que fora convidado duas vezes pelo ministro da Justiça, Oscar Pedro Horta, para participar do golpe. No dia seguinte, Jânio Quadros, surpreendentemente, renunciou. Embora os motivos e objetivos da renúncia não foram totalmente esclarecidos, sem dúvida tratou-se de uma manobra política, no mínimo, equivocada:

Aparentemente, Jânio esperava voltar “nos braços do povo”. (...) Confiava no temor dos militares e da direita em geral com a “ameaça” da posse de João Goulart. Confiava também no temor da esquerda com a possível instalação de uma junta militar no governo se este fosse declarado acéfalo, pois o vice-presidente encontrava-se em missão oficial na China. Enfim, Jânio esperava contar com a repercussão na opinião pública (afinal, eram seis milhões de votos), entre os militares, na direita e na esquerda, e talvez imaginasse o ressurgimento de um novo “queremismo”<sup>716</sup>.

Segundo Boris Fausto, Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, numa base militar, onde recebeu um apelo de alguns governadores dos estados para que reconsiderasse seu gesto, mas, afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente<sup>717</sup>.

Como a maioria do Congresso prontamente aceitou a renúncia, a partir de então a questão da investidura do vice-presidente João Goulart provocou uma grave crise político-militar. Como Jango estava em missão diplomática na China comunista, o presidente provisório – o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli – enviou uma mensagem ao Congresso Nacional

---

<sup>715</sup> Idem, p. 22.

<sup>716</sup> Idem, p. 76-77.

<sup>717</sup> FAUSTO, B., op. cit., p. 243.

“comunicando que os três ministros militares manifestaram-lhe a inconveniência do regresso de Goulart ao Brasil<sup>718</sup>”.

Os militares, que viam em João Goulart o herdeiro político de Vargas, o fantasma da república sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder, vetaram a sua posse e defendiam abertamente, juntamente com a ala golpista da UDN, a quebra da legalidade constitucional.

Ao tomar conhecimento das conspirações golpistas, o governador do Rio Grande do Sul, e principal aliado político de Jango, Leonel Brizola deu início ao que ficou conhecido como Campanha da Legalidade. Brizola, apoiado na Brigada Militar, mobilizou a população de Porto Alegre e desafiou as Forças Armadas, que ameaçaram bombardear o Palácio Piratini. Entretanto, nem todos os militares eram favoráveis ao golpe. Além de Henrique Lott<sup>719</sup>, o comandante do III Exército, o general Machado Lopes, que tinha ordens para invadir o Palácio do governo do estado, rompeu com o ministro da Guerra Odílio Denys e aliou-se a Brizola na defesa da legalidade.

Dessa forma, à resistência civil somou-se à militar, constituindo o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, compreendendo o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todas sob o comando de Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército contava com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens. Somados aos 13 mil da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares<sup>720</sup>.

Embora, por um lado, apenas o governador goiano Mauro Borges tenha acompanhado Brizola na resistência frontal aos ministros militares, por outro lado eclodiram diversas mobilizações populares em defesa da legalidade em todo o país, sobretudo por meio de greves de trabalhadores. Além dos sindicatos, a ordem constitucional também era exigida por outros setores sociais, como a Igreja Católica, partidos políticos, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, frações das Forças Armadas e da imprensa, dentre diversos outros grupos sociais e instituições políticas<sup>721</sup>.

---

<sup>718</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 327.

<sup>719</sup> O marechal Henrique Teixeira Lott, reformado, mas com grande prestígio político, distribuiu, na noite do dia 25, um manifesto à Nação apoiando a posse de Goulart e convocando o povo a preservar a ordem legal e a Constituição. Acabou preso por ordens do ministro da Guerra, Odílio Denys. In: FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 327.

<sup>720</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 330.

<sup>721</sup> Idem, p. 333-334.

Em Passo Fundo, também ocorreram manifestações pela posse de Jango:

Desde sábado (26/08), quando lançou sua proclamação ao povo, a Câmara de Vereadores tem estado em sessão permanente, inclusive ontem, domingo, quando fez uma das mais importantes reuniões, perante grande número de assistentes que lotaram completamente o recinto, contando com a presença do prefeito municipal. Também, desde sábado, as patrulhas do 2º Batalhão Policial (Brigada Militar), guarnecem todos os pontos estratégicos de Passo Fundo, notadamente as repartições públicas e jornais, reinando a mais absoluta ordem em toda a cidade.

Sábado, ainda realizou-se o comício da Federação Universitária Passofundense, às 20:30 horas, no Altar da Pátria, falando vários oradores, no sentido da posse do sr. João Goulart, de conformidade com a Constituição. Usaram da palavra, entre outros, os srs. Samuel Telles Zimmermann, Odilon Soares de Lima, Sólton Silva, Juarez Azevedo, Getúlio Palma, Pery Marzullo, Juarez Teixeira Dielh, dr. César Santos e o prefeito municipal. O comício transcorreu em perfeita ordem.

Graças às medidas tomadas pelas autoridades militares e policiais, a cidade de Passo Fundo não registrou qualquer anormalidade, havendo calma nas ruas e nos lares, estando todos confiantes nas medidas das nossas autoridades<sup>722</sup>.

Convém ressaltar que também participaram dessas manifestações, além de estudantes, jornalistas e políticos locais, os líderes sindicais e um contingente significativo da população passofundense. Ademais, o então prefeito municipal Benoni Rosado, do PTB, mostrava-se atuante na defesa da legalidade, chegando a abrir a inscrição de voluntários para lutar pela ordem constitucional<sup>723</sup>.

Portanto, com o avanço das forças legalistas, qualquer tentativa de golpe não encontraria o menor respaldo político e social. Como os ministros militares estavam isolados politicamente, estes aceitaram negociar uma solução intermediária. Assim, após as negociações no Congresso, decidiu-se pela posse de Goulart, mas sob a tutela parlamentarista.

## **4.6. O governo João Goulart (1961-1964) e o ápice dos movimentos sociais**

### **4.6.1. O período parlamentarista**

João Goulart assumiu a presidência da República no dia 7 de setembro de 1961. Herdou um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido em duas forças políticas que se repeliam mutuamente. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais, no campo e na cidade, ganhavam um relevo nunca visto antes na história brasileira. No entanto, o parlamentarismo lhe dava uma margem de manobra mínima, o que frustrava os grupos nacionalistas e de esquerda, que lutavam pela reforma de base.

---

<sup>722</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 28 ago. 1961, p. 4.

<sup>723</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 29 ago. 1961, p. 4; e 30 ago. 1961, p. 4.

Segundo Jorge Ferreira, a estratégia do presidente era a de desarmar os seus opositores conservadores, procurando ampliar sua base política com o apoio do centro, sobretudo com o PSD, mas, ao mesmo tempo, também não queria abrir mão de suas relações com as esquerdas. Assim, o primeiro gabinete, nomeado em 8 de setembro e denominado de “conciliação nacional”, foi chefiado por Tancredo Neves, do PSD, partido de maior representação na Câmara<sup>724</sup>.

Contudo, desde o início do seu mandato, Jango se viu diante das pressões das esquerdas pelas reformas de base, demanda essa pregada por ele mesmo ao longo dos anos. Para os grupos nacionalistas e de esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que visavam alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, tributária, administrativa, agrária, universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas<sup>725</sup>.

Um dos primeiros problemas enfrentados pelo novo presidente foi o acirramento das lutas no campo. Através das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, e dos sindicatos rurais dirigidos pelo PCB, os trabalhadores do campo, que viviam um processo de mobilização crescente desde o governo JK, intensificaram as suas reivindicações, tendo como bandeiras principais a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas e sociais aos assalariados rurais.

Em contrapartida à crescente influência comunista no sindicalismo rural<sup>726</sup>, em todo o país a Igreja Católica passou a organizar sindicatos de trabalhadores rurais, praticamente nos mesmos moldes adotados pelo circulismo no meio operário. No Rio Grande do Sul, a Igreja lançou, no dia 26 de novembro de 1961, a Frente Agrária Gaúcha (FAG)<sup>727</sup> em contraposição à influência do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), movimento endossado pelo governador Leonel Brizola em 1957 e duramente criticado pela Igreja. Inclusive, o arcebispo de Porto Alegre,

---

<sup>724</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (b), p. 348.

<sup>725</sup> Idem, p. 351-352.

<sup>726</sup> Nesse sentido, convém lembrar a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), originalmente criada pelo PCB em 1957.

<sup>727</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 27 nov. 1961, p. 1.

Dom Vicente Scherer, chegou a acusar Brizola de “favorecer a mobilização subversiva no estado<sup>728</sup>”.

Mas apesar das tentativas da Igreja em “apaziguar” a “questão agrária”, o clima era de crescente radicalização. Por exemplo, em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Camponês ou I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Nesse evento, que contou com a presença de Goulart, cerca de 1.600 delegados de todo o país apresentavam propostas radicais. Francisco Julião, falando no encerramento do encontro, afirmou que “a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue<sup>729</sup>”. Ademais, em janeiro de 1962, no Rio Grande do Sul ocorreu uma grande concentração de trabalhadores sem-terra em Ronda Alta, que polarizou as atenções de todo o país<sup>730</sup>.

Apesar das pressões e do agravamento da “questão agrária”, a reforma agrária impunha problemas de difícil solução. Segundo Jorge Ferreira, as iniciativas do presidente não avançavam principalmente devido ao artigo 141 da Constituição, que previa o pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público. Assim, enquanto as esquerdas defendiam o pagamento em títulos da dívida pública, os conservadores não aceitavam a alteração do artigo constitucional. Com a intransigência das partes, Goulart não encontrou condições políticas para enviar ao Congresso Nacional um projeto de reforma agrária<sup>731</sup>.

Simultaneamente, no meio urbano, desde o início da década de 1960, os movimentos reivindicatórios ganhavam um grande impulso, ocasionando um grande número de greves em todo o país. Sem dúvida, muitas dessas greves eram decorrentes da inflação galopante e da carestia de vida, que solapavam o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Em Passo Fundo, um exemplo desse tipo de greve – visando melhorias materiais – foi a greve dos bancários, em novembro de 1962. O movimento, que englobou todo o Rio Grande do Sul, teve duração de 6 dias – de 8 a 13 de novembro. Os grevistas reivindicavam um aumento salarial de 70%, aumento por quinquênio de trabalho e cinco dias de expediente por semana. Ao final do movimento, os dirigentes do Sindicato dos Bancários de Passo Fundo estavam satisfeitos com os resultados conquistados com a parede<sup>732</sup>.

---

<sup>728</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 out. 1961, p. 3.

<sup>729</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 349.

<sup>730</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 jan. 1962, p. 1.

<sup>731</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 349-350.

<sup>732</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 9 nov. 1962, p. 1; e 14 nov. 1962, p. 1.

No entanto, muitas greves não se limitaram apenas às demandas materiais. Muitas delas, além de reivindicarem aumentos salariais, também envolveram a demanda pelas reformas de base. Segundo José Antonio Segatto, com isto o movimento sindical brasileiro supera “a fase de luta exclusiva por questões econômico-corporativas, como também se transformara em uma força que pretendia se fazer presente na definição dos rumos da vida política nacional, incorporando a discussão de vários problemas do cenário político e econômico do país<sup>733</sup>”.

Contudo, as demandas pelas reformas de base tendiam a se radicalizar. Segundo Jorge Ferreira, embora heterogêneos e nem sempre unidos, os grupos de esquerda e nacionalistas formaram, no início do governo Goulart, a “coalizão radical pró-reformas”, que aglutinava o PCB, as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha) e os estudantes através da UNE. Embora com orientações diversas, para os grupos que formavam a “coalizão radical pró-reformas”, a palavra de ordem tornou-se “reforma agrária na lei ou na marra”<sup>734</sup>.

Nesse momento, o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola surgia como a grande liderança popular, nacionalista e de esquerda, e pressionava Jango para agilizar as reformas de base. Desde o início de sua carreira, Brizola mantinha relações políticas, e de parentesco, com Jango. Surgindo como o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de seu cunhado, Brizola ganhou grande popularidade no período, sobretudo após a Campanha da Legalidade. Seu prestígio político entre as esquerdas era imenso, tanto que chegou a unificá-las, apesar de serem grupos heterogêneos e muitas vezes divergentes<sup>735</sup>.

No entanto, ao mesmo tempo em que os assalariados, as esquerdas e os nacionalistas apoiavam Jango também o pressionavam. Mas embora o presidente tentasse aprovar no Congresso novas leis trabalhistas e sociais – uma delas era a lei de férias de 30 dias<sup>736</sup> – e mudanças na Constituição, ele tinha pouca margem de manobra em virtude do parlamentarismo.

No dia 1º de maio de 1962, em seu discurso, em Volta Redonda (RJ), Goulart atíçou a fúria dos conservadores. Embora não explicitamente, se opôs à forma moderada e conciliadora pela qual o gabinete de Tancredo Neves vinha encaminhado o debate do anteprojeto da reforma

---

<sup>733</sup> SEGATTO, J., op. ct., 1987, p. 73.

<sup>734</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 352.

<sup>735</sup> Idem, p. 352-355.

<sup>736</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 12 abr. 1962, p. 1.

agrária. Porém, o que provocou mesmo a violenta reação dos setores de direita foi o apelo de Jango ao Congresso para reformar a Carta de 1946. A reforma constitucional reivindicada por Goulart visava, basicamente, alterar o artigo que condicionava as desapropriações de terra à “prévia e justa indenização em dinheiro”, pois este artigo, na prática, impedia (pelos altos recursos a serem despendidos pelo governo) a realização de uma reforma agrária que implicasse uma ampla redistribuição de terras. Diante da proposta de Jango, uniram-se proprietários rurais, setores da Igreja, congressistas liberais e conservadores, imprensa, etc., para denunciar a “reforma agrária radical” cogitada por Goulart<sup>737</sup>.

Segundo Caio Navarro de Toledo, o discurso de Volta Redonda pode ser considerado como um importante marco político: seja porque representou o primeiro esforço concentrado do governo em torno da realização das Reformas de Base (o segundo momento dessa campanha ocorreria a partir de abril de 1963), seja porque significou o afastamento político de Jango do Conselho de Ministros e ao regime parlamentarista<sup>738</sup>.

Sem o apoio de Jango e sob o pretexto de terem de concorrer às eleições de outubro de 1962, todos os membros do gabinete de Tancredo Neves pediram demissão em junho. Com a renúncia de Tancredo, Goulart indicou para chefiar o gabinete o petebista mineiro San Tiago Dantas, que contava com o apoio das esquerdas e dos nacionalistas. No entanto, “os conservadores não viam a escolha de Dantas com ‘bons olhos’, sobretudo pela sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores, onde patrocinou a política externa independente<sup>739</sup>”, iniciada no governo Jânio Quadros.

San Tiago Dantas, além de ser um elemento da estrita confiança de Goulart, inteiramente solidário à luta contra o parlamentarismo e a favor das reformas de base, deu prosseguimento à política externa independente, reatou relações diplomáticas com a União Soviética e manteve-se contra qualquer sanção contra Cuba<sup>740</sup>. Não por acaso, no Congresso os conservadores do PSD e da UDN uniram forças para rejeitar o seu nome.

Diante da resistência dos parlamentares conservadores, Goulart indicou o nome de Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Senado. Diante da aprovação de seu nome no Congresso, a reação das esquerdas foi imediata: o movimento sindical decretou, para o dia 5 de julho de 1962, uma greve geral em todo o país visando a nomeação de um gabinete nacionalista.

---

<sup>737</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 30-31.

<sup>738</sup> Idem, p. 31-32.

<sup>739</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003 (b), p. 357.

<sup>740</sup> TOLEDO, C., op. cit., p. 32-33.

Apesar da renúncia de Auro Moura, a parede foi mantida e, no dia 5 de julho, a greve geral paralisou diversas capitais do país, dentre elas Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, os trabalhadores da Viação Férrea também aderiram à parede. Em Passo Fundo, apenas os ferroviários participaram da greve geral<sup>741</sup>.

Segundo Jorge Ferreira, nesse episódio a manobra de Jango foi bem sucedida: não podendo indicar um progressista, tentou criar um impasse indicando o nome de um conservador, despertando, assim, reações das esquerdas e desgastando o sistema parlamentarista<sup>742</sup>. Já para os trabalhadores, a greve geral de 5 de julho foi amplamente vitoriosa, sendo coroada com a sanção da lei que instituiu o 13º salário, uma das principais reivindicações da greve, uma semana depois, no dia 13 de julho de 1962.

O impasse decorrente da sucessão do gabinete foi resolvido com a indicação do pessedista Francisco de Paula Brochado da Rocha (irmão de José Diogo). Uma das primeiras iniciativas do novo gabinete foi o envio ao Congresso de um projeto de lei visando antecipar o plebiscito – sobre a permanência ou não do parlamentarismo – para 7 de outubro – o mesmo dia das eleições para o Congresso e de alguns governadores. Uma outra iniciativa de Brochado da Rocha foi solicitar ao Congresso a delegação de poderes para que o Conselho de Ministros pudesse legislar, através de decretos, questões referentes às reformas de base, ao Estatuto do Trabalhador Rural, às desapropriações por interesse social, às remessas de lucros, às medidas econômicas para conter a inflação, dentre outras. Entretanto, suas intenções logo foram rechaçadas pelo Congresso.

Desde o segundo governo de Vargas vinham sendo criadas inúmeras organizações intersindicais que iam, na prática, rompendo com a estrutura sindical até então praticada. De todas essas organizações, a mais importante foi o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – cujas bases foram lançadas no III Congresso Sindical Nacional, em agosto de 1960 –, criado oficialmente no IV Encontro Sindical Nacional, que se realizou entre os dias 17 e 19 de agosto de 1962, em São Paulo. O IV Encontro, que contou com a participação de cerca de 3.500 delegados de 586 sindicatos, associações e federações, além de criar o CGT, aprovou um plano de lutas imediatas, incluindo desde as reformas de base, a liberdade sindical e o direito de greve, a ampliação dos direitos trabalhistas – 13º salário, férias remuneradas de 30 dias, salário-família, participação nos lucros das empresas – e a ampliação da democracia<sup>743</sup>.

---

<sup>741</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jul. 1962, p. 1.

<sup>742</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 358.

<sup>743</sup> SEGATTO, J., op. ct., 1987, p. 52.

As linhas mestras da plataforma do CGT eram o nacionalismo, a modernização distributiva e as reformas sociais, traduzidas nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior; restrição aos investimentos estrangeiros; direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampliação da organização dos trabalhadores rurais; reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social; fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais. Foi defendendo essas bandeiras que, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir destas entidades qualquer mobilização política<sup>744</sup>.

Segundo Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, o CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil<sup>745</sup>.

Para a constituição do CGT, foi de fundamental importância a vitória da aliança de líderes sindicais do PTB-PCB nas eleições para a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em fins de 1961. Além da CNTI, o CGT englobou diversas outras confederações, federações, intersindicais e pactos de unidade e desempenhou, até 1964, um importantíssimo papel no direcionamento, centralização e coordenação das lutas dos trabalhadores brasileiros em âmbito nacional<sup>746</sup>.

Segundo Ricardo Antunes, o CGT foi, durante o governo de João Goulart, a expressão mais significativa do movimento sindical brasileiro<sup>747</sup>. Além do PCB e do PTB, o CGT também estabeleceu elos com a Frente Parlamentar Nacionalista e se envolveu fortemente em campanhas que marcaram, de maneira indelével, o governo de João Goulart<sup>748</sup>. Ademais, sua presença foi decisiva na direção de grandes manifestações operárias, como as greves em apoio a Jango – como, por exemplo, a greve geral, em julho de 1962, por um “gabinete nacionalista e democrático”, capaz de encaminhar as reformas de base.

---

<sup>744</sup> NEGRO; SILVA, op. ct., p. 72.

<sup>745</sup> Idem, p. 72.

<sup>746</sup> SEGATTO, J. A., op. ct., 1987, p. 52-53.

<sup>747</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 55.

<sup>748</sup> NEGRO; SILVA, op. ct., p. 72-73.

Uma outra greve geral deflagrada pelo CGT ocorreu em setembro de 1962, motivada pela renúncia do gabinete de Brochado da Rocha, que, sofrendo pressões dos setores nacionalistas do Exército e das lideranças sindicais, solicitou, novamente, a antecipação do plebiscito e a delegação de poderes ao Congresso. A segunda negativa do Congresso acabou levando-o à renúncia no dia 14 de setembro de 1962. Imediatamente, a CGT decretou greve geral “pelo plebiscito”, com o apoio discreto da ala nacionalista do Exército<sup>749</sup>.

Dessa forma, no dia 15 de setembro de 1962, eclodiu a greve geral, de 24 horas, deflagrada pelo CGT. No entanto, a decisão do CGT não encontrou respaldo no Rio Grande do Sul. Os dirigentes de diversas Federações de trabalhadores do estado (Indústria do Vestuário, Metalúrgicos, Comerciantes, Construção e do Mobiliário, Artefatos de Couro), declararam que a “greve era ilegal e extremista” e “que não tinha o menor amparo na lei, *nos princípios sociais e cristãos* e não representa reivindicação de classe alguma, mas sim um motivo de agitação e de coação ao Congresso Nacional<sup>750</sup>”.

Em virtude disso, as federações de trabalhadores acima citadas resolveram que “não devem e não podem, de maneira alguma, acompanhar o movimento grevista programado pelos motivos invocados” e, para isso, solicitaram o apoio e as garantias das autoridades para “assegurarem a mais plena liberdade para todos aqueles que desejarem trabalhar e não pactuar com a greve ilegal”<sup>751</sup>.

Em suma, para esses dirigentes sindicais, as greves só se justificavam quando seus motivos fossem puramente economicistas, e jamais políticos. No entanto, uma das poucas exceções foi a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, que aderiu à greve geral.

Na verdade, o relativo fracasso da greve geral decretada pelo CGT no Rio Grande do Sul demonstra a força do recém-criado Movimento Sindical Democrático (MSD), que, nesse momento, estava no comando da maioria das federações de trabalhadores do estado.

O Movimento Sindical Democrático, formando em maio de 1961, aglutinava os trabalhistas que não compactuavam com as alianças com os comunistas – conhecidos como ministerialistas –, os circulistas e demais líderes sindicais anticomunistas – autodenominados de

---

<sup>749</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003 (b), p. 358-359.

<sup>750</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 set. 1962, p. 1.

<sup>751</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 15 set. 1962, p. 1.

“democráticos”. Favorável – na sua ideologia – à empresa privada, o MSD era chefiado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Antônio Magaldi<sup>752</sup>.

Em outras palavras, o MSD era um corrente sindical visceralmente anticomunista. Além dos ciculistas/católicos e dos trabalhistas ministerialistas, o MSD estabeleceu elos com os conservadores e até mesmo reacionários. Para René Dreifuss<sup>753</sup>, o MSD era manejado pelo complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e operava como “mascote político” de Ademar de Barros e Herbert Levi (UDN). No Rio de Janeiro, proporcionava sustentação a Lacerda (UDN).

Segundo noticiaram os jornais, a greve decretada pelo CGT foi desobedecida em todos os estados do país<sup>754</sup>. Contudo, embora essa greve não tenha obtido o mesmo sucesso da deflagrada em julho de 1962, ela teve uma significativa repercussão nos círculos políticos.

De qualquer forma, sob a pressão do movimento sindical, das esquerdas e de facções militares, o Congresso antecipou o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Quanto ao novo *premier*, o cargo ficou com o ex-ministro do Trabalho Hermes Lima, empossado no dia 18 de setembro de 1962. Porém, a essa altura, o parlamentarismo já estava em descrédito e, excluindo a direita radical e antijanguista, poucos “moveram uma palha” em sua defesa<sup>755</sup>.

#### 4.6.2. O período presidencialista

No dia 6 de janeiro de 1963, após uma intensa campanha contra o regime parlamentarista, cerca de 13 milhões de eleitores compareceram às urnas. Numa proporção de 5 votos para 1, rejeitou-se o parlamentarismo<sup>756</sup>. Era a volta do regime presidencialista.

Em Passo Fundo, o presidencialismo obteve 13.280 votos, enquanto o parlamentarismo angariou 6.858 votos<sup>757</sup>. Porém, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, notoriamente onde a Igreja católica tinha grande influência na sociedade, a população disse não ao presidencialismo. Só para citar alguns exemplos, cidades próximas a Passo Fundo, como Marau, Carazinho, Tapera, Colorado, Não-Me-Toque, dentre outras, vetaram a volta ao presidencialismo<sup>758</sup>.

---

<sup>752</sup> NEGRO; SILVA, op. ct., p. 70-71.

<sup>753</sup> DREIFUSS, René A. *Apud.* NEGRO; SILVA, op. ct., p. 71.

<sup>754</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 17 set. 1962, p. 1.

<sup>755</sup> TOLEDO, C., op. ct., p. 36-38; FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 359.

<sup>756</sup> TOLEDO, C., op. ct., p. 38-39.

<sup>757</sup> *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 8 jan. 1963, p. 4.

<sup>758</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 7 jan. 1963, p. 1.

No dia 23 de janeiro, foi homologado o presidencialismo e, no dia seguinte, Jango empossou o seu novo ministério, procurando apoio do centro político, como fizera com Tancredo Neves, evitando, assim, a radicalização. A estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas, mas por meios democráticos<sup>759</sup>. O seu projeto de governo, o Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento, visava um duplo objetivo:

(...) por um lado, obter o apoio dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o regime presidencialista; e, por outro, procurava ganhar a confiança dos credores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional. As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária. Assim, seu programa de governo incluía medidas ortodoxas, a exemplo do plano de estabilização negociado com o FMI, e a alternativa estruturalista, como a reforma agrária<sup>760</sup>.

Entretanto, o Plano Trienal implicava, em contrapartida, em restrição salarial, limitação de crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, interesses tanto dos setores patronais quanto de trabalhadores. Ademais, o plano deveria ser viabilizado através de um pacto e seu sucesso, portanto, dependia da capacidade do governo em formar uma coalizão multiclassista, com base em acordos e concessões entre as partes<sup>761</sup>.

Porém, logo nos primeiros dias de fevereiro, o CGT revelou-se contrário a política financeira do Plano Trienal, declarando que “enquanto este deixava intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, dos latifundiários e dos grandes grupos econômicos nacionais, por outro lado impunha maiores sacrifícios às classes populares e trabalhadoras<sup>762</sup>”. Além do CGT, praticamente toda a esquerda, aglutinada na Frente de Mobilização Popular<sup>763</sup> (FMP), criticou duramente o plano de Celso Furtado, enquanto o empresariado mostrava-se dividido.

Diante da forte oposição dos sindicatos e das esquerdas e da divisão do empresariado, Goulart enfrentava uma situação difícil. Por um lado, não poderia penalizar, através da política salarial restritiva, justamente a sua base social: os trabalhadores; por outro, os setores industriais

---

<sup>759</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003 (b), p. 362.

<sup>760</sup> Idem, p. 363-364.

<sup>761</sup> Idem, p. 364.

<sup>762</sup> TOLEDO, C., op. cit., p. 47.

<sup>763</sup> Surgida no início de 1963, sob a liderança de Brizola, a Frente de Mobilização Popular reuniu as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base.

pressionavam o governo, sobretudo a indústria automobilística, que ameaçavam deixar o país. Dessa forma, o Plano Trienal sucumbiu ainda no primeiro semestre de 1963.

No que tange às reformas de base, sobretudo à reforma agrária, os projetos enviados por Jango ao Congresso eram rejeitados pelos conservadores, que representavam a maioria do parlamento. Além disso, qualquer tentativa de negociação era impossibilitada pela intransigência de ambos os lados. E para agravar mais a situação política, as esquerdas, lideradas por Brizola, pressionavam intensamente o Congresso, enquanto o CGT ameaçava deflagrar greves gerais em todo o país. Ao mesmo tempo, cresciam as conspirações golpistas, articuladas por setores civis e militares.

Simultaneamente ao agravamento da crise política, a crise econômica tornaria a situação do governo muito difícil. Além da inflação e da dívida externa, o governo norte-americano e o FMI, em atitude intransigente, bloquearam todos os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas norte-americanas expropriadas por Brizola durante o período que governou o Rio Grande do Sul<sup>764</sup>.

Apesar do tenso contexto em que vivia o país, convém destacar que, no ano de 1963, o governo regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural, que expressava parte das reivindicações dos trabalhadores do campo. Aliás, acerca do sindicalismo rural, não podemos deixar de mencionar a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), no final desse ano.

Por outro lado, com as reformas de base emperradas no Congresso e enfrentando sucessivas crises políticas, a situação do governo tornava-se ainda mais crítica em virtude da aguda crise econômica, sobretudo a inflação, que, segundo Marcelo Badaró Mattos, chegou a atingir 79% em 1963<sup>765</sup>.

Não por acaso, o ano de 1963 foi marcado pela eclosão de inúmeras greves em todo o país. Em Passo Fundo, algumas categorias conseguiram obter aumentos salariais sem recorrer às greves, como foi o caso dos metalúrgicos, que obtiveram 70% de aumento<sup>766</sup>. No entanto, em

---

<sup>764</sup> FERREIRA, J., op. cit., 2003 (b), p. 368.

<sup>765</sup> MATTOS, M., op. cit., p. 38.

<sup>766</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 24 mai. 1963, p. 1.

setembro desse ano se deflagrariam duas greves dos bancários, uma nacional e outra estadual, que também atingiram a cidade de Passo Fundo<sup>767</sup>.

Contudo, a greve mais famosa desse ano – e uma das maiores manifestações grevistas de toda a história do movimento operário/sindical brasileiro – foi a célebre Greve dos 700 Mil, eclodida em São Paulo em outubro de 1963<sup>768</sup>. Os grevistas, além de aumentos salariais, tinham outras reivindicações, dentre elas “a unificação da data-base dos acordos salariais, com o fim de evitar que os reajustes fossem realizados em épocas diferentes para as várias categorias<sup>769</sup>”.

#### 4.6.3. Isolamento político e radicalização

Jango, por sua vez, tentava solucionar as crises através da conciliação e dentro do regime democrático. Porém, o episódio do estado de sítio, em outubro de 1963, demonstrou o seu isolamento político. Após a publicação, no dia 1º de outubro, de uma entrevista de Carlos Lacerda à imprensa norte-americana (na qual, além de ridicularizar Jango, insinuava que os militares brasileiros estavam confusos e desorientados, denunciava a infiltração comunista no governo e nos sindicatos e pedia a intervenção dos Estados Unidos no Brasil), os ministros militares, indignados, pediram ao presidente a decretação do estado de sítio, com o intuito de prender Lacerda<sup>770</sup>. Porém, com a chegada do pedido do estado de sítio ao Congresso, no dia 4 de outubro, as reações vieram de todas as partes, desde os conservadores até as esquerdas<sup>771</sup>. Isolado politicamente, Goulart não encontrou condições para levar adiante a proposta dos seus ministros militares e retirou o pedido do Congresso no dia 7 de outubro. Assim, Goulart teve que continuar convivendo com os insultos de Lacerda e Ademar, enquanto as esquerdas romperam com o presidente<sup>772</sup>.

---

<sup>767</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 18 set. 1963, p. 1; 23 set. 1963, p. 1; e 27 set. 1963, p. 1.

<sup>768</sup> Sobre mais detalhes da Greve dos 700 Mil, ver NEGRO, Antônio L.; SILVA, Fernando T. da. Op. ct., 2003.

<sup>769</sup> ANTUNES, R., op. ct., p. 56.

<sup>770</sup> Na verdade, além de prender Lacerda, os objetivos dos ministros militares eram restaurar a disciplina nas Forças Armadas após a revolta dos sargentos em Brasília, conter a agitação sindical e não apenas prender as lideranças conservadoras, como Lacerda e Ademar, mas também políticos progressistas, principalmente Miguel Arraes. In: FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 372.

<sup>771</sup> Por razões distintas, todos os grupos políticos e associações de classe, à direita e à esquerda, opuseram-se à concessão do estado de sítio. Os setores nacionalistas e de esquerda viam no estado de sítio uma grave ameaça às liberdades democráticas e aos movimentos progressistas; já a direita via no estado de sítio uma tentativa de golpe tramada por Goulart a fim de permanecer no poder, tal como fizera Vargas em 1937.

<sup>772</sup> TOLEDO, C., op. ct., p. 59-63; FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 371-373.

Após esse episódio, Goulart saiu bastante enfraquecido. Isolado politicamente, sem o apoio das esquerdas e atacado pela direita, também perdeu o controle sobre os militares: diversos oficiais, até então legalistas, passaram a apoiar, ainda que de maneira passiva, o grupo de conspiradores, enquanto outros integraram-se ativamente no movimento.

Nos meses seguintes, a radicalização das esquerdas e das direitas só viria a aumentar. Ambas mediam forças e se preparavam para o confronto – chegaram, inclusive, a estocar armas e munições<sup>773</sup>.

Paralelamente, as lutas sociais avançavam em um ritmo que acuava a direita em posições cada vez mais golpistas. A partir de novembro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, diversas categorias declararam-se em greve. No campo, somava-se aos assassinatos de líderes rurais as invasões de terras improdutivas – sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Goiás<sup>774</sup>.

Embora Jango ainda procurasse o caminho da reconciliação com as bases políticas do centro, a oposição dos pessedistas a ele era crescente. Isolado à direita, à esquerda e ao centro, Goulart chegara ao final de um ciclo: a sua estratégia de conciliação entre as diversas forças políticas fracassara. Entretanto, segundo Jorge Ferreira:

(...) o malogro resultou não de sua incapacidade de negociar, atividade que ele dominava com maestria, mas sim da recusa entre as partes a pactuarem acordos. O clima era de radicalização. Assim, tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto. Goulart, até então, procurava conciliar o inconciliável, sobretudo quando, para os grupos de esquerdas de diversas matizes, as palavras conciliar, acovardar e trair eram tidas como expressões sinônimas<sup>775</sup>.

Esgotadas as alternativas de negociações entre as duas forças antagônicas, que se repeliam mutuamente, Jango começou a aproximar-se, gradativamente, das organizações que, até então, sustentaram sua trajetória política: os trabalhadores e seus sindicatos, os camponeses e suas Ligas, os estudantes, em suma, as esquerdas. Assim, no início de dezembro, Goulart restabeleceu contatos com Brizola e, no final de fevereiro de 1964, adentrou definitivamente no caminho proposto pelas esquerdas, optando pela radicalização<sup>776</sup>.

---

<sup>773</sup> Ver FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b).

<sup>774</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/UnB, 2001, p. 154-155.

<sup>775</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (b), p. 375-376.

<sup>776</sup> Idem, p. 376.

No início de março, o clima político se tornaria ainda mais tenso, sobretudo após o comício do dia 13 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nesse comício, ao se comprometer com as esquerdas pelo programa máximo de reformas, Jango perderia definitivamente o controle sobre as forças à esquerda e à direita.

Passo Fundo, por sua vez, não estava alheio ao grande embate nacional acerca das reformas de base. Na cidade, assim como em todo o país, este comício gerou grandes expectativas e também desencadeou acontecimentos relacionados ao comício da Guanabara, como o fato da Associação Rural de Passo Fundo ter aconselhado a formação de “grupos de vigilantes” no campo para resistir às invasões de terra. Do outro lado, o líder do PTB na Câmara de Vereadores, Odilon Soares de Lima, divulgou uma nota oficial denunciando que “um pichamento terrorista seria realizado contra as residências de trabalhistas e nacionalistas passofundenses”. Ademais, nesse mesmo dia, as ruas do centro da cidade amanheceram pichadas com numerosas manifestações, como “Reformas com Jango”, “Contra o golpe”, “O povo quer democracia” e “Viva a Reforma Agrária”<sup>777</sup>.

Contudo, poucos dias após o comício, eclodiria a mais crítica crise militar do governo Goulart. Após as revoltas dos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas, muitos militares das três forças, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da, até então, minoria golpista. Em suma, “a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar e diversas facções nas Forças Armadas não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas”<sup>778</sup>.

O estopim da crise ocorreu no dia 30, após Jango ter participado da festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d’água para os militares. No dia seguinte, Jango e o regime democrático foram derrubados por um golpe civil-militar, que encontrou poucas resistências. Desde então, os golpistas fariam do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte.

---

<sup>777</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 13 mar. 1964, p. 1.

<sup>778</sup> FERREIRA, J., op. ct., 2003 (a), p. 326.

Uma das poucas tentativas de resistência ao golpe foi articulada pelo CGT, através da convocação de uma greve geral. A greve, de fato, foi deflagrada e em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Santos, a paralisação foi total.

Em Passo Fundo, pretendiam aderir à greve geral em solidariedade a Jango, além dos ferroviários, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e do Mobiliário<sup>779</sup>.

Segundo Orlando Bühler, naquela noite diversos líderes sindicais, comunistas, políticos e trabalhadores reuniram-se no Círculo Operário com o objetivo de organizar uma grande passeata contra o golpe de Estado. Nessa mesma reunião, diversas pessoas se colocaram à disposição do III Exército para lutar pela legalidade<sup>780</sup>.

Porém, a passeata não ocorreu e, posteriormente, algumas pessoas que participaram dessa reunião, além de outros, foram presas e enviadas a Porto Alegre, dentre elas os comunistas locais Ernesto Delvaux, Imbraim Cordeiro de Melo, Antônio Silva (o “Tônico”), Luciano Mota, João Roma; o estudante Sólton Silva; o jornalista João Baptista de Mello Freitas; políticos do PTB, como Ruyter Carraro, o ex-prefeito Benoni Rosado e o vereador Ernesto Scortegagna; o operário e líder sindical Arno Maier, o sindicalista rural Orlando Bühler, o representante do Ministério do Trabalho e presidente de Honra do COPF João Andrade (que ficou retido menos de uma semana no quartel do Exército). Por outro lado, alguns conseguiram fugir, como, por exemplo, o comunista local José Pacheco.

Em suma, a greve geral decretada pelo CGT não obteve repercussão. Para o movimento sindical, as esquerdas e os setores nacionalistas, o golpe de 1964 representou uma dura e rude derrota. A partir de então, dirigentes sindicais e políticos foram cassados, perseguidos, presos, torturados ou, até mesmo, assassinados. Cerca de 500 sindicatos em todo o país sofreram intervenção, sendo colocados em suas direções interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho, muitos dos quais saídos do Movimento Sindical Democrático (MSD) ou de outras organizações de direita<sup>781</sup>.

Em Passo Fundo, não foi preciso a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, pois o MSD – aglutinando circulistas, “trabalhistas ministerialistas”<sup>782</sup>, e demais anticomunistas –,

---

<sup>779</sup> *O Nacional*, Passo Fundo, 1º abr. 1964, p. 1.

<sup>780</sup> Depoimento concedido por Orlando Bühler, já citado.

<sup>781</sup> SEGATTO, J., op. ct., 1987, p. 57.

<sup>782</sup> Os “trabalhistas ministerialistas”, como eram denominados, eram os petebistas mais moderados, que pregavam as reformas através dos princípios “democráticos e cristãos”, através de alianças com o PSD. Também eram anticomunistas e não compactuavam com a coalizão PTB-PCB.

nesse momento já exercia uma certa influência no sindicalismo local, em contraposição a aproximação de alguns trabalhistas com os comunistas.

Porém, nem todos os sindicatos de Passo Fundo se envolviam em questões políticas. Segundo Maria Eliza Almeida<sup>783</sup>, alguns sindicatos, como dos Comerciários e dos Bancários, não se envolviam em questões políticas, mas em demandas materiais e econômicas em prol dos trabalhadores.

De qualquer maneira, como lembra Ricardo Antunes, com o golpe civil-militar de 1964 “começava a longa noite na história do sindicalismo brasileiro”. Após terem protagonizados diversos e importantes capítulos da história brasileira entre os anos de 1945 e 1964, consagrando-se como atores políticos ativos, os sindicatos foram reduzidos a meros órgãos assistencialistas e/ou agentes intermediários entre o Estado e a classe trabalhadora. Conseqüentemente, com a proibição do direito de greve, os movimentos paredistas eclodem esporadicamente (como, por exemplo, as greves de Osasco e Contagem, em 1968), apesar do arrocho salarial imposto pelo regime militar para contornar a crise econômica – expediente esse também usado durante o período de desenvolvimento econômico nos anos 1970.

---

<sup>783</sup> Depoimento concedido por Maria Eliza Almeida, nascida em 18/08/1921. Presidiu o Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo entre os anos de 1963 a 1984.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a República Velha, a quase totalidade da população brasileira vivia excluída. Embora, pelo menos formalmente, vivia-se em um regime democrático, na prática nem todos estavam aptos a exercer a cidadania, uma vez que a Constituição de 1891 vedava a participação dos analfabetos e das mulheres. Dessa forma, em um país em que mais de 80% da população era iletrada, a participação política era um direito de poucos.

Quanto aos direitos sociais, em especial os direitos do trabalho, esses passaram longe da Carta de 1891, evidenciando que a herança escravocrata fazia-se presente nas formas de tratar o trabalhador. Naquela época, os trabalhadores brasileiros enfrentavam jornadas de trabalho entre 12 e 15 horas diárias, não tinham direito ao descanso semanal, às férias, a leis protetoras (acidentes, invalidez, doença...) e previdenciárias, etc.

Nesse contexto excludente, a classe trabalhadora organizou-se em associações mutualistas e, posteriormente, em sindicatos. As associações mutualistas, que constituíam a maioria das associações nessa época, tinham um caráter assistencial e, geralmente, apolítico. Os sindicatos, por sua vez, diferenciavam-se principalmente pela existência, no seu seio, de diversos ideários políticos, dentre eles as diferentes vertentes do anarquismo e do socialismo, além do cristianismo social, do positivismo, do comunismo e outros de menor expressão.

Em Passo Fundo, durante a Primeira República, proliferaram diversas associações de caráter étnico (Sociedade Italiana, Sociedade Alemã, Visconde do Rio Branco...), que desenvolviam atividades recreativas, esportivas, culturais e até de ajuda mútua (caso da Sociedade Italiana). A principal associação de classe foi a Sociedade Operária Beneficente, fundada em 1909, que era uma entidade mutualista e apolítica (pelo menos até meados da década de 1930). Também havia a Associação dos Ferroviários, que era uma espécie de filial da associação/sindicato de Santa Maria. Entretanto, devido à falta de fontes, não foi possível avançarmos na questão referente à relação entre classe e etnicidade.

Nesse contexto potencialmente gerador de conflitos, as greves foram a principal via de reivindicação dos trabalhadores. Dentre os anos de 1917-1920 houve inúmeras manifestações e movimentos paredistas, tanto que esse período é considerado os “anos áureos” do movimento operário na Primeira República. A pressão pelos direitos sociais, sobretudo os trabalhistas, foi tamanha que, no final da década de 1920, a “questão social” foi um tema recorrente e muito discutido no Congresso Nacional.

Portanto, foi em virtude das lutas e manifestações promovidas pelos trabalhadores que surgiram as primeiras leis trabalhistas – Lei de Acidentes de Trabalho (1919), formação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (1923), Lei de Férias (1925) e um Código de Menores (1926).

Contudo, exceto as greves ferroviárias de 1917 e 1919, não se tem notícias sobre greves em Passo Fundo durante a República Velha. Porém, isso não significa que os trabalhadores passofundenses estavam na absoluta inércia. Pelo contrário, durante a década de 1920 os trabalhadores locais lutaram contra a jornada de trabalho, que chegava à 14 horas diárias.

Após a Revolução de 1930, o governo varguista empreendeu uma nova orientação, procurando valorizar o trabalho e o trabalhador. Para tais propósitos, uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da promulgação de uma série de leis trabalhistas. No entanto, devemos lembrar que algumas dessas leis foram criadas antes de 1930, mas raramente eram cumpridas pelos patrões.

Ademais, também convém lembrar que não houve um *rompimento absoluto* entre o pré e o pós-1930, pois o Estado continuou se utilizando da repressão e da violência em muitas ocasiões, enquanto o empresariado procurava burlar a legislação trabalhista.

De fato, apesar de promulgada, a legislação trabalhista do pós-1930 continuou sendo boicotada, em praticamente todo o país, pelo setor patronal, inclusive em Passo Fundo. Nesse sentido, o governo federal adotou medidas punitivas e, conseqüentemente, essa resistência foi perdendo força a partir da década de 1940, embora ela ainda se fizesse presente. De qualquer forma, uma coisa é inegável: o governo Vargas foi mais competente do que os anteriores no sentido de fazer cumprir as leis trabalhistas.

Em março de 1931, o governo estabeleceu as novas normas de sindicalização através do Decreto nº 19.770. A Lei de Sindicalização consagrou o paradigma corporativista, estabelecendo que as associações devessem se organizar por ramos de produção econômica, consagrando a unicidade, definindo o sindicato como órgão de colaboração e trazendo as associações operárias para a órbita do Estado. Dessa forma, a Lei de Sindicalização vinha transformar e, ao mesmo tempo, concorrer com as associações até então existentes no movimento operário.

Embora a sindicalização não fosse obrigatória, na prática ela tornou-se, já que apenas os trabalhadores sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação trabalhista. Para o sindicato ser reconhecido, ele deveria acatar uma série de exigências, o que acarretaria na sua submissão ao Ministério do Trabalho. Assim, a política sindical tinha alguns objetivos claros,

como combater as organizações independentes, bem como as ideologias consideradas “extremistas”.

Evidentemente, essa política de sindicalização encontrou resistências por alguns setores do movimento operário, particularmente dos comunistas. Em Passo Fundo, houve três associações comunistas que resistiram à política de sindicalização: a Sociedade Operária Beneficente, que, a partir de 1934, passou a ser presidida pelo advogado comunista João Junqueira Rocha, que deu uma outra orientação à entidade, deixando, assim de ser a associação apolítica da Primeira República; a Legião Proletária Rio-Grandense, fundada em 1934; e a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo, fundada em 1935.

Por outro lado, havia setores do movimento operário que viam com bons olhos a proposta corporativista, sobretudo um conjunto de correntes sindicais de cunho reformista (também conhecidos por “amarelos”). Foram essas correntes reformistas que deram vida imediata ao projeto sindical do Governo Provisório, oficializando imediatamente os sindicatos sob o seu controle.

Em Passo Fundo, o primeiro sindicato oficial criado foi o Sindicato dos Contabilistas, fundado em 1932. Entretanto, por iniciativa dos próprios dirigentes, o sindicato foi fechado em 1935, sendo reaberto somente em 1945. E mais, a partir de 1933, também iniciaram as articulações para a criação do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, que se revelaram inúteis.

Outro fator de concorrência para o sindicalismo oficial foi a política social da Igreja Católica. Embora a Igreja, pelo menos até 1935, fora um contundente elemento de oposição à implantação do sindicato tutelado pelo Estado, no Rio Grande do Sul a organização operária católica demonstrou uma profícua similitude com a do Estado, embora diferenciados. Isso se torna evidente com a fundação dos Círculos Operários (o primeiro foi o Círculo Operário Pelotense, fundado em 1932).

Em consequência da política de expansão do circulismo, a 19 de setembro de 1934 foi fundado o Círculo Operário Passofundense (COPF). No seu início, o COPF teve uma participação discreta na história do movimento operário e sindical da cidade. Porém, a partir de 1936, em virtude da repressão empreendida sobre o sindicalismo autônomo e com o insucesso dos primeiros sindicatos oficiais na cidade, o COPF foi, gradativamente, ganhando terreno até, a partir de 1937, se tornar hegemônico no movimento operário e sindical passofundense.

Contudo, a partir de 1933-34 tornou-se extremamente difícil, para as lideranças de esquerda, e pouco atraentes, para os trabalhadores, sustentar a postura de defesa das associações independentes, uma vez que o Estado atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Em outras palavras, como disse Angela de Castro Gomes, “só quem tem ofício – que é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – tem benefício”.

No entanto, o enquadramento não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário. Na verdade, a entrada dos comunistas nos sindicatos oficiais foi uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical e procurou manter a independência política destes sindicatos perante o Estado. Porém, devemos salientar que ela também representou um rompimento com o campo da resistência à implantação do sindicalismo corporativista e contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos autônomos.

Devido às pressões, o governo não tinha outra saída senão promover a reconstitucionalização do país. Nesse sentido, o fim do regime discricionário estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social, com a eclosão de várias greves no período 1934-1935, muitas reprimidas pelo Estado. Um dos exemplos da participação política operária, nesses tempos, foi a criação da Liga Eleitoral Proletária pela FORGS, em 1934.

Desde o início de 1935, o país vivia um conturbado clima político-social, pois, além da intensa e incômoda mobilização social via greves, vivia-se sob permanentes boatos de conspirações contra Vargas, não apenas do PCB, mas também de setores militares descontentes. Em virtude desse clima, em abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Essa lei previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.

Nesse contexto, não tardaria para o governo colocar a ANL na ilegalidade, como, de fato, o fez no dia 12 de julho. O fechamento da ANL provocou reações em todo o país, esquentando o clima político. Houve acalorados debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do país (reprimidas pelo governo). Em seguida, iniciaram-se as acusações de “extremismo”. A partir daí, começaram as prisões contra comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democratas. No entanto, em Passo Fundo, as prisões contra membros do núcleo aliancista local só seriam efetuados após os levantes de novembro.

Sem dúvida, os levantes de novembro de 1935 tiveram graves conseqüências político-sociais para a história do país. Depois desses episódios, o governo empreendeu uma forte repressão (não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores ao regime), o que acarretou em milhares de prisões (políticos, líderes sindicais, militares, etc.). Particularmente ao movimento operário e sindical, como lembra Ricardo Antunes, muitos líderes sindicais e operários foram presos, deportados e mortos, os sindicatos combativos foram sumariamente fechados e o governo proibiu o direito de greve. Enfim, como disse Edgard Carone, “para o operariado, o Estado Novo começou em 1935”.

Em Passo Fundo, a repressão também se fez presente através da prisão das lideranças sindicais combativas e de militantes comunistas locais. Ademais, a cidade também viveu sob um clima de delação que atemorizou boa parte da população.

Em suma, desde o final de 1935, o país passou a viver sob a égide de uma repressão implacável, que tornava qualquer tipo de resistência praticamente impossível. Tal conjuntura foi favorecida pelo fato do Congresso ter aprovado as medidas solicitadas pelo Poder Executivo, como o estado de sítio e o estado de guerra, outorgando-lhe, dessa forma, um poder praticamente ilimitado. De qualquer modo, os levantes de novembro acabaram servindo de pretexto para o fechamento do regime. A partir de então, o caminho estava aberto para golpe de Estado.

Entretanto, paradoxalmente, apesar dessa época caracterizar-se pela intensa repressão, em Passo Fundo ocorreram algumas greves: a greve dos ferroviários (fevereiro de 1936), a “greve da carne” (novembro de 1936) e a greve dos marceneiros (fevereiro de 1937). Porém, vale ressaltar que essas greves não foram reprimidas pela polícia.

Simultaneamente, a ação circulista, que demonstrava uma posição de similitude ideológica com o Estado, foi decisiva para a fundação e o reconhecimento oficial de vários sindicatos em várias cidades no Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, a atuação conjunta do Círculo Operário e do Ministério do Trabalho foi fundamental para a fundação dos primeiros sindicatos oficiais de trabalhadores na cidade em 1937, ainda antes do golpe do Estado Novo. Contudo, apesar de ter se tratado de uma “sindicalização pelo alto”, estes sindicatos lograram êxito e atraíram os trabalhadores locais para os seus quadros associativos, uma vez que apenas os trabalhadores sindicalizados poderiam gozar dos benefícios sociais.

A partir do Estado Novo, novos procedimentos são pensados em relação ao controle sindical (restauração da unicidade sindical, proibição do direito de greve, Imposto Sindical, maior

poder do governo para intervir nos sindicatos, etc.). Em Passo Fundo, os anos de vigência do Estado Novo representaram o início da influência hegemônica do circulismo nos meios sindicais.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial daria início às primeiras fissuras do Estado Novo. As vozes que clamavam pela democracia ecoavam cada vez mais altas em vários setores da sociedade civil, militares e, até mesmo, dentro do próprio governo. Percebendo que o regime democrático viria mais cedo ou mais tarde, o governo Vargas elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político visando conquistar uma nova base de apoio: os trabalhadores. Dessa forma, o governo varguista disseminou uma produção de cunho político e cultural que afirmava a necessidade histórica do governo. Fundamentada na “ideologia da outorga” e na valorização do trabalhador como socialmente necessário, elevando-o à condição de cidadão, o Estado teceu sua auto-imagem, induzindo os trabalhadores a identificarem-no como o guardião de seus interesses materiais e simbólicos.

Nesse sentido, para a consolidação desse projeto, foi fundamental a participação do DIP, sobretudo através da utilização sistemática do rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. Entretanto, como demonstram os trabalhos de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, a propaganda e a doutrinação política, por mais avassaladoras que sejam, não garantem o sucesso dos governantes, pois não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam.

Em outras palavras, embora a propaganda e os meios de comunicação exerçam uma enorme influência na sociedade, as mentes das pessoas não são tabulas rasas, em que idéias são facilmente inculcadas. Na verdade, cada indivíduo, conforme a sua experiência de vida, as suas socializações, faz as suas escolhas.

Ademais, além do emprego dos meios de comunicações, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma através das grandes festas cívicas, sobretudo o 1º de Maio, oferecido especialmente ao trabalhador e realizados, a partir de 1939, em estádios de futebol. Outro fator determinante para a construção simbólica de Vargas foi a receptividade. Ou seja, o governo mostrava-se receptivo à população e, através da Secretaria da Presidência da República (SPR), estabeleceu um canal de comunicação entre o Estado e a sociedade.

Dessa forma, surgiu o pacto entre o Estado e os trabalhadores, que, segundo Jorge Ferreira, constituía uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo esta segunda dimensão o que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto.

O sucesso desse pacto pode ser atestado através da dimensão que alcançou o movimento queremista em 1945, um grande movimento de massa que expressava a vontade política de boa parte da população brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que caía o Estado Novo, aumentava a popularidade de Getúlio Vargas. Em Passo Fundo, o movimento queremista demonstrou a força do getulismo na cidade, força esta comprovada através das fontes empíricas e dos depoimentos orais.

Gestado pelos “queremistas locais”, o PTB constituiu o partido político mais forte na cidade entre os anos de 1945-1964. Isso pode ser comprovado pelo fato de quase todos os prefeitos eleitos no período 1945-1964 serem petebistas – Armando Araújo Annes, Daniel Dipp, Wolmar Antônio Salton e Benoni Rosado –, além do PTB também, quase sempre<sup>784</sup>, possuir a maior bancada na Câmara de Vereadores. Somente no pleito municipal de 1963, com a eleição do petebista dissidente Mário Menegaz, o PTB foi derrotado. Contudo, é importante frisar que foi derrotado pela sua dissidência interna, o MTR.

No final de 1945, as articulações continuistas de Vargas impulsionaram a reação de setores militares, que, através de um golpe encabeçado por Dutra e Góis Monteiro, derrubaram o Estado Novo. Contudo, segundo Angela de Castro Gomes, quando o Estado Novo foi derrubado já havia se formado uma nova cultura de direitos de cidadania no Brasil, uma nova representação da autoridade política, bem como uma nova proposta de comunicação entre a autoridade política e o povo.

Eleito presidente da República, o general Eurico Dutra alinhou-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o que representou a entrada do Brasil na Guerra Fria, a partir de 1947, e a conseqüente cassação do PCB e perseguição aos comunistas. No que tange ao movimento operário e sindical, o Ministério do Trabalho fechou diversas organizações de trabalhadores e passou a intervir nos sindicatos contrários à sua orientação, inaugurando uma nova fase de repressão ao sindicalismo. Segundo José Antonio Segatto, entre 1948 e 1950 a repressão aos

---

<sup>784</sup> Nas eleições municipais de 1947, o PSD elegeu 9 vereadores, enquanto a coligação PTB-UDN elegeu 5.

trabalhadores tornou-se mais forte. Embora a repressão não utilizasse a violência física, baseado na Lei de Segurança Nacional o governo passou a prender e processar sindicalistas.

Em Passo Fundo, por sua vez, o movimento operário e sindical, durante os anos Dutra, foi marcado pela continuação da hegemonia do Círculo Operário, embora, agora, a maioria dos líderes sindicais locais tivessem alguma vinculação ao PTB ou a Getúlio Vargas. Na verdade, havia uma grande afinidade entre circulistas, trabalhistas e getulistas.

No início dos anos 1950, a partir da vigência do segundo governo de Getúlio Vargas, o movimento operário e sindical atingiu novamente grande dimensão em virtude do afrouxamento do governo na aplicação da legislação repressiva. Era a retomada do movimento operário e sindical, que organizou uma onda de greves em todo o país, dentre elas a famosa Greve dos 300 Mil, ocorrida em março de 1953 em São Paulo, considerada o marco do ressurgimento do movimento operário e sindical. Em geral, a maioria das greves deflagradas no período 1945-1964 foi motivada pela inflação, pela carestia de vida e por razões de ordem política.

Contudo, o que é fundamental destacar é que, após as repressões do governo Dutra, os trabalhadores brasileiros, e seus sindicatos, emergiram como atores políticos de relevo. A partir do governo JK, mas, sobretudo, durante o governo de João Goulart, o movimento sindical atingiu um novo nível: o de protagonista político.

Particularmente em Passo Fundo, a partir da década de 1950 o circulismo e o trabalhismo-getulismo já estavam consolidados como as correntes hegemônicas no movimento operário e sindical passofundense. Na verdade, a harmonia entre tais correntes era tamanha que, muitas vezes, é difícil estabelecer as fronteiras entre elas.

Quanto aos comunistas, em uma cidade em que os sindicatos eram fortemente influenciados pela Igreja Católica – através do Círculo Operário –, o forte sentimento anticomunista era um obstáculo quase intransponível para os militantes comunistas, que, apesar dos seus esforços, tinham pouca ou nenhuma influência nos sindicatos passofundenses.

Sem dúvida, é inegável a participação política dos sindicatos na sociedade brasileira a partir da década de 1950, mas, sobretudo, durante o governo de João Goulart. De fato, desde o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, os sindicatos superaram o sistema corporativo imposto pela CLT – e consagrado pela Carta de 1946 – e participaram ativamente dos acontecimentos sociopolíticos do país, particularmente na luta pelas reformas de base.

Assim, os trabalhadores e seus sindicatos tornaram-se atores políticos de relevo e temidos pelos conservadores, que, pressionados pelos movimentos sociais do campo e da cidade, pelos

trabalhistas, pelos comunistas, pelos setores nacionalistas, entre outros, deflagraram um golpe civil-militar em 1964.

Portanto, quando o “Novo Sindicalismo”, surgido no final de década de 1970, “qualifica”, pejorativamente, o “Velho Sindicalismo” como “sindicalismo populista”, “sindicalismo pelego”, etc., está desmerecendo a sua própria história, uma história marcada não apenas pela subserviência ao Ministério do Trabalho ou a “supostos políticos demagogos”, mas também pelas lutas em prol de reivindicações econômicas e, sobretudo, sociopolíticas. Lutas estas que fizeram com os trabalhadores e seus sindicatos, enfim, se tornassem protagonistas políticos e participassem ativamente, e decisivamente, da história do país. Uma história marcada por muitas variáveis, mas que não cabe a nós julgarmos se foi certa ou errada, boa ou ruim, pois, como disse Marc Bloch, “não cabe ao historiador julgar a história, mas, sem perder a capacidade crítica, compreendê-la”.

Em suma, foi isso que tentamos fazer ao longo desse trabalho: compreender, com criticidade, a história do movimento operário e sindical em Passo Fundo, privilegiando a relação entre sindicato e política.

Esperamos, nos limites do nosso trabalho, em alguns aspectos prejudicado pela ausência de fontes empíricas, poder motivar outras pesquisas, com alternativas metodológicas e perspectivas diferentes. Há ainda algumas lacunas a serem preenchidas, como, por exemplo, a relação entre classe e etnicidade, a história particular de um determinado sindicato ou uma história social do trabalho local mais aprofundada.

Enfim, esse trabalho não tem a pretensão de ser “a” história do movimento operário e sindical passofundense e dos trabalhadores locais, pelo contrário, nosso intuito é apenas “dar o pontapé inicial”, afinal, a História, seja como ciência, seja como hermenêutica, está em construção permanente.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 119-136.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *O que é sindicalismo*. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, páginas 9-29.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 191-230.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 7ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UnB, 2001.

BATALHA, Cláudio H. M. Movimento operário: qual história?. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, páginas 147-150.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 161-190.

BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1973.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOITO JR, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, páginas 273-307.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BROTTO, Emerson Lopes. *Revisitando o PCB – uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

BRUNO, Lúcia. *O que é autonomia operária*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CAMARGO, Aspásia (Org.). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 13-34.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, páginas 125-166.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 107-144.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 55-82.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 97-118.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 213-240.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Caixeral Campestre Tênis Clube 1901-2001: cem anos de história*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001.

DE LUCA, Tania Regina. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 127-154.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, páginas 60-124.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 13-46.

FERREIRA, Jorge. Crise da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (a), páginas 301-342.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (b), páginas 343-404.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, páginas 63-87.

FLORES, Luiz Felipe Neves. Região e nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB, 2000, páginas 17-24.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 181-212.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EDUCS/Garamond, 2004.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*, v. 1. Passo Fundo: Multigraf, 1978.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através dos tempos*, v. 2. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

GIANNOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano III: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

GOMES, Angela Maria de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, páginas 133-160.

GOMES, Angela Maria de Castro. Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, páginas 141-146.

GOMES, Angela Maria de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, páginas 17-58.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.
- IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *O integralismo no Norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.
- JAMES, Daniel. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, páginas 117-140.
- KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: Centro de Estudos Marxistas – CEM (Org.). *Os trabalhos e os dias: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2000, páginas 113-161.
- LAMOUNIER, Bolívar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da Era Vargas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 35-54.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano I: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 313-350.
- LAZAROTTO, Valentim Ângelo. *Pobres construtores de riqueza*. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 241-286.
- LIMA, Luiz Tenório de. *Movimento sindical e luta de classes*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A República Velha*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O populismo sindical: um conceito em questão. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, páginas 30-49.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 97-126.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MEDEIROS, Márcia Maria de. Passo Fundo: política e economia na década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998, páginas 101-114.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 155-194.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 47-96.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, páginas 167-204.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 83-96.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 13-39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, páginas 85-104.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, junho, 1999, páginas 15-22.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente –da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 89-120.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano III: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SEGATTO, José Antonio. *A formação da classe operária no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 217-240.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, páginas 111-140.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, páginas 205-272.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FGV, 1999, páginas 137-154.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. 23ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

TARGA, Luiz Roberto P. Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991, páginas 265-271.

TEDESCO, João Carlos (Org.). *Usos de memórias*. Passo Fundo: UPF, 2002.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF/EDUCS, 2004.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2ª ed. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF/EST, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRINDADE, Héliog. Aspectos políticos do sistema partidário republicano Rio-Grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRONCA, Ítalo. *A Revolução de 1930: a dominação oculta*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano II: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 63-106.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano III: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, páginas 195-216.

WEBER, Regina. Quando negros e brancos se encontram nas fábricas das regiões coloniais. *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v.4, n.1, jul. 2003, páginas 73-79.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ZANELLA, Anacleto. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC-SP, n. 4, jun. 1985.

## FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos Sociais do Arquivo Histórico Regional, Passo Fundo.

Jornal *Diário da Manhã*, Passo Fundo.

Jornal *O Nacional*, Passo Fundo.

## **ENTREVISTAS**

Íris de Andrade Morbini, nascida em 05/12/1927. Filha de João Andrade. Entrevista realizada no dia 24/02/2007, em Passo Fundo.

Maria Eliza Almeida, nascida em 18/08/1921. Presidiu o Sindicato dos Comerciários de Passo Fundo entre os anos de 1963 a 1984. Entrevista realizada no dia 22/01/2007, em Passo Fundo.

Orlando Bülher, nascido em 24/06/1924. Ex-sindicalista rural, getulista e brizolista, foi preso pelo regime militar em 1964, ficando detido por 40 dias em Porto Alegre. Entrevista realizada no dia 22/01/2007, em Passo Fundo.

Saul Gomes Ortega, nascido em 01/12/1936. Enteado do comunista Ernesto Delvaux, militou pelo PCB em Passo Fundo nos anos 1950 e 1960. Entrevista realizada no dia 17/02/2007, em Passo Fundo.

**ANEXO 1:**

**CARTEIRA DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE UM  
FERROVIÁRIO, E SUA FAMÍLIA, FILIADOS À  
ASSOCIAÇÃO/SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DE PASSO  
FUNDO (aproximadamente entre o final da década de 1920 e início  
da década de 1930)**



Fonte: Família Varella Ribas.

**ANEXO 2:**  
**ESTATUTOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS**  
**DE PASSO FUNDO (1937)**

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTO BANCÁRIO DE PASSO  
FUNDO  
SEDE RUA TEIXEIRA SOARES, EDIFÍCIO DOS BANCÁRIOS – ANDAR TÉRREO

Estatutos do Sindicato Passo Fundense de Bancários  
Passo Fundo – Rio Grande do Sul – Brasil

**CAPÍTULO I – FINS DO SINDICATO**

Artº 1 – Fica constituído por força dos presentes estatutos o Sindicato Passo Fundense de Bancários, fundado em 26 de julho de 1937, com sede e foro na cidade de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul, composto por número ilimitado de sócios e organizado em conformidade com a legislação em vigor.

Artº 2 – Os fins do sindicato são:

- a) defender os direitos e interesses profissionais dos seus associados e de classe;
- b) colaborar com o Estado no estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente, se relacionarem com os interesses da profissão;
- c) representar seus interesses, os de seus associados e os da profissão dos mesmos, assisti-los em todos os casos previstos nas leis vigentes e prestando-lhes, quando necessário, assistência judiciária;
- d) celebrar convenções coletivas de trabalho e colaborar nas comissões de conciliação e tribunais do trabalho;
- e) adaptar medidas de utilidade e beneficiência para seus associados, de acordo com os regulamentos que foram elaborados.

## CAPÍTULO II –DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Artº 3 – Serão admitidos no Sindicato todos os bancários que satisfaçam as exigências da lei e dos presentes estatutos, salvo falta de idoneidade comprovada.

Artº 4 – Haverá as seguintes categorias de sócios:

- a) Fundadores, os que tornarem parte da instalação;
- b) Efetivos, os que se escreverem mediante proposta de outros sócios, da qual constarão:
  - 1º o nome por extenso;
  - 2º a profissão;
  - 3º a idade, a nacionalidade e o estado civil;
  - 4º a residência e o lugar de trabalho;
  - 5º o número e a série da respectiva Carteira Profissional.

Artº 5 – São direitos privativos dos sócios;

- a) tomar parte, votar e ser votado nas assembléias gerais;
- b) requerer com mais 16 (dezesesseis) sócios a convocação da assembléia geral extraordinária, justificando-a;
- c) gozar de todos os benefícios e prerrogativas concedidas pelo Sindicato

Parágrafo 1º) os direitos dos sócios são pessoais e intransferíveis.

Parágrafo 2º) os sócios que deixarem de ser profissionais do ramo perderão dos direitos conferidos pelas alíneas a e b desse artigo.

Artº 6 – O sócio é considerado no pleno gozo dos seus direitos desde que esteja quite de suas contribuições e não esteja sofrendo penalidade alguma definitivamente passada em julgado.

Parágrafo 1º) O sócio que deixar o exercício da profissão por falta de trabalho fica isento de contribuir durante o tempo em que, involuntariamente, continuar desempregado, não podendo, entretanto, exercer cargo algum na administração do sindicato.

Parágrafo 2º) O sócio, uma vez admitido, adquire desde logo o direito de votar, ser votado, requerer a convocação da assembléia geral e gozar os serviços de assistência e beneficiência mantidos pelo Sindicato.

Parágrafo 3º) De todos os atos lesivos aos seus direitos ou contrários à lei, emanados da diretoria ou da assembléia geral, o sócio de pleno gozo dos seus direitos sociais tem o direito de recorrer à autoridade competente.

Artº 7 – São deveres dos sócios:

- a) pagar pontualmente a mensalidade correspondente a rs 3\$000, bem como a jóia de rs 10\$000 quando conveniente;
- b) comparecer às assembléias gerais e acatar as suas decisões;
- c) aceitar e bem-desempenhar o cargo para que for eleito;
- d) prestigiar o Sindicato por todos os meios a seu alcance e propagar o espírito associativo entre os elementos da classe;
- e) não tomar quaisquer deliberações que interessem a classe sem prévio pronunciamento do Sindicato.

Artº 8 – São penalidades aplicáveis à suspensão e à eliminação do quadro social.

Parágrafo 1º) Serão suspensos dos direitos sociais os que:

- a) se atrasarem em mais de dois meses no pagamento das suas contribuições;
- b) desrespeitar a assembléia geral, a comissão executiva ou seus membros.

Parágrafo 2º) Serão eliminados os sócios que:

- a) se atrasarem em mais de quatro meses no pagamento de suas contribuições;
- b) praticarem quaisquer atos desabonadores;
- c) reincidirem no previsto na alínea b do parágrafo anterior.

Parágrafo 3º) As penalidades serão aplicadas pela comissão executiva, cabendo recurso para a assembléia geral.

Parágrafo 4º) Os eliminados por atraso no pagamento poderão reingressar no Sindicato mediante nova proposta, desde que, previamente, liquidem seus débitos e sujeitando-se a todas as condições para a admissão; os demais desde que se reabilitem plenamente, a juízo de assembléia geral, mediante proposta aprovada por dois terços dos sócios quites.

Artº 9 – A simples manifestação da maioria não será base para a aplicação de quaisquer penalidades, as quais só terão cabimento nos casos previstos e fixados na lei e nestes estatutos.

### CAPÍTULO III – ASSEMBLÉIAS

Artº 10 – As assembleias são soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a estes estatutos; suas deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos sócios presentes, obrigando a todos, inclusive os ausentes, quando legais.

Artº 11 – A assembleia geral ordinária terá lugar de três em três anos, na primeira quinzena de dezembro, para eleger a comissão executiva e os membros do conselho fiscal, cuja posse se verificará em primeiro de Janeiro seguinte, e, anualmente, na primeira quinzena de Janeiro para tomar conhecimento do relatório anual, do balanço da tesouraria e do respectivo parecer do conselho fiscal.

Parágrafo único - A assembleia geral será instalada pelo presidente da comissão executiva, o qual convidará os presentes a designarem um presidente para dirigir os trabalhos da reunião; este presidente convocará dois sócios para secretaria-lo e, quando se realizarem as eleições, dois outros para escrutinadores; antes do início das eleições a sessão será suspensa pelo tempo necessário para o preparo das cédulas; terminada a votação, será contados os votos e se o total dos mesmos não for igual ao de votantes será nula a eleição, procedendo-se imediatamente a um novo escrutínio.

Artº 12 – As assembleias gerais extraordinárias terão lugar sempre que o presidente, ou a maioria da comissão executiva, ou o conselho fiscal, julgarem necessário, ou então a requerimento dos sócios que especificarão pormenorizadamente os motivos da convocação.

Parágrafo único – A assembleia geral extraordinária, quando determinadas pela comissão executiva, pelo conselho fiscal ou pelos sócios, não poderá ser recusada pelo presidente que terá que convocá-la dentro de três dias da data da entrada da notificação na secretária, devendo a ela comparecer pelo menos metade dos que a promoverem; na falta da convocação pelo presidente, será feita a mesma pelos que deliberaram realizá-la.

Artº 13 – As assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias somente poderão realizar-se com a presença de, pelo menos, dez sócios quites em primeira convocação, cinco em segunda, reunindo-

se em terceira com qualquer número de sócios quites, devendo ser as convocações espaçadas de duas horas.

Parágrafo 1º) As assembleias gerais só tratarão dos assuntos para que foram convocadas.

Parágrafo 2º) Consideram-se sócios quites os que tiverem pago a contribuição do mês corrente até o dia dez.

Artº 14 – As eleições para os cargos administrativos somente serão válidos quando votarem, no mínimo, dois terços dos sócios em pleno gozo dos direitos sindicais, devendo as urnas ficarem abertas pelo prazo necessário a que todos possam votar sem atropelo ou aglomeração.

Parágrafo 1º) Serão considerados eleitos unicamente os que obtiverem mais da metade dos votos;

Parágrafo 2º) Os menores de 18 (dezoito) anos não poderão votar nem ser votados;

Parágrafo 3º) Não perderá os seus direitos o sócio que deixar o exercício da profissão em virtude de aposentadoria, invalidez ou falta de trabalho. Neste último caso, não estará obrigado a contribuição durante o tempo em que, involuntariamente, continuar desempregado, não podendo, entretanto, exercer cargo de administrador.

Artº 15 – É obrigatório o escrutínio secreto para as eleições para tomada de contas da diretoria e aplicação dos fundos sociais, concessão de gratificações aos membros da administração e julgamento dos atos da mesma relativas a penalidades impostas aos associados.

Artº 16 – São inelegíveis os que não tiverem quites da sua contribuição, os que, tendo exercido cargo de administração, não tiveram as suas contas aprovadas pela assembleia geral, os que houveram lesado o patrimônio de qualquer associação profissional, os que não estiverem há dois anos, pelo menos, no exercício efetivo da profissão na localidade da sede do sindicato, os que tiverem má conduta demonstrada por autoridade competente; e os que tiverem exercido qualquer cargo no período administrativo anterior, mesmo que não complete o prazo do mandato.

#### CAPÍTULO IV – ADMINISTRAÇÃO

Artº 17 – O Sindicato será administrado por uma comissão executiva composta de seis membros, os quais serão eleitos, com observância dos dispositivos da lei e destes estatutos, na assembleia

geral ordinária, com mandato por três anos; dentre seus componentes, a comissão executiva elegerá um presidente, cujo mandato será anual, não podendo ser reeleito para o período imediato; os demais membros da comissão executiva exercerão os cargos de secretário e de tesoureiro e a chefia das diferentes funções ou serviços mantidos pelo Sindicato, mediante escolha entre os mesmos.

Parágrafo 1º - Conjuntamente com a diretoria e com mandato pelo mesmo prazo será eleito um conselho fiscal;

Parágrafo 2º - Para substituir os membros da comissão executiva, o presidente convocará um sócio até que a assembleia geral preencha efetivamente o cargo vago, no caso da perda do mandato ou ausência definitiva, procedendo-se da mesma maneira em relação ao conselho fiscal.

Parágrafo 3º - Nos casos de renúncia, abandono ou desarticulação coletiva da comissão executiva, os sócios, em número legal, convocarão imediatamente a assembleia geral, elegendo provisoriamente uma comissão executiva que funcionará até que a assembleia geral delibere sobre o assunto.

Artº 18 – Os cargos de administração e de representação só poderão ser exercidos por brasileiros natos ou por naturalizados com mais de dez anos de residência no Brasil.

Parágrafo único – O exercício de tais cargos é inteiramente gratuito e incompatível com o de outros que forem remunerados pelo Sindicato, podendo, porém, ser por este arbitrado, em assembleia geral, uma gratificação ao associado que, para poder exercer o mandato tiver de afastar-se do trabalho, caso seja isso necessário ao exercício das suas funções, não podendo a mesma exceder à remuneração do associado na respectiva profissão.

Artº 19 – À comissão executiva coletivamente compete:

- a) dirigir o Sindicato de acordo com estes estatutos, administrar os seus bens e promover por todos os meios o seu engrandecimento;
- b) elaborar os regulamentos necessários;
- c) cumprir e fazer cumprir as determinações dos estatutos e dos regulamentos, bem como as suas próprias resoluções e os das assembleias gerais;
- d) decretar e tornar efetivas as penalidades previstas nestes estatutos;

- e) reunir-se em sessão, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o presidente ou sua maioria a convocar, devendo ser as decisões tomadas por maioria de votos, com a presença mínima de mais da metade de seus membros.

Artº 20 – Ao presidente compete:

- a) representar o Sindicato nas relações com terceiros ou em juízo, podendo para tal delegar poderes;
- b) convocar as sessões da comissão executiva e da assembléia geral, presidindo aquelas e instalando as últimas;
- c) assinar as atas das sessões e todos os demais papéis que dependam da sua assinatura, rubricar os livros da secretária e da tesouraria, ordenar as despesas autorizadas e visar as contas a pagar, de acordo com o tesoureiro;
- d) nomear os funcionários e fixar os seus vencimentos, de acordo com as necessidades dos serviços;
- e) organizar um relatório anual das ocorrências sociais e apresentá-lo, dentro de dez dias contados da data em que termina o mandato, ao seu sucessor, o qual encaminhará, depois de aprovado pela assembléia geral ordinária, uma cópia autêntica do mesmo à Inspeção Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no estado do Rio Grande do Sul, devendo o consignar, obrigatoriamente, as alterações havidas no quadro dos sócios e os fatos que, pela sua natureza, se prendam a dispositivos da lei.

Artº 21 – Ao secretário compete:

- a) redigir e assinar a correspondência do Sindicato;
- b) ter sob sua guarda todos os livros do Sindicato, exceto os da tesouraria;
- c) fazer as publicações na imprensa;
- d) redigir e ler as atas das sessões da diretoria;
- e) dirigir e fiscalizar os trabalhos da secretária.

Artº 22 – Ao tesoureiro compete:

- a) ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores do Sindicato;
- b) efetuar todos os pagamentos e recebimentos;
- c) dirigir e fiscalizar os trabalhos da tesouraria;

d) apresentar ao conselho fiscal balancetes mensais e um balanço anual.

Artº 23 – Ao conselho fiscal compete:

- a) dar parecer sobre o orçamento para o exercício financeiro de cada ano social que coincidirá com o ano civil;
- b) opinar sobre as despesas extraordinárias, sobre os balancetes mensais e o balanço anual;
- c) reunir-se ordinariamente duas vezes por mês e extraordinariamente quando necessário.

Parágrafo único – O parecer sobre o balanço anual deverá constar da ordem do dia da assembléia geral ordinária.

Artº 24 – Os membros da comissão executiva e do conselho fiscal perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- a) quando incorrerem em qualquer penalidades previstas nestes estatutos;
- b) quando incidirem no previsto no parágrafo 2º do artigo 5º destes estatutos;
- c) quando faltarem a mais de três reuniões seguidas sem causa justificada;
- d) quando se ausentarem da localidade, sem licença prévia, por mais de trinta dias;
- e) quando aceitarem ou solicitarem transferência que importe em afastamento da atividade do cargo por mais de três meses.

Parágrafo 1º) A perda do mandato será decretada pela assembléia geral;

Parágrafo 2º) Toda suspensão ou destituição dos cargos administrativos deverá ser precedida de processo regular, na forma dos estatutos, assegurada plena defesa.

## CAPÍTULO V – PATRIMÔNIO SOCIAL

Artº 25 – A administração do patrimônio do Sindicato, constituído pela totalidade dos bens que possuir, compete à comissão executiva, assistida e fiscalizada pelo conselho fiscal.

Parágrafo único – As rendas arrecadadas pela forma estabelecida nestes estatutos são de exclusiva propriedade do Sindicato e em caso algum poderão ter aplicação diversa da estabelecida nos mesmos e na lei.

Artº 26 – Os fundos sociais provenientes da arrecadação da receita do Sindicato serão aplicadas no pagamento das despesas indispensáveis da administração, dos benefícios consignados nestes estatutos, na manutenção de diversos serviços e departamentos do Sindicato, na aquisição de títulos da dívida pública federal, interna ou externa, na aquisição ou construção de prédios para a instalação da sede do Sindicato e seus departamentos e de outros imóveis que forem necessários.

Parágrafo único – Os fundos disponíveis, enquanto não aplicados pela forma estabelecida nos estatutos, serão depositados em conta corrente em banco nacional idôneo designado pela comissão executiva.

Artº 27 – Anualmente, a assembleia geral, por proposta da comissão executiva, fixará as porcentagens ou verbas da receita destinadas aos diversos fins previstos nestes estatutos.

Parágrafo único – Os bens patrimoniais só poderão ser alienados mediante autorização expressa da assembleia geral, em escrutínio secreto.

Artº 28 – A receita do Sindicato é constituída por:

- a) mensalidade;
- b) renda proveniente de jóias;
- c) produto de venda de carteira de sócios;
- d) donativos recebidos;
- e) juros de seu capital e renda dos seus bens;
- f) produto da venda de bens;
- g) eventuais.

Artº 29 – As despesas do Sindicato correrá pelas seguintes rubricas:

- a) aluguéis;
- b) honorários de profissionais contratados;
- c) vencimentos de empregados;
- d) representação;
- e) gratificações autorizadas pela legislação vigente;
- f) expediente;

- g) despesas gerais;
- h) eventuais;
- i) outras que se tornarem necessárias.

Artº 30 – No caso de dissolução do Sindicato, o qual só se dará por deliberação expressa da assembléia geral para esse fim especialmente convocada, com a presença mínima de três quartos dos sócios quites, o seu patrimônio reverterá aos estabelecimentos de beneficência designados pela mesma assembléia ou, na falta de designação, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

#### CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 31 – Quando for oportuno o Sindicato organizará, sucessivamente, os serviços que se tornarem necessários ao preenchimento dos seus fins, podendo fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, assistência aos desempregados, escolas e cursos de instrução primária e técnica, hospitais, serviços médicos e dentários, assistência jurídica, assistência à família dos sócios falecidos e outros serviços de assistência social, na ordem que for conveniente, e pleitear junto aos poderes públicos, para os mesmos serviços, auxílios, subvenções e outros fatores, ou a criação desses mesmos serviços, quando por falta de recursos, não os puder instituir ou manter.

Parágrafo 1º) Na direção dos serviços acima mencionados não é permitido intervirem, sob qualquer pretexto, pessoas estranhas ao Sindicato, salvo quanto ao exercício de cargos técnicos, mediante autorização da assembléia geral.

Parágrafo 2º) Os serviços previstos neste artigo poderão ser extensivos às famílias dos associados, isto é, esposa, filhos menores, filhas solteiras quando viverem sob seu teto, mãe viúva e pai valetudinário.

Artº 32 – Dentro do Sindicato é vedada toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias e de caráter político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza e aos fins sindicais.

Artº 33 – O Sindicato não poderá fazer parte de organizações internacionais, salvo autorização expressa do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Artº 34 – Os presentes estatutos entrarão em vigor logo que aprovados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e só poderão ser reformados depois de dois anos por uma assembléia geral para isso especialmente convocada, estando presentes, pelo menos, dois terços dos sócios quites, só vigorando as alterações depois de aprovadas pelo mesmo Ministério.

#### Disposição transitória

Artº 35 – O mandato da Diretoria Provisória, eleita em 20 de julho de 1937, terminará sessenta dias após a data do reconhecimento dos presentes estatutos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Passo Fundo, 26 de julho de 1937.

Wenceslau Silveira	Presidente da Mesa
Raymundo Alcides Nozari	Secretário da Mesa
Armando Balbinot	Secretário da Mesa

Fonte: ESTATUTO do Sindicato Passo-fundense de Bancários. 119371. Passo Fundo. Documento constante do acervo dos Arquivos Sociais do Arquivo Histórico Regional, Código F-1.4.

### **ANEXO 3:**

## **FOTOGRAFIAS**

FOTO 1 – JOÃO ANDRADE, PRESIDENTE DO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE E REPRESENTANTE LOCAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO (DÉCADA DE 1930).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 2 - REUNIÃO NA PRIMEIRA SEDE DO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE, LOCALIZADA A RUA URUGUAI (INÍCIO DA DÉCADA DE 1940).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 3 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DEFINITIVA DO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE, LOCALIZADO NA ESQUINA DA AV. BRASIL COM A RUA MARCELINO RAMOS (INÍCIO DA DÉCADA DE 1940).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 4 - CONSTRUÇÃO DA SEDE DEFINITIVA DO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE, LOCALIZADO NA ESQUINA DA AVENIDA BRASIL COM A RUA MARCELINO RAMOS (INÍCIO DA DÉCADA DE 1940).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 5 – JOÃO ANDRADE (À ESQUERDA) E JOÃO LATUADA (À DIREITA) NAS RUAS DE PORTO ALEGRE (DÉCADA DE 1940).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 6 – REUNIÃO NO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE (s.d.).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 7 – REUNIÃO NO CÍRCULO OPERÁRIO PASSOFUNDENSE (s.d.).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 8 – O SINDICALISTA NELSON PETRY (s.d.).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 9 – O ADVOGADO VERDI DE CÉSARO (s.d.).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.

FOTO 10 – JOÃO ANDRADE (CENTRO) ACOMPANHADO DE LIDERANÇAS ECLESIAÍSTICAS (s.d.).



Fonte: Arquivo Pessoal de João Andrade. Foto gentilmente cedida por Íris de Andrade Morbini.